

# O MUNDO NOVO

ADRIANA AFONSO HUGO MENESES LEANDRO MARTINHO  
MARIANA FERREIRA RITA PORTELA

VOLUME 01 GRUPO

**ORIENTADOR VERTENTE PROJETUAL**

**PAULO TORMENTA PINTO**

Prof. auxiliar do ISCTE-IUL

ISCTE-IUL  
Mestrado Integrado em Arquitetura  
Projeto Final em Arquitetura

2012/2013

**WORKSHOP A MARCA | 5**

ESQUIÇOS . 9

AMBIENTES . 15

DESENHOS . 18

STORYBOARD . 23

**WORKSHOP GUINÉ-BISSAU | 27**

DESENHOS . 34

ESQUIÇOS . 43

**TEMA II ANÁLISE DO TERRITÓRIO | 47**

EVOLUÇÃO HISTÓRICA . 59

MODELO SOCIAL 2034 . 69

2034 . 75

**TEMA III ESPAÇO PÚBLICO NAS AMOREIRAS | 79**

ASCENSOR 24 . 91

MOBILIÁRIO URBANO . 99

AQUEDUTO . 107

**BIBLIOGRAFIA | 115**

**ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES | 117**

**ANEXOS | 119**

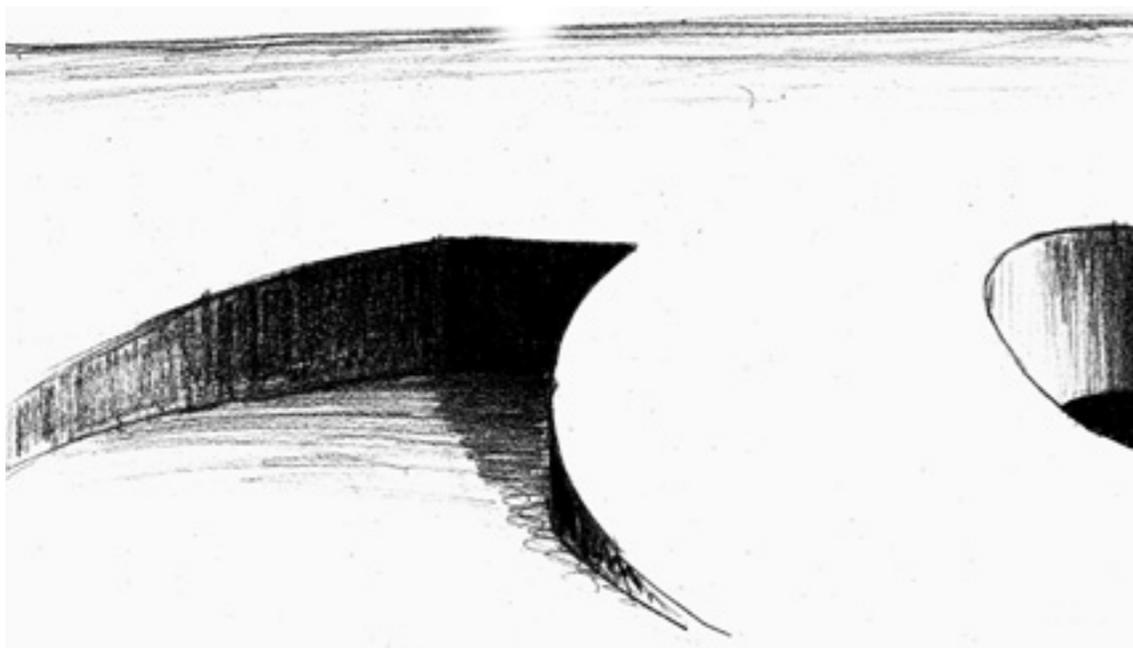
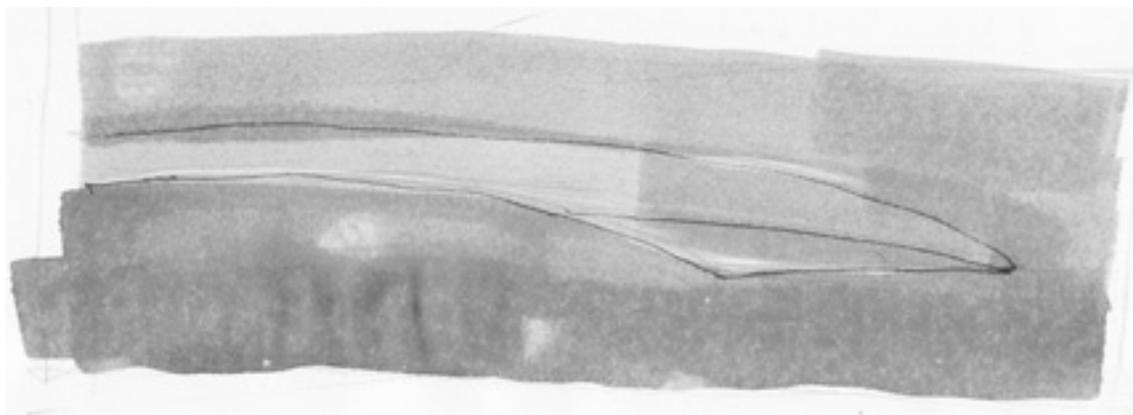
**WORKSHOP A MARCA**



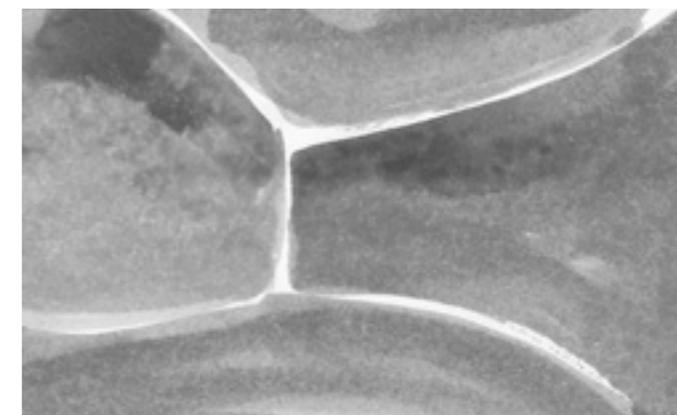
“Um ano antes do meu nascimento, a grande residência de pedra, com inúmeras divisões e espaços diversos em que morávamos todos, à maneira das grandes famílias otomanas, tinha sido abandonada e alugada a uma escola primária privada, e nós mudámo-nos para o prédio «moderno», contruído em 1951 no terreno contíguo, ostentando orgulhosamente à entrada, como se usava na época, uma placa com a menção *Pamuk Apt.* Nós ocupávamos o quarto andar. Em cada um dos pisos, a que eu comecei a subir e a descer ao colo da minha mãe, havia um ou dois pianos. O meu tio, que vejo a ler o jornal de cada vez que o evoco, tinha sido o último a casar-se e, com a esposa e o piano, instalou-se no primeiro andar, onde iria morar durante meio século, olhando pela janela as pessoas a passarem na rua. Aqueles pianos que ninguém tocava despertavam em mim um sentimento de tristeza, uma melancolia. Além desses pianos mudos, das cristaleiras e armários que enchêramos de porcelanas chinesas, de chávenas, de talheres de prata, de açúcareiros, de caixas de rapé, de copos de cristal, de frascos de água de rosas, de pratos, de incensórios, sempre fechados à chave (e sob os quais um carrinho ficaria um dia entalado), ou

ainda as estantes com ornamentos de madrepérola, os chapéus inutilizados pregados nas paredes, os guarda-ventos em estilo arte nova ou japonês mas que não serviam para isolar fosse o que fosse, ou ainda o armário de biblioteca onde o meu tio, antes de emigrar para os estados unidos vinte anos antes, arrumara os seus livros de medicina que ali ficaram, encadernados e cobertos de pó, sem que os batentes tivessem sido abertos uma vez que fosse, havia ainda uma infinidade de objectos e móveis que atulhavam os diversos andares do prédio; e tudo isso despertava em mim o sentimento de que essas coisas não estavam lá para serem utilizadas, mas expostas com a finalidade de lembrarem a morte.” (Pamuk, 2008, p. 17)

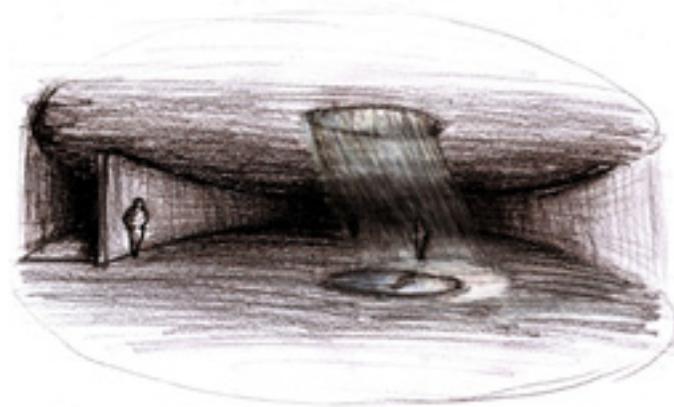
## ESQUIÇOS



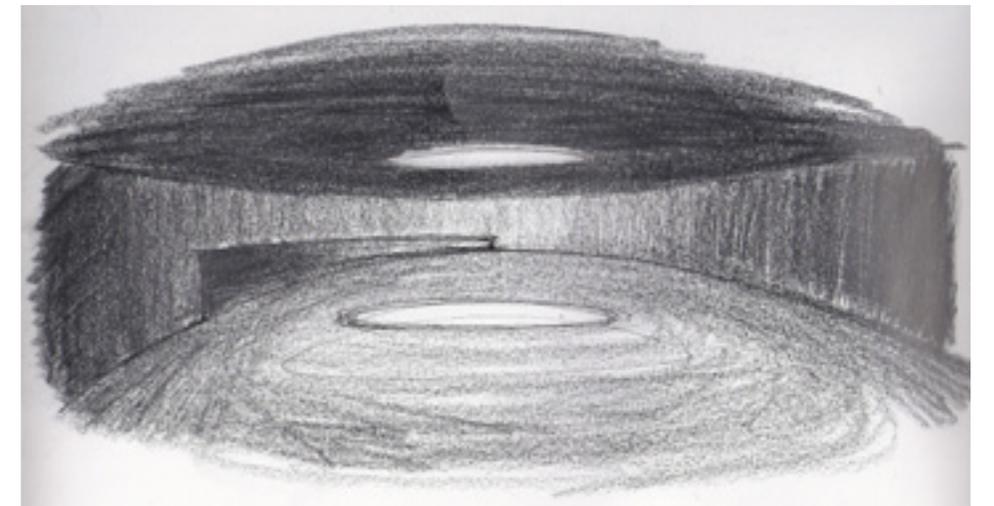
Rita Portela  
Leandro Martinho



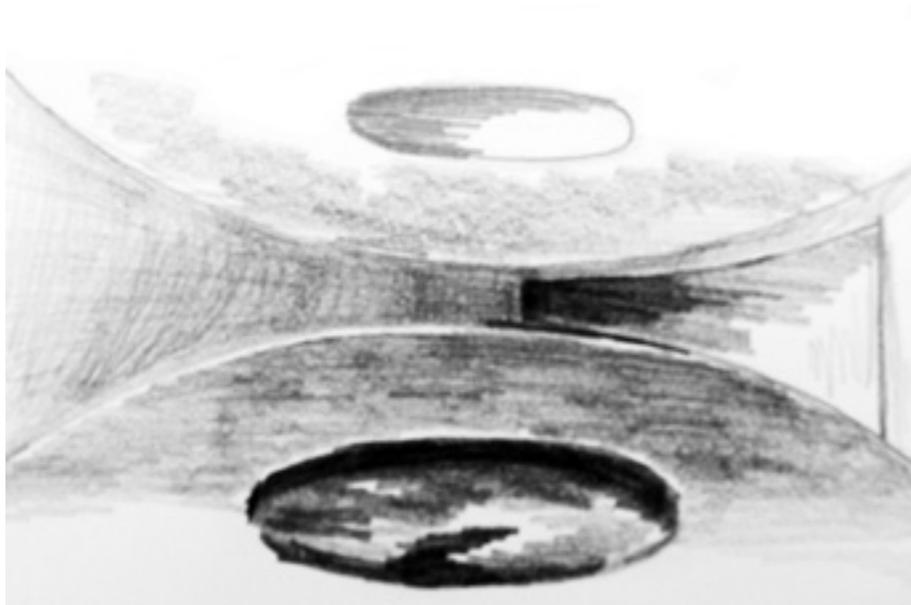
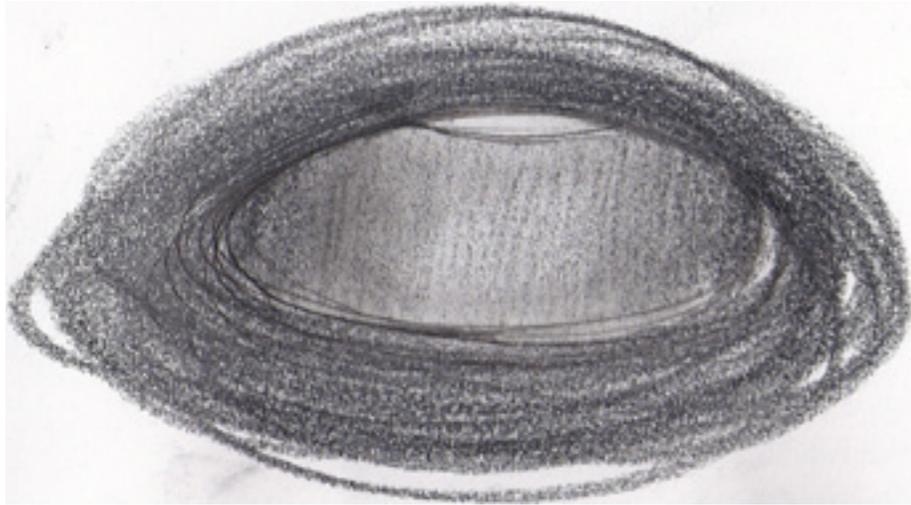
Mariana Ferreira  
Rita Portela



Adriana Afonso  
Leandro Martinho

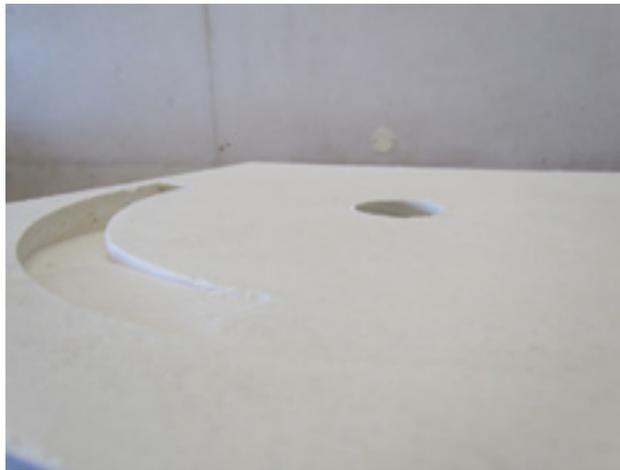


Mariana Ferreira  
Hugo Meneses

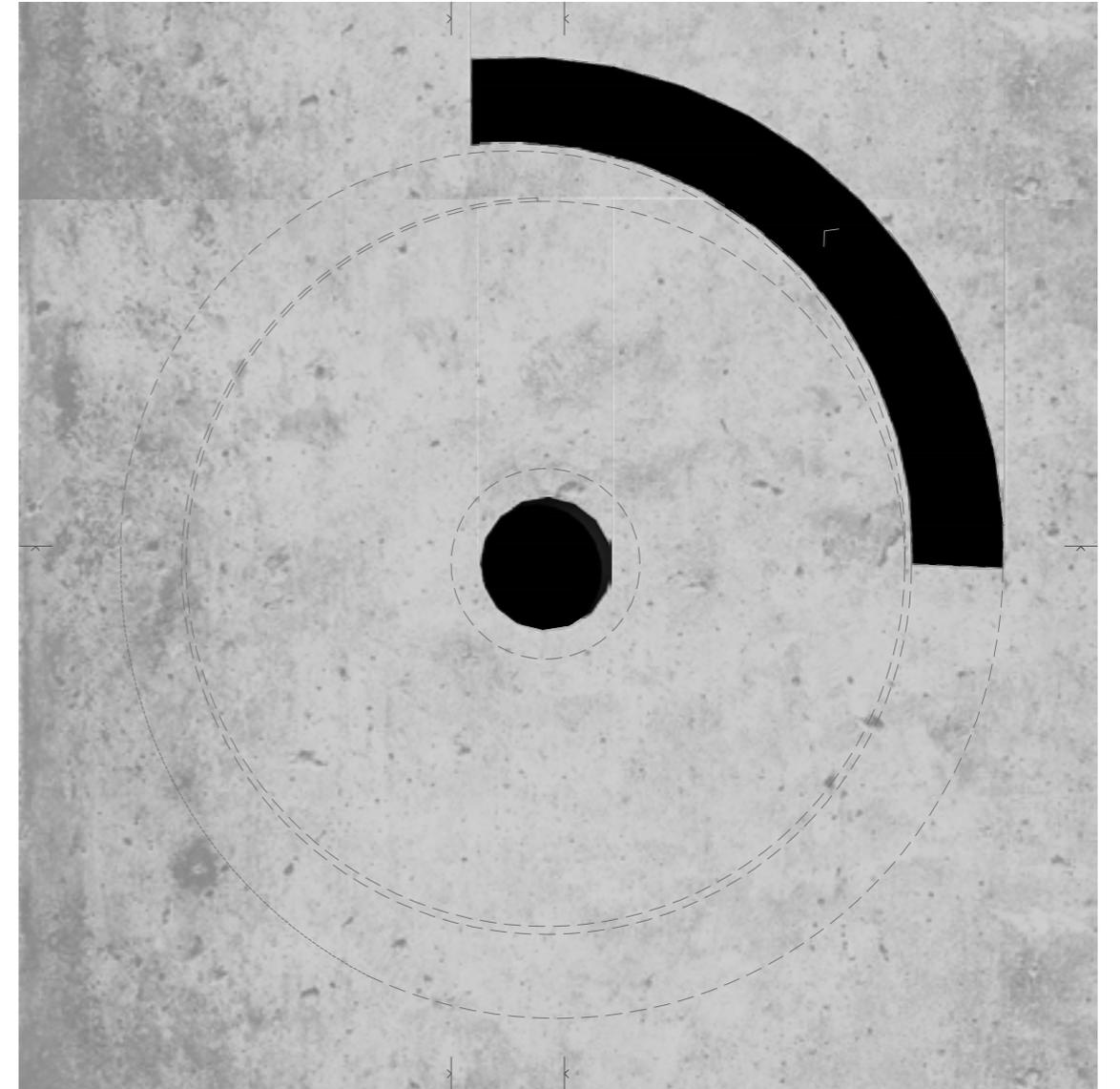


Hugo Meneses  
Adriana Afonso

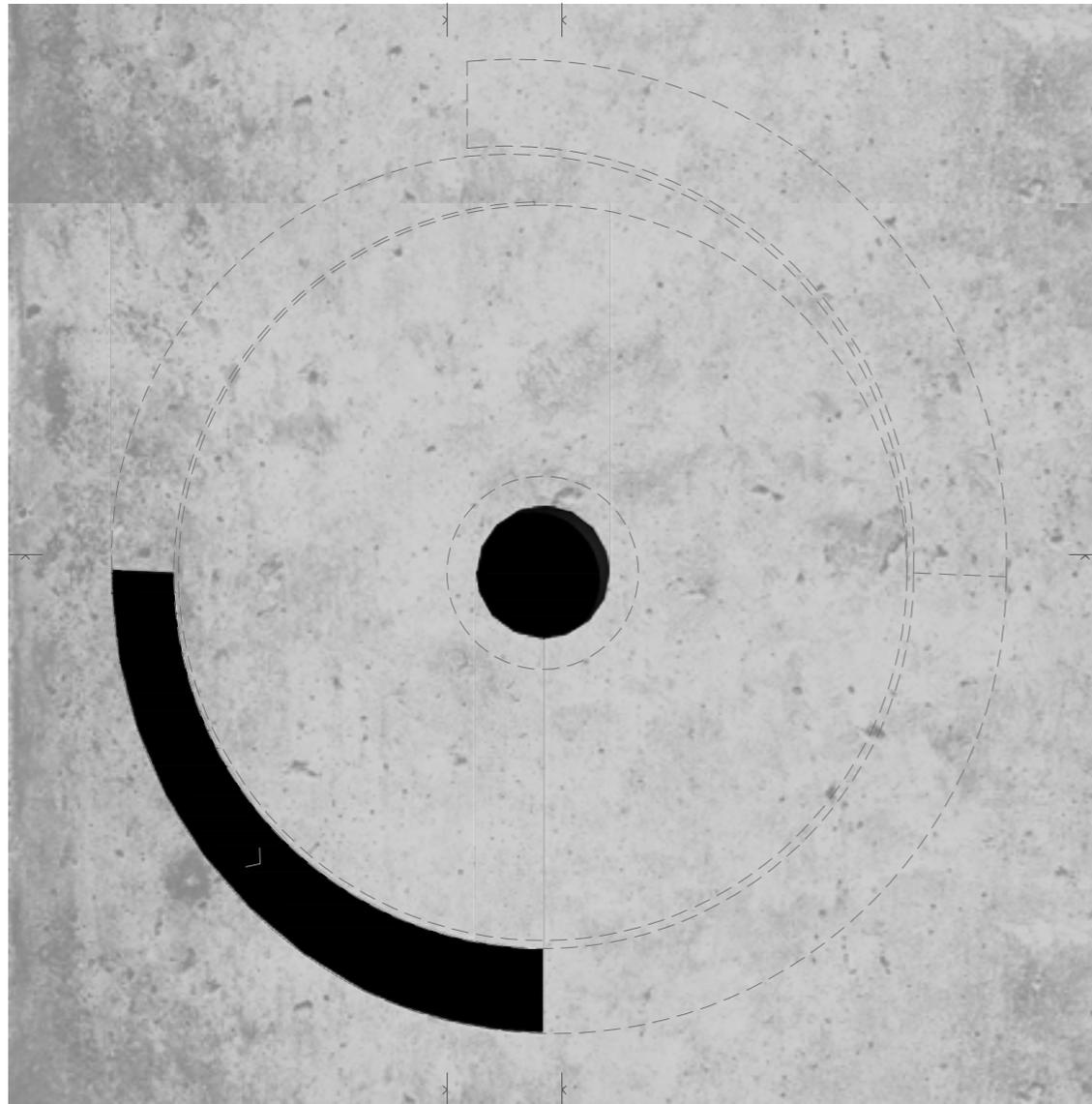
## AMBIENTES



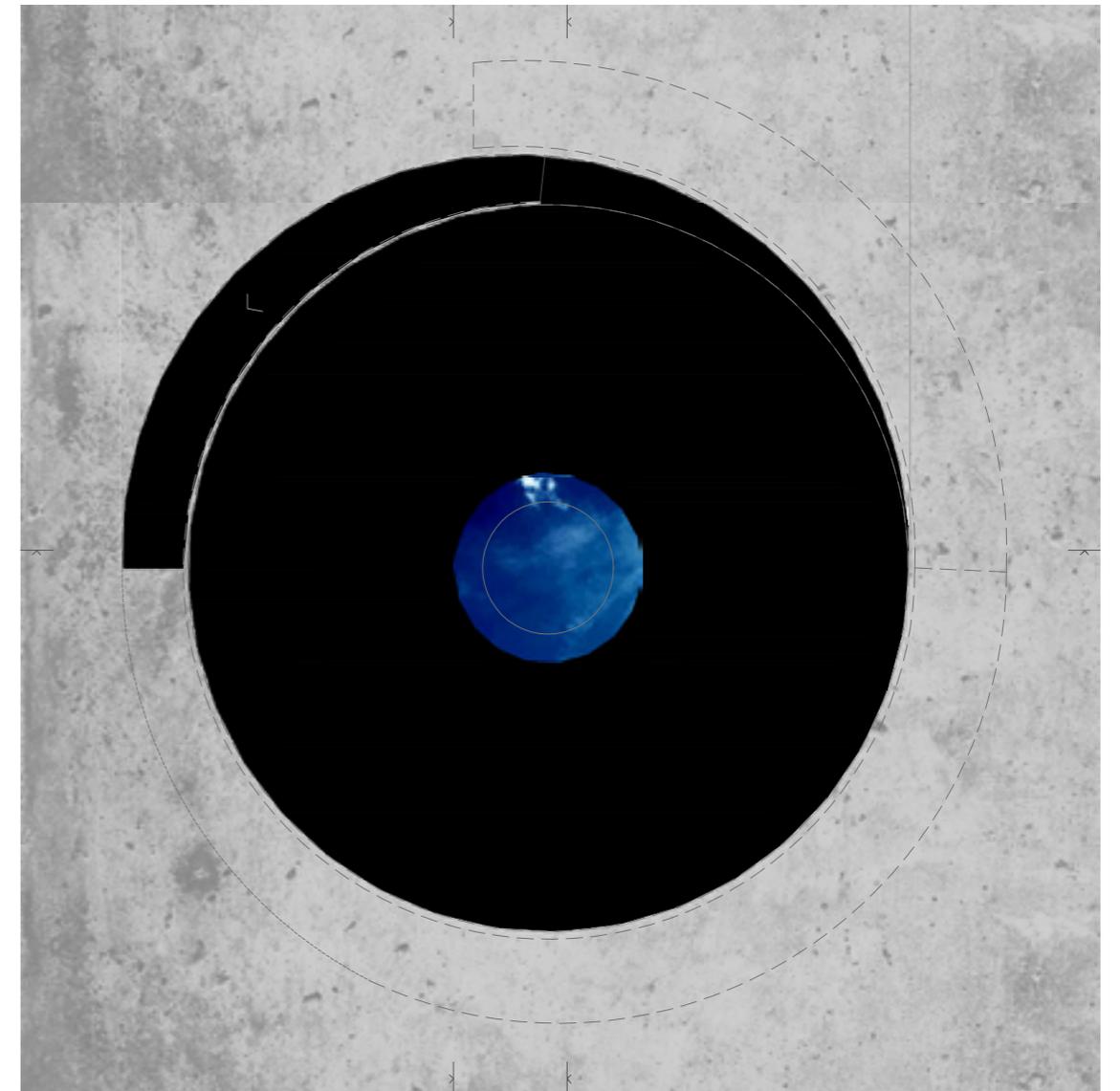
## DESENHOS



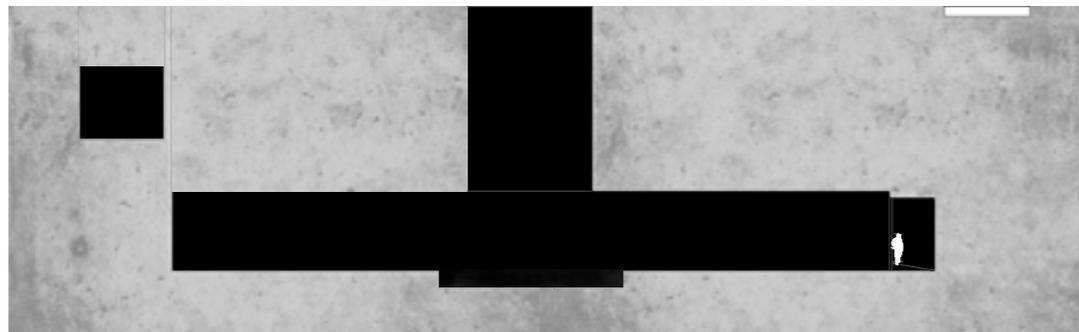
Cobertura



Percurso

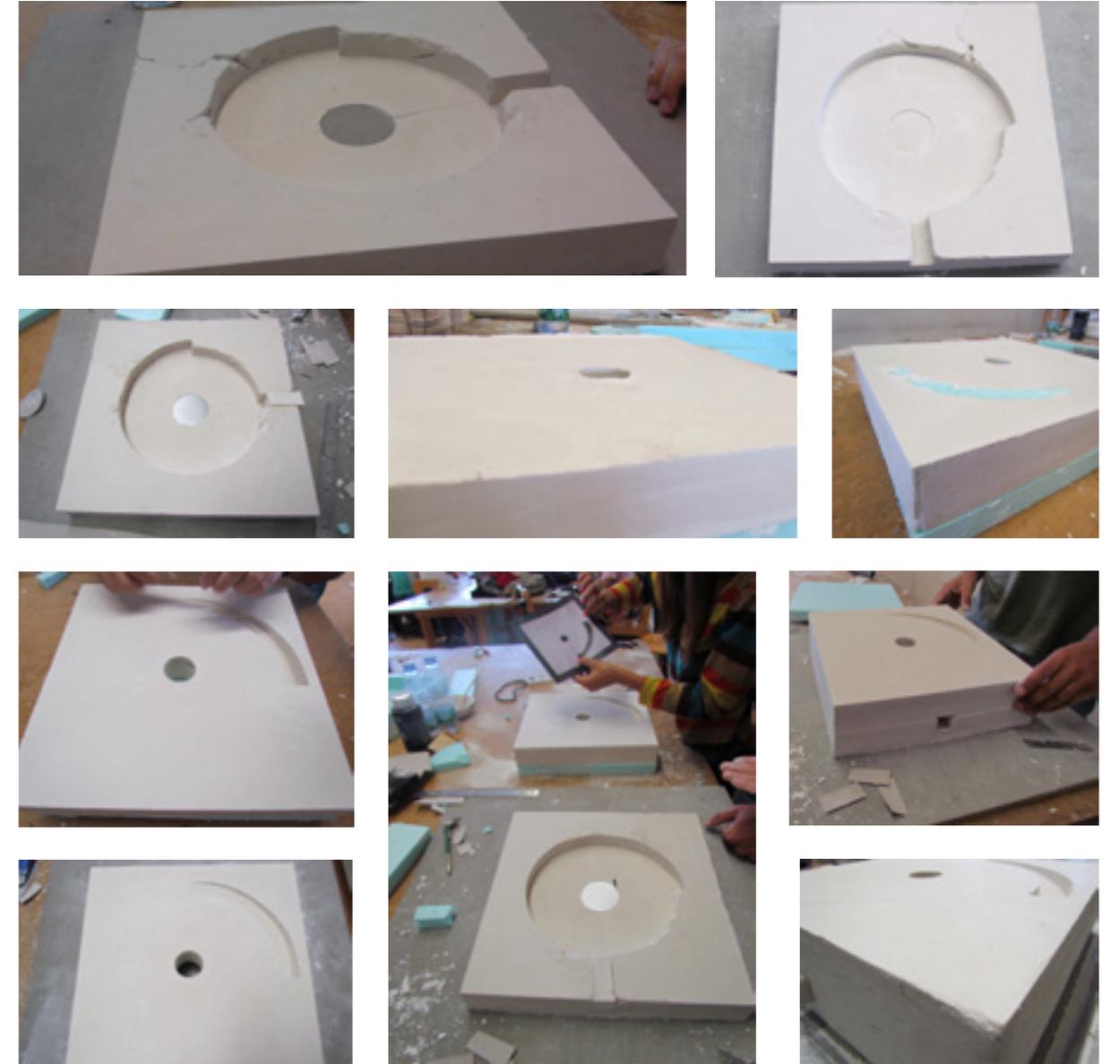
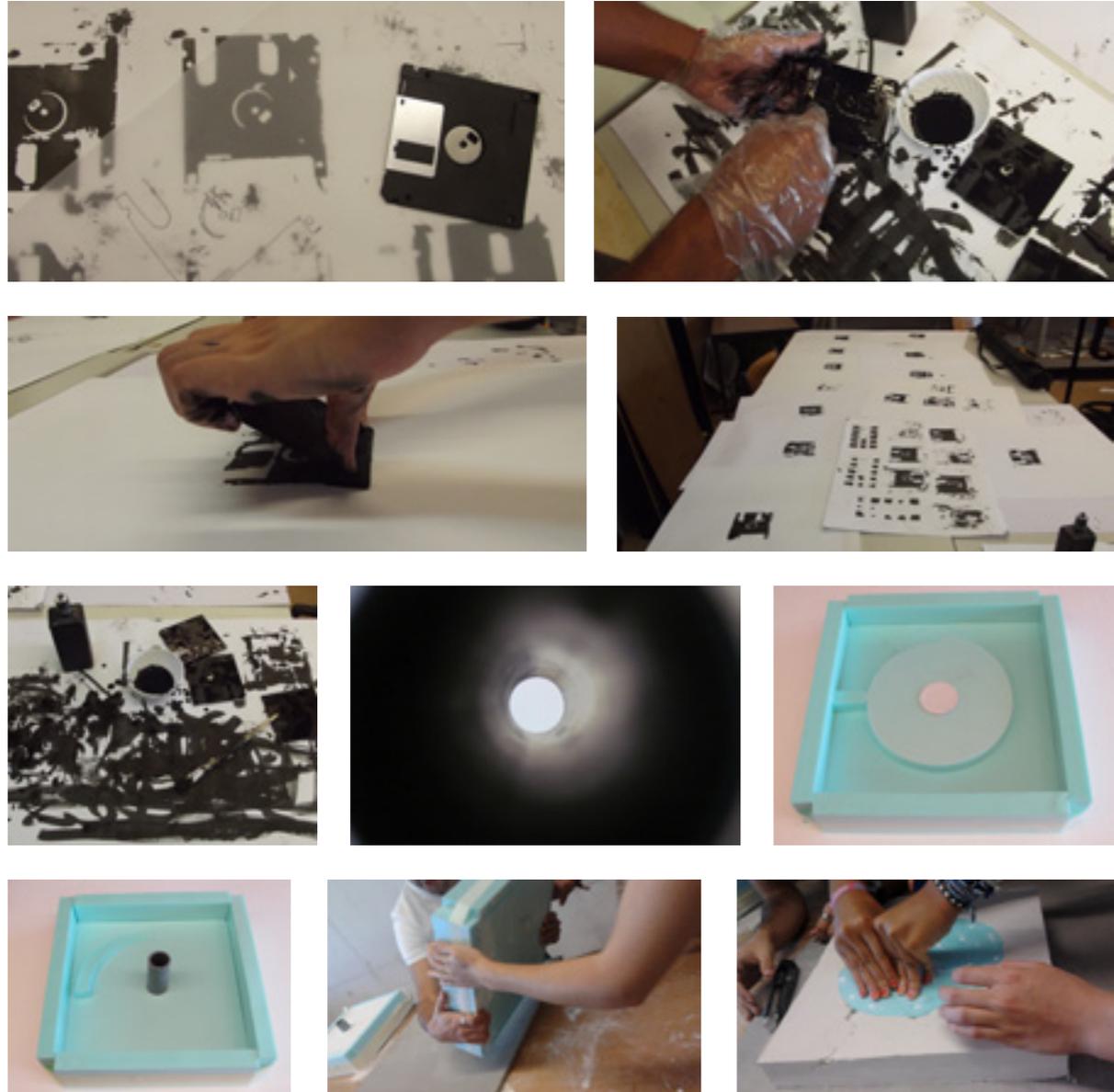


Chegada



Cortes

## STORYBOARD



**WORKSHOP GUINÉ-BISSAU**

África, uma palavra que provoca uma estranha e súbita sensação de calor, que nos faz ver a cores, que nos obriga a sorrir quando a dizemos em voz alta. «África» transporta-nos sobretudo para um imaginário não muito longínquo e é neste momento que a sensação de pertença nos começa a percorrer as entranhas. A nossa ligação a África começa no momento em que o tema «Mundo Novo» é exposto no contexto do Estado Novo e da sua relação com as ex-colónias africanas. Depois ouvimos um nome sonante, Amílcar Cabral, dizem-nos que vamos ouvir falar muito nele e, de repente, estamos a passear dentro da sala por Bafatá. Esta viagem sem sair do lugar apaixonou-nos e cativou a nossa atenção sobre uma antiga cidade que se encontra aparentemente abandonada pelos seus habitantes – migrados para a periferia. Uma cidade com um rio que se abre em frente dela em gancho e quase a abraça e abarca na corrente. Nesta cidade a presença portuguesa grita das paredes dos edifícios, emerge das ruas com travos de avenida e a história ajuda-nos finalmente a encontrar o elo que faltava, os factos, as autorias e os princípios. Com esta leve – muito leve, à qual não estamos habituados – bagagem, partimos nesta viagem. A ligação à orla do rio Geba foi

imediate e rapidamente nos debruçamos sobre o jardim onde jaz a memória de uma estátua do antigo governador da Guiné, entre 1906 e 1909, Oliveira Muzanti, da qual apenas resta o embasamento. Em linha e na desembocadura da avenida de Bafatá junto ao rio olha-nos ainda o busto de Amílcar Cabral, vigilante, e a seguir surge o mercado, abandonado no seu interior mas vivido à face da rua, e aqui vemos a batalha ganha pelas tradições locais. Tendas e expositores improvisados ganham vida em frente ao edifício. E começamos a imaginar esta vivência, esta cor, esta festa. E surge uma textura, um carácter efémero, amovível e adaptável ao qual é preci(o)so responder, surgem módulos com madeira, surge a afizélia e o metal, em doses reduzidas, surgem caixas (-fortes) para guardar o sumo do programa, surgem rodas de bicicleta sem pneus, surgem calhas e apoios, surge um auditório a um por-do-sol que mergulha no rio Geba, por entre as palmeiras.





Localização

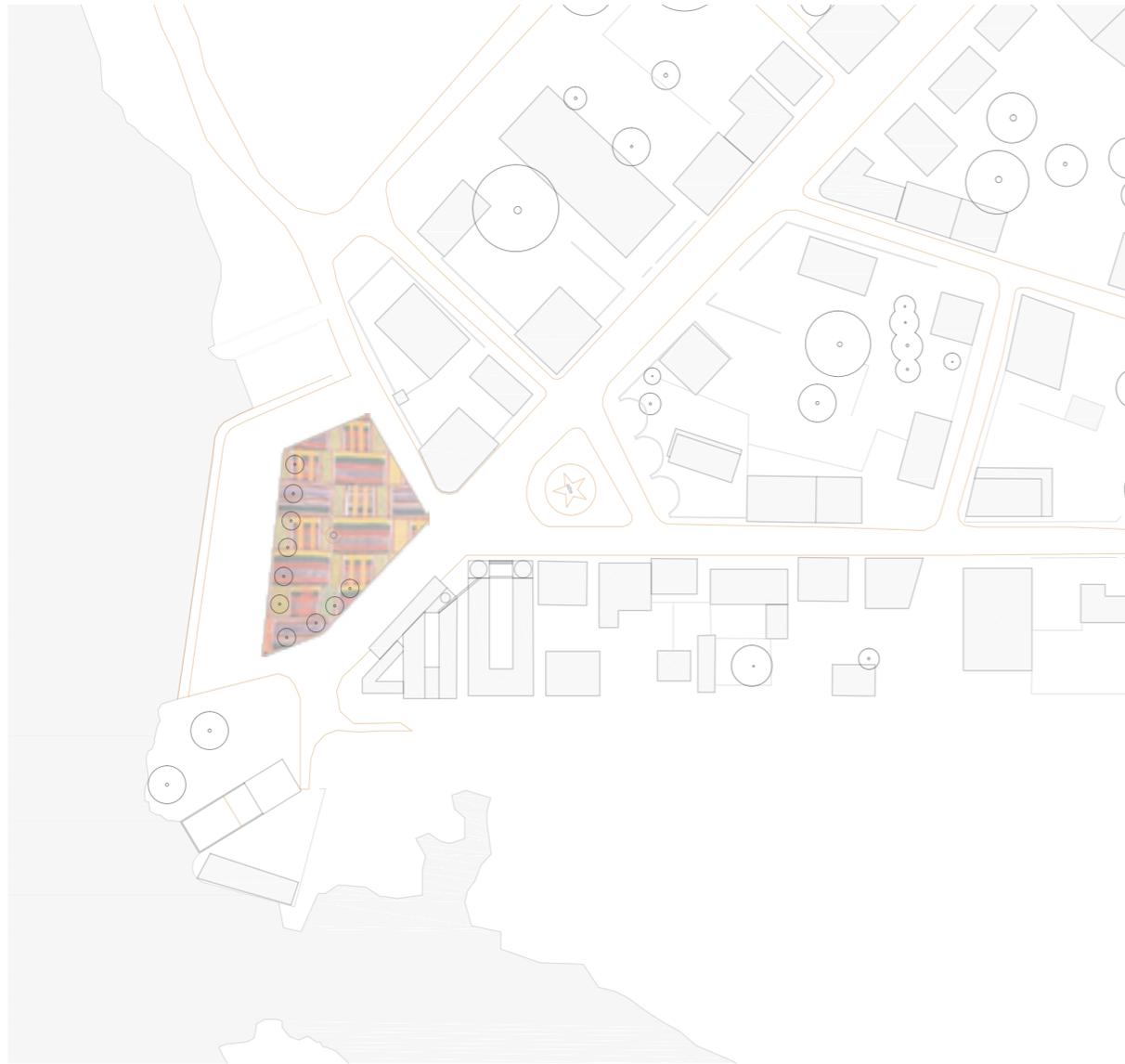




©2012 | Sofia da Palma Rodrigues



- 1 2
- 3 4
- 5



Implantação

Arquivo e centro de documentação

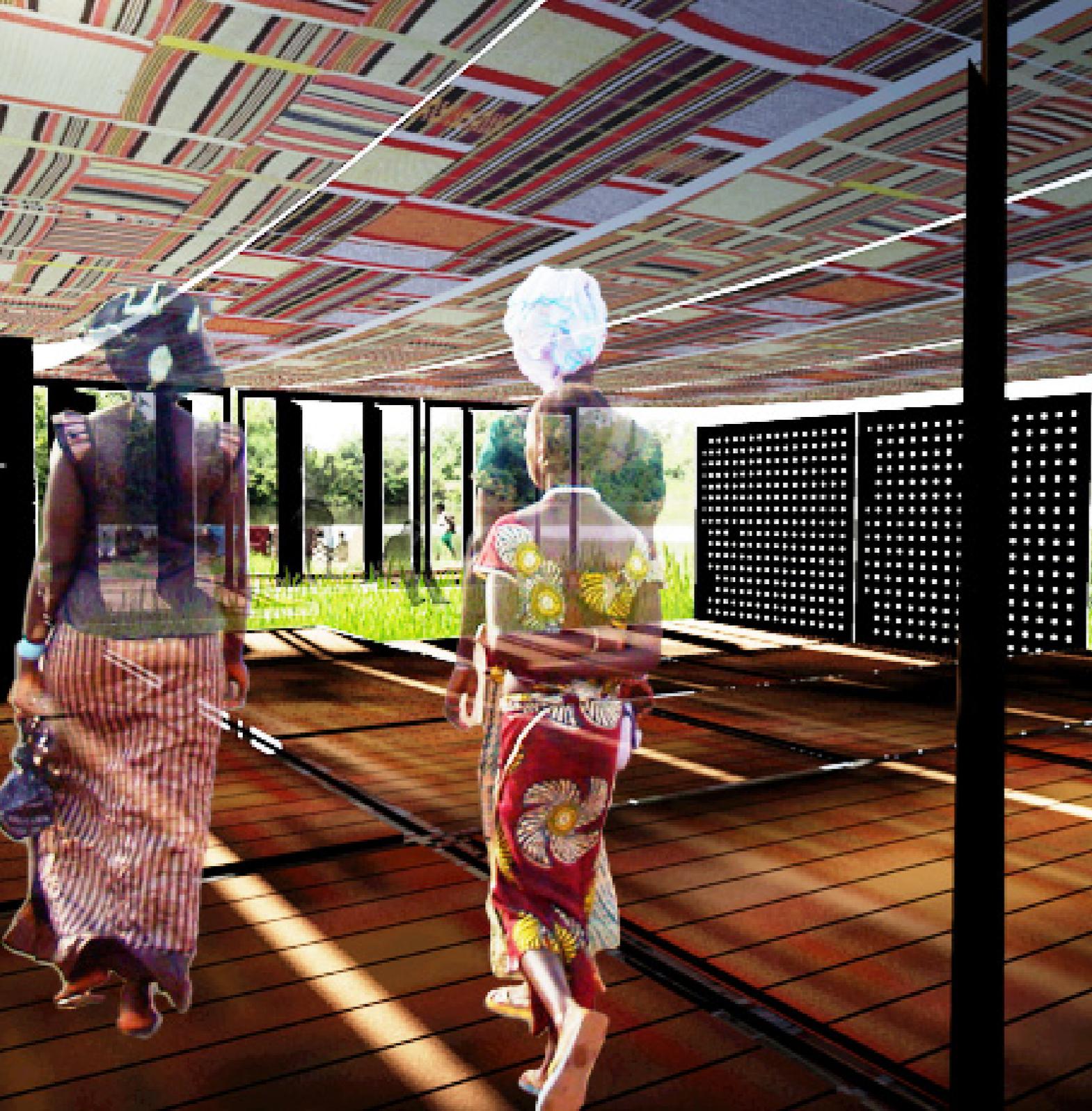
Centro de estudos e pesquisas

Centro de formação

Auditório



Cobertura



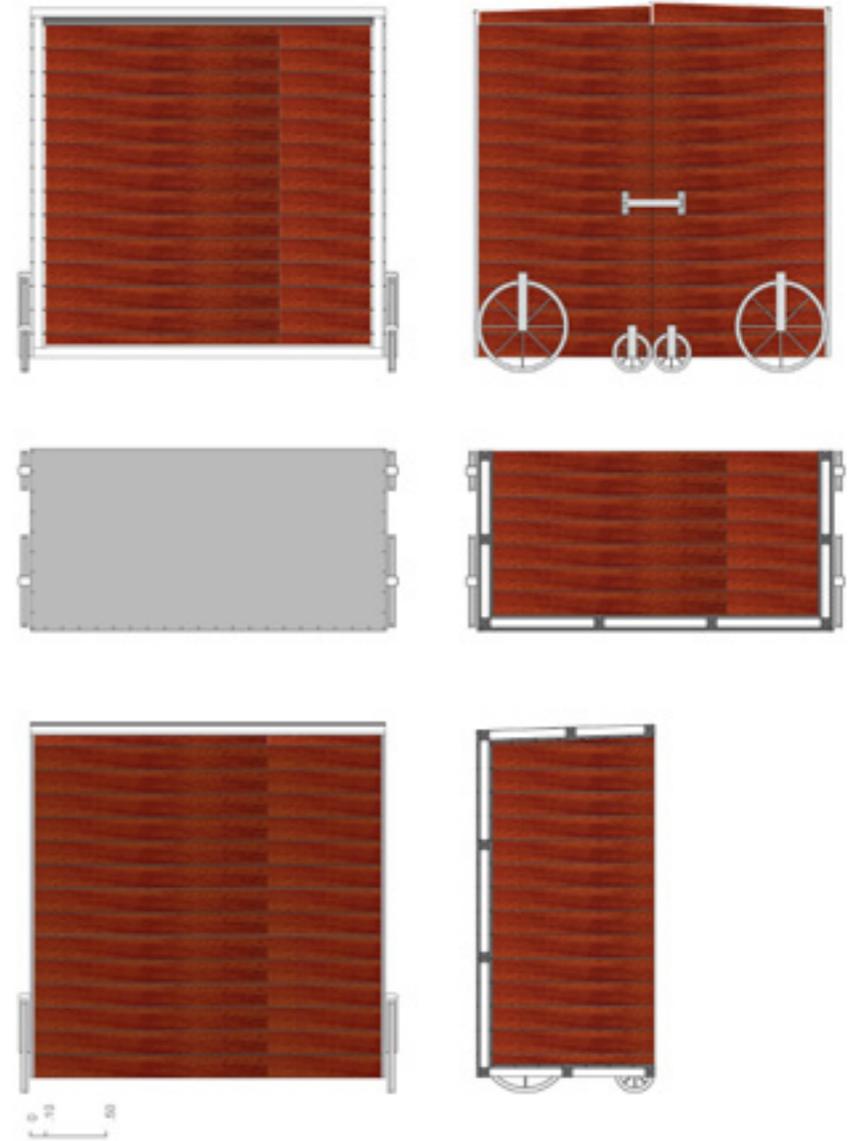
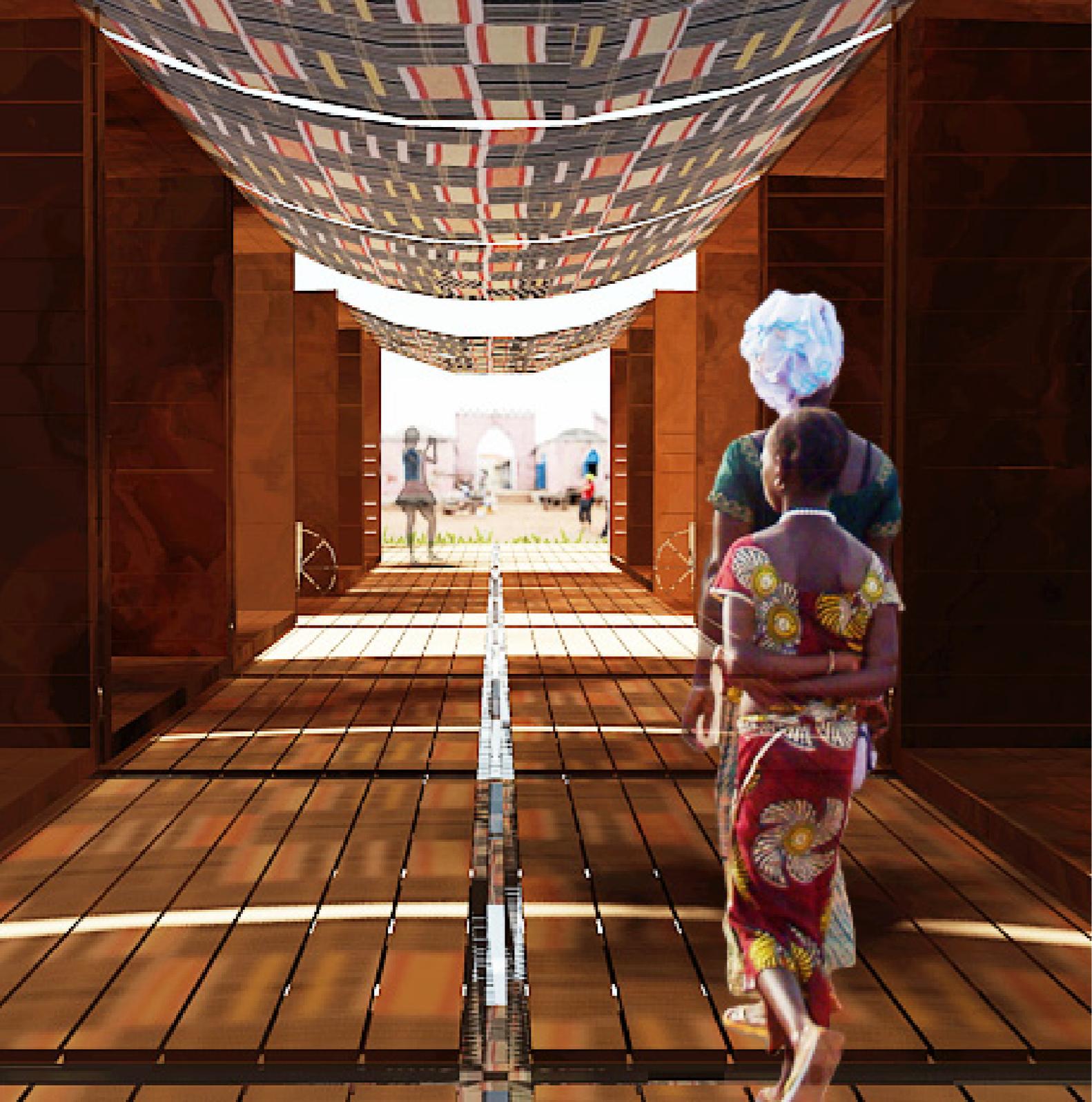
Módulo de caixa

Módulo de passagem

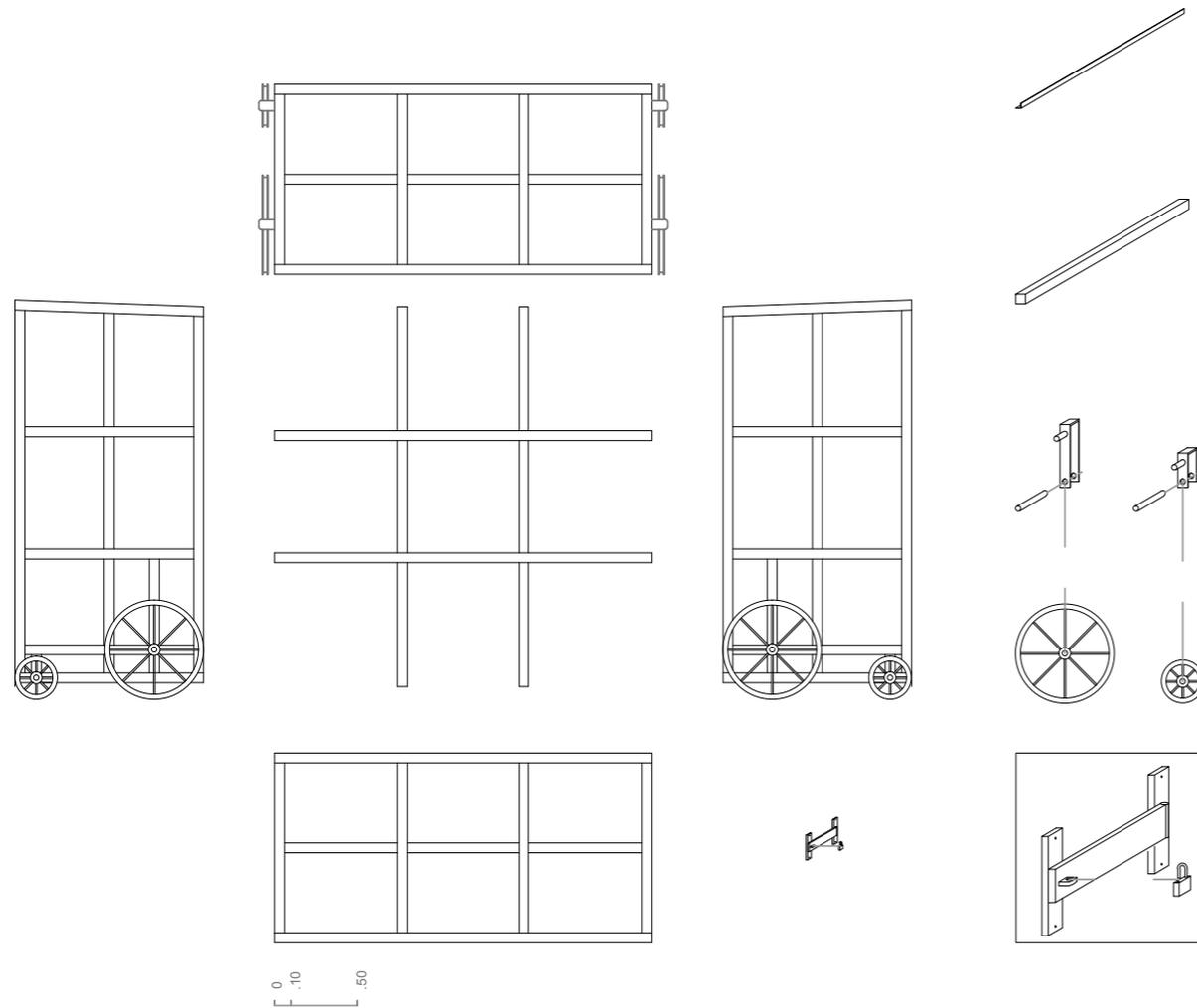
Módulo de parede



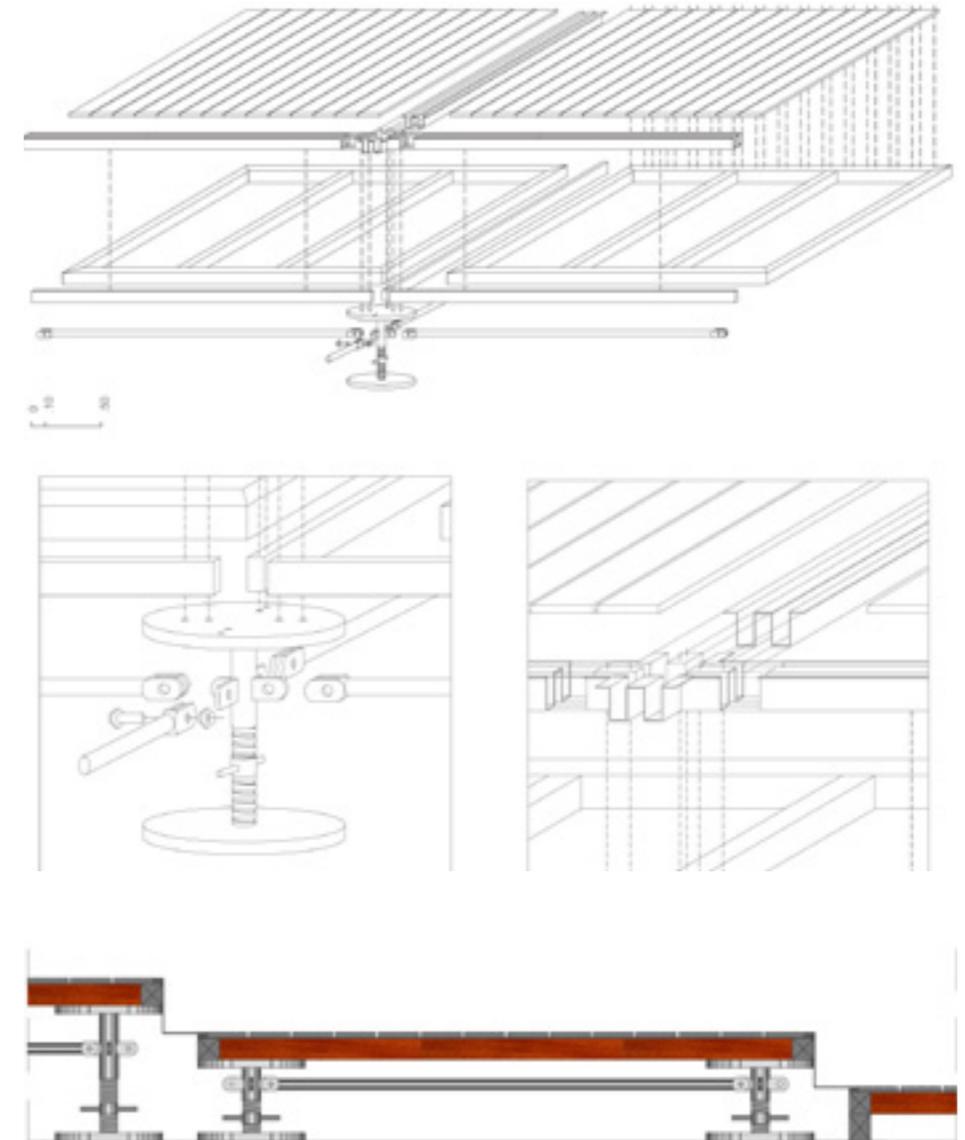
Térreo



Módulo de caixa



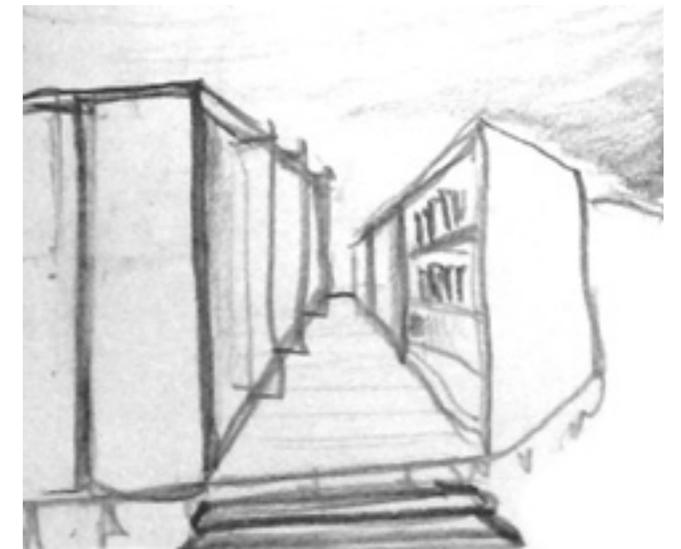
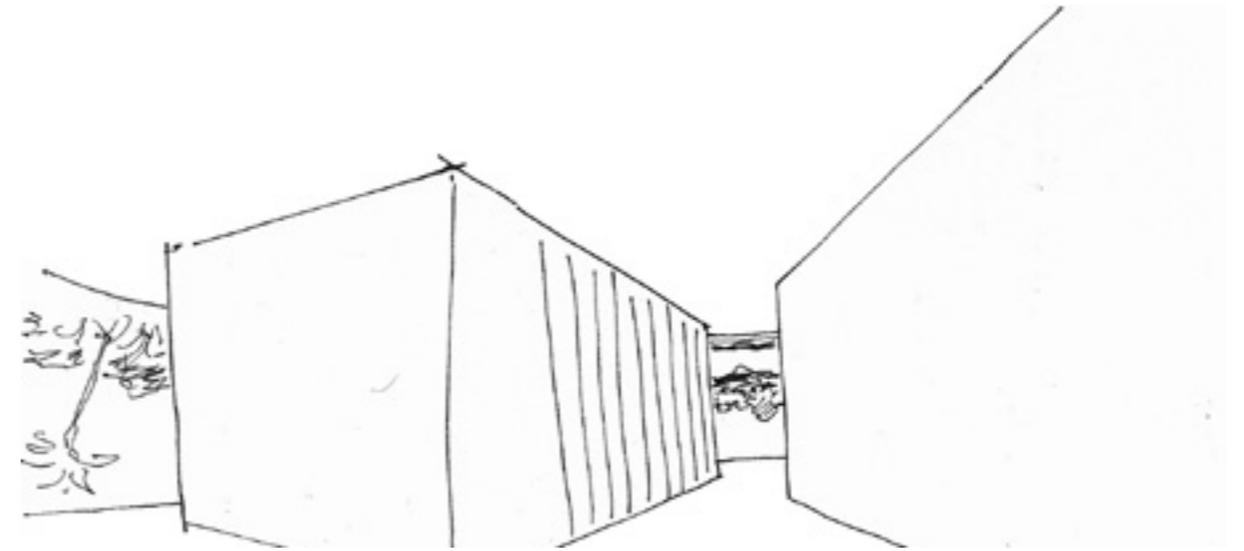
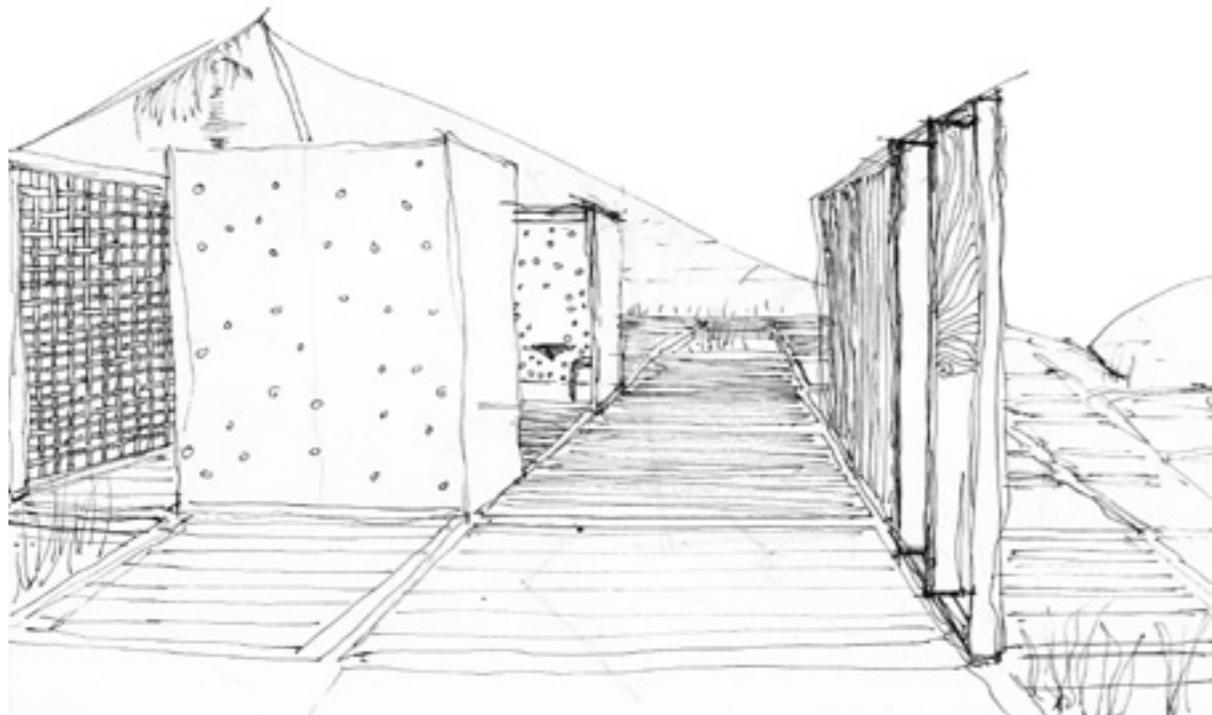
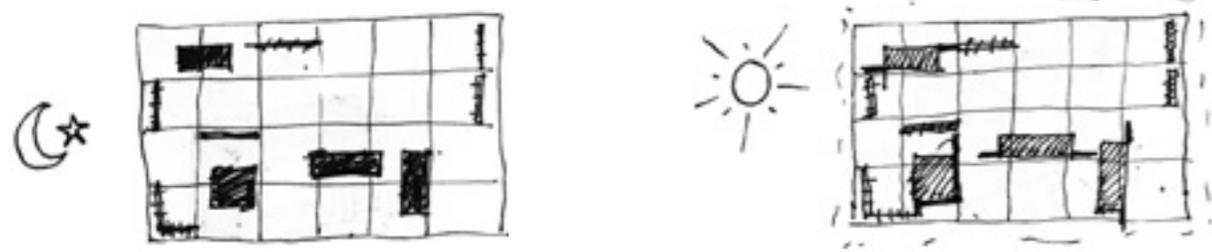
Módulo de caixa | Pormenorização



Pormenorização | Pavimento



## ESQUIÇOS

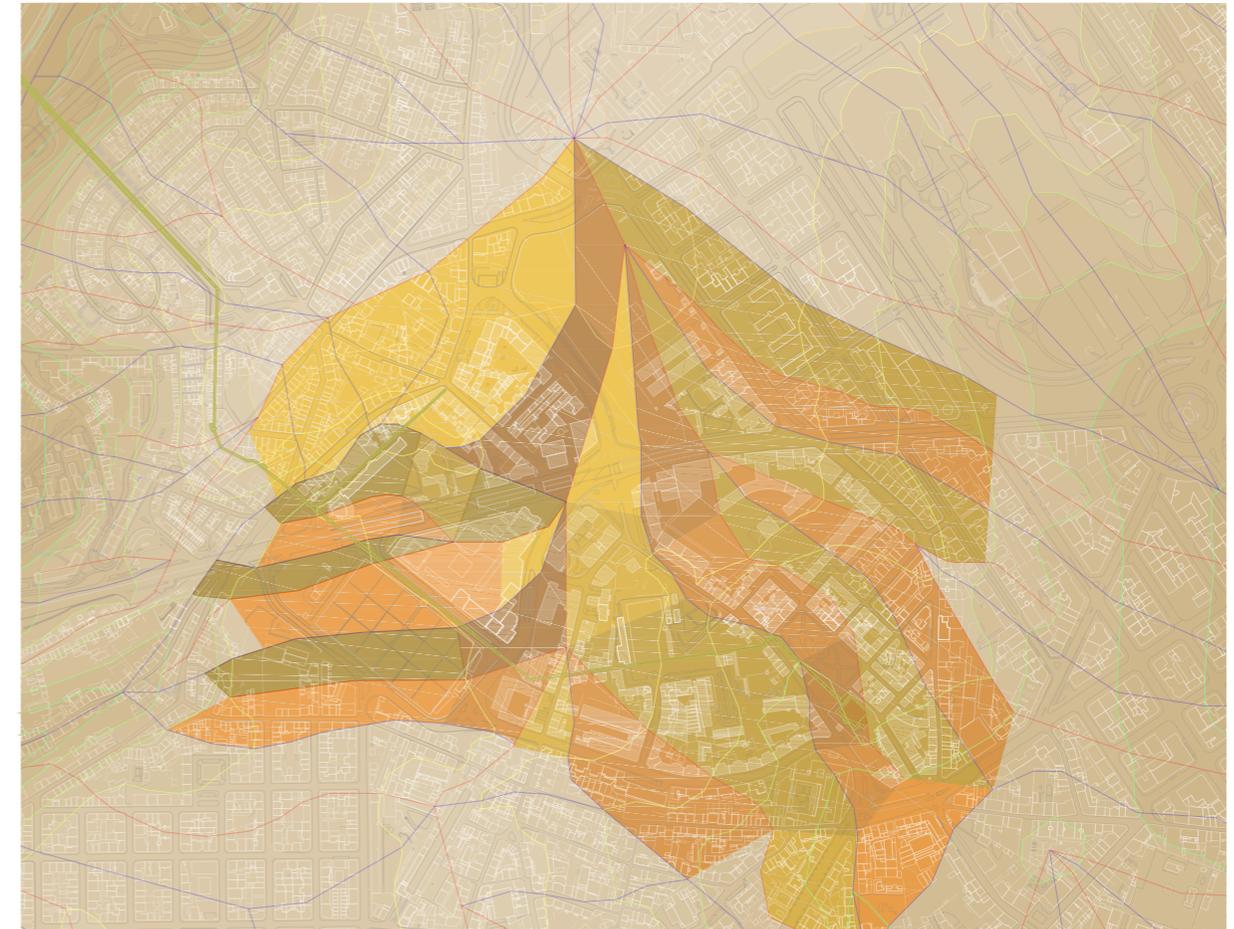




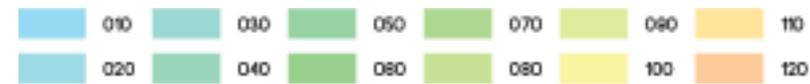
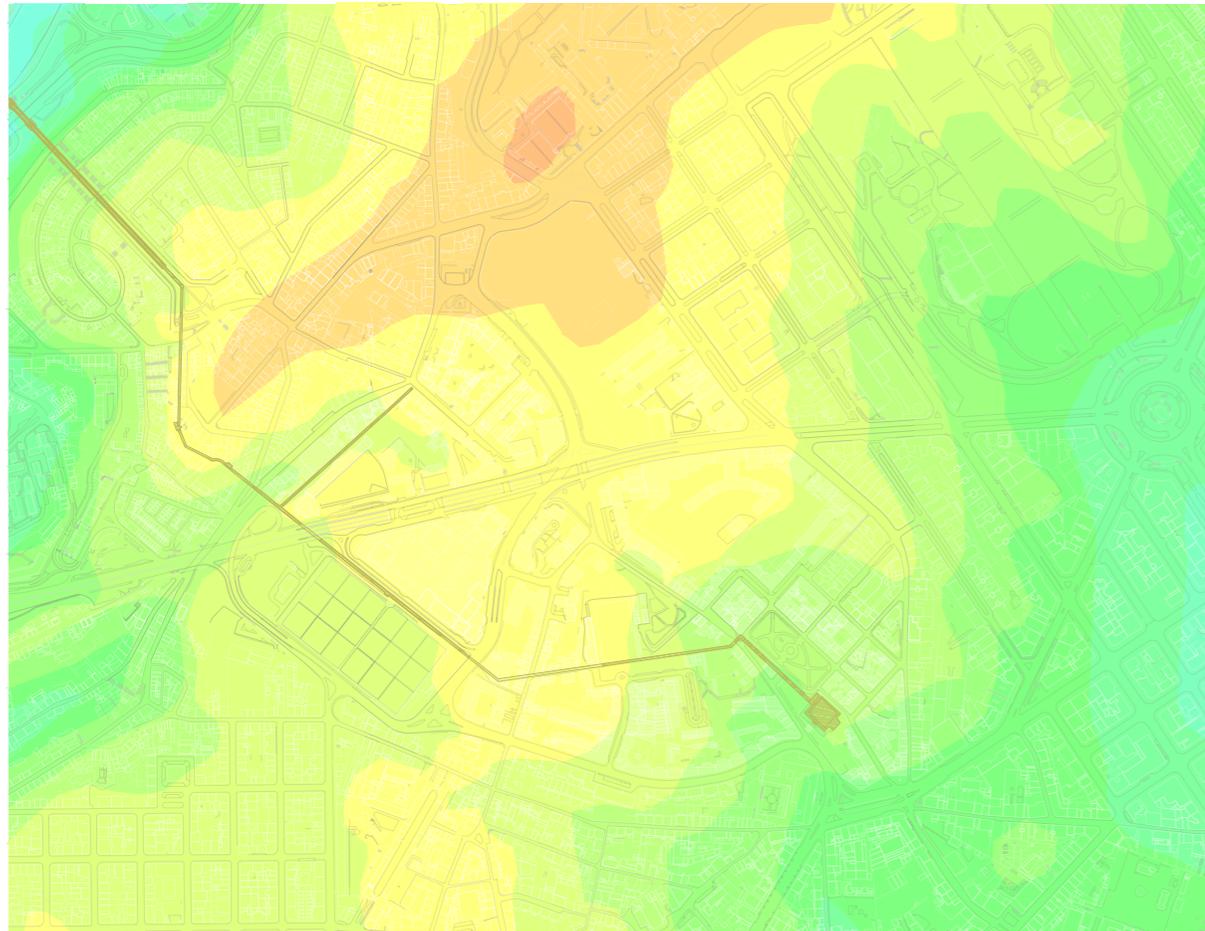
Na análise ao território procurou-se clarificar a imagem da área da cidade correspondente à colina das Amoreiras. Os elementos gráficos elaborados encontram-se dispostos em sequência zoom-in com o objectivo de proporcionar uma progressiva compreensão desta área urbana. Nesta secção, para além do reconhecimento do território, no qual se encontram a caracterização biofísica, estrutura edificada, mobilidade, planos urbanísticos condicionantes e evolução histórica, são também explicitados os princípios estabelecidos pelo grupo que irão definir o modelo social na cidade de Lisboa para 2034, alicerces sob os quais se erigiram as paredes dos projectos individuais.



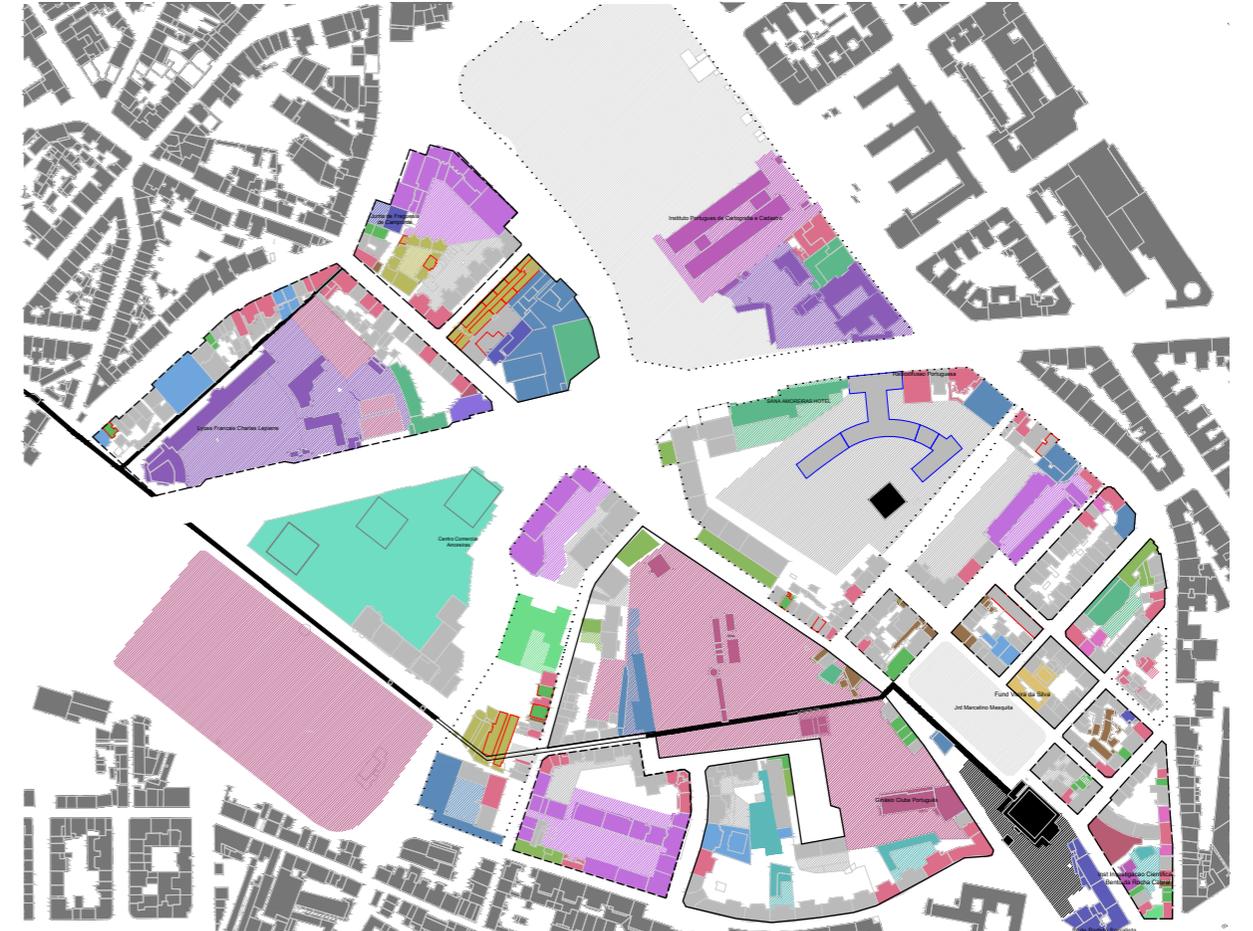
Espaços expectantes



Exposição solar



Hipsometria

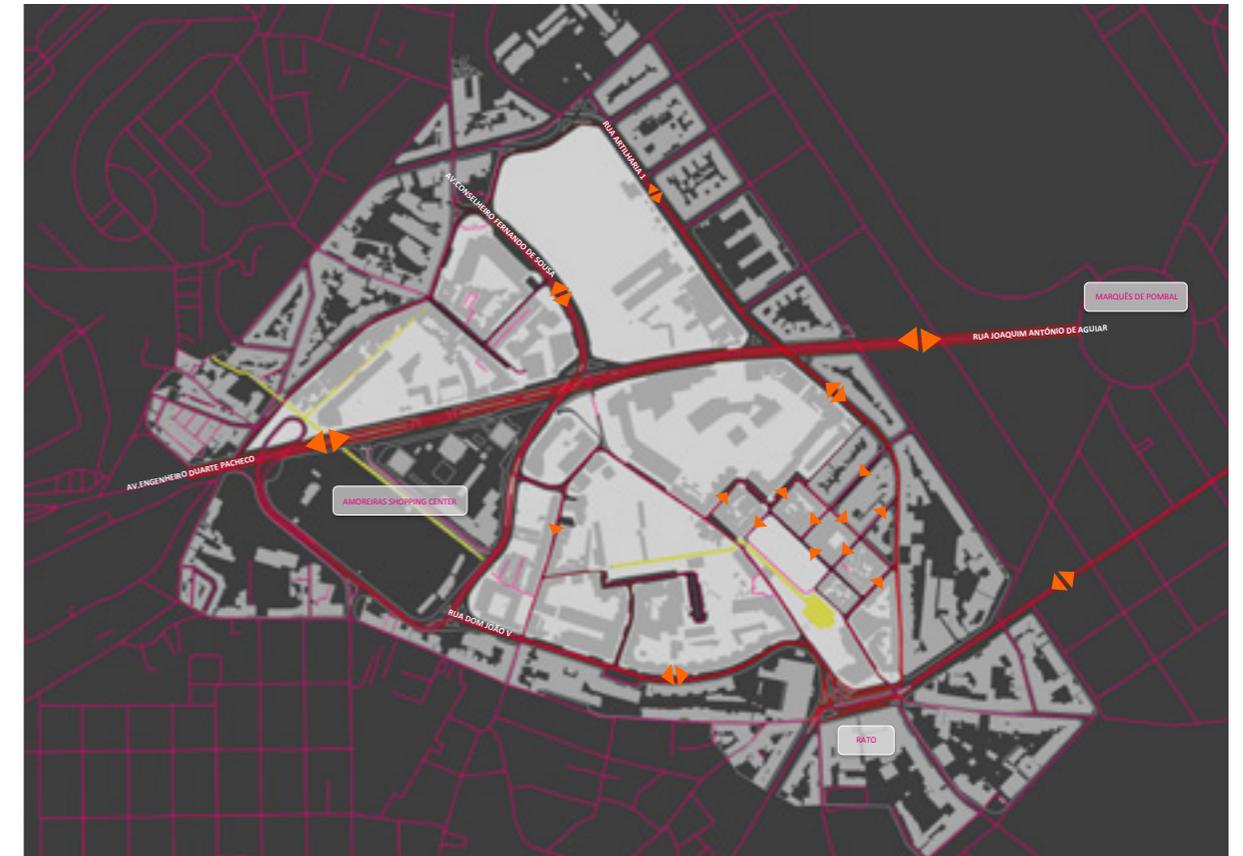


Usos



- PARQUE DE ESTACIONAMENTO COBERTO
- PARQUE DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO
- ZONA PEDONAL

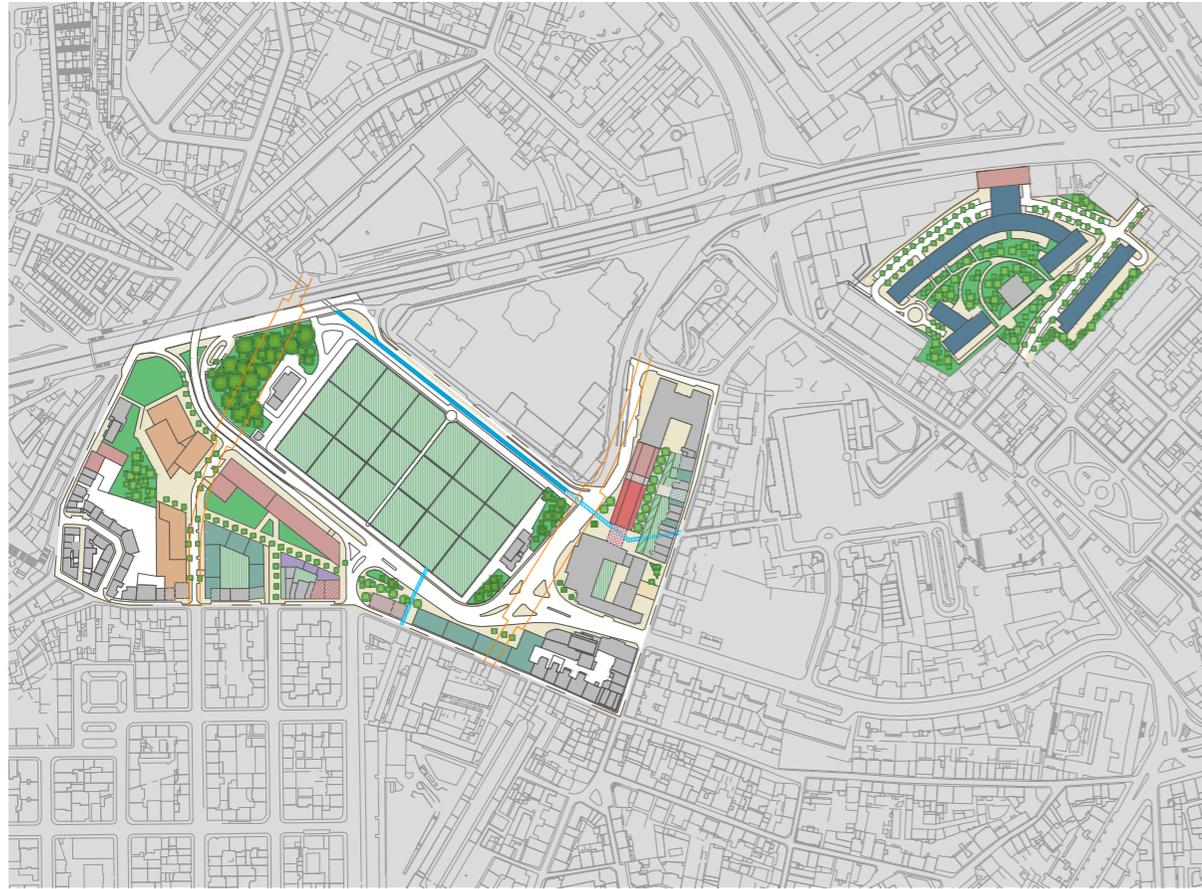
Percurso pedonal



- EIXO VIÁRIO
- ➔ SENTIDO VIÁRIO
- INTENSIDADE TRÁFEGO

Fluxos





- SELECÇÃO EXISTENTE A MANEJAR
  - TERCEIRO
  - HOTEL E COMÉRCIO
  - COMÉRCIO
  - RESIDÊNCIA E COMÉRCIO
  - RESIDÊNCIA
  - PARQUE PÚBLICO, PELOSO
  - EQUIPAMENTO PÚBLICO
  - TRAÇADO DO METROPOLITANO-BUS/BIKE
  - PARQUE PÚBLICO DE PEQUENO
- 
- ÁREAS VERDES DE USO PÚBLICO
  - ÁREAS VERDES PRIVADAS COM USO PÚBLICO CONDICIONADO
  - ÁREAS VERDES PENHAS
  - AGUAMENTO SUBTERRÂNEO

Plano de Pormenor

## EVOLUÇÃO HISTÓRICA

### Edificado

Aqueduto/ Mãe d'Água.

Convento das Trinas do Rato.

Início do parcelamento a Noroeste da Mãe d'Água (7 parcelas de terreno, possivelmente destinadas a receber o edifício da fábrica das Sedas).

### Outras Informações

1771: plantação da 1ª amoreira pelo Marquês de Pombal para a criação de bichos da seda, fornecendo matéria prima para a fábrica das Sedas.



1770 | Remodelação Paroquial pós-terramoto

### Edificado

Aumento do número de construções acima da linha Este-Oeste do aqueduto.

Parcelamento a Noroeste da Mãe d'Água com doze parcelas.

Palácio do Marquês da Praia.



F. Constantino | 1820

### Edificado

Parcelamento (edificado) a Noroeste da Mãe d'Água com apenas quatro parcelas.

Palacete da Quinta do Mineiro em forma de "U".

Palácio do Marquês da Praia (área construída definida na planta).



1826 | Real Casa do Risco

### Edificado

Organização estruturada dos terrenos a Nordeste do aqueduto, onde mais tarde aparece o depósito da companhia das águas.

### Outras Informações

1874: nome de Rua das Amoreiras fica assente em edital (Dias, 1990, p.81).



Filipe Folque | 1856-1858

**Edificado**

Depósito da Companhia das Águas  
Vilas Operárias: Vila Raúl, Vila Romão da Silva, Vila Reis e Vila Sérgio

**Outras Informações**

1923: terrenos onde hoje existem o Complexo Amoreiras e os seus edifícios vizinhos pós-modernos vendidos ao Sport Lisboa e Benfica. Para este local foi projectado pelo clube um estádio que nunca chegou a ser construído. Mais tarde o clube é obrigado a abandonar o lugar pois este seria cortado por uma futura avenida (Dias, 1990, p. 82).



1904-1911 | Silva Pinto

**Edificado**

Bloco das Águas Livres.  
Companhia de Carris de Ferro de Lisboa.

**Outras Informações**

1938: Companhia de Carris de Ferro de Lisboa (Dias, 1990, p. 83).



Câmara Municipal de Lisboa | 1950

**Edificado**

Hospital Militar.  
Liceu Francês Jaques Lepierre.

**Outras Informações**

1980: Câmara Municipal de Lisboa anuncia em conferência de imprensa o projecto para um complexo habitacional e comercial de luxo, na zona das Amoreiras, onde hoje se situa o parque de estacionamento da Carris (Dias, 1990, p. 83).



1970 | Câmara Municipal de Lisboa

**Edificado**

Complexo Amoreiras.  
Hotel D. Pedro.  
Instituto Geográfico Português.  
Ginásio Clube Português.  
Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva.

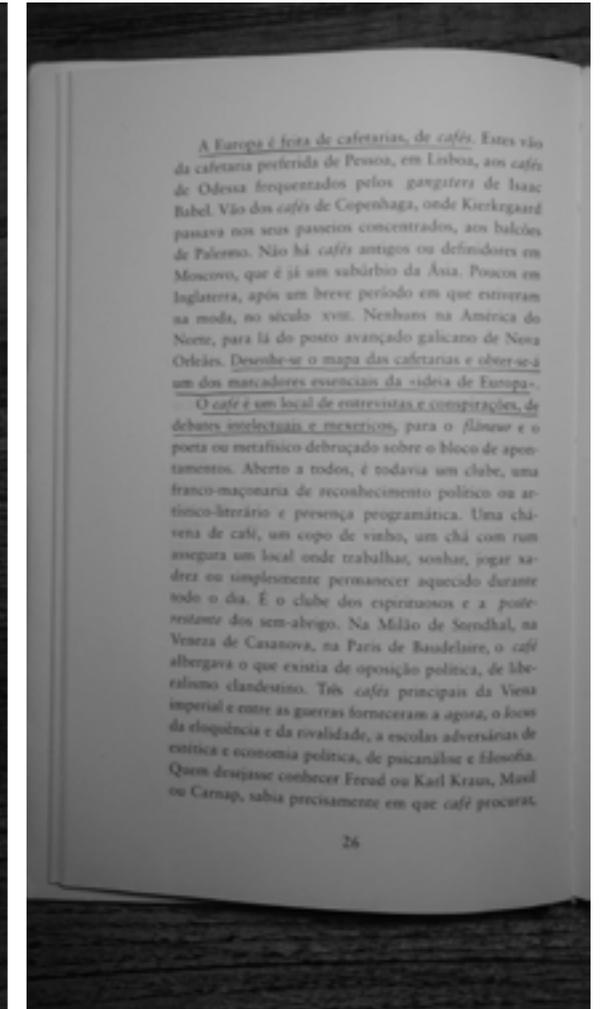
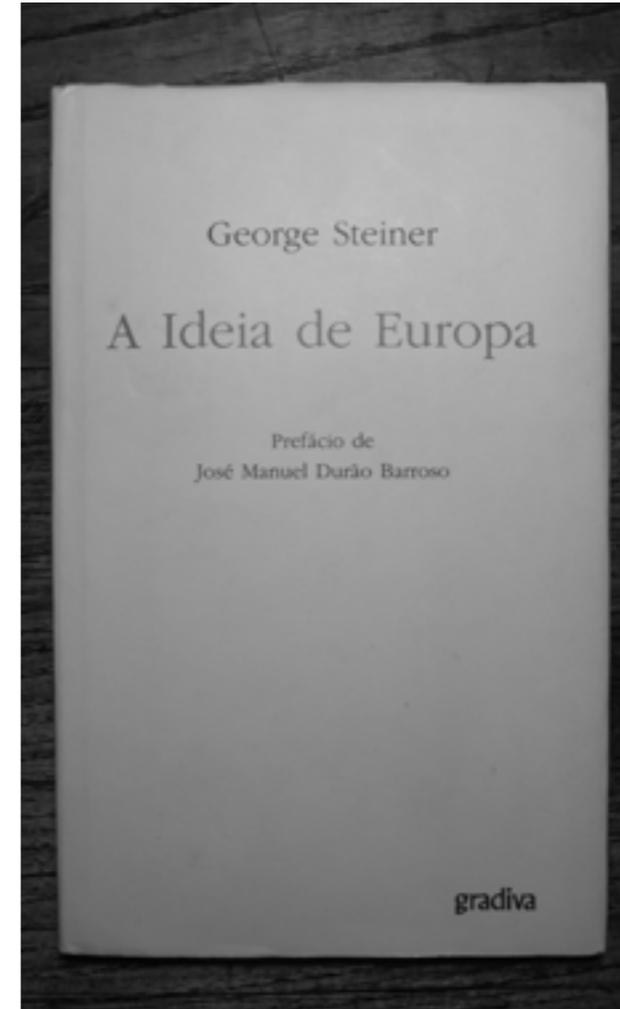
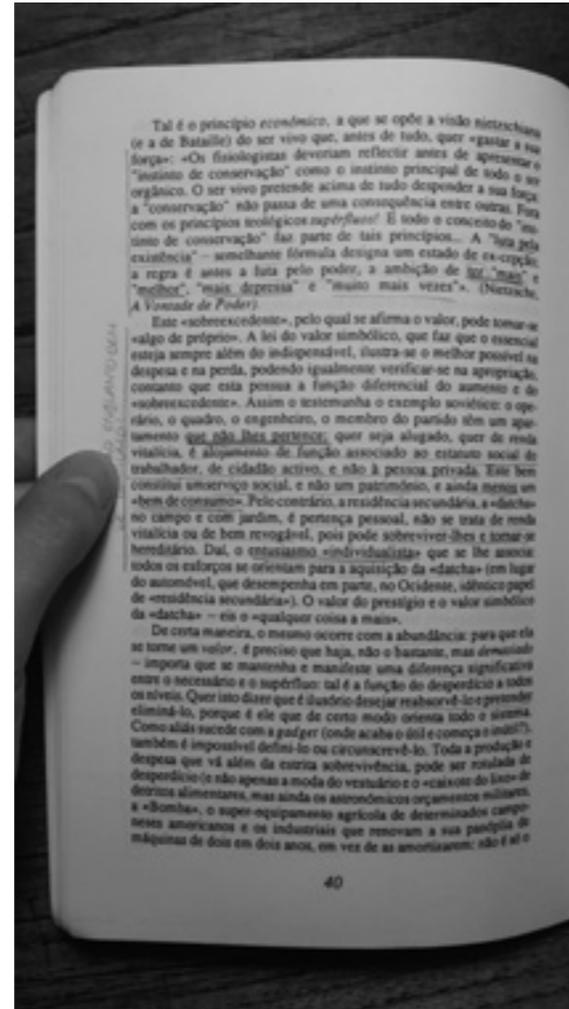
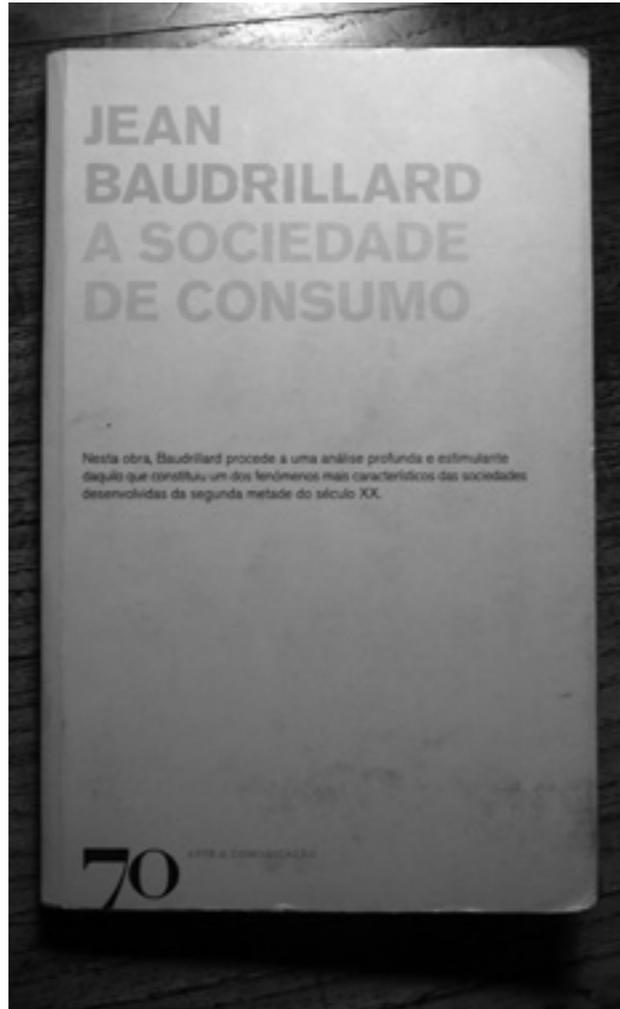
**Outras Informações**

1771: plantação da 1ª amoreira pelo Marquês de Pombal para a criação de bicho da seda, fornecendo matéria prima para a fábrica das Sedas

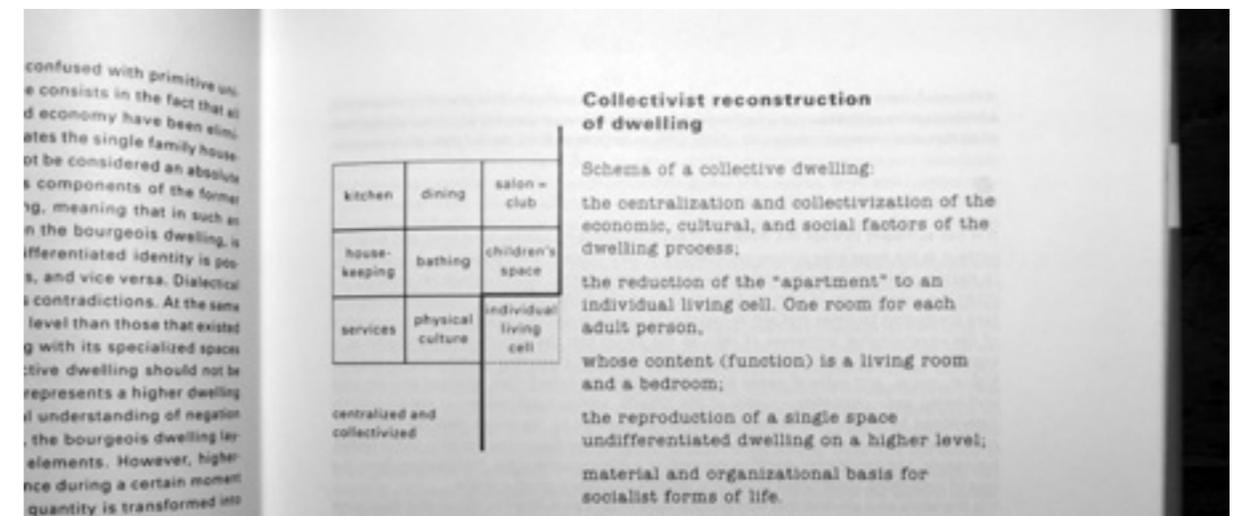


Fotografia Aérea Bing Maps | 2012

## MODELO SOCIAL 2034



Pretendemos, a partir dos princípios do socialismo utópico, dos exemplos dos Falanstérios, Familistérios e de construções como Karl Marx Hof em Viena de Áustria, redefinir o conceito de habitar. Procuramos criar espaços que se adequem a uma sociedade onde a privacidade comporta mais espaço que a mera “individual living cell”, onde o colectivo e público ganham ênfase, centralidade, prioridade. Cidades onde o encontro aconteça. Cidade onde os espaços de discussão, partilha, tertúlia voltem a ser o centro, a fábrica de sociedade e cidadania.





**Falanstère**  
Charles Fourier 1772-1837



**Familistère Guise**  
Charles Godin 1817-1889



**Karl Marx Hof**  
Programa habitacional criado pela  
democracia socialista austríaca  
Karl Ehn 1930

Já são 19h23, aterrei, gostava de saber porque é que ainda não mudaram estes lugares para os hidráulicos com suspensão, estas aterragens deixam-me logo sem vontade de fazer a próxima viagem. Vale-nos esta pressa na saída, foram muitas horas pelo ar. Espero que o táxi já esteja à minha espera, preciso de ir comer qualquer coisa ao centro. Talvez seja melhor ir primeiro a casa, a bagagem não é muita, ao chegar lá o mais certo é cair-me o cansaço todo de uma só vez no corpo, é melhor não. Vou desmarcar o táxi e apanho o metro para o centro, ouvi dizer que Lisboa era dotada de uma luz incomparável tanto de dia como de noite. Ainda tenho amanhã, o dia todo, para me deixar encantar pela cidade. Dois minutos para o metro chegar, quem diria que Lisboa finalmente se poria a passo das outras metrópoles, em 30 anos, nada mal. Espero que me tenham disponibilizado uma bicicleta também, não se referiram a isso, e eu nem me lembrei de perguntar, já devia ser mais que obrigatório disponibilizarem-nas cá para forasteiros como eu. Desculpe, para ir para o centro, onde devo sair, Saia no Rossio, é o ponto mais perto de tudo, está de bicicleta, Não, Bom então talvez seja melhor na colina do castelo, Obrigado. As noites ainda não aqueceram e já é fim de primavera, bemdito rio, bemdito oceano, quero muito ir experimentar as praias da costa sul, daqui a uns meses, quando as noites aquecerem. Vamos lá ver, aqui nas

redondezas o que há para saciar esta fome de avião, é já ali no largo dos Lóios, isto realmente de bicicleta fazia-se muito melhor, e mais rápido, este casario antigo é incrível, a velocidade da bicicleta não me ia certamente deixar contemplar tão cautelosamente as fachadas, nem deter-me a ver os jogos de sombras chinesas atrás das janelas iluminadas, talvez amanhã volte a dar protagonismo aos meus pés em vez de me apressar a saber da bicicleta. Combinados do dia, talvez um guisado de legumes vermelhos e centeio, estes restaurantes comunitários deixam um cheiro de abrir o apetite nas ruas, pobres dos que já o têm rasgado pelas horas que passaram e por aqui deambulam como eu, está ali uma mesa livre junto a um painel-jornal, gostava de saber o que se tem passado por aqui nos últimos meses. Última universidade portuguesa com sistema de rede de investigação equipada com sucesso, novo troço de metro chega finalmente a Monsanto, tenho que ir visitar este sítio, nova extensão do Jardim Botânico abre já no próximo mês em Monsanto, Associação de Apoio ao Envelhecimento publica novas contagens da população mundial, Taxas de natalidade irão subir nos próximos 5 anos, não irá ser fácil voltar ao que havia há 15 anos atrás, eu que já pus essa possibilidade de parte, não sei, não nasci para ser pai, mas por vezes, isso de deixar legado genético é o que os meus avós diziam, não é conversa para

um tipo como eu, não quero estar agora a pensar nesse assunto, aquelas discussões conservadoras nunca chegavam a lado nenhum.

Dolce Vita Tejo em risco de ruína, ainda têm centros comerciais por aqui, incrível, red light district reabre em Lisboa e Porto, esteve fechado, estranho, o red light district reabre após vários anos de contestação por parte dos moradores da zona de Alfama. Após vários anos de discordâncias com os órgãos de gestão municipais, a Associação de moradores local aceitou o projecto red light district – Lisbon, já em actividade desde 2019 e muito antes em outras capitais europeias. De facto, ter os mesmos moradores há 10 anos no mesmo lugar tem consequências graves nas cidades. Já são 21, tenho que subir até ao castelo antes que as luzes principais apaguem, não sei a que horas o fazem cá, amanhã ainda tenho o dia para conhecer o resto do centro, devia começar por cima, desde casa, e a partir de lá ir descendo essa colina a pé até ao cais, tenho que me sentar a olhar para o mapa e a planear o dia de amanhã com mais calma, ah bancos, claro, é de facto impressionante, aquela margem deve ser bastante rica em espaços de cowork, tive sorte, ainda está tudo ligado, parece quieto neste centro nasce do rio, trepa pelas colinas e aí descansa, se instala e aprecia a vista. Desde que os centros históricos passaram a ser intocáveis, a sensação que se tem quando

subitamente neles nos encontramos é de uma viagem no tempo que perdemos a meio do caminho, estranhamente, não nos apercebemos da linha que separa as duas cidades, Lisboa não deve fugir muito à regra. Amanhã começo a partir de casa, a pé desço até ao Largo do Rato, podia ir pela Rua da Escola Politécnica e continuar a descer até ao Bairro Alto, ou passar na Praça da Alegria e descer pela Avenida da Liberdade, ou até descer desde o rato até ao Convento de São Bento e depois ir directamente ao rio, ou talvez seja melhor deixar-me levar pela surpresa, que estou eu a fazer, a planear um passeio a pé numa cidade, não, vou deixar que a cidade me guie, tenho o dia todo. Vou descer para apanhar o metro ali na colina, estou com curiosidade de conhecer a casa que vou ocupar nos próximos seis meses. Esta estação é fabulosa, é uma autêntica gruta, esta atmosfera tão primitiva com a rocha liga-a directamente à cidade mais antiga, já sabemos o que nos espera mesmo antes de sairmos à superfície. Será que a Ann já chegou também, ela disse que me avisava, a viagem dela era mais longa que a minha, espero até chegar a casa.

875146, ligar a micro-geração, desligar as luzes. 10 horas. Posso dormir mais um pouco. 10 e 42. Tenho que me levantar. Sonho estranho. Água. Duche. A etapa preciosa do dia, lava, leva-nos o sono. Tomo o pequeno-almoço quando me fizer ao caminho.

TEMA III ESPAÇO PÚBLICO NAS AMOREIRAS



Lisboa, cidade de colinas, possui uma relação particular com a sua topografia. É ao mesmo tempo um obstáculo à mobilidade, ao crescimento urbano e é uma das principais razões da sua beleza. A valorização da topografia acidentada enquanto característica positiva de uma cidade encontra-se intimamente relacionada com uma mobilidade eficaz, isto é, quanto mais acessíveis e polivalentes os transportes públicos se apresentarem aos cidadãos, melhor será a qualidade de vida das populações e fruição do espaço urbano.

A malha urbana da cidade de Lisboa articula-se com dois momentos de marcada expressão territorial. O rio Tejo e o Parque Natural de Monsanto estruturam e marcam a imagem da cidade, no entanto, carecem de uma articulação entre ambos que possa ser usufruída diretamente pelos peões. A criação de uma ligação pedonal pública entre estas duas colinas além de permitir um acesso direto de quem anda a pé ou de bicicleta ao parque de Monsanto, permitiria também fortalecer a ligação dos bairros da Liberdade e da Serafina ao centro da cidade de Lisboa.

A topografia da cidade de Lisboa não deve constituir um obstáculo à utilização de meios de transporte não

motorizados e a mudança de hábitos da população pode ser estimulada com uma melhor articulação entre este tipo de transportes privados e os transportes públicos.

No seguimento do exercício individual do ano letivo – quatro habitações na colina das amoreiras – selecionámos para o exercício do Tema III o eixo Amoreiras-Santos. Tendo sido definido no programa do exercício uma área de intervenção desde o Largo do Rato até à colina das Amoreiras, considerámos que essa área se poderia estender ao rio Tejo. Desta vforma assumimos para a estratégia urbana o eixo entre a colina das Amoreiras e Santos, revitalizando assim uma antiga ligação entre estas duas áreas.

Dentro deste eixo selecionámos o percurso que se inicia na Rua Conselheiro Fernando Sousa, cruza a Avenida Duarte Pacheco seguindo em linha reta pela Rua das Amoreiras até ao Largo do Rato, segue pela Rua de S.Bento e desce pela Rua Dom Carlos I até ao Largo Vitorino Damásio.

A opção por este percurso, com objetivo do desenvolvimento da proposta, resultou da análise efetuada a esta zona e do seu cruzamento com o conceito de sociedade desenvolvido no âmbito do tema.

Seguimos o princípio de que num período de vinte anos o local de encontro, cruzamento e interação dos cidadãos será a Rua e o transporte público. Nesta ótica, assumimos a Rua e o elétrico como objetos a estudar e desenvolver neste projeto.

O elétrico, como transporte que serve a cidade, sobretudo em percursos com elevada inclinação e ruas estreitas, pode com as devidas readaptações tornar-se num meio de transporte facilitador de vida. Desta forma a infraestrutura de elétrico existente neste eixo seria reativada.

A revitalização da Colina das Amoreiras seria alcançada pela sua conjugação com a pluralidade da zona do Rato, representatividade de São Bento e com a vivacidade e capacidade de funcionamento vinte e quatro horas da zona de Santos. A articulação destas três zonas está presente no plano para a expansão das linhas de Metropolitano de Lisboa, que carece no entanto de uma ligação vertical entre as suas estações. A proposta baseia-se, para cada uma destas estações, num tipo de funcionamento semelhante a um pequeno interface, onde elétrico e metropolitano se servem mutuamente: o metro enquanto ligação a zonas mais distantes da cidade, e o

elétrico com funcionamento semelhante a um elevador, ligando as futuras estações das Amoreiras e Campolide – expansão da linha vermelha -, e Rato, São Bento e Santos – futura linha verde. Esta ligação vertical seria materializada através da alteração dos materiais do pavimento das ruas referidas, substituição das atuais paragens de elétrico e iluminação pública, e um upgrade, sob a forma de um suporte de bicicletas, para o elétrico a circular no eixo Amoreiras-Santos.

Onde hoje encontramos paralelo e asfalto, encontraríamos paralelo em granito pedras salgadas e os lancis, hoje em pedra, seriam em betão branco. As paragens de elétrico por nós desenhadas são peças em metal, constituídas por um banco, cobertura e paragem para bicicletas. Este elemento foi desenhado para produção em série e fácil aplicação em qualquer rua de Lisboa, por encaixe no espaço correspondente aos lancis de betão. Tanto as peças para iluminação de rua como a estrutura da paragem são elementos de perfil linear que são lançados do lancil, crescem desenhando uma silhueta e voltam a “mergulhar” no lancil de betão.

O suporte de bicicletas aplicado no elétrico é inspirado numa estrutura em

ferro utilizada na dianteira dos antigos elétricos e elevadores de Lisboa. Apesar de apresentar um design semelhante a estas antigas estruturas é, comparativamente, mais resistente e capaz de transporte de cargas. É constituído por duas peças principais, uma de fixação de bicicletas e outra de fixação ao elétrico.

O Parque Natural de Monsanto surge como uma grande massa verde ativa, embora em fraca ligação física com as áreas urbanas centrais da cidade. O aqueduto surge neste contexto como a única estrutura de ligação direta, mas atualmente desativada para este fim. Desta maneira encaramos esta infraestrutura como uma “ponte” a reativar, processo que se faria em articulação com o percurso do elétrico no eixo Amoreiras-Santos. A estrutura do aqueduto receberia no seu exterior a parte pedonal do percurso e no seu interior carris destinados à circulação de um funicular.



Monsanto, cidade e Tejo



Monsanto, metro e Tejo

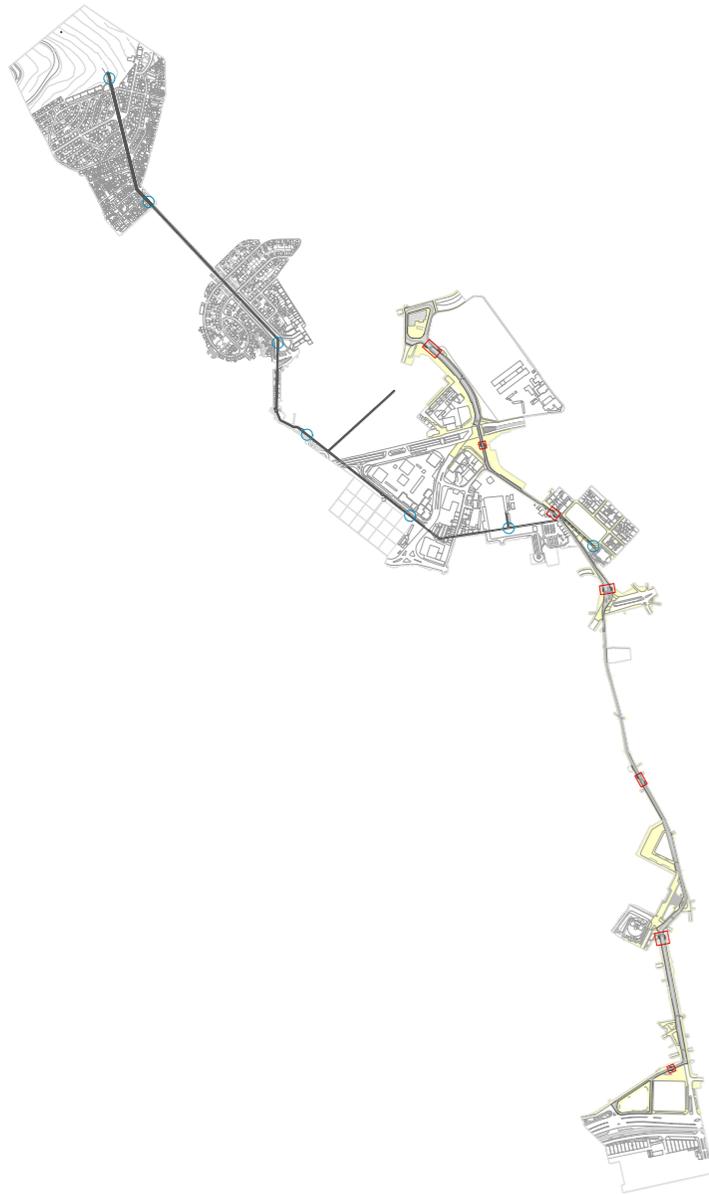


Existente



Levantamento das espécies arbóreas

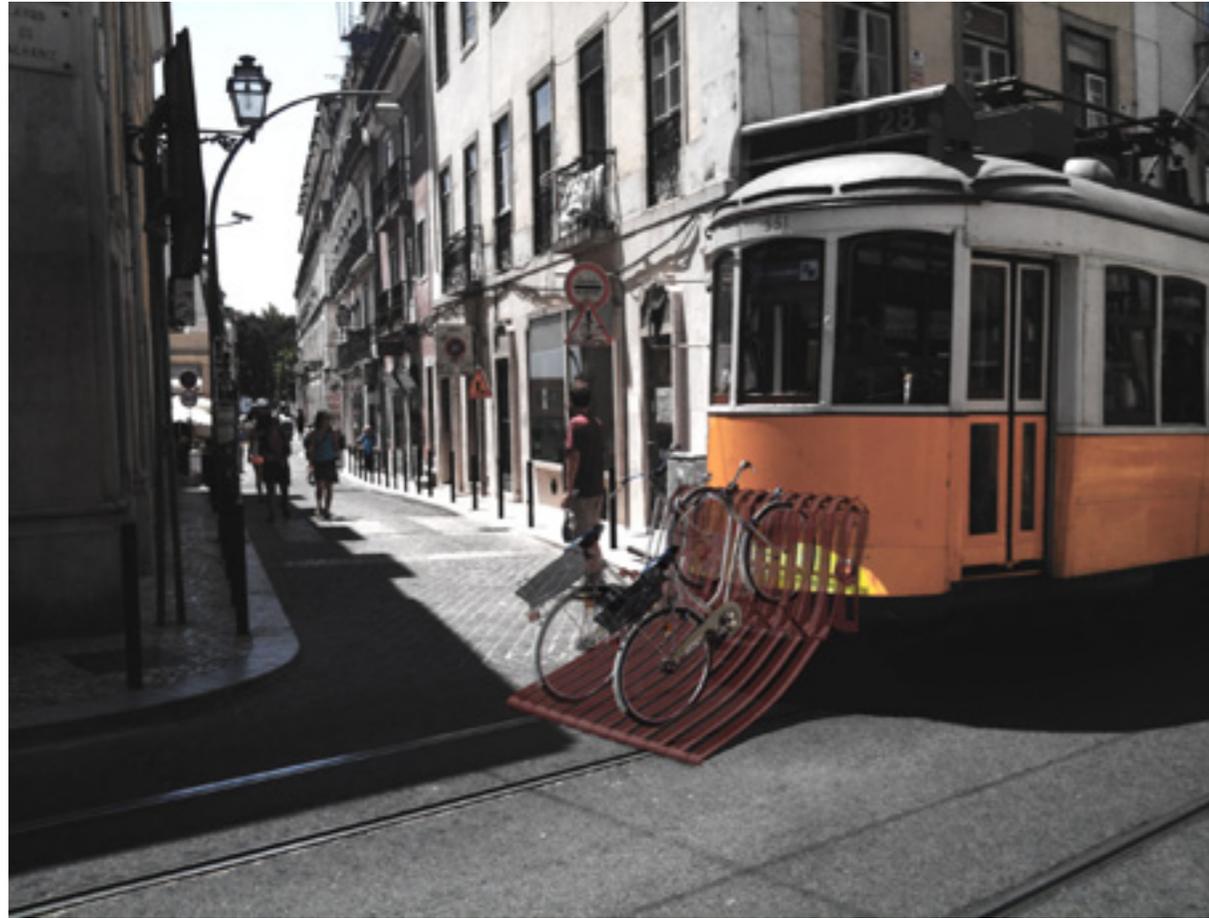




Estações | Eléctrico Aqueduto

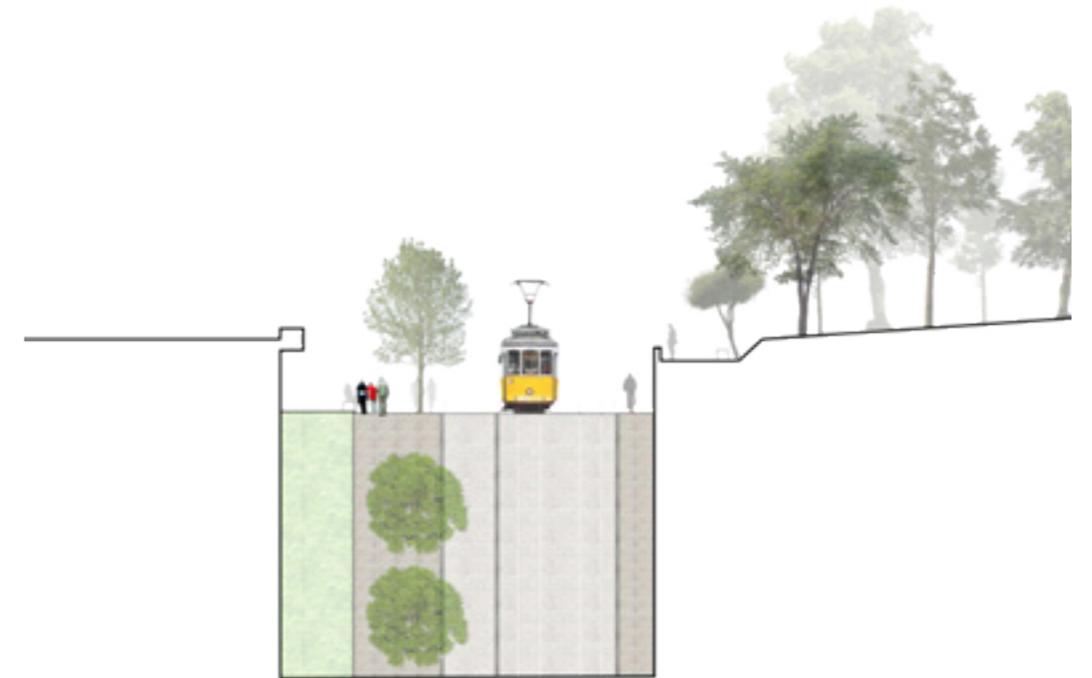
## ASCENSOR 24





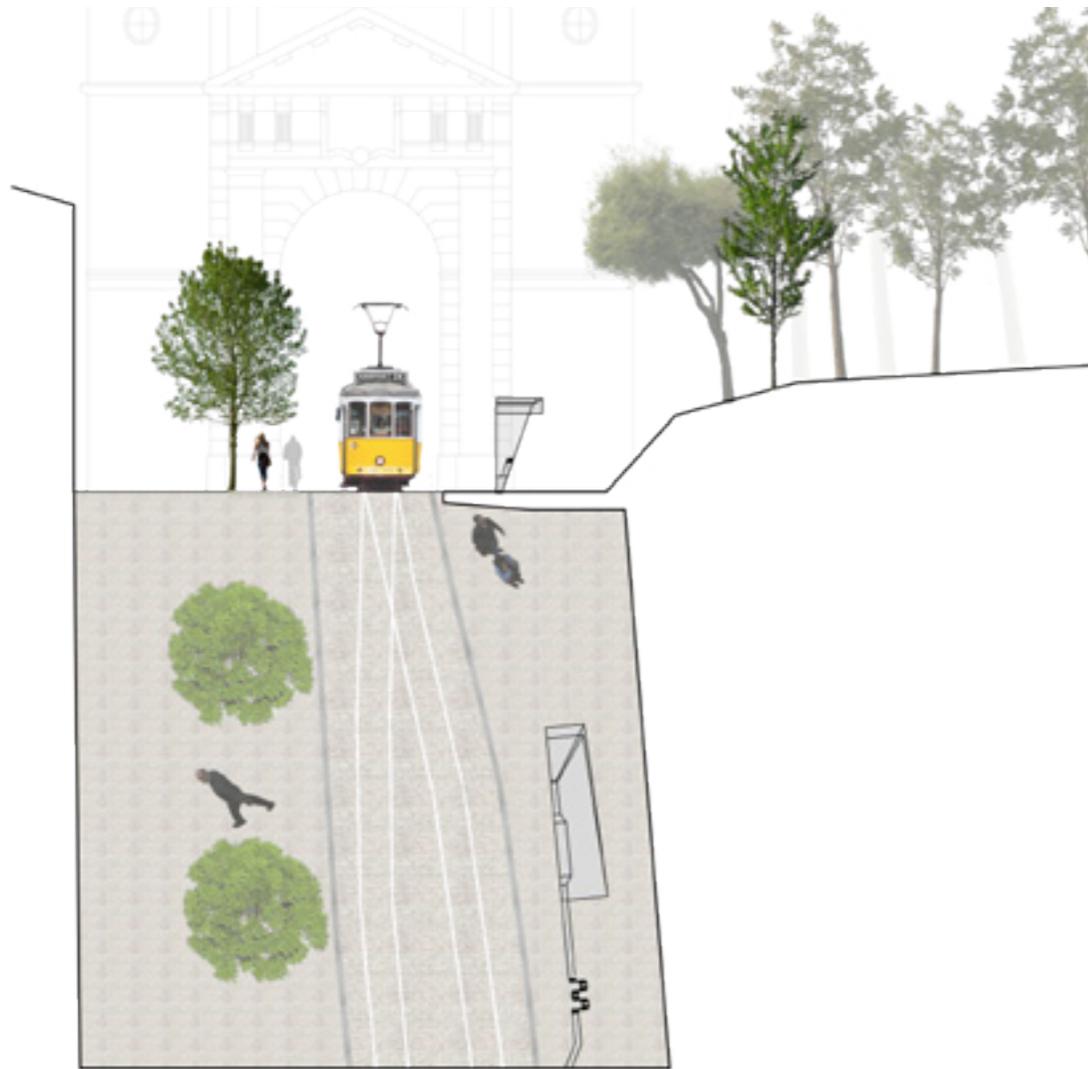


Suporte para bicicletas



0 2 4 m

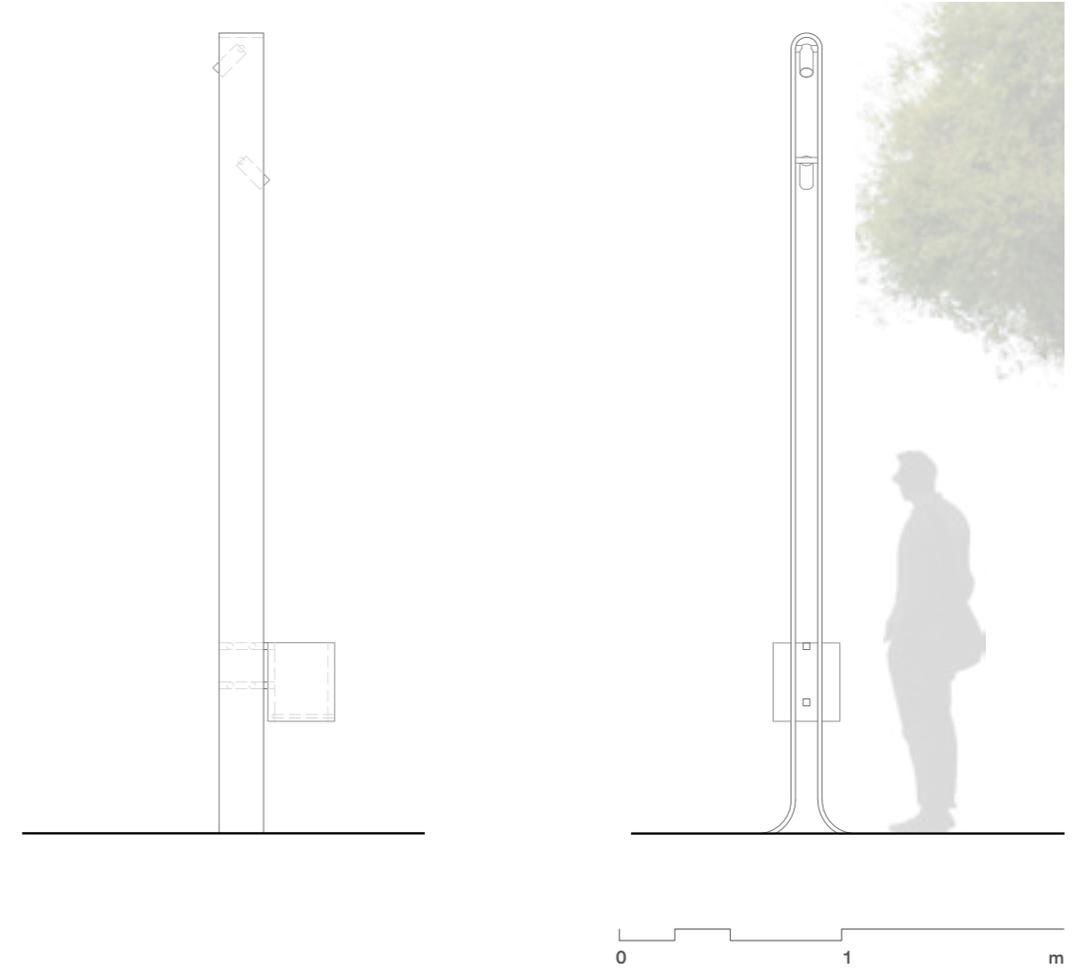
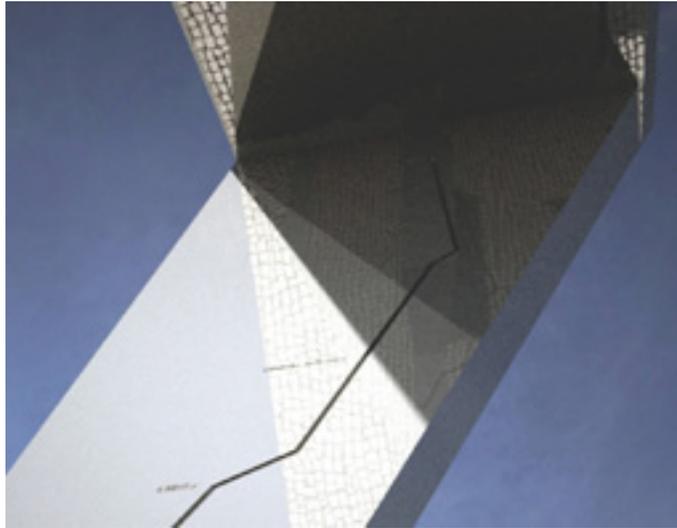
Rua das Amoreiras



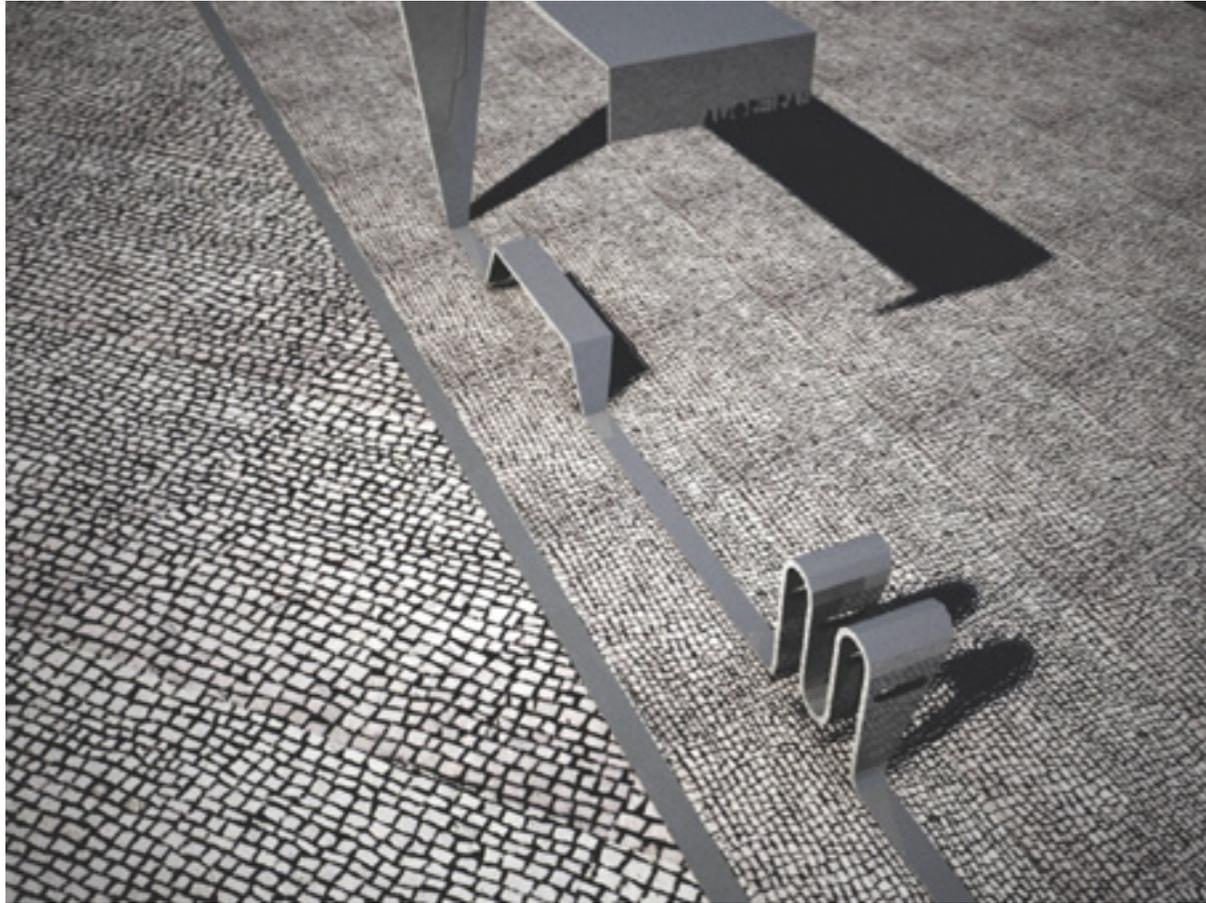
0 2 4 m

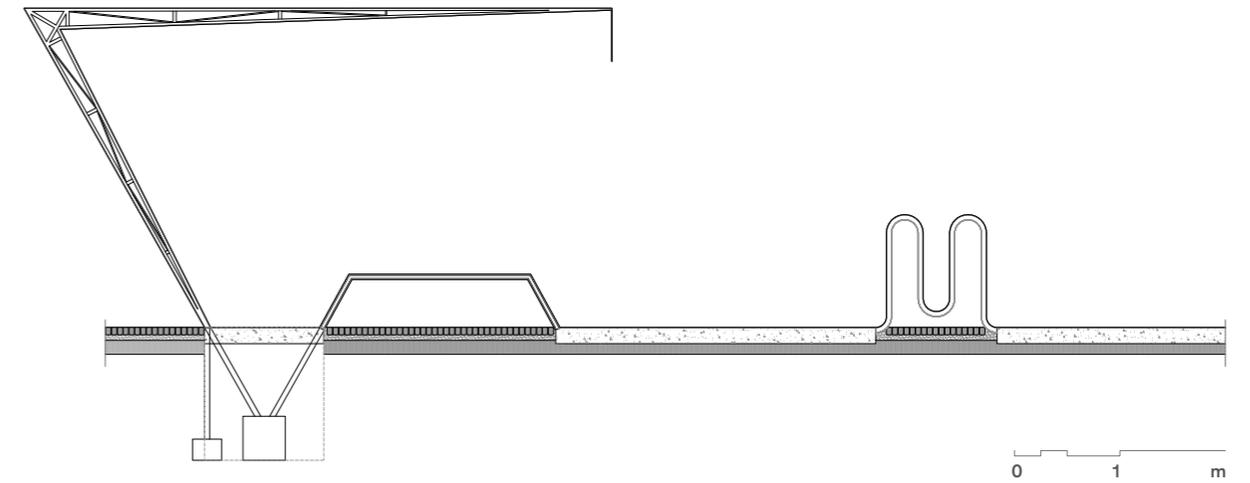
Rua das Amoreiras

## MOBILIÁRIO URBANO

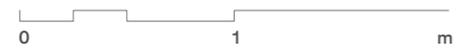
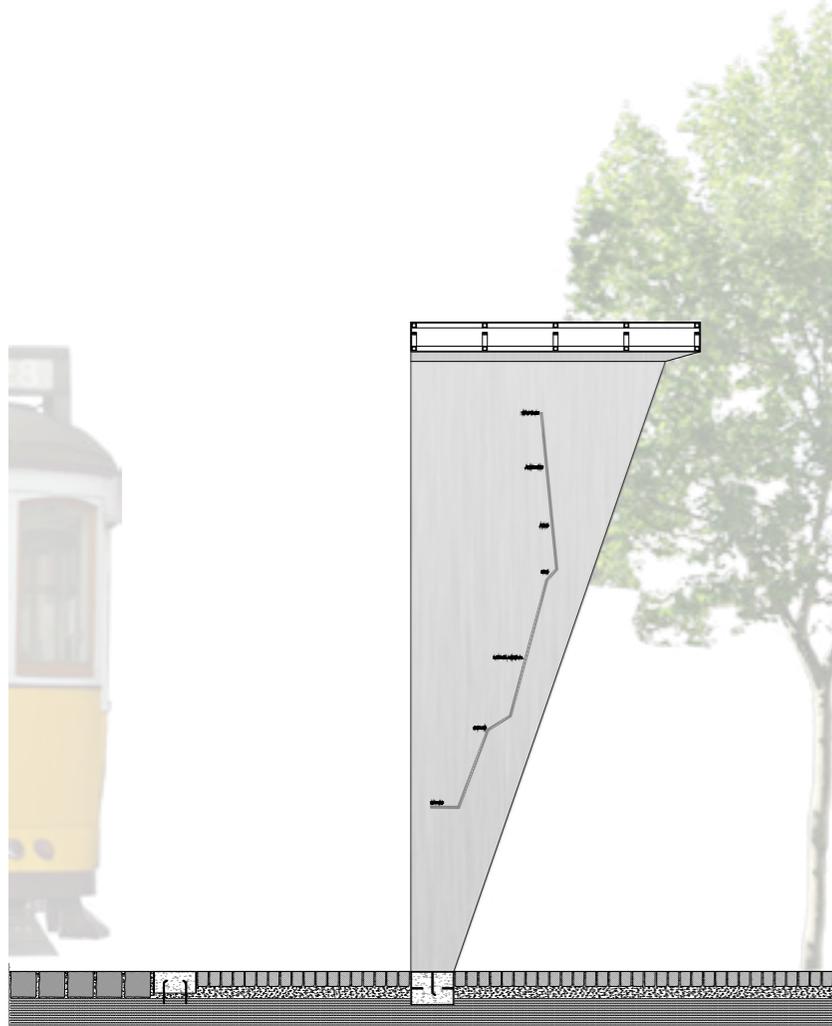


Elemento para iluminação pública





Paragem



Paragem

**AQUEDUTO**

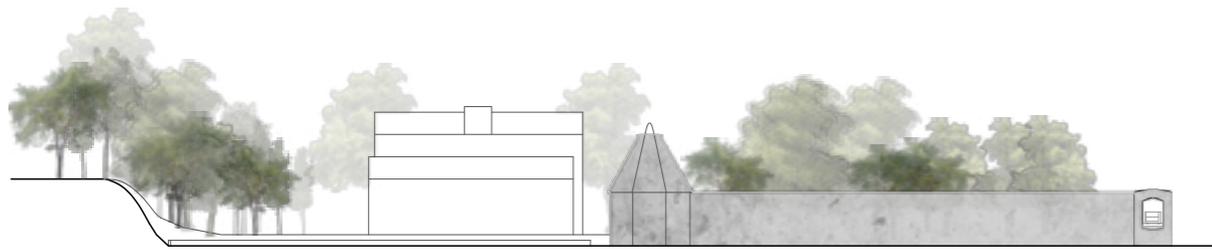




Elevador de acesso ao aqueduto

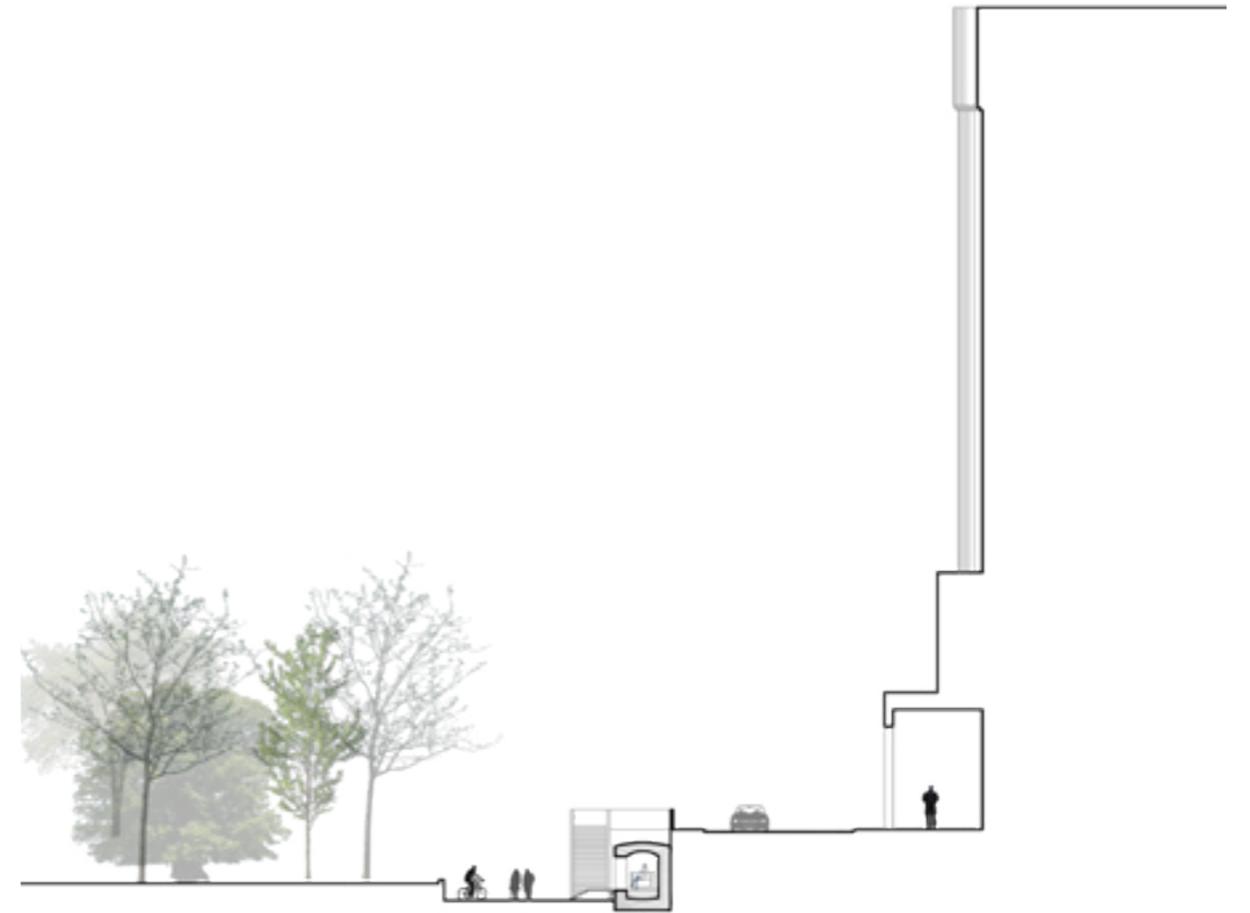


Percurso pedonal ao longo do aqueduto



0 2 4 m

Ligação do aqueduto com o jardim da EPAL



0 2 4 m

Ligação do aqueduto com o campo de golfe e torres das Amoreiras



BIBLIOGRAFIA GERAL

TEMA I

PAMUK, Orhan. **Istambul: Memórias de uma cidade**, Lisboa: Editorial Presença, 2008, p. 17-18.

PLATÃO. **A República**, Livro VII, Guimarães Editores, 2010, p. 272-280.

WORKSHOP GUINÉ-BISSAU

CABRAL, Amílcar. **Livro**, s.l., s.d. Acedido em 1 de Novembro de 2012, em: <http://www.amilcarchabral.org/livro.pdf>

TEMA II

Artigos

**Amoreiras: uma cidade dentro da cidade**, in “Diário de Notícias”, Lisboa, 10 de Setembro de 2001, p. 24-28.

**Freguesia de Santa Isabel comemora 245 anos**, in “Diário de Lisboa”, Lisboa, 19 de Maio de 1986.

**Lisboetas foram ver Mãe-d’Água e sistema de abastecimento à cidade**, in “Diário de Notícias”, Lisboa, 13 de Maio de 1986.

Monografias

ALMEIDA, Fernando de. **Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa**, Lisboa: Junta Distrital, 1975.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**, Lisboa: Edições 70, 2007.

DIAS, Marina Tavares. **Lisboa Desaparecida**, vol. II, Lisboa: Quimera, 1990.

FRANÇA, José-Augusto. **Lisboa: Urbanismo e Arquitectura**, 4ª edição, Lisboa: Livros Horizonte, 1997.

MURPHY, James. **Viagens em Portugal, 1795**, Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

SANTANA, Francisco (org.). **Lisboa na 2ª metade do séc. XVIII: plantas e descrições das suas freguesias**, s.l., s.d., p. 5, 10-11, 38-39, 42-47.

STEINER, George. **A Ideia de Europa**, Lisboa: Gradiva, 2005.

TEIGE, Karel. **The Minimum Dwelling**, Massachusetts Institute of Technology, 2002

PÁG. 31 WORKSHOP GUINÉ-BISSAU

- 1 bafata local [<http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2013/03/guine-6374-p11293-memoria-dos-lugares.html>] (3.bp.blogspot.com/-6GVb8XULLvQ/UUw66EA2hKI/AAAAAAAA5KI/OG0v1iGABYQ/s640/Guine\_Humberto\_Reis\_vista+aérea+Bafatá+5\_v9.JPG)
- 2 Bafatá e Tabato - 3 Março 2010 096 (Small) [[http://bissaucalling.blogspot.pt/2010\\_04\\_01\\_archive.html](http://bissaucalling.blogspot.pt/2010_04_01_archive.html)] ([http://4.bp.blogspot.com/\\_fXyZNejEij0/S9Amwrlz7tl/AAAAAAAAABNw/gIGwZ6K3UMM/s400/Bafat%C3%A1+e+Tabato+-+3+Mar%C3%A7o+2010+096+%28Small%29.jpg](http://4.bp.blogspot.com/_fXyZNejEij0/S9Amwrlz7tl/AAAAAAAAABNw/gIGwZ6K3UMM/s400/Bafat%C3%A1+e+Tabato+-+3+Mar%C3%A7o+2010+096+%28Small%29.jpg))
- 3 oliveiramusanty\_02 [<http://reservanaval.blogspot.pt/2011/02/guine-bafata-memoria-de-joao-de.html>] ([http://blogue.reservanaval.pt/oliveiramusanty\\_02.jpg](http://blogue.reservanaval.pt/oliveiramusanty_02.jpg))
- 4 © Paulo Tormenta Pinto, 2012
- 5 DSCF6983-5-2006 [picasaweb.google.com] (<http://lh4.ggpht.com/-wnBWwyfuXEY/R5O-9MwEh0I/AAAAAAAAAB8o/HqnTCRF9zOQ/DSCF6983-5-2006.JPG>)

**FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

Unidade curricular: Projecto Final de Arquitectura

Código:

Tipo: lectivo; Trabalho de Projecto

Nível: 2ºciclo

Ano curricular: 2012/2013

Semestre: Anual

N.º de créditos: 45 ECTS

Horas de trabalho total:

Horas de contacto:

Língua (s) de ensino: Português

Pré-requisitos: precedências requeridas: Projecto de Arquitectura II

Área científica: Arquitectura

Departamento: Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Docentes: Paulo Tormenta Pinto (coordenador), José Luís Saldanha, Ana Vaz Milheiro (Lab. Teoria e História da Arquitectura e do Urb.), Sandra Marques Pereira (Lab. Sociologia), Sara Eloy (Lab. Tecnologias da Arquitectura), Pedro Costa (Lab. Economia);

Objectivos (conhecimentos a adquirir e competências a desenvolver):

Projecto Final de Arquitectura é a Unidade Curricular que encerra a formação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitectura, adquirindo, por isso, um papel de síntese na consolidação e aprofundamento das competências alcançadas pelos estudantes ao longo dos 4 anos anteriores.

Preconiza-se, nesta UC, o incentivo a cada vez maior autonomia, por parte dos estudantes, na resolução dos exercícios propostos e nas decisões de ordem conceptual que venham a adoptar.

Outro objectivo é a clarificação de um entendimento crítico da expressão da arquitectura definida e enquadrada na transversalidade dos vários saberes.

Programa:

Como base programática utilizaremos uma temática de fundo, que suportará a orientação dos diversos trabalhos a desenvolver ao longo do ano lectivo. Será o “Mundo Novo” (Título inspirado em Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley, 1932) o tema central que desenvolveremos em 2012/2013.

O programa da UC de Projecto Final em Arquitectura consiste na elaboração de um Trabalho de Projecto, requisito obrigatório para a obtenção do grau de mestre. O Trabalho de Projecto é composto por duas vertentes: uma de âmbito projectual e outra de âmbito teórico.

A intenção genérica que será trabalhada junto dos alunos finalista do Mestrado Integrado sustenta-se sobre o paradoxo da impossibilidade de construir um optimismo panfletário no momento contemporâneo, considerando-se que ao inverso de Aldous Huxley. Este tema procura enquadrar o conflito entre os

herdeiros da cultura moderna e industrial que confiam no modelo da inovação e da tecnologia, por oposição a outros que crêem numa organização “neo-ruralista” ambicionando uma maior ligação a um romantismo ligado à ideia da “mãe natureza”.

Uma outra vertente que surge agregada a este tema, consiste numa possível revisão da ideia de manifesto. Através dos manifestos ligados às artes e à arquitectura, é possível entender um pressuposto idealista de futuro, associado a uma visão de organização social sempre assente numa ideia de ruptura e de edificação de um novo paradigma. Desde Ornamento e Delito (1908) ao Manifesto de De Stijl (1918), da carta de Atenas (1933), ao manifesto de Doorn (1958), do manifesto Situacionista (1960), a Delirious New York (1978). Será a partir da compilação *Programs and Manifestos on 20th-century architecture* de Ulrich Conrads que se irão estruturar os debates relacionados com esta Unidade Curricular.

#### Vertente Projectual

Serão desenvolvidos como arranque desta UC um conjunto de trabalhos de carácter abstracto, procurando-se fixar ferramentas compositivas úteis aos exercícios de fundo que serão desenvolvidos. Posteriormente serão delineados os objectivos concretos da vertente projectual que passam por uma intervenção abrangente que terá como área de estudo o eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras (através da Rua das Amoreiras). Este eixo permite reconhecer diversos momentos urbanos e arquitectónicos que, ao longo do tempo ali se implantaram. Estes extractos temporais serão analisados, não só do ponto de vista morfológico, mas também a partir do pressuposto ético que enquadrou a sua implementação.

A marcar um dos extremos deste percurso pode reconhecer-se a cidade do século XVIII, com uma forte referencia no Largo do Rato, quer seja através do seu carácter prévio de terreno periférico de acesso ao centro da cidade, quer seja como lugar referenciado nas grandes construções infra-estruturais, como a mãe de água do aqueduto das águas livres que pontua o ingresso no festo da sétima colina – manifestação fundamental da cidade iluminista.

Na outra extremidade desta área de estudo pode observar-se a centralidade contemporânea promovida no entorno do complexo das Amoreiras, de Tomás Taveira, que a partir do final dos anos 80 se somou a intervenções de grande escala já existentes naquele local, tais como os imóveis habitacionais e de escritórios promovidos por arquitectos como Fernando Silva ou Conceição Silva.

O eixo urbano em estudo permitirá ainda estabelecer relações com a uma parte da cidade dos anos 30 e 40 na encosta voltada para o Parque Eduardo VII, possibilitando também compreender o início da expansão da periferia urbana e do impacto das vias rodoviárias urbanas. Todas estas layers temporais serão debatidas em função do idealismo lhes está associado. Deste modo pretende estabelecer-se linhas interpretativas que permitam relacionar estes pensamento prospectivo, com os modelos urbanos associados.

A meio do primeiro semestre será também realizado, em período de tempo limitado de 2 a 3 semanas, um workshop na cidade guineense de Bafatá, tendo como base a elaboração de um memorial/centro de estudos, em torno da figura de Amílcar Cabral.

Os respectivos enunciados de cada um dos exercícios serão fornecidos aos alunos em formulários distribuídos na sala de aula.

#### Vertente Teórica

A vertente teórica da UC de Projecto Final de Arquitectura será desenvolvida, de acordo com a regulamentação expressa no REACC do DAU. Ao início do ano lectivo serão propostos 4 laboratórios de investigação, que colocarão linhas de pesquisa autónomas nas áreas científicas de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo, da Economia, da Sociologia e das Tecnologias de Arquitectura, cada uma destas áreas terá um docente responsável. Os diversos programas de investigação serão lançados na primeira semana lectiva, cabendo aos estudantes a escolha de uma das linhas de investigação.

Considerando a temática de fundo que orienta o programa desta Unidade Curricular, abrem-se possibilidades de investigação que serão especificadas e delineadas pelos docentes responsáveis de cada um dos laboratórios. Pretende-se deste modo que os trabalhos teóricos possam assumir-se como instrumentos de aprofundamento dos conteúdos programáticos traçados, em Projecto Final de Arquitectura.

#### Bibliografia básica:

HUXLEY, Aldous *Admirável Mundo Novo*, Livros do Brasil, Lisboa, 1981; (BNP)

CONRADS, Ulrich *Programs and Manifestos on 20th-century architecture*

TAFURI, Manfredo - *Projecto e Utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo*, Presença, Lisboa, 1985; (ISTE-IUL)

TAFURI, Manfredo – *The Sphere and the Labyrinth - Avant-Gardes and Architecture from Piranesi to the 1970s*, MIT Press, Massachusetts, 1987; (ISCTE-IUL)

FUKUYAMA, Francis *O Fim da História e o Último Homem*. Gradiva, Lisboa, 1992; (ISCTE-IUL)

CHOAY, Françoise *O Urbanismo, Utopias e Realidades - Uma Antologia*, editora Perspectiva, São Paulo, 2002; (ISCTE-IUL)

THOREAU, Henry *David Walden ou a vida nos bosques*, 2ª ed. Lisboa : Antígona, 1999 (BNP)

SKINNER, B. F. *Science and Human Behavior*, The Free Press, Nova Iorque, 1965 (ISCTE-IUL)

MORE, Thomas *A Utopia*, Guimarães & Ca, 8ª edição, Lisboa, 1992 (ISCTE-IUL)

#### Bibliografia complementar:

AA.VV. *Revista AV - Pragmatismo e Paisagem*, nº 91 de Setembro/ Outubro de 2001;

DELEUZE, Gilles - *El Pliegue*, Ediciones Paidós, Barcelona, 1989

MONTANER, Josep Maria – *Después del Movimiento Moderno – arquitectura de la segunda mitad del siglo XX*, 2ª ed., Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1995;

MURPHY, John – *O Pragmatismo* – de Pierce a Davidson, Edições Asa, Porto 1993;

SOLÀ-MORALES, Ignasi - *Diferencias. Topografía De La Arquitectura Contemporánea*, Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1995;

SOLÀ-MORALES, Ignasi – *Territórios*, Editorial Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 2006;

Processo de ensino-aprendizagem:

O modo como serão estruturadas as aulas e os exercícios seguirá o espírito do Processo de Bolonha, ou seja será incentivada a aquisição de competências, fundamentando a progressiva autonomia dos estudantes.

Será contudo fundamental, alicerçar-se um amplo debate sobre os trabalhos em curso, o qual será realizado nas horas lectivas da UC. Estão também previstos um conjunto de seminários temáticos que contribuirão para ampliar criticamente os conteúdos da UC.

Processo de avaliação:

Será atribuída uma classificação final (de 0 a 20 valores) no final do 2º semestre atribuída em júri.

No final do 1º semestre será dada uma classificação intermédia informativa do estado de progressão de cada aluno.

As classificações a atribuir terão em linha de conta a qualidade dos trabalhos elaborados. Será dada uma atenção à assiduidade que entrará como parâmetro no processo de avaliação.

Todo o processo de avaliação final da UC de Projecto Final de Arquitectura esta explicitado do REACC

## EXERCÍCIO DE ARRANQUE E AQUECIMENTO

Título: marca, texto e espaço:

O exercício de arranque tem como objectivo enquadrar os estudantes nos pressupostos gerais da Unidade Curricular, funcionando como revisão sumária da formação adquirida nos 4 anos anteriores. Para tal será desenvolvido um projecto de carácter abstracto.

Materiais necessários

-Objecto de uso comum;

-Papel cavallinho A2;

-Tinta da China;

-Materiais para maquete a definir em cada caso específico;

Metodologia e tarefas a desenvolver:

Os estudantes constituem-se em grupos de 5 elementos, no seio de cada grupo deverão ser seleccionados objecto(s) de uso comum - algo tão inesperado e acessível que possa ser adquirido na numa grande superfície, achado na rua ou comprado na loja do chinês....

O objecto seleccionado deverá ser embebido (total ou parcialmente) em tinta da china, funcionando como carimbo que irá produzir marca(s) no papel cavallinho.

O processo deverá ser repetido por diversas vezes, procurando seleccionar-se uma marca gráfica que possa ser considerada mais estimulante para o desenvolvimento do exercício.

Seguidamente, no contexto do grupo, deverá realizar-se a apropriação de um excerto literário que possa ser ilustrado com a marca anteriormente seleccionada (o excerto literário não deverá ser maior que uma folha A4). A preocupação fundamental desta selecção deverá residir numa tentativa de conversão da mancha representada no papel cavallinho, em unidade espacial.

Posteriormente, considerando-se um volume de aproximadamente 30 dm<sup>3</sup> como limite, será realizada 1 maquete que fixe a espacialidade, previamente invocada pela marca gráfica e ilustrada pelo texto. Para a elaboração da maquete deverá definir-se a escala a que esta irá ser representada.

A materialização da maquete deverá contemplar um dos seguintes sistemas compositivos baseados em:

-planos;

-Subtracções;

-Adições

A entregar:

Marca gráfica em A2, que deverá ser afixada na parede da sala de aula;

Caderno com formato 21x21 cm onde se inclui:

-impressão digitalizada da marca seleccionada

- O texto ilustrativo;
- Imagens fotográficas da maquete;
- Plantas, cortes e alçados, a escala conveniente da maquete;
- Digitalização de uma sequência de pelo menos 5 esboços relativos às espacialidades representadas pela maquete. Estes esboços deverão ser elaborados por cada elemento do grupo (devidamente identificado);
- Deverá ainda ser reservada uma área do caderno para a demonstração do processo de realização de todo o processo em forma de story board, para tal deverá utilizar-se o recurso fotográfico;

#### Apresentação:

Digital tipo Power-point, com exibição da maquete e marca na sala de aula.

#### Calendário do Exercício

Início – dia 18 de Setembro

Entrega e apresentação – dia 4 de Outubro

## 2ª WORKSHOP – CIDADE GUINEENSE DE BAFATÁ

### 1. Argumento

Considerando a proximidade da comemoração dos 90 anos do nascimento de Amílcar Cabral (em 12 de Setembro de 1924) na cidade de Bafatá, pretende-se levar a cabo a edificação de uma estrutura que possa albergar um centro de estudos tendo como base o pensamento e a obra literária do fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Este centro de estudos deve ser visto na esfera dos estudos pós-coloniais, devendo para tal ser pensado com o propósito do estabelecimento de uma leitura de amplo espectro, não só, em torno das décadas de 50 a 70 em que a acção política dos movimentos independentistas, no mundo colonial português, foi mais activa, como deve ser capaz de incluir uma leitura sobre o contexto social e político em que germinaram tais movimentos, estendendo-se ainda ao

estudo do resultado contemporâneo da afirmação da independência de estados como a Guiné- Bissau. O edifício a construir em Bafatá deve ser projectado com base numa estrutura efémera e de baixo custo, admitindo-se uma abordagem que integre elementos amovíveis de fácil montagem e desmontagem de modo que se possa considerar a edificação de um equipamento similar em outros locais do país. Pelas suas características programáticas este equipamento deverá abrir-se à cidade, podendo acolher actividades paralelas de interesse comunitário. Este projecto deverá ainda privilegiar toda uma reflexão sobre o ajustamento construtivo do edifício ao clima tropical.

### 2. Breve descrição da Cidade de Bafatá

A cidade de Bafatá situa-se no coração do território da Guiné-Bissau e é banhada pelo Rio Geba.

O centro da cidade é fortemente marcado pela presença colonial portuguesa, visível tanto no traçado urbano, como também nos diversos estratos arquitectónicos que a qualificam.

É em torno de um boulevard que articula, no sentido Nodeste/Sudoeste, a principal entrada na cidade com o Geba, que o traçado de quarteirões urbanos se organiza. Este grande eixo, estruturante, conecta também os edifícios públicos mais marcantes da cidade.

Junto á entrada do núcleo urbano situa-se o hospital, desenhado em 1946 por João Simões, caracterizado por uma composição simétrica de volumetria térrea dando expressão à cobertura, alta, de telha cerâmica, recordando as construções vernaculares do Sul de Portugal.

Um pouco mais abaixo situa-se a área mais administrativa da cidade, neste núcleo inclui-se a casa do governador de características fino-oitocentistas e a escola integrando uma construção de aspecto eclético. A completar este sector urbano, existem ainda edifícios desenhados sob a matriz da arquitectura pública do Estado Novo, tais como a igreja com desenho de Eurico Pinto Lopes de 1950 e o posto de correios, realizado em 1943, por Francisco de Matos.

Ao fundo do eixo fundamental da cidade, já na proximidade da Rio Geba, localiza-se um largo, onde foi implantado o busto de Amílcar Cabral. Para este largo convergem edifícios como o mercado municipal delineado sob um tematismo moçárabe, bem como um núcleo de piscinas, possivelmente projectado

na década de 60 e que actualmente se encontra em elevado estado de degradação. No contexto dos quarteirões podem observar-se construções de um, ou dois pisos, onde predomina a utilização de grilhagens cerâmicas e áreas alpendradas para sombreamento e ventilação nas construções. É neste núcleo habitacional que se situa a casa onde terá nascido Amílcar Cabral. A cidade de Bafatá encontra-se, de modo geral, num estado depressivo com pouca actividade, situação que contrasta fortemente com a sua periferia, de grande dimensão, agregadora de uma forte actividade comercial.

### 3. Programa

O programa deve incluir:

	Área bruta
Arquivo e Centro de Documentação	150,00 m <sup>2</sup>
Centro de Estudos e Pesquisas	150,00 m <sup>2</sup>
Centro de Formação	75,00 m <sup>2</sup>
Auditério	150,00 m <sup>2</sup>
Loja	50,00 m <sup>2</sup>
<b>Total de área bruta</b>	<b>575,00 m<sup>2</sup></b>

Nota: Instalações sanitárias e/ou zonas de serviço estão incluídas nos grupos de áreas parciais.

### 4. Metodologia:

- O trabalho será desenvolvido em grupos de 5 alunos;
- A implantação do Centro Interpretativo ficará a cargo de cada grupo de alunos;
- Como ponto de partida para a definição espacial, cada um dos grupos deverá reflectir sobre o exercício de aquecimento, desenvolvido no arranque do ano lectivo;

### 5. Elementos a entregar:

- Apresentação em formato power-point, para 15 minutos;
- Maqueta à escala 1:200 (ou outra a acordar com os docentes)
- Caderno 21x21cm, incluindo síntese gráfica e memória descritiva;
- 2 painéis de formato A1, incluindo simulações do edifício e plantas cortes e alçados;

### 6. Datas de entrega:

- Apresentação dos projectos no dia 15 de Novembro, com base no power-point e maquete;
- Entrega de painéis e caderno 21x21 no dia 23 de Novembro em horário a definir.

Lisboa, 30 de Outubro 2012

### Bibliografia

LOPES, Carlos *O Legado de Amílcar Cabral face aos desafios da ática contemporânea*, Brasília, 2004, disponível em <http://www.africanidade.com/articles/2994/1/O-LEGADO-DE-AMILCAR-CABRAL-FACE-AOS-DESAFIOS-DA-ATICA-CONTEMPORANEA/Paacutegina1.html>

ANDRADE, Mário de (1980), *Amílcar Cabral, ensayo de biografia política*, México: Siglo veintiuno editores.

CABAÇO, José Luis e CHAVES, Rita *Colonialismo, violência e identidade cultural*, em Junior, Benjamin Abdallah (2004), Margens da Cultura, São Paulo: Boitempo.

## TEMA I - TRABALHO INDIVIDUAL, 1º SEMESTRE

Tendo por base a área de intervenção estipulada na ficha de unidade curricular, localizada em Lisboa, no eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras, propõe-se a elaboração de um exercício que permita o estabelecimento da relação entre a macro escala (análise estratégica do território) e a micro escala (intervenção arquitectónica detalhada).

Pretende-se que este exercício possa desencadear um debate centrado em leituras prospectivas em relação à sociedade. Como tal, em paralelo com a elaboração dos projectos de arquitectura deverá realizar-se, no contexto de cada grupo de trabalho, a definição de um perfil social que se preveja possível num futuro a médio prazo (2 décadas). Para tal algumas perguntas poderão colocadas, como por exemplo:

-como a organização económica e política poderá influenciar os modos de vida e a relação do indivíduo com a sua comunidade;

-em que medida a tecnologia poderá influenciar a organização social;

-de que modo os recursos naturais poderão influenciar as acções sobre o território e localização e organização do espaço doméstico;

O objectivo final do exercício consiste na elaboração de projectos para quatro habitações. Estas habitações serão encaradas como tipologia associadas ao universo social definido pelo debate atrás mencionado.

Caberá a cada estudante a decisão de onde implantar as habitações e de que modo estas se organizam, não só em função do espaço doméstico, mas também na sua relação como a envolvente urbana que suporta o exercício. Neste sentido, deverá o estudante ser capaz de estabelecer um discurso que lhe permita relacionar a proposta tipológica e habitacional com o trecho urbano que caracteriza a sua envolvente próxima.

### Área de Intervenção:

Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

### Metodologia:

1. Num primeiro momento, serão constituídos grupos de aproximadamente 5 estudantes;
2. A área de intervenção será parcelada, pela docência da Unidade Curricular, de acordo com planta anexa, tendo como critério os diversos extractos temporais referidos na FUC;
3. Cada um dos elementos, de cada grupo, ficará individualmente afecto a uma das parcelas, anteriormente designadas.
4. Os projectos das habitações serão desenvolvidos individualmente dando seguimento ao âmbito do exercício;
5. Ao mesmo tempo que são desenvolvidas as propostas individuais, deverá ser mantido um debate, no seio de cada um dos grupos, que permita desenvolver uma estratégia de harmonização das várias intervenções.

### Entregas e Avaliação:

1ª Entrega intermédia: 25 de Outubro 2012 (caderno em formato A3) + maquete esc. 1:5000/1:2000 da área de intervenção e sua relação com as habitações;

2ª Entrega intermédia: 13 de Dezembro 2012 (caderno em formato A3)

Entrega Final: 28 de Janeiro de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo aluno, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; simulações gráficas da proposta; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)

Apresentação e Avaliação: de 29 Janeiro a 1 de Fevereiro de 2013

### Modelo de Apresentação

As apresentações finais das propostas individuais de cada um dos alunos serão realizadas por Grupo, sendo que, deverá apresentar-se a definição do perfil social pedido, associando-se uma a estratégia geral para a área de intervenção.

Lisboa, 18 de Setembro 2012

## TEMA II - TRABALHO DE GRUPO, 1º SEMESTRE

Numa das extremidades da área de intervenção, a Colina das Amoreiras, assumiu, maioritariamente a partir da década de 1980, um protagonismo urbano muito assinalável perspectivando-se para aquele local a implementação de um centro de negócios, à semelhança de outros modelos internacionais que potenciavam, na época, novas centralidades urbanas a partir do conceito de CBD (Central Business District). Esta convicção urbanística permitiu desenvolver naquele local um conjunto de novas inserções rodoviárias na cidade de Lisboa, atraindo outros investimentos que ampliaram os programas de comércio e serviços, à habitação e à hotelaria. Com o final do milénio os investimentos na área oriental da cidade, após a Expo 98, vieram retirar protagonismo urbano deste tecido urbano, sobretudo no que se refere à especialização com que se pretendia afirmar.

Passadas cerca de 3 décadas desde a construção do complexo das Amoreiras, é hoje possível lançar sobre aquela envolvente um olhar mais distanciado, dada a estabilização urbanística que actualmente se verifica.

O objectivo do Tema II passa pela definição de um conceito síntese caracterizador de leitura e interpretação da área de estudo. Com este exercício pretende também criar-se a base para o reconhecimento das potencialidades da colina das Amoreiras, que servirão de base para a elaboração de um projecto a desenvolver no 2º semestre ao abrigo do Tema III

### 1ª Fase - Reconhecimento do Território

Numa etapa preliminar de aprofundamento da estratégia de intervenção num determinado território torna-se imprescindível o seu reconhecimento. Para esse efeito deverá possuir-se a informação necessária para avaliar as potencialidades dos sítios e os conflitos aí existentes, só assim será possível credibilizar a formulação das propostas.

O trabalho de grupo deverá proceder à recolha de informação, nomeadamente em áreas como:

- Caracterização biofísica da área de intervenção:- topografia, estrutura de espaços verdes, orografia e sistemas de drenagem natural; geologia - hidrologia; orientação e exposição solar.
- Evolução histórica da área de estudo:- caracterização do processo de formação do tecido edificado; recolha de plantas de várias épocas; monografias e descrições.
- Caracterização da mobilidade, potencialidades e estrangulamentos: caracterização de acessos, da rede viária; Percursos pedonais, etc.
- Caracterização da estrutura edificada, da distribuição de funções e dos espaços públicos: - Tipologias de espaços públicos; Estruturas urbanas existentes; Edificado com valor histórico e arquitectónico; Edificado recente consolidado; Estado de conservação; Espaços vazios; Espaços públicos; Equipamentos públicos e privado, etc.

- Planos Urbanísticos condicionantes, projectos mais relevantes para a área de intervenção:- P.D.M.; P.P.; Condicionantes Urbanísticas; Loteamentos; projectos mais relevantes para a área de intervenção.

### 2ª Fase - Programa/Conceito/Proposta

Na posse dos dados anteriormente recolhidos proceder-se-á à designação de um conceito síntese caracterizador de leitura e interpretação da área de estudo.

Elementos a entregar:

- Explicitação de um argumento de transformação. Memorando, máximo 6 páginas A4.
- Planta de enquadramento à escala 1/5000 e ou 1/2000
- Planta da estrutura urbana à escala 1/1000
- Cortes significativos à escala 1/1000
- Esquemas gráficos e ou esboços que explicitem a proposta e a sua integração na área envolvente.
- Simulações gráficas da proposta (esquissos, 3ds, fotomontagens)

Entrega intermédia: 25 de Outubro de 2012 (1ª fase)

Formato: caderno A3 e CD com o mesmo conteúdo.

Entrega Final: 28 de Janeiro de 2012

Formato: Caderno A3 (incluindo o memorando) e CD com Power Point.

Discussão e Apresentação do Trabalho: Semana de 29 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2011, em Power Point.

18 de Setembro 2012

### TEMA III – TRABALHO DE GRUPO, 2º SEMESTRE

Tendo como base os resultados dos exercícios dos Tema I e II, é lançado um novo exercício que tem como objectivo reforçar a estratégia urbana na área de intervenção em estudo, definida pelo eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras.

O exercício do Tema III incide na vertente do espaço público, ou seja o espaço de mediação entre as diversas propostas individuais realizadas no 1º semestre. Neste exercício pressupõe-se uma acção concertada, ao nível dos grupos de trabalhos, no sentido da clarificação das intenções de transformação preconizadas para o local. Através deste exercício deverão também intensificar-se os desejos (narrativos), definidos pelos grupos de trabalho, relativos ao perfil social dominante que habitará a colina das Amoreiras num futuro a médio prazo, de duas décadas.

Durante o espaço temporal em que decorrerá o Tema III deverão ser realizadas revisões de projecto, tendo em vista a melhoria das propostas individuais realizadas ao abrigo do Tema I, procurando-se o melhor ajustamento dos projectos às estratégias deste novo exercício.

Os objectivos do Tema III passam pelos seguintes pontos:

1. Definição de um plano de estrutura da área de intervenção.

Neste ponto deverão ser repensados, num primeiro momento, os argumentos que estão na base das escolhas dos locais de intervenção individuais, reflectindo sobre os pontos em comum que podem caracterizar as várias propostas. Num segundo momento deverá ponderar-se sobre uma possível centralidade [ou possíveis centralidades] que possam emergir no tecido urbano. Num terceiro momento deve ser definida uma estratégia de mobilidade e de utilização do espaço público;

2. Definição de um projecto detalhado de caracterização do espaço público.

Neste ponto serão realizadas propostas concretas de projecto, com detalhes, definindo materiais, mobiliário urbano, espécies vegetais e todos os parâmetros julgados convenientes para o projecto de espaço público.

3. Enquadramento dos projectos individuais, realizados no Tema I, na estratégia projectual para o espaço público.

Prevê-se que a estratégia de projecto, concertada em grupo, seja validada em projectos de pormenor na envolvente dos projectos individuais.

2

Área de Intervenção:

Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

Metodologia:

1. Serão mantidos os grupos de trabalhos definidos no 1º semestre com aproximadamente 5 estudantes;

2. O exercício abrange toda a área de intervenção, devendo o grupo definir os momentos mais particulares

onde as acções de projecto sobre o espaço público possam ser mais relevantes, agindo nesses locais com maior detalhe.

3. Individualmente, deverá ser detalhada a envolvente dos projectos realizados no Tema I

Entregas e Avaliação:

1ª Entrega intermédia: 21 de Março, (power-point e maquetas esc. 1:1000/1:200 da área de intervenção e sua relação com as habitações);

Entrega Final: 23 de Abril de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo grupo, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; caracterizações dos ambientes propostos; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)

Apresentação e Avaliação: 23 de Abril 2013

Modelo de Apresentação

As apresentações finais das propostas serão realizadas em Grupo, sendo montado um júri para comentar os projectos.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2013

UP  
↓ ↓



# O MUNDO NOVO

RITA CERQUEIRA PORTELA 31140

VOLUME 02 INDIVIDUAL

ORIENTADOR VERTENTE PROJETUAL

PAULO TORMENTA PINTO

Prof. auxiliar do ISCTE-IUL

ORIENTADOR VERTENTE TEÓRICA

ANA VAZ MILHEIRO

Prof. auxiliar do ISCTE-IUL

ISCTE-IUL  
Mestrado Integrado em Arquitetura  
Projeto Final em Arquitetura

2012/2013

*Salome Somelau*  
2013-10-11

à minha família, *os Cuidadores*  
aos meus amigos, *os Constantes*  
aos professores, *os Sábios*

ÍNDICE

**INTRODUÇÃO | 8****TEMA I - QUATRO CASAS NAS AMOREIRAS**

MEMÓRIA DESCRITIVA . 17

QUATRO HABITAÇÕES . 23

HORTAS URBANAS . 61

COWORK . 73

**TEMA IV - *LETTRE À UN OTAGE***

MEMÓRIA DESCRITIVA . 81

*LETTRE À UN OTAGE, CARTA A UM REFÉM* . 82

IMAGENS . 86

DESENHOS . 92

FOTOGRAFIAS . 98

**FEMININO TROPICAL - MARIA EMÍLIA CARIA E O URBANISMO NO ULTRAMAR**

RESUMO . 106

ABSTRACT . 108

INTRODUÇÃO . 110

ESTADO DA ARTE . 112

**MARIA EMÍLIA CARIA . 118**

FEMINISMO E AS TRÊS VAGAS . 118

O PORTUGAL DA SEGUNDA VAGA . 124

O ARQUITETO: MARIA EMÍLIA CARIA . 128

Biografia . 129

Obra . 134

OS PLANOS (CASOS DE ESTUDO) . 140

Missão a Cabo Verde, 1965 . 142

Praia . 161

Missão a Cabo Verde, 1969 . 182

Mindelo . 185

Baía das Gatas . 202

Missão a Cabo Verde, 1973 . 207

O MÉTODO . 215

O PENSAMENTO URBANÍSTICO . 221

CONCLUSÃO . 229

**BIBLIOGRAFIA | 236****ANEXOS**

ENTREVISTA . 244

ENUNCIADOS . 256

**INTRODUÇÃO**

Convocar Huxley, *Fantasia Lusitana*, Houellebecq, Yourcenar e *Memórias de Adriano*, Costa dos Murmúrios, David Peace, Baudrillard, Francis Bacon e a *Nova Atlântida*, Pancho Guedes, *Neun Leben Hat Die Katze*, George Steiner, *Idioterne*, *Um Cesto de Cerejas...* para esta caminhada, ao encontro de um mundo novo, passado ou futuro.

*Mundo Novo*, o tema de mestrado em arquitetura 2012/2013, é a expressão que esteve presente em todos os desafios lançados. Mundo novo relativo a um passado marcado por um espírito utopista, ou mundo novo ligado a uma ideia de futuro tecnicista.

A *Marca* estabeleceu a entrada num novo mundo, o *workshop* de arranque onde a estratégia de conceção de espaço nasceu de um “carimbo” ilustrado por um excerto literário. Talvez uma estratégia

apenas experimentada nos exercícios de desconstrução de conceitos comuns, nos nossos primeiros anos de aprendizagem da arquitetura. A estranheza do exercício foi o gatilho da motivação, depressa se reuniram os mais diversos objetos do quotidiano e se começou a imergi-los em tinta-da-china tornando-os carimbos numa folha branca. A marca produzida por uma disquete foi a eleita. Curioso! Um objeto novo num passado recente, um objeto antigo no presente. Interpelámo-nos sobre esta constatação. A disquete, outrora tecnologia de ponta capaz de armazenar até 1.4 MB, seria provavelmente naquele momento objeto desconhecido para os mais novos. Memória *versus* memória, seria a ideia a preservar no desenvolvimento do trabalho. Para ilustrar este confronto entre o que se guarda, se memoriza, e o que se consegue guardar, a capacidade de um objeto para armazenar em si dados, selecionámos um excerto da obra de Orhan Pamuk, *Istanbul, Memórias de Uma Cidade*, no qual o autor relembra e descreve um espaço da sua infância. A capacidade de armazenamento de um espaço, de matéria e de memórias, sustentou o processo de construção espacial, culminando num lugar enterrado,

circular, acessível por uma rampa que o envolve. No centro geométrico daquele espaço, um espelho de água refletia o céu, exterior, não havendo possibilidade de o contemplar diretamente a não ser pelo seu reflexo, pela memória da sua presença naquela fração de segundo que se situa entre o momento em que a luz inicia a sua viagem até atingir as células da retina e ser finalmente decifrada pelo cérebro. No final, tudo não passa de uma memória, trabalho do tempo.

Nesta caixa de memórias viajámos até África, levados a descobrir memórias, relatos e representações deste continente e dos momentos que ligam Portugal aos territórios africanos de expressão portuguesa. No Laboratório de Cultura Arquitetónica Contemporânea lemos as memórias de Francisco Castro Rodrigues, conhecemos a sua obra em África, fomos confrontados com as verdades plásticas de Pancho Guedes e vimos as representações de Margarida Cardoso e Joaquim Leitão acerca do período correspondente à guerra colonial.

Não existe melhor local de armazenamento de memórias que um arquivo. Foi nas visitas ao Arquivo Histórico Ultramarino que tivemos o prazer de abrir,

tocar, folhear e desenrolar planos urbanos, projetos de arquitetura, memórias descritivas e documentos oficiais relativos à obra dos Gabinetes de Urbanização Colonial, Gabinetes de Urbanização do Ultramar, e Direção de Serviços de Habitação e Urbanismo . Aquilo que não passavam de memórias de outros, por se encontrarem temporalmente longínquas, passaram a fazer parte do nosso imaginário e a ligação com África, inexistente inicialmente, estabeleceu-se. África passou a habitar também a nossa memória.

Ao rever planos urbanos para Bissau surgiram documentos, espreitando timidamente por entre projetos de Mário de Oliveira e fotografias da cidade de Bissau, nos quais no campo destinado a “o arquitecto” aparecia a assinatura de Maria Emília Caria. Uma curiosidade despertada por memórias construídas acerca dos anos sessenta abriram o trilho ao encontro desta mulher, arquiteta e urbanista do Ministério do Ultramar durante aquela década e o início da década de setenta.

“Em 2014 celebram-se os noventa anos do nascimento de Amílcar Cabral”, Guiné – Bissau, Bafatá... Memórias, mais memórias que não eram nossas.

E continuávamos em África e nos anos sessenta. Desta vez o desafio fazia-se viajando a velocidades estonteantes pela Guiné-Bissau, pela sua história, pelos seus recursos, pelo Cacheu e uma escola construída com materiais locais, pelo PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), pela vida de Amílcar Cabral e a sua obra, pela memória de Amílcar Cabral e a celebração da sua existência. Iniciámos o processo. Com madeira de afizélia, redes em verga, rodas de bicicleta e panos coloridos construímos um “centro de estudos”, em memória do fundador do PAIGC, cujo busto esta construção amovível contemplaria, a partir do pedestal sob o qual se encontra pousado no antigo centro da cidade de Bafatá.

Entre as diversas viagens à Guiné - Bissau, a Cabo Verde, a Angola e Moçambique, voltávamos a Portugal, mais precisamente à zona das Amoreiras, onde oito quarteirões aguardavam a nossa intervenção. Feitas as devidas apresentações, tomado o conhecimento ao lugar, ou também em simultâneo, iniciou-se o *brainstorming* para a construção de quatro habitações. Ao mesmo tempo fomos levados a um tour pelos manifestos

artísticos e da arquitetura, memórias sob a forma de guias para a construção do nosso próprio manifesto, o *Manifesto 2033*.

Em contexto de grupo confrontámos ideias, alinhámos perspetivas, concluímos que queremos um regresso aos centros das cidades, queremos novos programas urbanos, queremos andar de bicicleta, queremos viver um tempo que não discrimine, estratifique e destrua o indivíduo. Todos pensámos o indivíduo no coletivo. E foi no coletivo, nos novos programas urbanos para aquele futuro centro habitacional, empresarial, hortícola, histórico, que pensámos as habitações. E é neste ponto que há um *clash* e se desenha uma memória de futuro, uma massa de ideias que fundem África, Amoreiras, Bafatá, Lisboa, Amílcar Cabral, indivíduo, coletivo. Uma construção de um passado impessoal que tomámos, revolvemos e reinventámos.

Continuámos nas Amoreiras, mas desta vez, o desafio era de grande escala. Debruçamo-nos sobre o espaço intersticial que conectava cada projeto individual e deparámo-nos com vazios, unidos numa primeira fase por frágeis linhas. Voltámos ao *Manifesto 2033* para definir a estratégia urbana. Evocámos a vontade do coletivo,

do espaço de reunião, do lugar onde ideias se cruzam, e fomos transportados por George Steiner a *A Ideia de Europa*, a um particular excerto onde o autor assinala “Desenhe-se o mapa das cafetarias e obter-se-á um dos marcadores essenciais da «ideia de Europa»” (Steiner, 2005, p. 26). E descobrimos, surpreendentemente a rua, os transportes públicos, porque não? Porque não a linha e o quadrado, em vez de apenas o quadrado? Porque não o percurso? A rua é também um espaço coletivo, onde o encontro se proporciona, a rua, enquanto percurso, é também um potencial lugar para a construção de ideias, porque, mesmo sozinho, ninguém caminha em total silêncio interior. A rua transforma-se progressivamente em matéria que somos tentados a desenvolver, sobre a qual queremos atuar.

Marcou-se um eixo que ligava as Amoreiras ao rio Tejo, onde há alguns anos circulava um elétrico. Aquela linha de talvegue, tão sinuosa, magra e pronunciada, transforma-se num local coletivo, pela recuperação de uma memória, pela sua readaptação às circunstâncias atuais da cidade de Lisboa e pela renovação de um percurso.

E nesta fase, a reunião entre o

estudo sobre o pensamento urbanístico de Maria Emília Caria e o estudo para uma intervenção à escala urbana cruzam-se, influenciam-se e clarificam-se.

Num momento estamos em local físico e no seguinte desafiam-nos a criar para um tema IV, sem local. Lançam pistas. Mas o que podemos construir, depois de cerca de oito meses, guia-nos por outros caminhos. É um tema livre, e num tema livre, aquilo que se reflete são as nossas memórias, a memória da nossa construção, das partes que nos compõem, não querendo isto significar redutoramente que o *eu* seja uma soma dessas partes. Abrimos o consciente à divagação livre e esta ação acaba por produzir efeitos surpreendentes. Construímos uma imagem que é só nossa, que nasce do âmago onde sensibilidade, experiências e memórias se fundem. A imagem de uma memória de Antoine de Saint – Exupéry interage com o imaginário pessoal de uma Lisboa-passado, revivida no momento presente.

A experiência que o último desafio proporcionou é o melhor ponto final para o percurso deste momento de vida.

*Nisso, como noutras coisas, o prazer e a arte consistem em nos abandonarmos conscientemente a esta bem-aventurada inconsciência, consentirmos em ser subtilmente mais fracos, mais pesados, mais leves e mais confusos que nós mesmos.*

Marguerite Yourcenar (1995, p. 20)

TEMA I QUATRO CASAS NAS AMOREIRAS



A visita ao local deu início a todo o processo de reconhecimento do território, como primeira abordagem à proposta de trabalho lançada na cadeira de Projeto Final de Arquitetura. Na segunda visita à zona das Amoreiras, local da intervenção, tal como ler um texto ou ver um filme pela segunda vez, deparámo-nos com uma série de particularidades que se revelaram fundamentais para o processo criativo. Foi neste momento que um comprido quarteirão, inacessível e isolado da cidade por um muro na maior extensão do seu perímetro, sobressaiu naquele território. Esta existência horizontal numa zona marcada pela verticalidade causou imediatamente uma forte inquietação. Iniciou-se um registo fotográfico do percurso em redor desse muro, onde artistas de rua imprimem frequentemente a sua assinatura entre as categorias de grafitti e mural de crítica política e social. Não foram no entanto as suas qualidades enquanto folha de papel que levaram a

vaguear em redor desse quarteirão, foi antes a curiosidade que tal elemento despertou. Sentia-se uma necessidade de olhar para o interior por cima e de cima daquele limite. Vigiando a envolvente, várias guaritas distribuíam-se ao longo do muro que atrás de si guardava um vazio, ainda marcado pela memória do antigo Hospital Militar. A barreira que separou outrora a cidade de Lisboa deste terreno, protegia os edifícios do antigo Hospital Militar, do qual apenas resta o anexo, onde hoje se encontra instalada a Direção Geral do Território.

A sensação mais marcante foi a de que este espaço deveria ser objeto de intervenção. Reparar aquele imenso vazio com apenas quatro habitações, surgia à primeira vista como um desafio demasiado arriscado. No entanto, não só o local merecia esse risco como a proposta de trabalho se apresentava extremamente estimulante.

Ao desenhar aquele limite, que à escala se apresentava apenas como uma linha, a intenção de conciliar a continuidade com a rutura necessária à abertura do terreno à cidade revelou-se quase instintivamente. Assim, quem caminhasse ao lado daquele limite continuaria ao longo



do percurso a perceber a imagem de um muro, até se aperceber já no interior do quarteirão. Dessa transição nascem as quatro habitações, que se encontram onde o muro se quebra, entrelaça e multiplica criando assim os acessos e espaços privados. Nas zonas onde o muro se multiplica em paredes, definindo espaço interior, surgem as habitações, sendo os seus espaços privados – zonas de dormir e de higiene pessoal – localizados à cota da rua, e os espaços coletivos a uma cota inferior, não enterrada. Às zonas privadas das habitações fez-se corresponder uma fachada cega, “muro”, e às zonas coletivas fachadas envidraçadas, fazendo o muro “levar” sobre estas zonas de cota inferior. A iluminação natural e ventilação nas zonas de dormir e de higiene pessoal são proporcionadas por lanternins cónicos como referência às guaritas existentes. Nas zonas de dormir, os lanternins são orientados a nascente, e nas zonas de higiene pessoal, a sul. As zonas coletivas que se encontram a uma cota inferior à do nível da rua são iluminadas por luz natural, refletida nas paredes de betão branco que circundam os espaços exteriores privados.

Cada habitação divide-se em dois volumes: um destinado à zona da

cozinha/zona de refeições, e outro de maiores dimensões, onde se encontram as restantes zonas coletivas e privadas. A ligação entre estes dois espaços faz-se através de um corredor envidraçado estabelecendo continuidade ao nível do piso inferior entre zona de refeições e zona de estar. As zonas privadas da casa - dormir e higiene pessoal - encontram-se, para cada habitação, encerradas em caixas suspensas do teto, ou equilibradas num muro. O acesso a estas zonas privadas é feito através de escadas, de desenho diferente em cada uma das habitações. Cada habitação apresenta para cada caixa e acessos, organizações diferentes. As caixas correspondentes à zona de dormir foram reduzidas ao mínimo essencial para esta função e para arrumação, libertando espaço e possibilitando a criação de áreas com duplo pé direito.

Com vista a responder ao desafio “quatro habitações para 2033”, foram equacionados, no contexto do grupo, vários programas auxiliares associados ao “novo” modo de habitar e de viver na cidade. Associado ao programa habitacional, foi projetado um espaço destinado a *cowork*, conceito em crescimento em Portugal e do qual apenas se encontram poucos



exemplos nas cidades de Lisboa e Porto. Para este espaço, de trabalho individual em lugar coletivo, foi pensada uma volumetria em “U” em que as áreas de trabalho, copa de apoio e esplanada ficassem orientadas para um pátio. A estrutura, porticada permite quando necessário isolar secções para criar espaços individuais de trabalho.

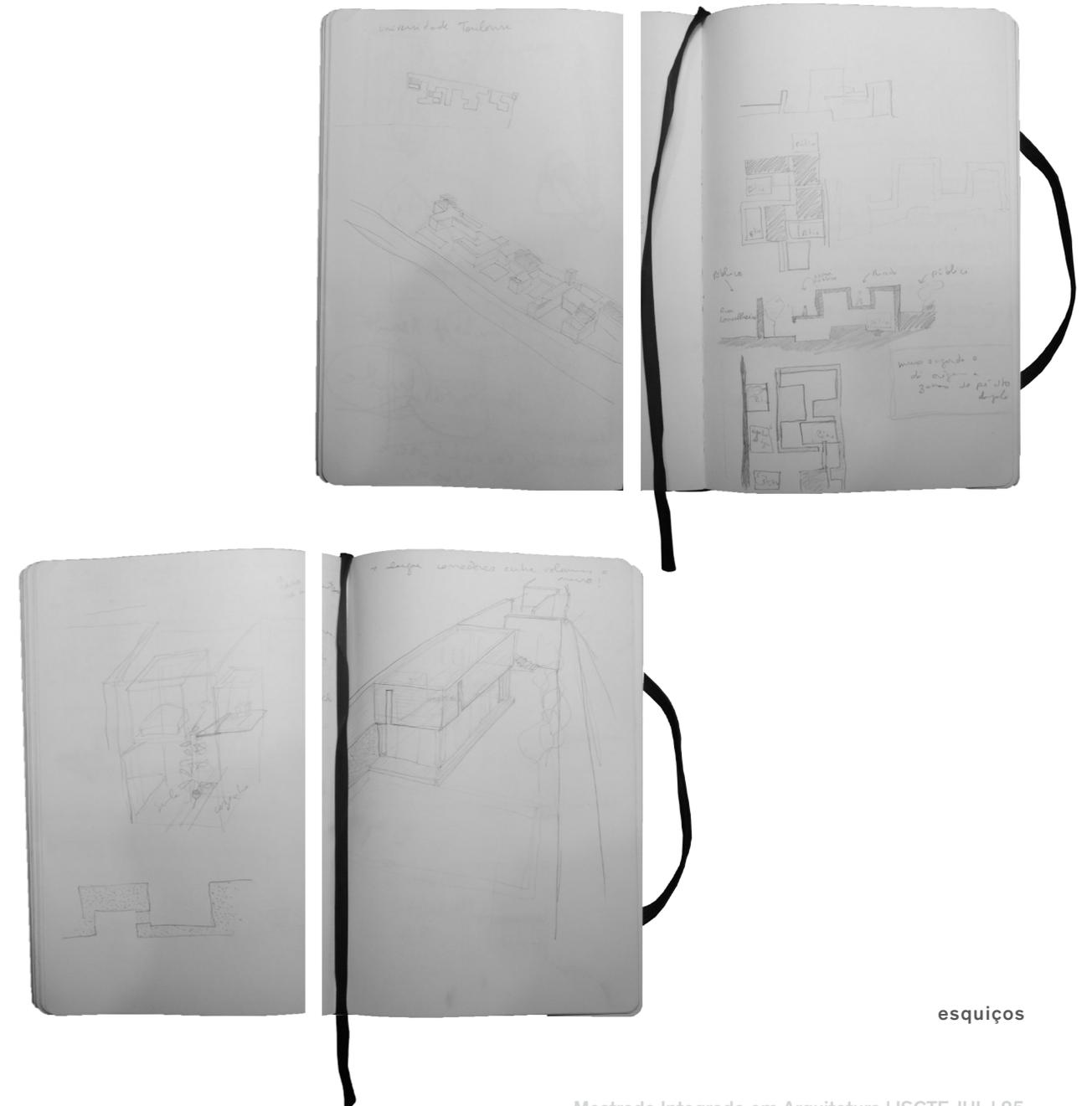
Foi igualmente desenvolvido, com o objetivo de simultaneamente ativar e preservar a vasta área livre e densamente arborizada do quarteirão, um esquema que articulasse um programa de hortas urbanas e as respetivas estruturas de apoio – ponto de informação/venda, café, sala polivalente e armazéns – com área de parque e campos de desporto.

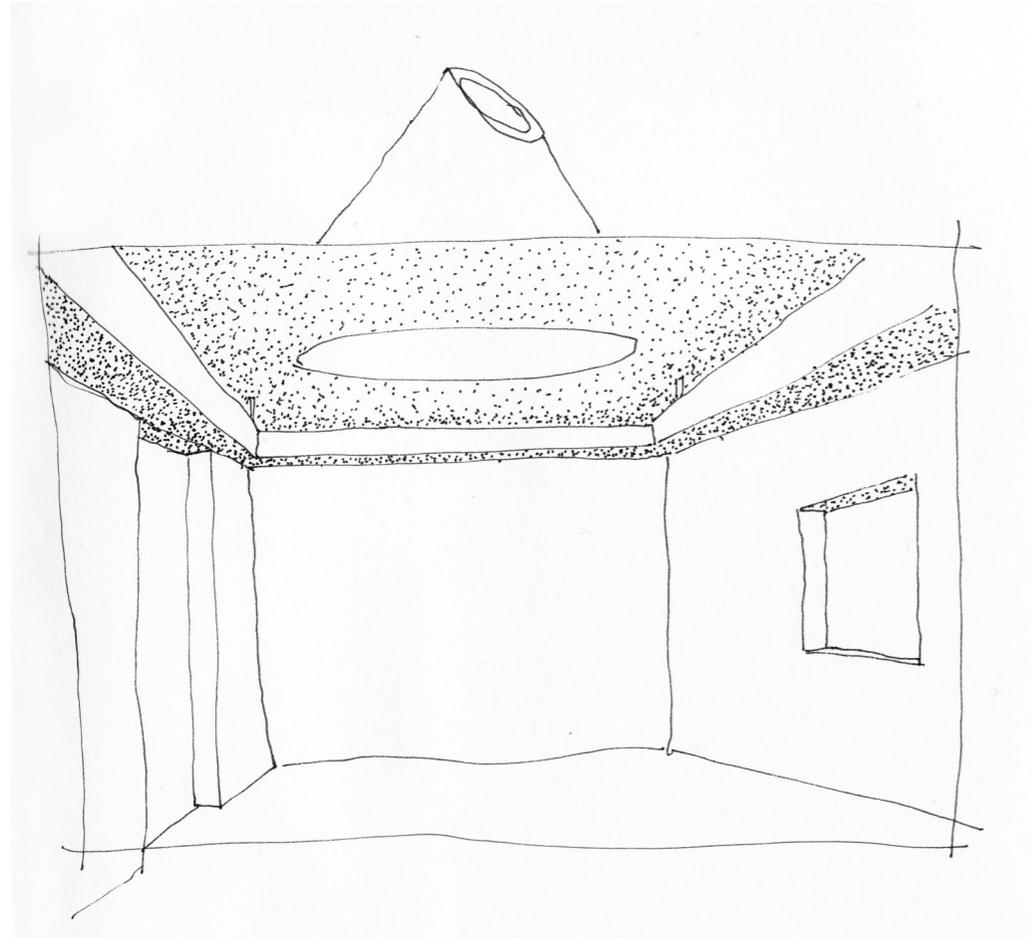
O vazio deixado pelo antigo hospital militar é neste projeto “ocupado” por habitação, um espaço para cowork e hortas urbanas.

-  HABITAÇÕES
-  HORTAS
-  COWORK
-  ÁREA VERDE
-  APOIO ÀS HORTAS
-  ARRUMOS
-  PARQUE

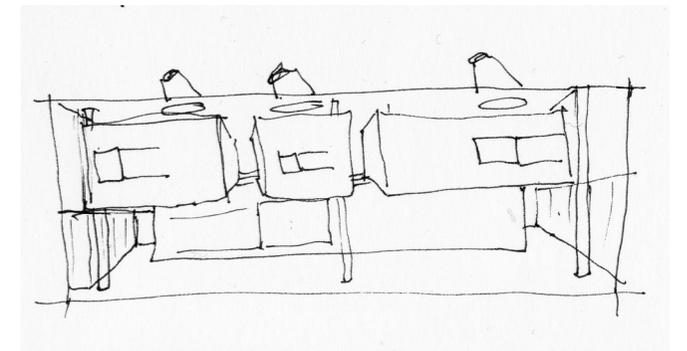
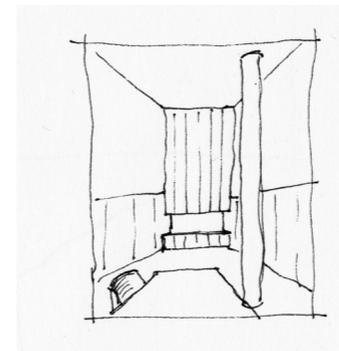
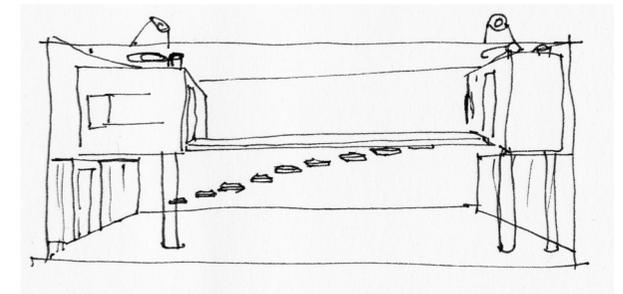
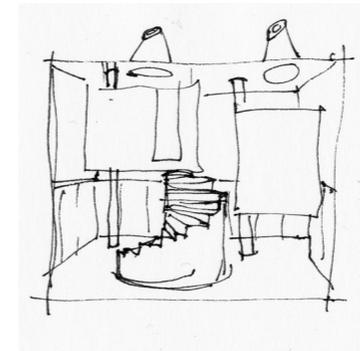
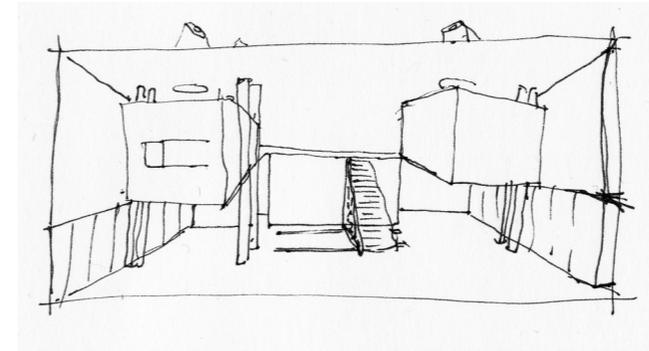
## QUATRO HABITAÇÕES



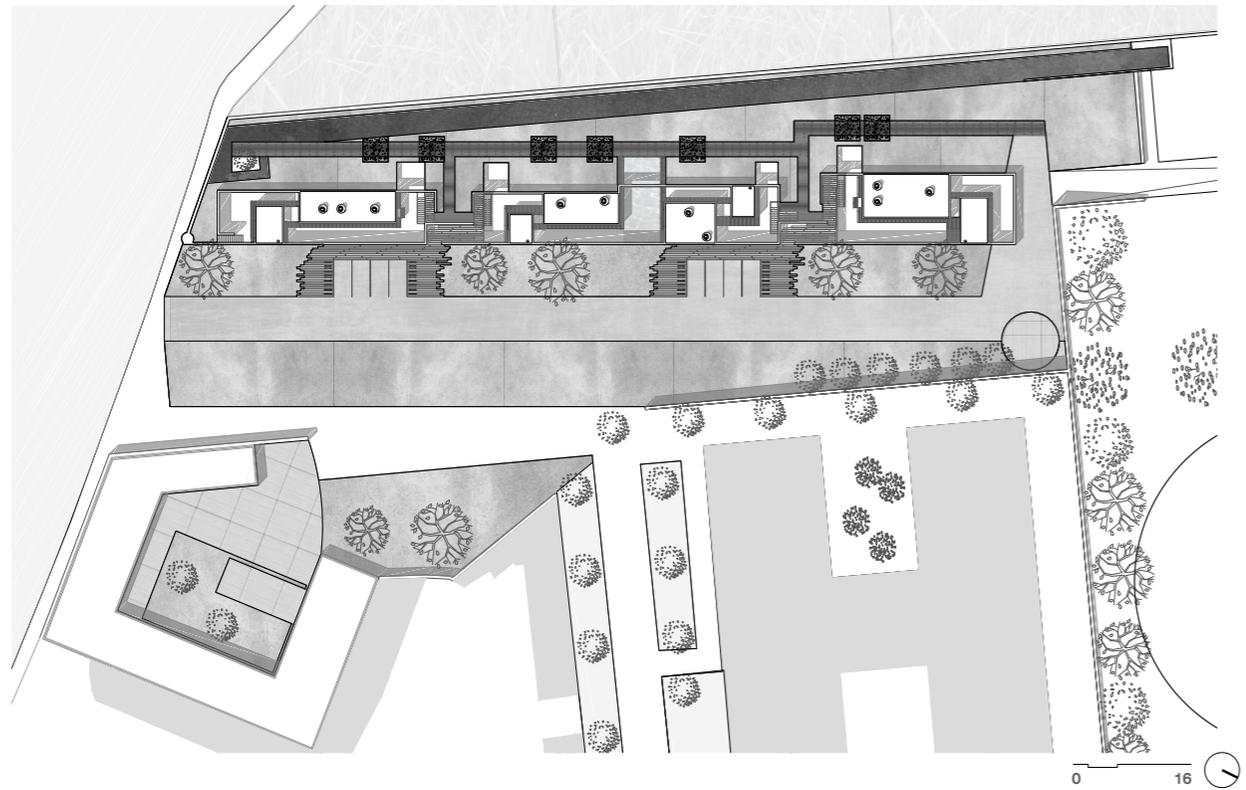




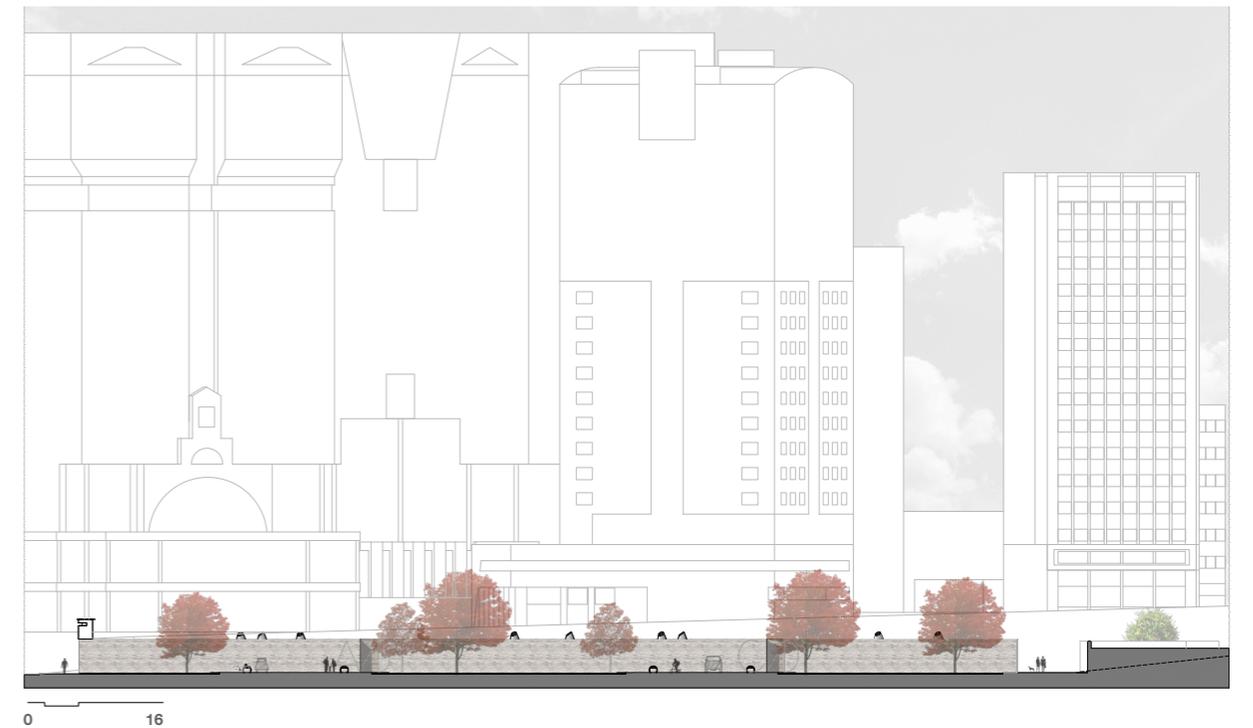
esquiços - "caixas"



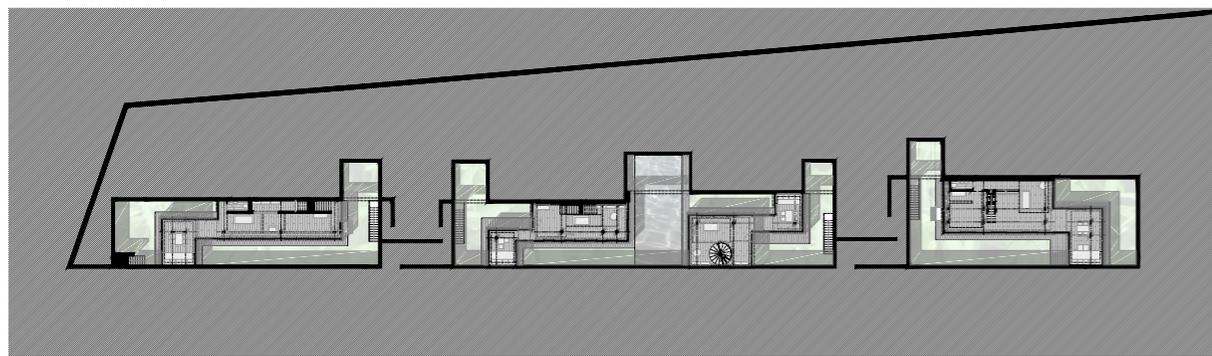
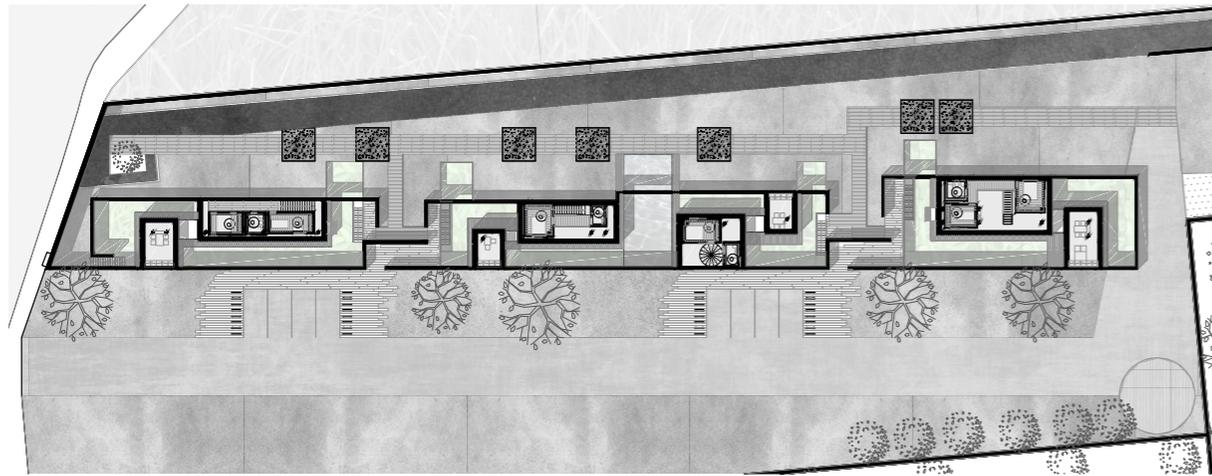
esquiços - habitações



planta geral - habitações e cowork



alçado nordeste

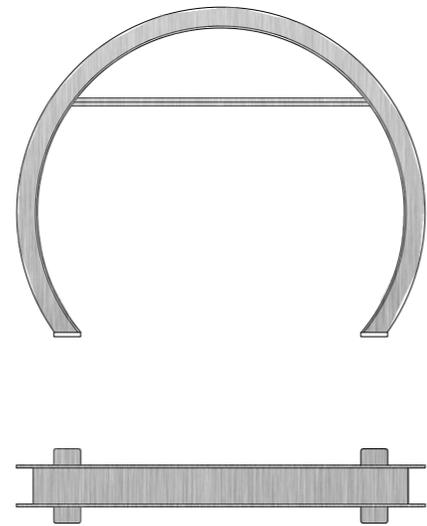


plantas gerais, piso 0 e piso -1



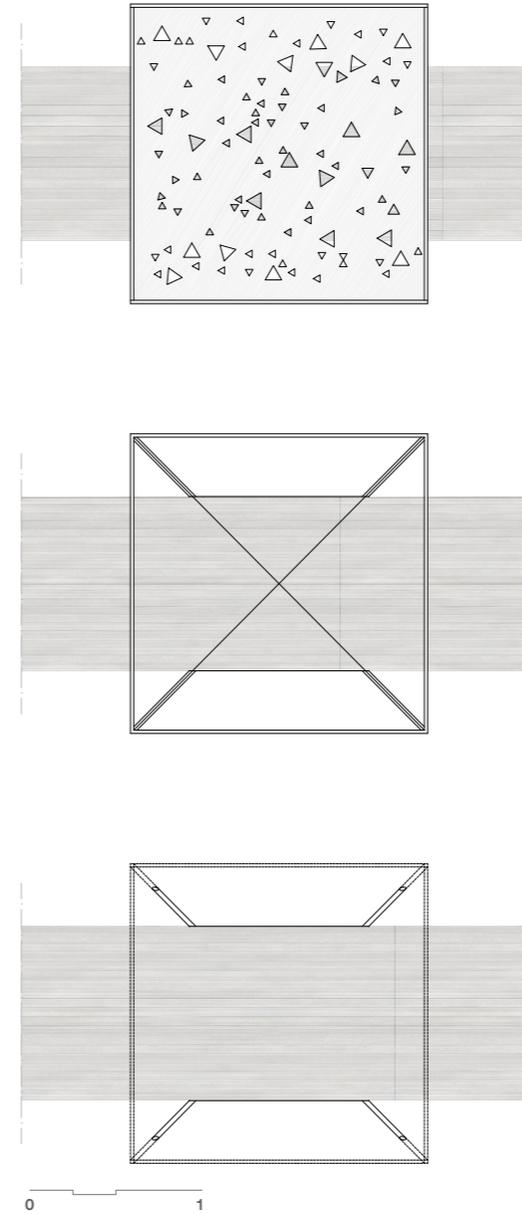
alçados sudoeste

Para o espaço público e semipúblico foram criados pontos de estacionamento para bicicletas e pérgulas móveis. Os pontos de estacionamento para bicicletas adaptados situam-se junto dos lugares para estacionamento de automóveis e as pérgulas, desenvolvidas com o objetivo de criar pequenas áreas sombreadas no espaço compreendido entre o muro pré-existente e as habitações, deslizam sobre carris aplicados no passadiço de acesso às habitações. Estes elementos móveis são constituídos por estruturas metálicas que suportam uma cobertura de tela perfurada, cuja sombra criada se pode assemelhar àquela produzida pela folhagem das árvores.

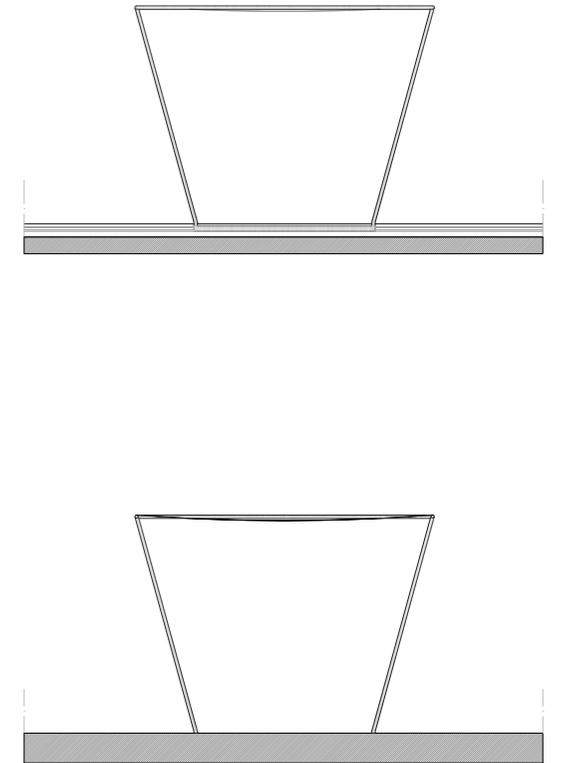


0 0.5

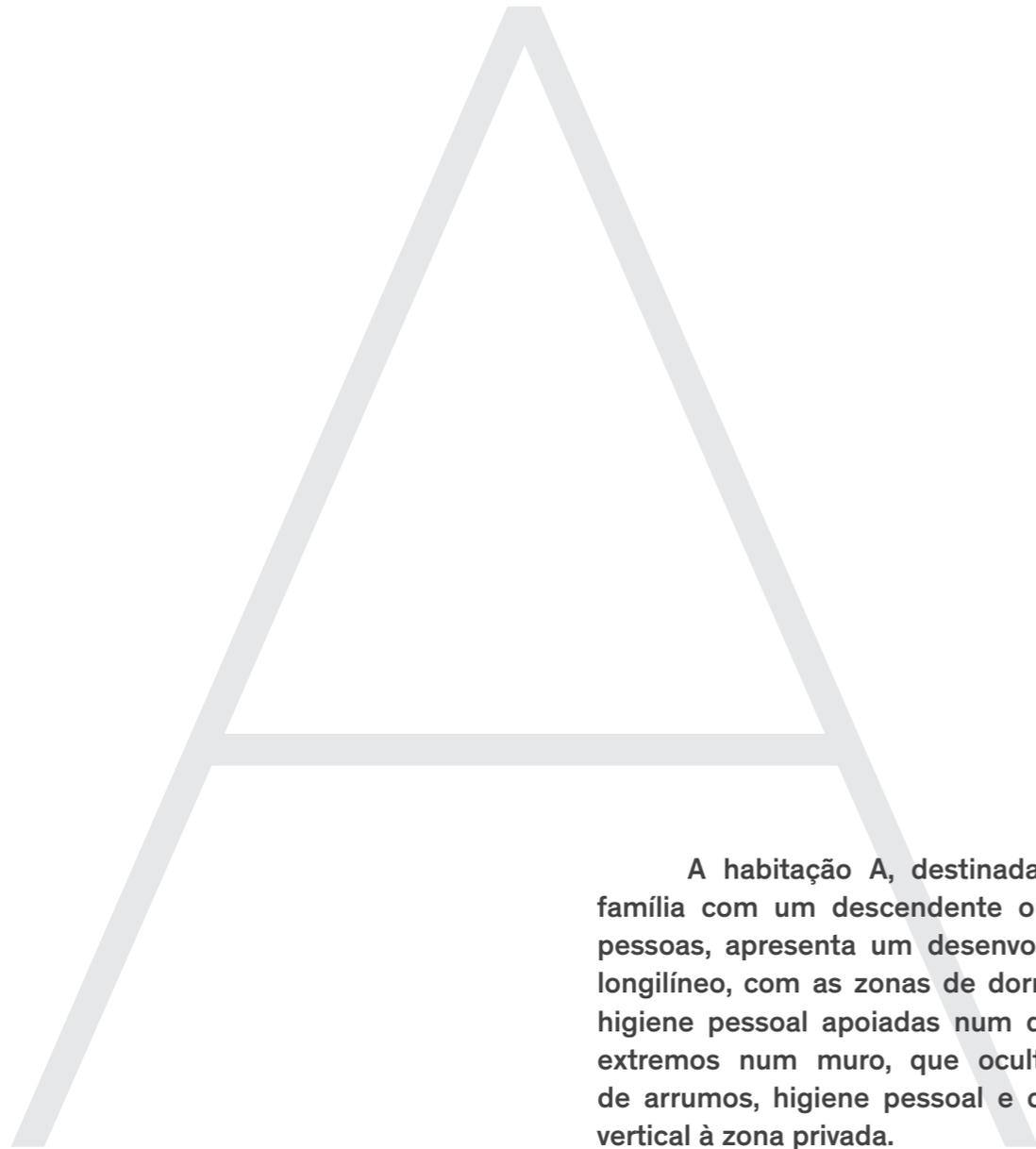
estacionamento para bicicletas

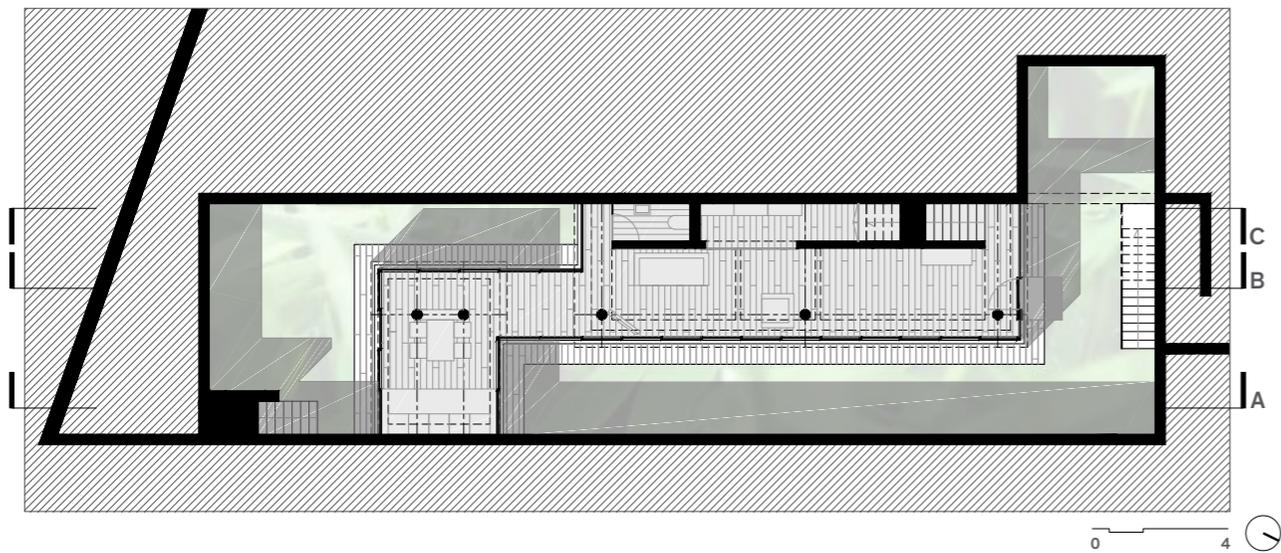
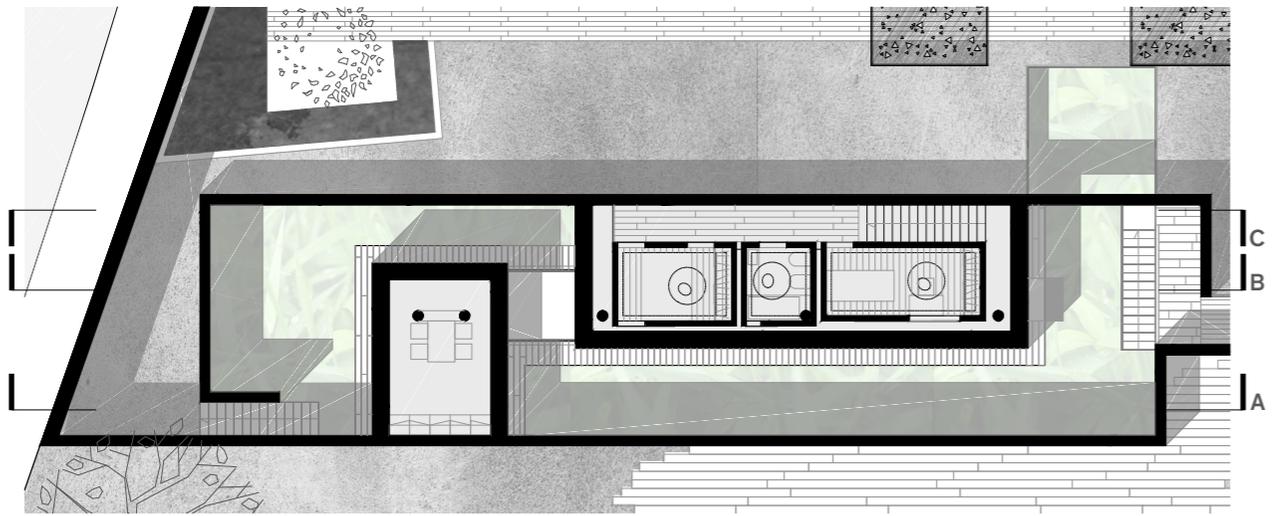


0 1



pérgulas móveis

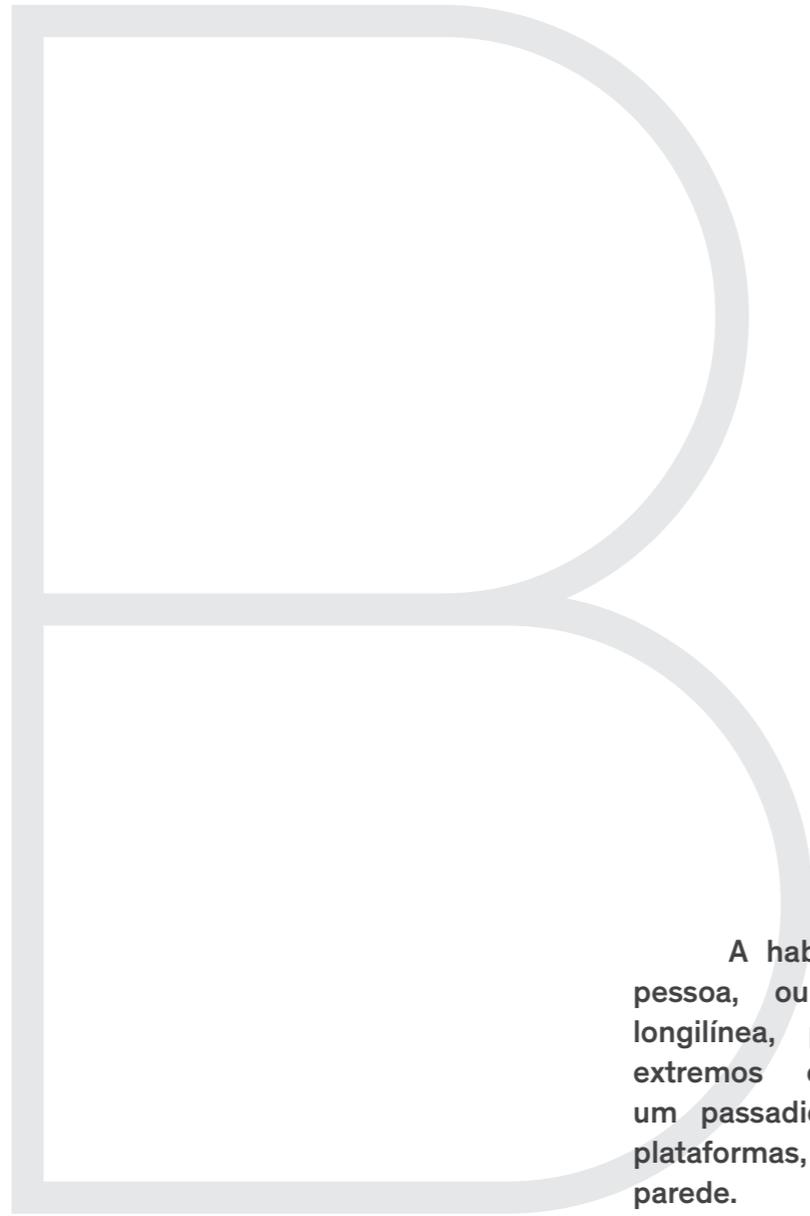




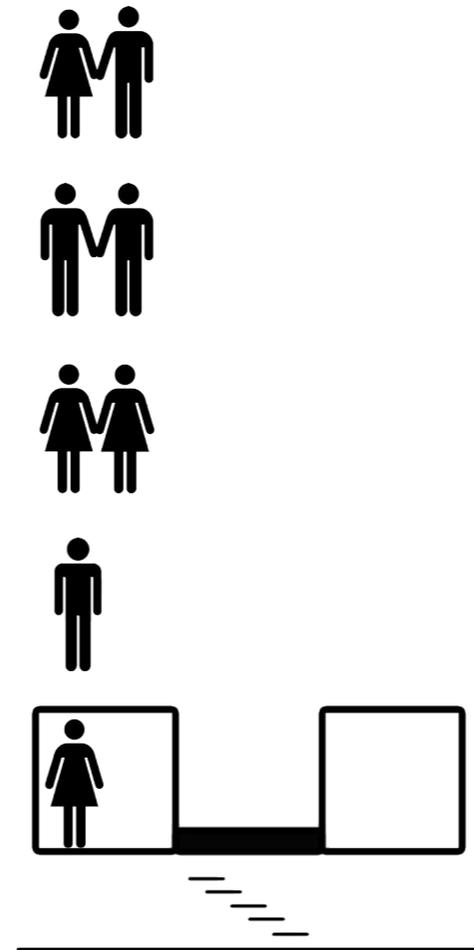
habitação A

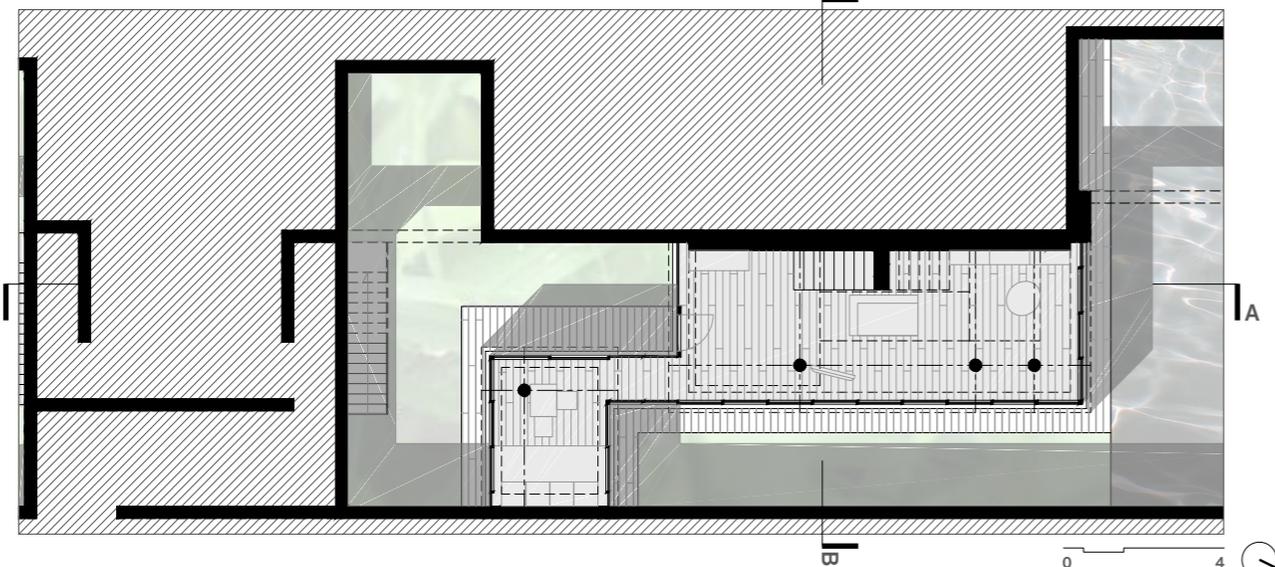
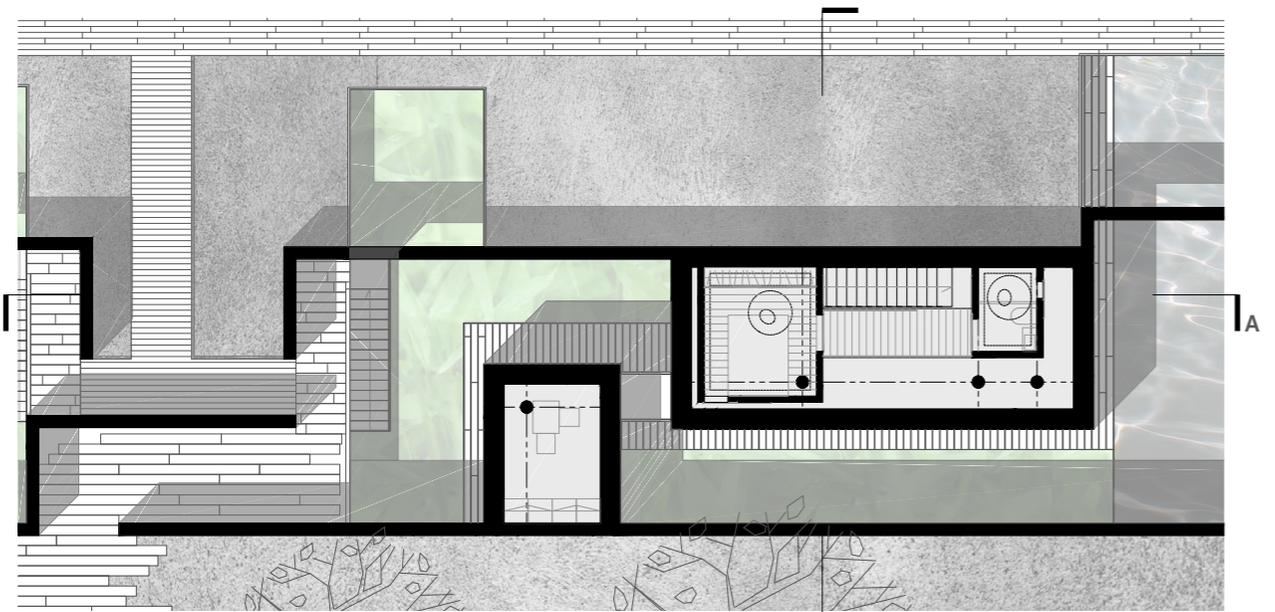


cortes A B e C

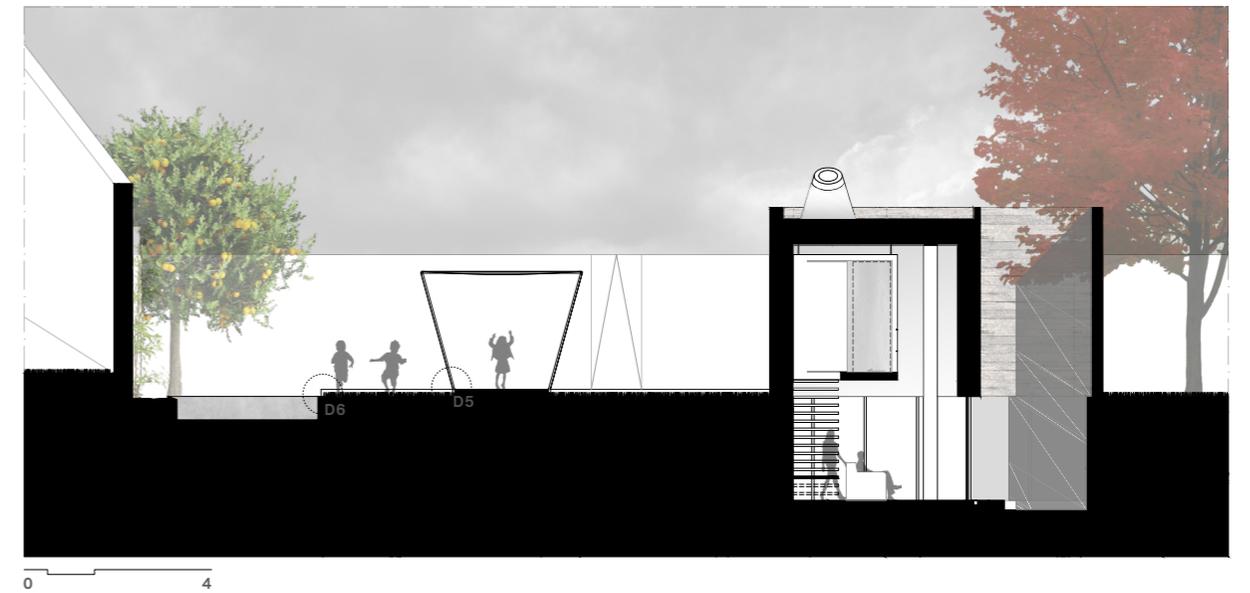


A habitação B, destinada a uma pessoa, ou casal, apresenta forma longilínea, possuindo as caixas em extremos opostos, conectadas por um passadiço, ao qual se acede por plataformas, ou degraus salientes da parede.



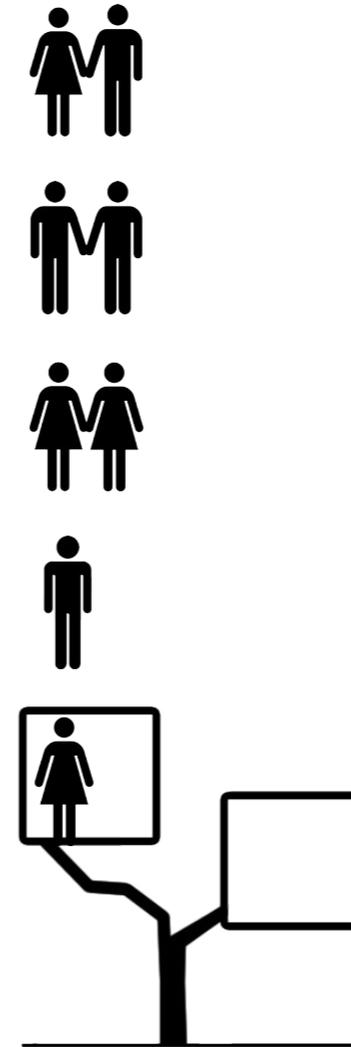


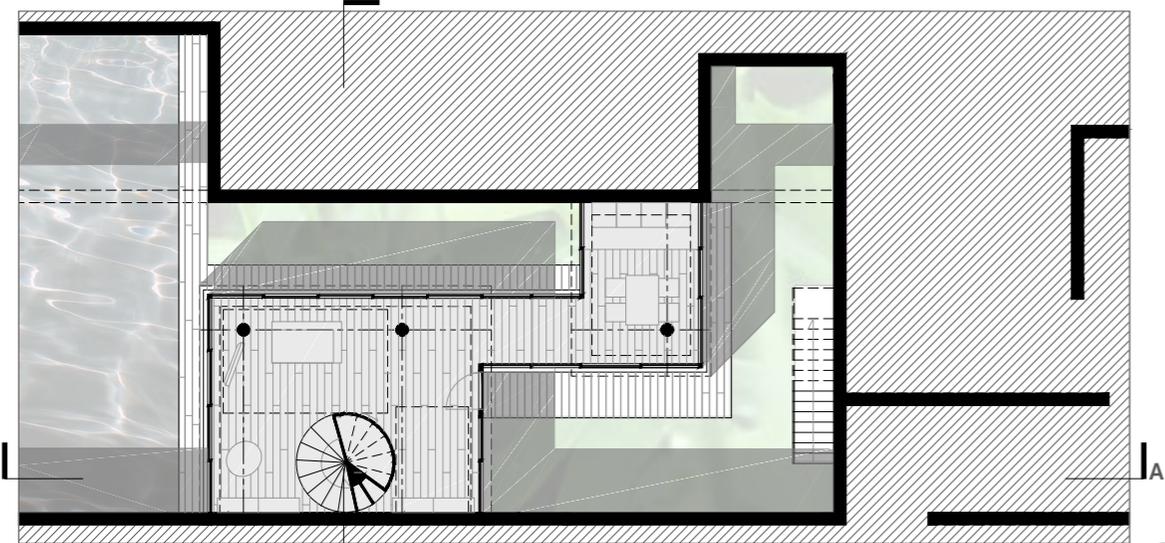
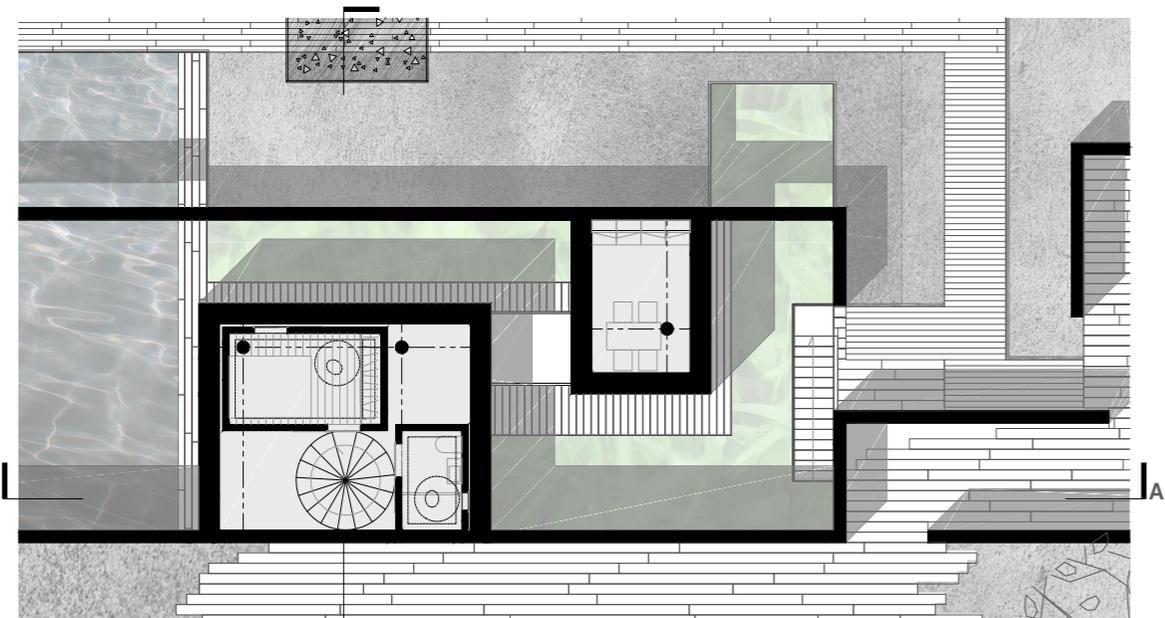
habitação B



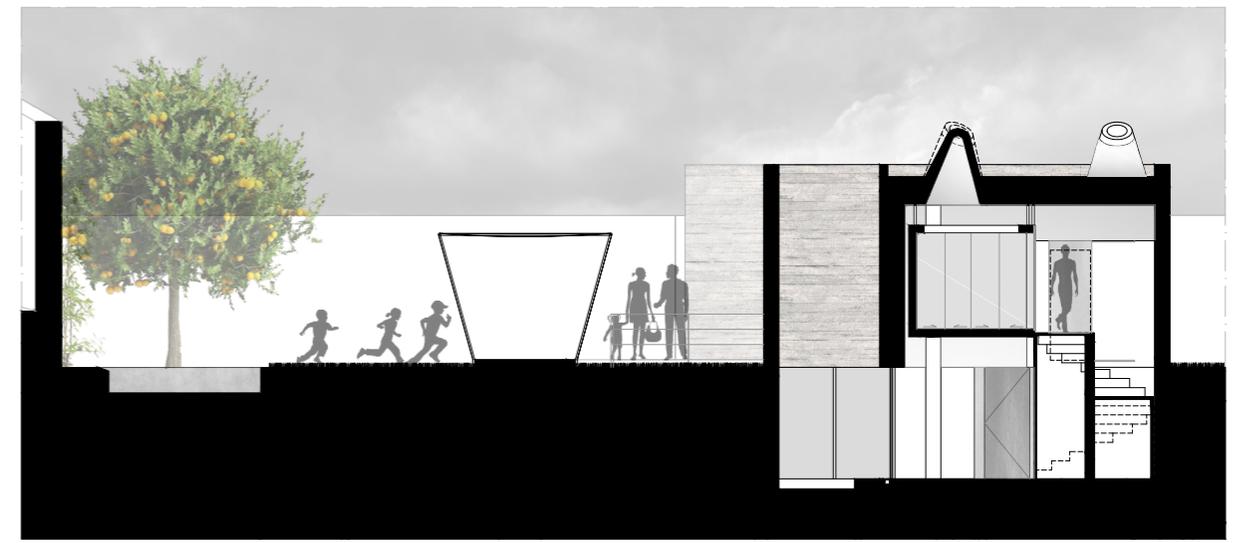
cortes A e B

Destinada a uma pessoa ou casal, a habitação C possui as zonas de dormir e de higiene pessoal distribuídas em cotas diferentes, pendendo do teto. O acesso faz-se por uma escada em caracol em que o primeiro e último degraus se encontram alinhados pelo mesmo plano vertical, permitindo assim aceder às duas caixas a cotas diferentes, como se de uma árvore com ramos se tratasse.

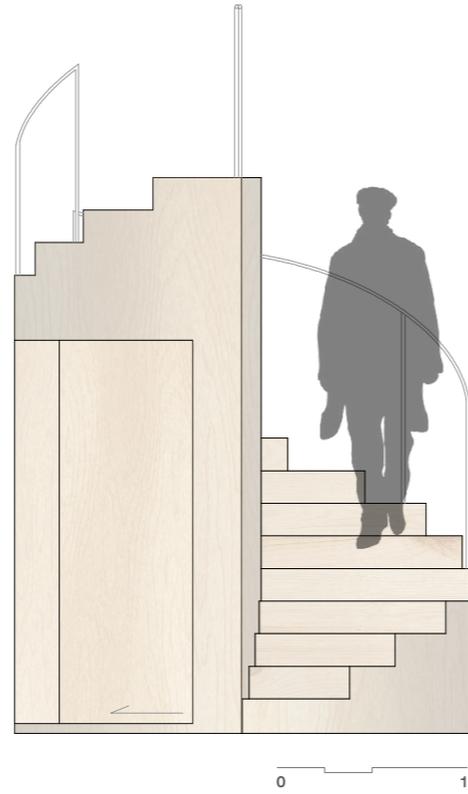
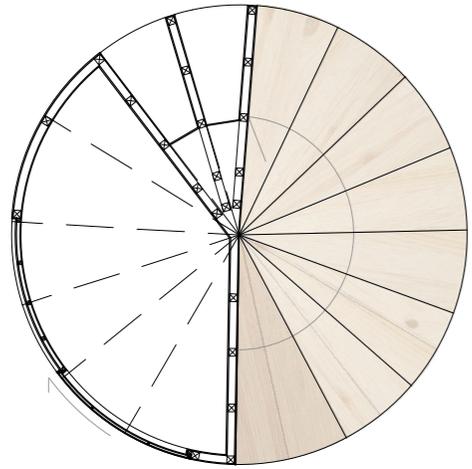
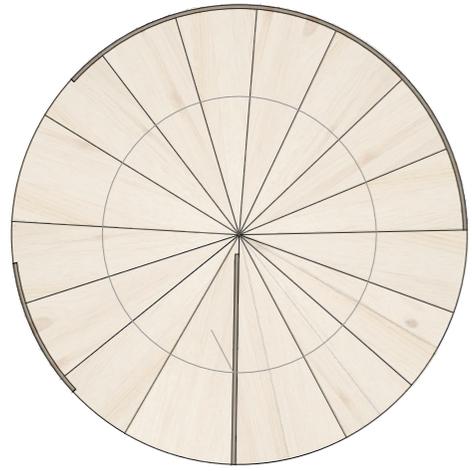




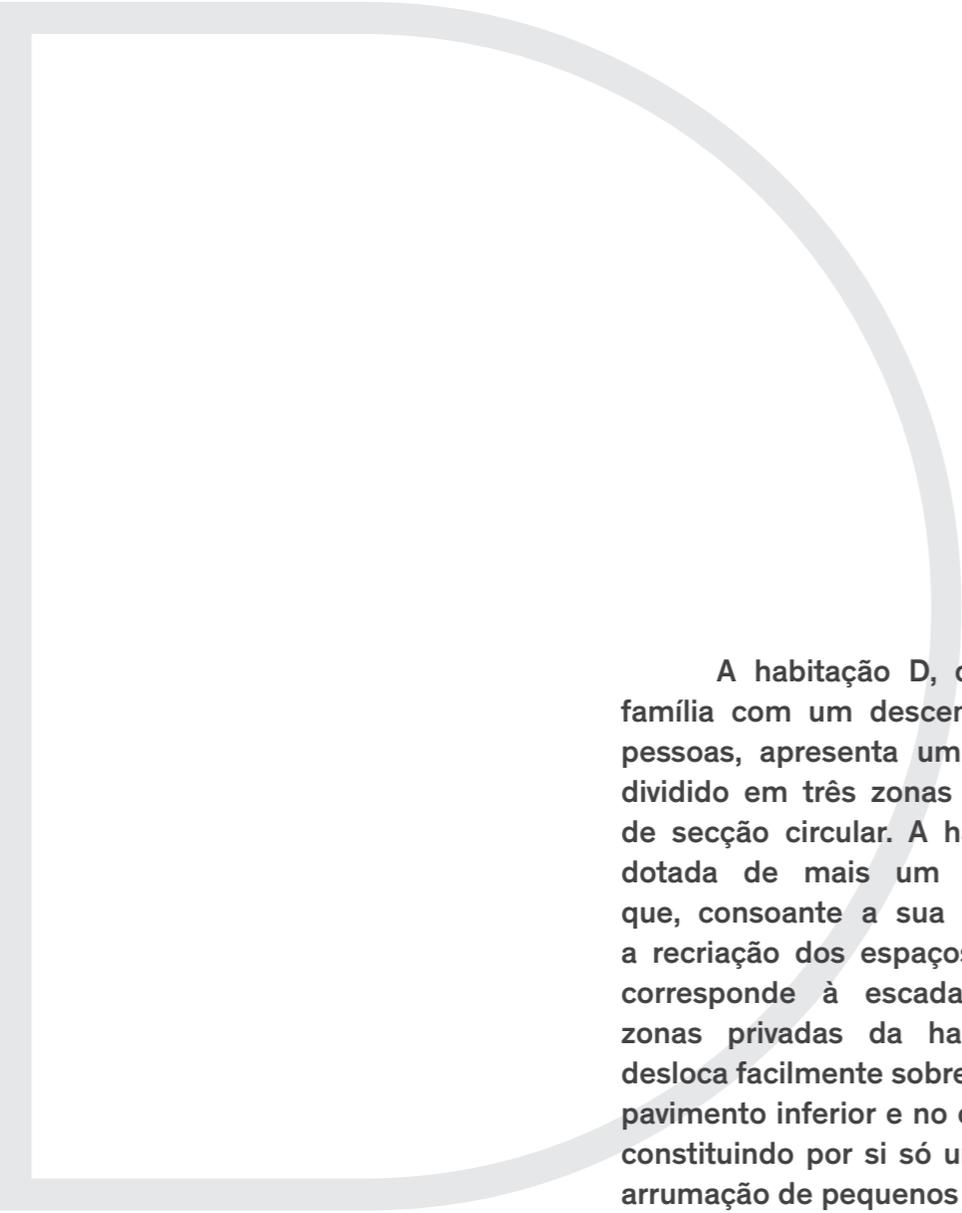
habitação C 0 4



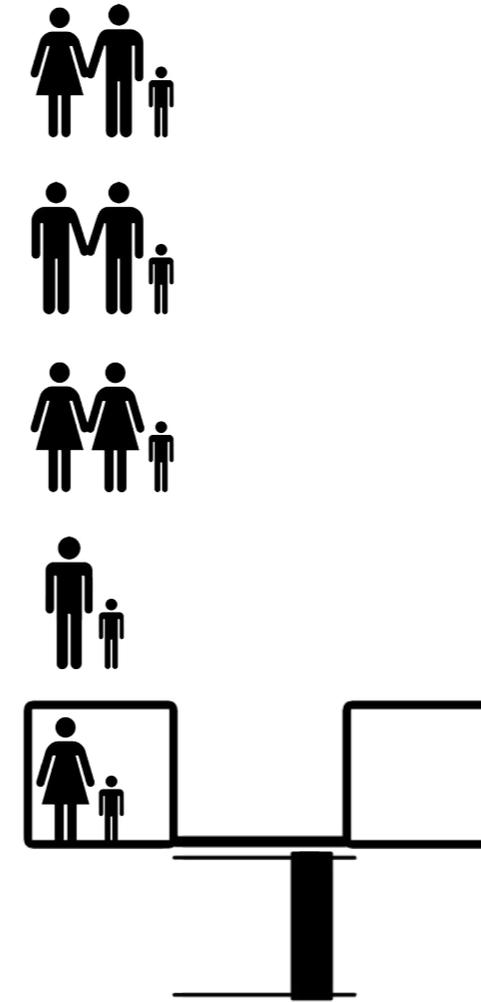
0 4 cortes A e B

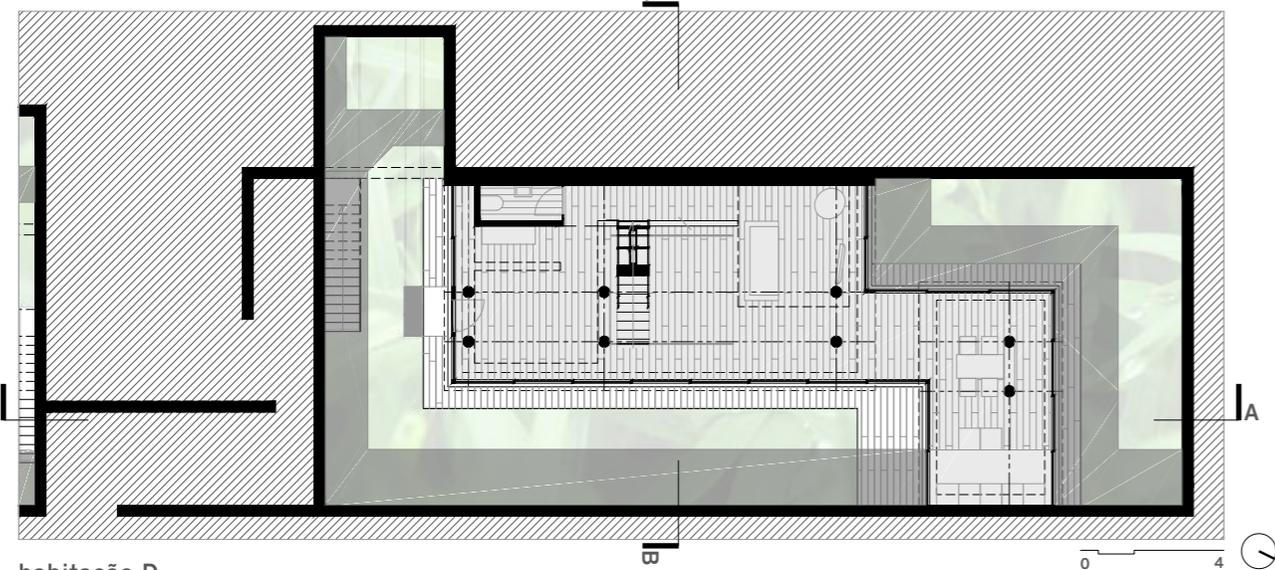
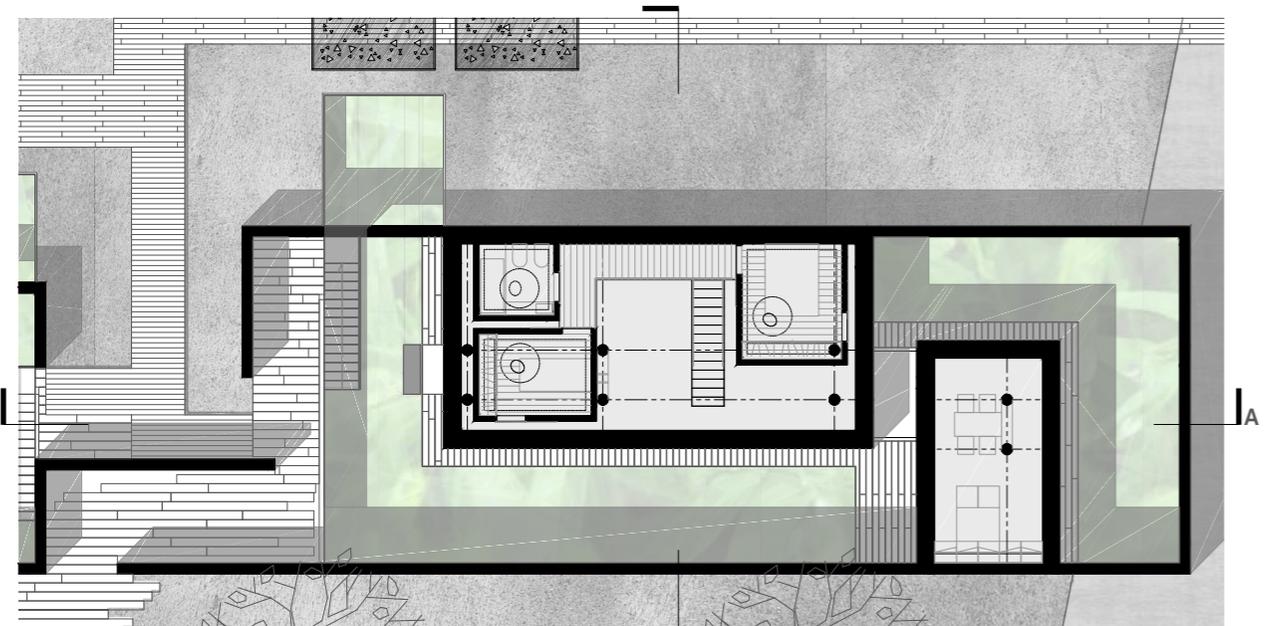


peças - escadas em caracol



A habitação D, destinada a uma família com um descendente ou a três pessoas, apresenta um espaço coletivo dividido em três zonas por seis colunas de secção circular. A habitação é ainda dotada de mais um elemento móvel que, consoante a sua posição, permite a recriação dos espaços. Este elemento corresponde à escada de acesso às zonas privadas da habitação, que se desloca facilmente sobre carris fixados no pavimento inferior e no corredor superior, constituindo por si só um elemento para arrumação de pequenos objetos.

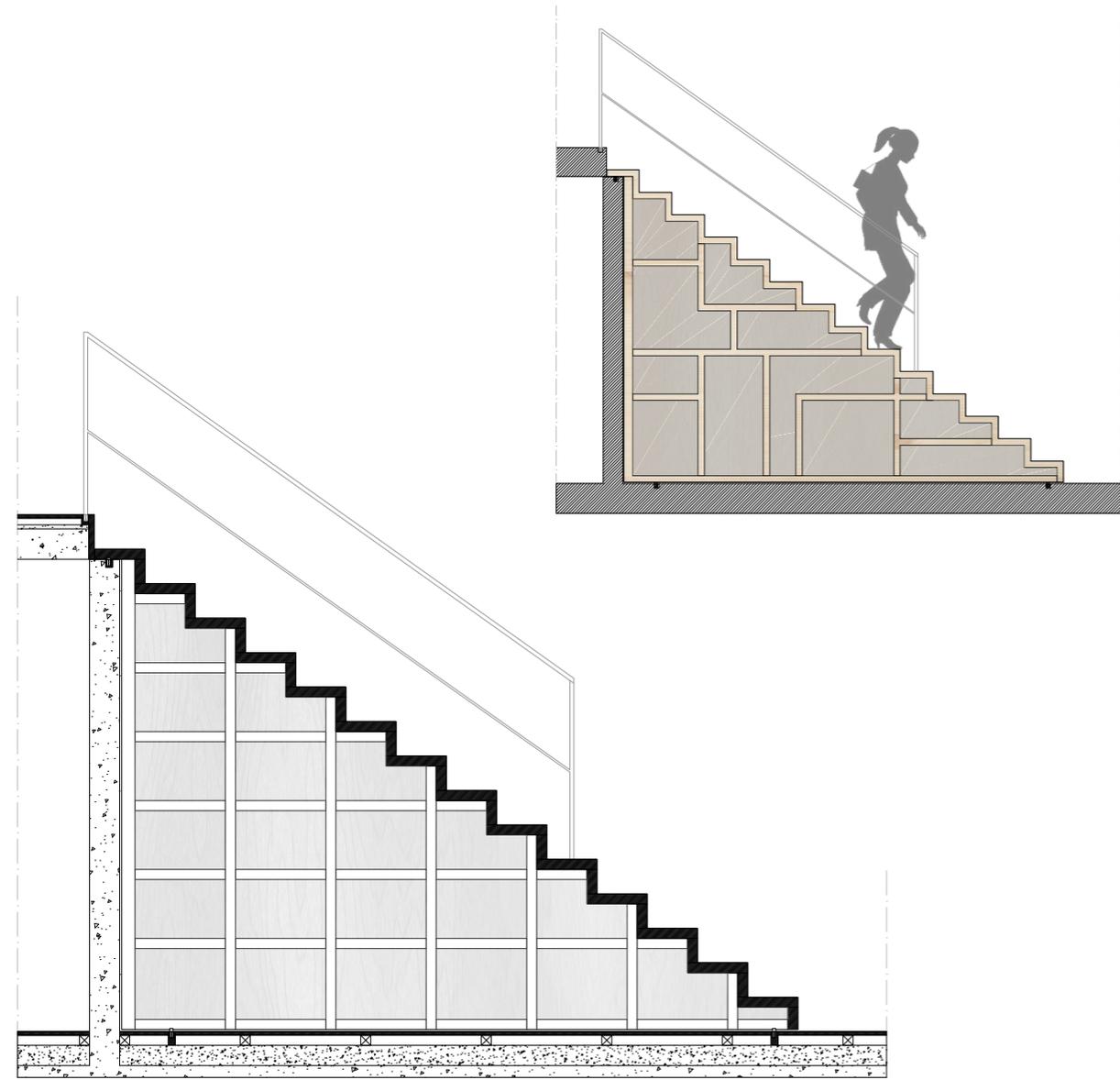




habitação D

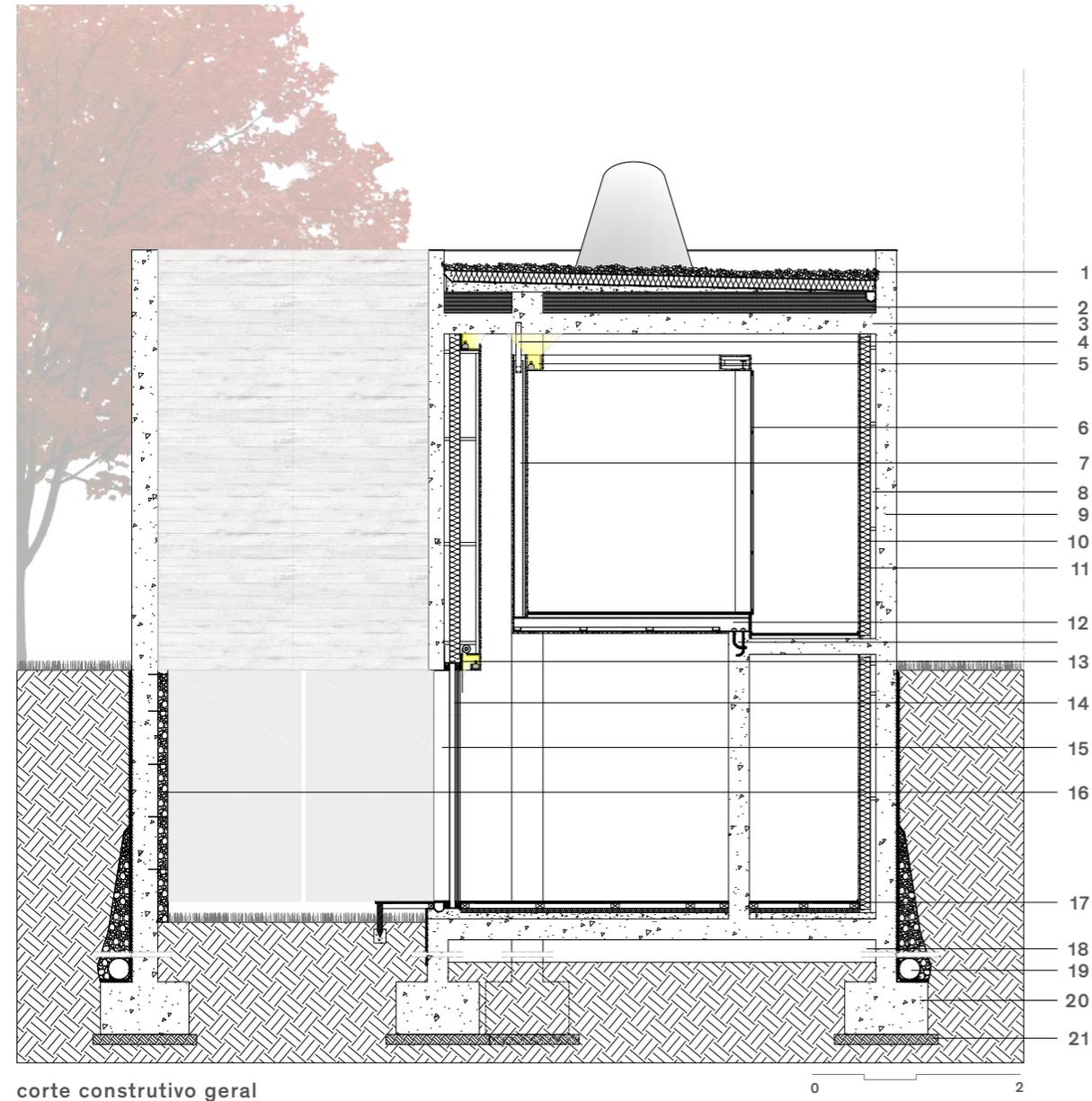


cortes A e B

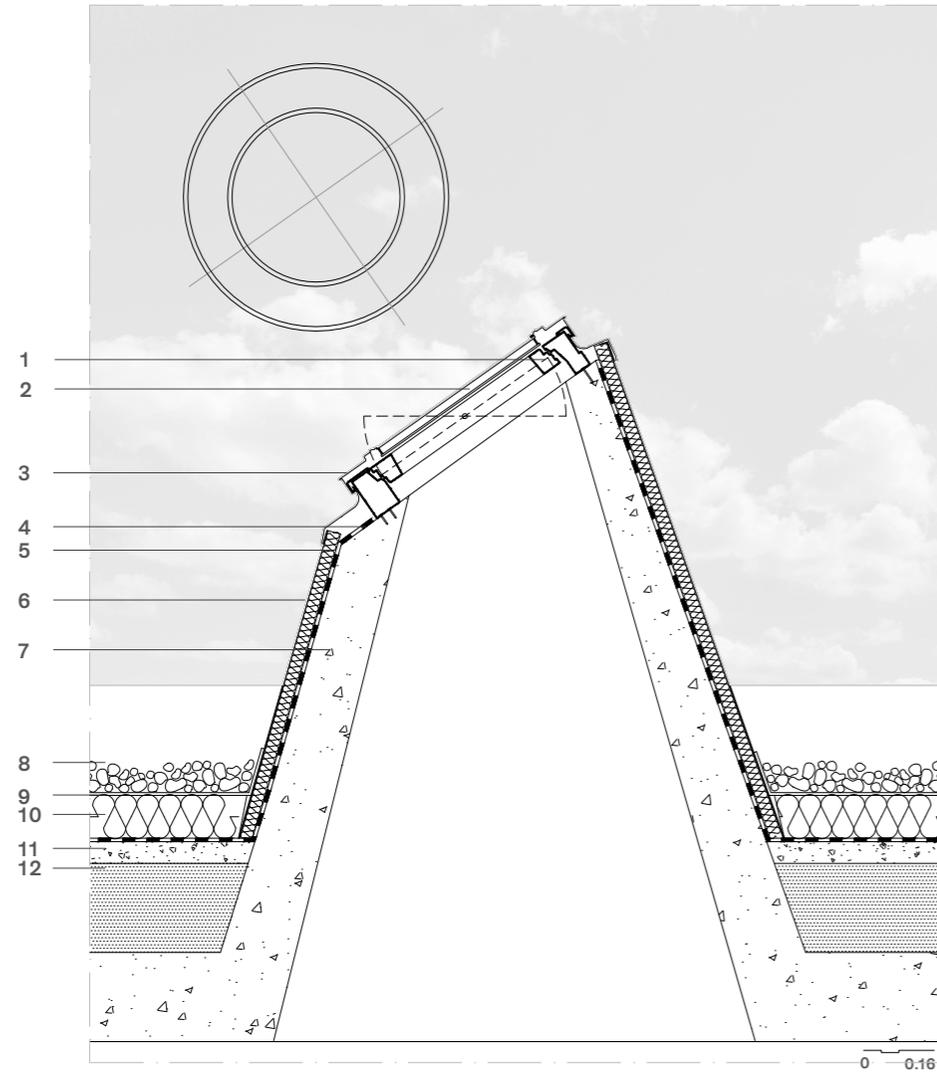


peças - escadas em carris

0 1

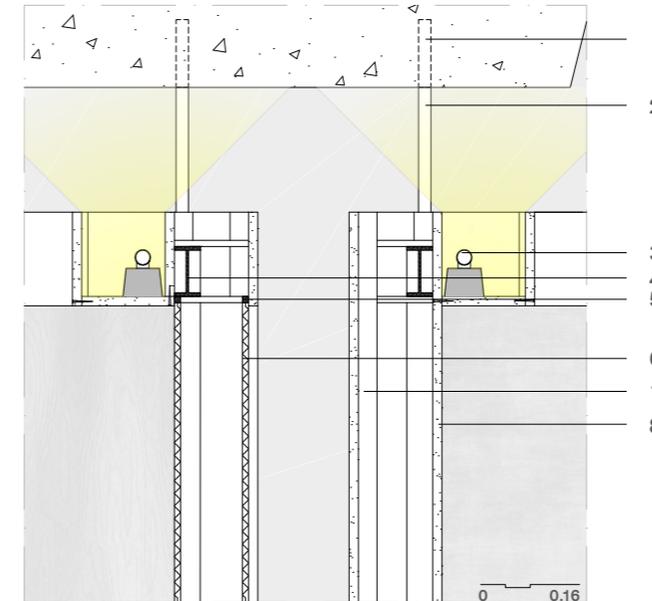


1. camada de proteção com seixo rolado
2. betão celular
3. laje de betão branco armado
4. peça metálica de fixação
5. ponto de iluminação
6. porta de correr folheada a carvalho claro
7. perfil metálico IPN80
8. caixa de ar
9. parede em betão branco armado
10. isolamento térmico em placas de poliestireno extrudido
11. revestimento de parede em gesso cartonado
12. perfil metálico IPN140
13. cortina blackout
14. janela deslizante de vidro duplo com caixilho de alumínio termolacado de cor preta
15. sistema de portadas deslizantes tipo venesiana, em viroc branco
16. caixa de malha metálica com seixos rolados
17. soalho em madeira de carvalho clara com acabamento em verniz mate
18. caixa de ar
19. sistema de impermeabilização e drenagem
20. sapata de betão armado
21. terra compactada

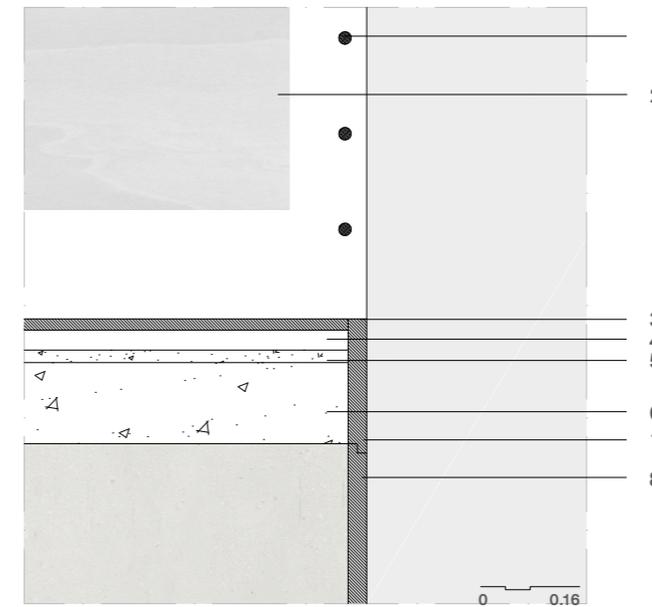


1. caixilho de alumínio
2. vidro duplo temperado
3. remate em zinco
4. tela de impermeabilização
5. isolamento térmico em placas de poliestireno extrudido cortado em gomos
6. malha eletrosoldada para reforço da argamassa, fixada à betonilha de regularização
7. parede de betão armado branco
8. camada de proteção em seixo rolado
9. manta geotêxtil
10. isolamento térmico em placas de poliestireno extrudido
11. betonilha de regularização
12. betão celular

detalhe lanternim



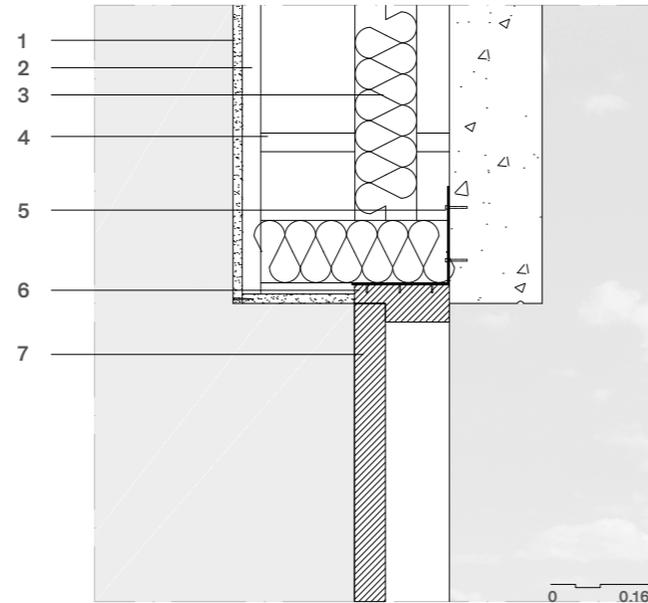
1. ponto de fixação por bucha química
2. peça metálica de fixação aparafusada aos perfis
3. ponto de iluminação
4. perfil metálico IPN80
5. peça de fixação
6. painel de policarbonato translúcido
7. sistema de fixação de parede em gesso cartonado - montante
8. painel de gesso cartonado



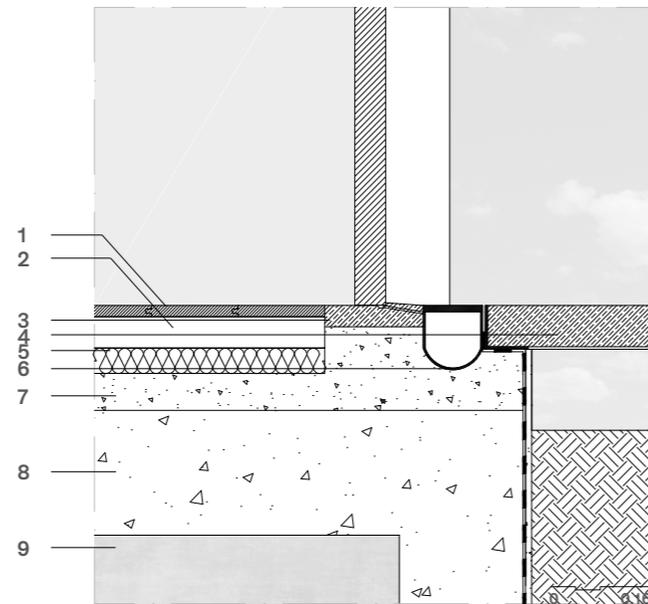
1. guarda metálica
2. porta de correr folheada a carvalho claro
3. soalho em madeira de carvalho claro com acabamento em verniz mate
4. sarrafos de apoio e fixação
5. betonilha de regularização
6. laje de betão branco armado
7. batente em madeira de carvalho clara com acabamento em verniz mate
8. porta composta por régua de madeira de carvalho clara com acabamento em verniz mate

detalhes 1 e 2

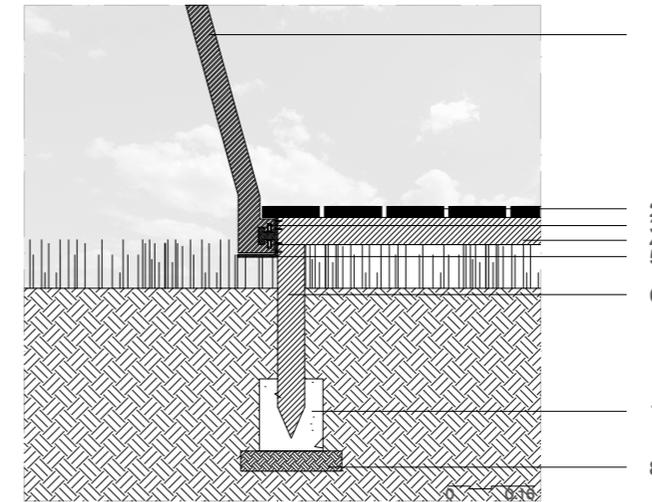
1. painel de gesso cartonado 2. sistema de fixação de parede em gesso cartonado - montante 3. isolamento térmico em placas de poliestireno extrudido 4. peça de fixação dos painéis de gesso cartonado à parede de betão armado 5. cantoneira metálica 6. aro em madeira com batente 7. porta em madeira de sucupira



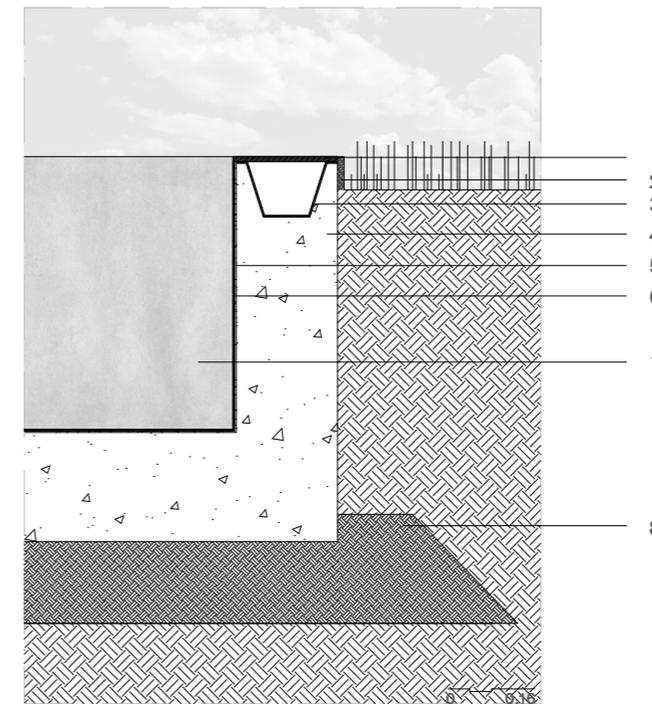
1. soalho em madeira de carvalho clara com acabamento em verniz mate 2. sarrafos de apoio e fixação 3. soleira em pedra lioz cinza 4. pedra lioz cinza bujardada 5. isolamento térmico em placas de poliestireno extrudido 6. caleira em zinco coberta por grelha de escoamento 7. betonilha de regularização 8. laje de betão armado 9. caixa de ar



detalhes 3 e 4



1. tubo metálico de suporte 2. deck composto 3. sistema de carris 4. peça de assentamento para deck exterior 5. cantoneira metálica de fixação do carril 6. apoio em madeira tratada para exterior 7. sapata 8. terra compactada



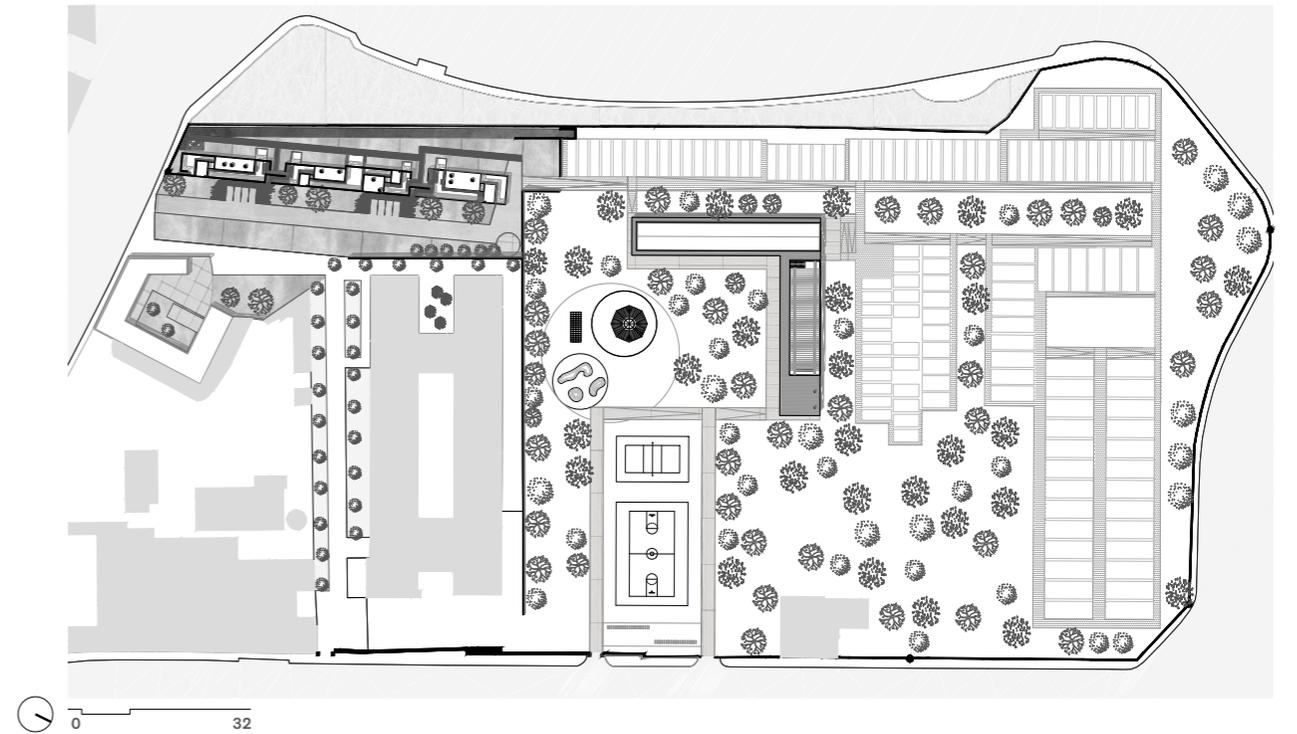
1. grelha de escoamento de água 2. rodapé em pedra lioz 3. caleira 4. muro de betão armado 5. cimento-cola 6. mosaico para piscina de cor azul claro 7. água proveniente de reserva de águas pluviais 8. terra compactada

detalhes 5 e 6

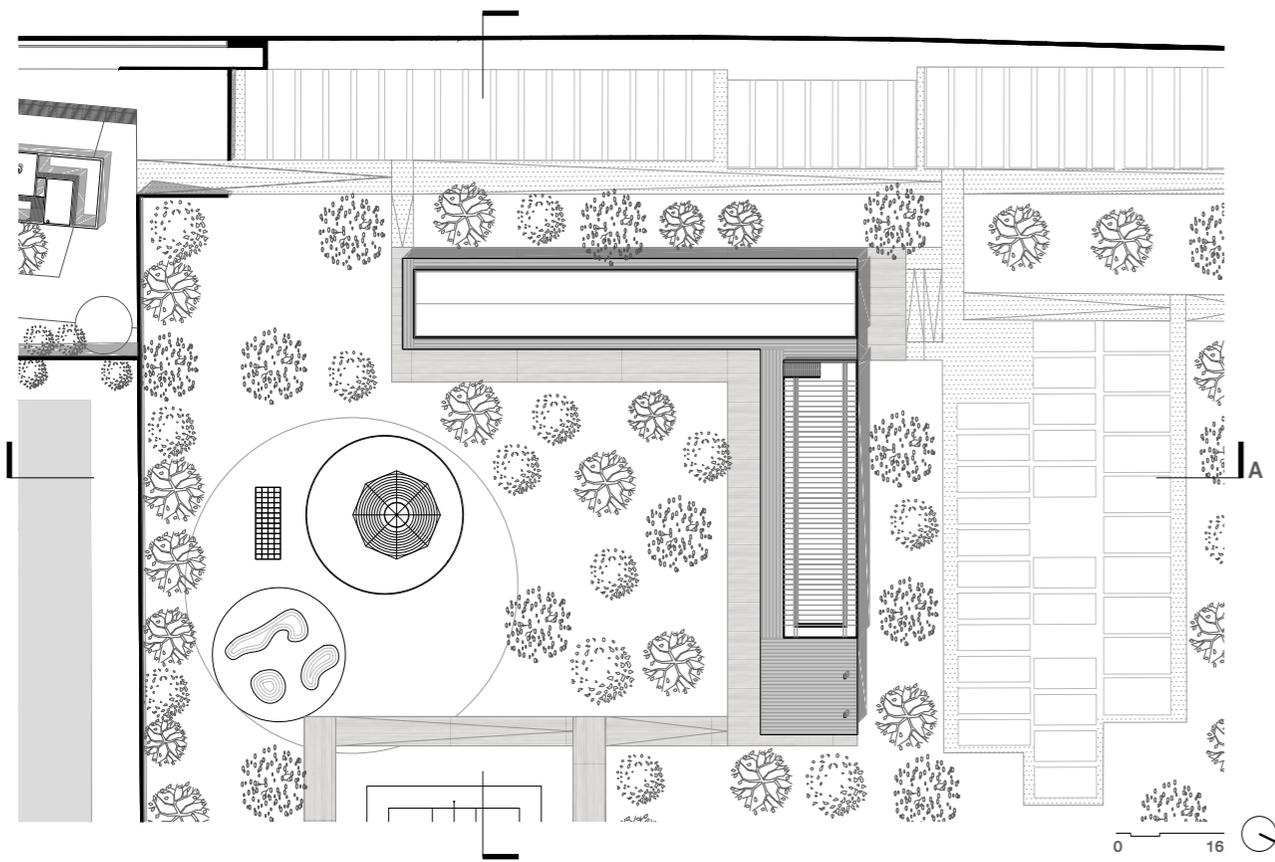
HORTAS URBANAS



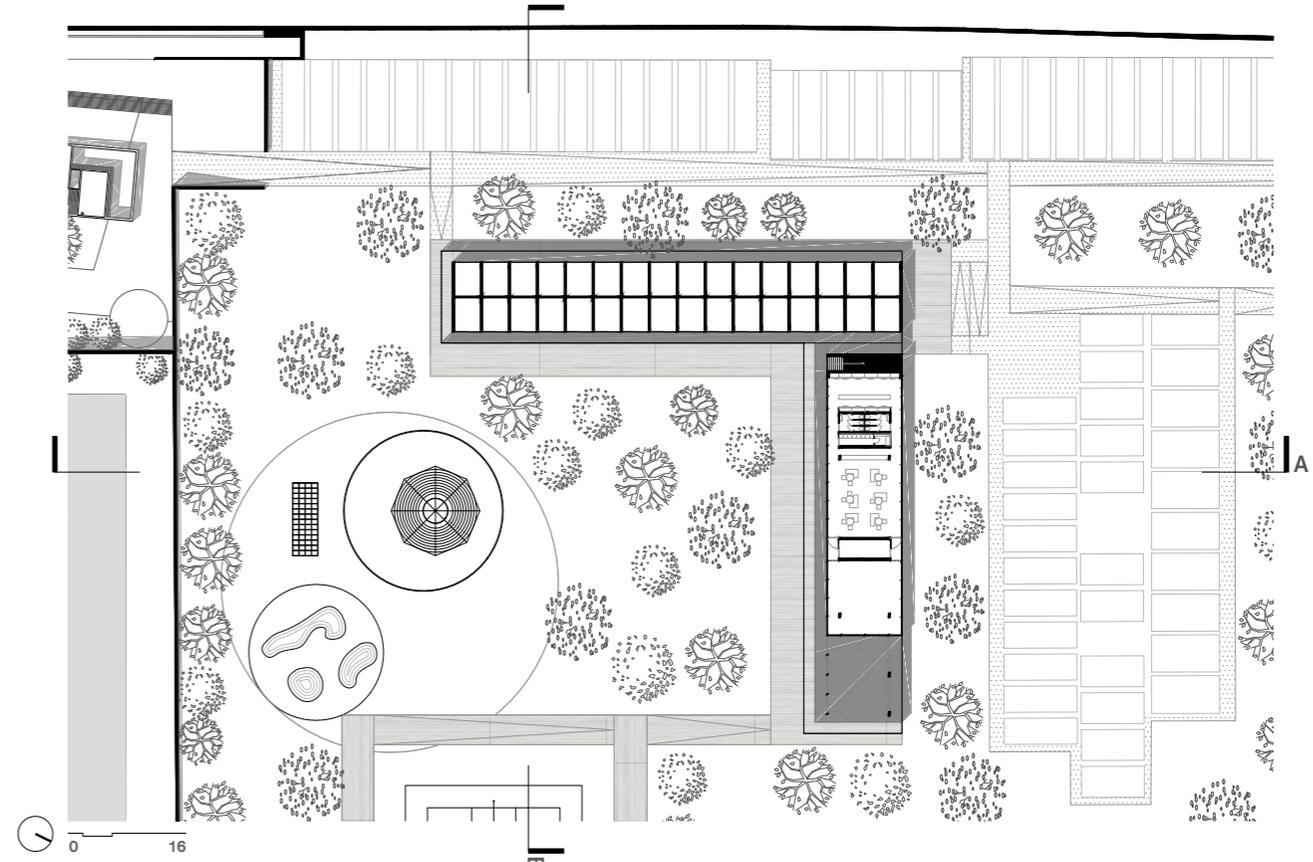




planta geral



estruturas de apoio - cobertura



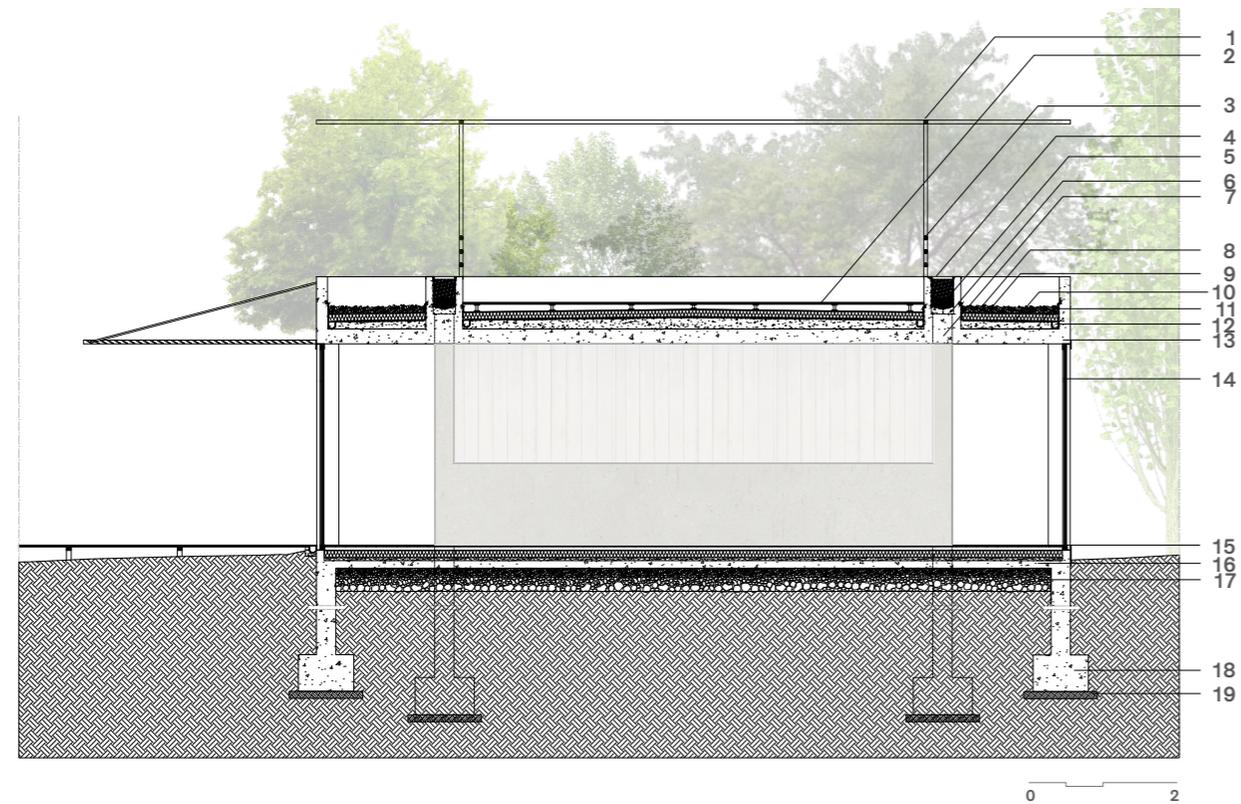
estruturas de apoio



corte A nordeste



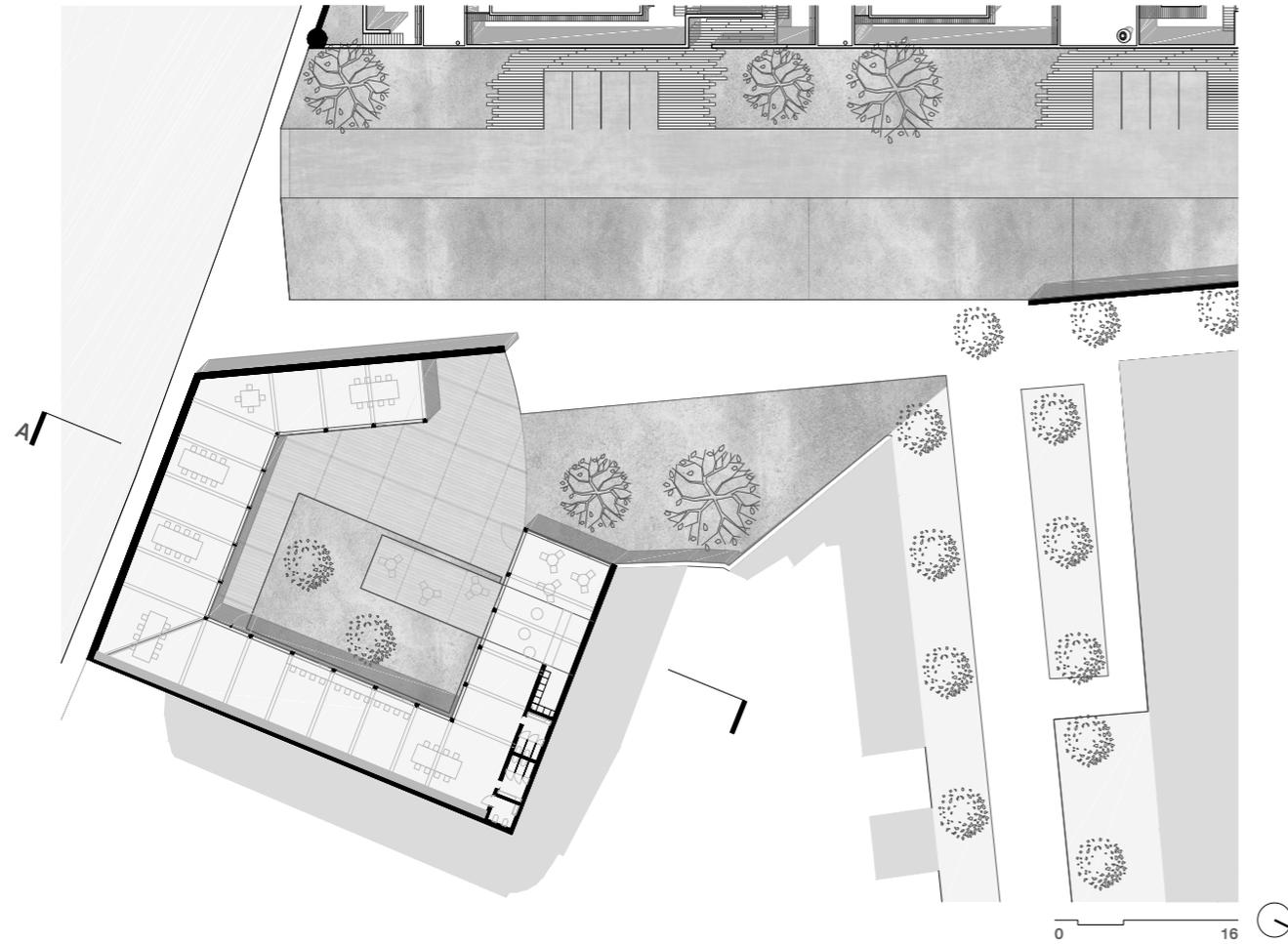
corte B sudoeste



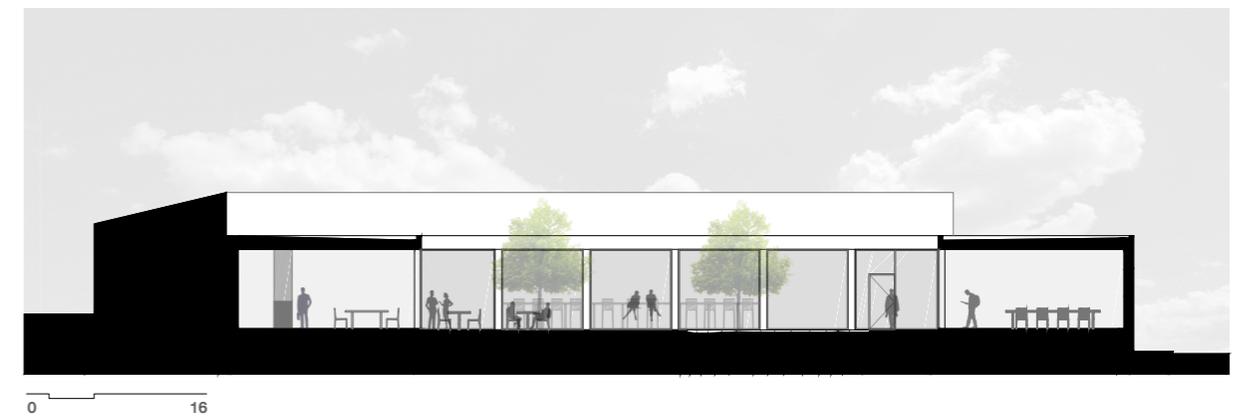
corte construtivo

1. pérgula em tubos de aço inoxidável
2. deck compósito
3. guarda em tubos de aço inoxidável
4. terra vegetal com leca
5. camada drenante
6. camada de forma
7. viga de betão armado
8. camada de proteção de seixo rolado
9. isolamento térmico em placas de poliestireno extrudido
10. tela de impermeabilização
11. camada de forma
12. caleira
13. laje em betão armado
14. janela deslizante de vidro duplo com caixilho de alumínio anodizado
15. soalho em madeira de afizélia com acabamento em verniz mate
16. benotilha de cimento e areia
17. enrocamento
18. sapata de betão armado
19. terra compactada

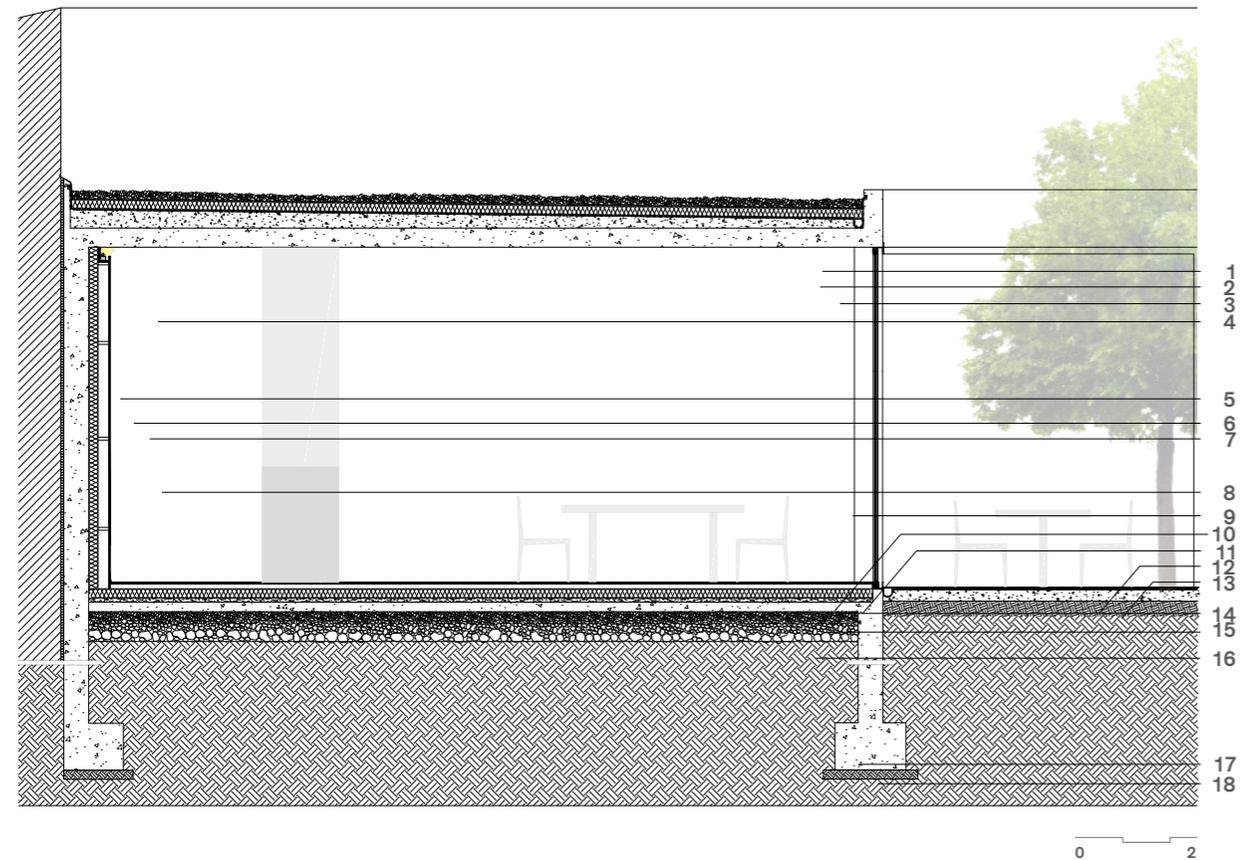
COWORK 



cowork



corte A noroeste



corte construtivo

1. camada de proteção de seixo rolado
2. camada de forma
3. laje em betão armado branco
4. ponto de iluminação
5. placas de poliestireno expandido
6. parede em betão armado
7. isolamento térmico em placas de poliestireno extrudido
8. parede em gesso cartonado
9. janela deslizante de vidro duplo com caixilho de alumínio termolacado de cor preta
10. soalho em madeira de afizélia com acabamento verniz mate
11. caleira
12. deck composto
13. laje em betão armado
14. sarrafos de madeira
15. betonilha de regularização
16. enrocamento
17. sapata de betão armado
18. terra compactada



O trabalho apresentado resulta de um desafio colocado à criação de um exercício de tema completamente livre.

Perante o imenso vazio colocado e a imensidade de opções possíveis, o primeiro passo acabou por ser o de procurar em nós a raiz de uma solução. A sensação foi de vertigem em queda livre. Durante este percurso, foram-se apresentando como tábuas de salvação as experiências e referências reunidas ao longo da vida.

Mergulhar nas nossas memórias, sensibilidades e emoções faz-nos descobrir novas realidades ao despertar as coisas que, adormecidas, nos habitam.

É deste processo de reflexão pessoal que emerge a memória de um texto de Antoine de Saint-Exupéry, que há uma visão das janelas de Lisboa e dos estendais que delas pendem e a construção de um universo de vivência urbana quase rural. Esta ideia foi sendo progressivamente clarificada, até ser traduzida num momento onde são conjugadas literatura, cinema, música, artes plásticas, arquitetura, e toda a matéria de que um arquiteto é feito. Desta (re)união resultou a instalação *Lettre à un Otage*, título de um pequeno escrito de

Antoine de Saint-Exupéry (1943), onde o autor, numa passagem por Lisboa em dezembro de 1940, a caminho dos Estados Unidos, descreve as suas sensações numa cidade “clara e triste” em plena II Guerra Mundial.

É construído um *mise-en-scene* para a leitura do excerto desta *Carta a Um Refém*. Neste palco, um estendal com “lençóis brancos” recebe uma projeção de fotografias de janelas de Lisboa, que espelham um tempo, enquanto é reproduzido, a duas vozes, uma masculina e outra feminina, em francês e português, respetivamente, o excerto de *Lettre à un Otage*.

Quand en décembre 1940 j'ai traversé le Portugal pour me rendre aux États-Unis, Lisbonne m'est apparue comme une sorte de paradis clair et triste. On y parlait alors beaucoup d'une invasion imminente, et le Portugal se cramponnait à l'illusion de son bonheur. Lisbonne, qui avait bâti la plus ravissante exposition qui fût au monde, souriait d'un sourire un peu pâle, comme celui de ces mères qui n'ont point de nouvelles d'un fils en guerre et s'efforcent de le sauver par leur confiance : «Mon fils est vivant puisque je souris...» «Regardez, disait ainsi Lisbonne, combien je suis heureuse et paisible et bien éclairée...» Le continent entier pesait contre le Portugal à la façon d'une montagne sauvage, lourde de ses tribus de proie ; Lisbonne en fête défiait l'Europe: «Peut-on me prendre pour cible quand je mets tant de soin à ne point me cacher ! Quand je suis tellement vulnérable !...»

Les villes de chez moi étaient, la nuit, couleur de cendre. Je m'y étais déshabitué de toute lueur, et cette capitale rayonnante me causait un vague malaise. Si le faubourg alentour est sombre, les diamants d'une vitrine trop éclairée attirent les rôdeurs. On les sent qui circulent. Contre Lisbonne je sentais peser la nuit d'Europe habitée par des groupes errants de bombardiers, comme s'ils eussent de loin flairé ce trésor.

Mais le Portugal ignorait l'appétit du monstre. Il refusait de croire aux mauvais signes. Le Portugal parlait sur l'art avec une confiance désespérée. Oserait-on l'écraser dans son culte de l'art ? Il avait sorti toutes ses merveilles. Oserait-on l'écraser dans ses merveilles ? Il montrait ses grands hommes. Faute d'une armée, faute de canons, il avait dressé contre la ferraille de l'envahisseur toutes ses sentinelles de pierre : les poètes, les explorateurs, les conquistadors. Tout le passé du Portugal, faute d'armée et de canons, barrait la route. Oserait-on l'écraser dans son héritage d'un passé grandiose?

J'errais ainsi chaque soir avec mélancolie à travers les réussites de cette exposition d'un goût extrême, où tout frôlait la perfection, jusqu'à la musique si discrète, choisie avec tant de tact, et qui, sur les jardins, coulait doucement, sans éclat, comme un simple chant de fontaine. Allait-on détruire dans le monde ce gout merveilleux de la mesure?

Et je trouvais Lisbonne, sous son sourire, plus triste que mes villes éteintes.

Mais le Portugal essayait de croire au bonheur, lui laissant son couvert et ses lampions et sa musique. On jouait au bonheur, à Lisbonne, afin que Dieu voulût bien y croire.

Lisbonne devait aussi son climat de

Quando em Dezembro de 1940 atravessei Portugal para ir aos Estados Unidos, Lisboa surgiu-me como uma espécie de paraíso claro e triste. Falava-se muito de uma invasão iminente e Portugal agarrava-se à ilusão da sua felicidade. Lisboa, que organizara a mais bela exposição do mundo, sorria com um sorriso um tanto pálido, como o daquelas mães que não têm quaisquer notícias de um filho em guerra e se esforçam por salvá-lo através da sua confiança: «O meu filho continua vivo porque eu sorrio...». «Vejam como estou feliz», dizia assim Lisboa, «como estou feliz, tranquila e bem iluminada...». O continente inteiro pesava contra Portugal como se fosse uma montanha selvagem, carregada de tribos predatórias; Lisboa em festa desafiava a Europa: «Haverá alguém capaz de me tomar por alvo se nem tento esconder-me? Se sou tão vulnerável!...»

À noite, as cidades da minha terra eram cor de cinza. Nelas eu perdera o hábito de toda claridade e esta capital radiosa causava-me um incómodo vago. Se é escura a vizinhança, os diamantes da montra demasiado iluminada atraem os que ali vagueiam. Sentimo-los circular. Contra Lisboa sentia eu pesar a noite da Europa habitada por grupos errantes de bombardeiros, como se ao longe tivessem farejado aquele tesouro.

Mas Portugal ignorava o apetite do monstro. Recusava-se a acreditar nos maus

sinais. Portugal falava de arte com uma confiança desesperada. Haveria quem ousasse esmagá-lo no seu culto da arte? Pusera à mostra todas as suas maravilhas. Haveria quem ousasse esmagá-lo nas suas maravilhas? Mostrava os seus grandes homens. À falta de exército e canhões, contra o ferro do invasor erguera todas as suas sentinelas de pedra: os poetas, os exploradores, os conquistadores. À falta de exército e canhões, todo o passado de Portugal barrava a estrada. Haveria quem ousasse esmagá-lo na sua herança de um passado grandioso?

Noite após noite, eu errava então com melancolia através dos êxitos dessa exposição de extremo bom gosto onde tudo roçava a perfeição, até a música, tão discreta e escolhida com tanto tacto, como um murmúrio de fonte. Haveria quem destruísse no mundo esse maravilhoso gosto pela justa medida?

Mas por baixo do seu sorriso, eu achava Lisboa mais triste que as minhas cidades extintas.

Mas Portugal tentava acreditar na felicidade mantendo-lhe o seu lugar, conservando os seus candeeiros e a sua música. Em Lisboa representava-se a felicidade para que Deus acreditasse nela.

Em parte, o clima de tristeza devia-o Lisboa à presença de certos refugiados. Não me refiro a proscritos em busca de asilo. Não falo de emigrantes à procura de uma terra a fecundar

tristesse à la présence de certains réfugiés. Je ne parle pas des proscrits à la recherche d'un asile. Je ne parle pas d'immigrants en quête d'une terre à féconder par leur travail. Je parle de ceux qui s'expatriaient loin de la misère des leurs pour mettre à l'abri leur argent.

N'ayant pu me loger dans la ville même, j'habitais Estoril auprès du casino. Je sortais d'une guerre dense: mon Groupe Aérien, qui durant neuf mois n'avait jamais interrompu ses survols de l'Allemagne, avait encore perdu, au cours de la seule offensive allemande, les trois quarts de ses équipages. J'avais connu, de retour chez moi, la morne atmosphère de l'esclavage et la menace de la famine. J'avais vécu la nuit épaisse de nos villes. Et voici qu'à deux pas de chez moi, chaque soir, le casino d'Estoril se peuplait de revenants. Des Cadillac silencieuses, qui faisaient semblant d'aller quelque part, les déposaient sur le sable fin du porche d'entrée. Ils s'étaient habillés pour le dîner, comme autrefois. Ils montraient leur plastron ou leurs perles. Ils s'étaient invités les uns les autres pour des repas de figurants, où ils n'auraient rien à se dire.

Puis ils jouaient à la roulette ou au baccara selon les fortunes. J'allais parfois les regarder. Je ne ressentais ni indignation, ni sentiment d'ironie,

mais une vague angoisse. Celle qui vous trouble au zoo devant les survivants d'une espèce éteinte. Ils s'installaient autour des tables. Ils se serraient contre un croupier austère et s'évertuaient à éprouver l'espoir, le désespoir, la crainte, l'envie et la jubilation. Comme des vivants. Ils jouaient des fortunes qui, peut-être, à cette minute même, étaient vidées de signification. Ils usaient de monnaies peut-être périmées. Les valeurs de leurs coffres étaient peut-être garanties par des usines déjà confisquées ou, menacées qu'elles étaient par les torpilles aériennes, déjà en voie d'écrasement. Ils tiraient des traites sur Sirius. Ils s'efforçaient de croire, en se renouant au passé, comme si rien depuis un certain nombre de mois n'avait commencé de craquer sur terre, à la légitimité de leur fièvre, à la couverture de leurs chèques, à l'éternité de leurs conventions. C'était irréel. Ça faisait ballet de poupées. Mais c'était triste.

Sans doute n'éprouvaient-ils rien. Je les abandonnais. J'allais respirer au bord de la mer. Et cette mer d'Estoril, mer de ville d'eaux, mer apprivoisée, me semblait aussi entrer dans le jeu. Elle poussait dans le golfe une unique vague molle, toute luisante de lune, comme une robe à traîne hors de saison.

com o seu trabalho. Falo dos que se expatriam para longe da miséria dos seus a fim de manter o dinheiro a bom recato.

Não consegui alojamento na própria cidade e fiquei no Estoril, a dois passos do casino. Eu tinha saído de uma guerra densa: o meu grupo aéreo, que durante nove meses não interrompera os voos sobre a Alemanha, perdera três quartos da equipagem no decurso da única ofensiva alemã. De volta à casa, sentira a soturna atmosfera da escravidão e a ameaça da fome. Vivera a noite espessa das cidades. E eis que, a dois passos, o Casino do Estoril em cada noite se povoava de espectros. Automóveis Cadillac silenciosos, que fingiam dirigir-se a qualquer lugar, largavam-nos ali na areia fina do pórtico da entrada. Tinham-se vestido para o jantar como noutros tempos. Exibiam a sua gravata ou as suas pérolas. Convidaram-se uns aos outros para refeições de figurantes onde nada havia a dizer.

Depois jogavam à roleta ou ao baccará, conforme as fortunas. Às vezes ia vê-los. Não sentia indignação nem qualquer sentimento irónico, porém uma vaga de angústia. A que nos assalta no jardim zoológico perante os sobreviventes de uma espécie extinta. Instalavam-se em redor das mesas. Apertavam-se de encontro a um croupier austero e esforçavam-se por examinar a esperança, o desespero, o medo, a inveja e a satisfação. Tal como seres vivos. Jogavam

fortunas que, talvez, naquele preciso minuto já se encontrassem vazias de significado. Usavam dinheiro que talvez já tivesse caducado. Talvez o valor dos seus cofres fosse garantido por fábricas já confiscadas ou, de ameaçadas que estavam pelos torpedos aéreos, em vias de ruína. Faziam saques em Sírio. Apegando-se ao passado, esforçavam-se em crer na legitimidade da sua febre, na cobertura dos seus cheques, na eternidade das suas convenções como se, desde há uns tantos meses, nada houvesse começado a estalar na terra. Era irreal. Lembrava um verdadeiro baile de bonecas. Porém era triste.

Talvez não sentissem nada. Eu abandonei-os. Fui respirar à beira mar. E esse mar do Estoril, mar de cidade de banhos, mar domesticado, também a mim me parecia entrar no jogo.

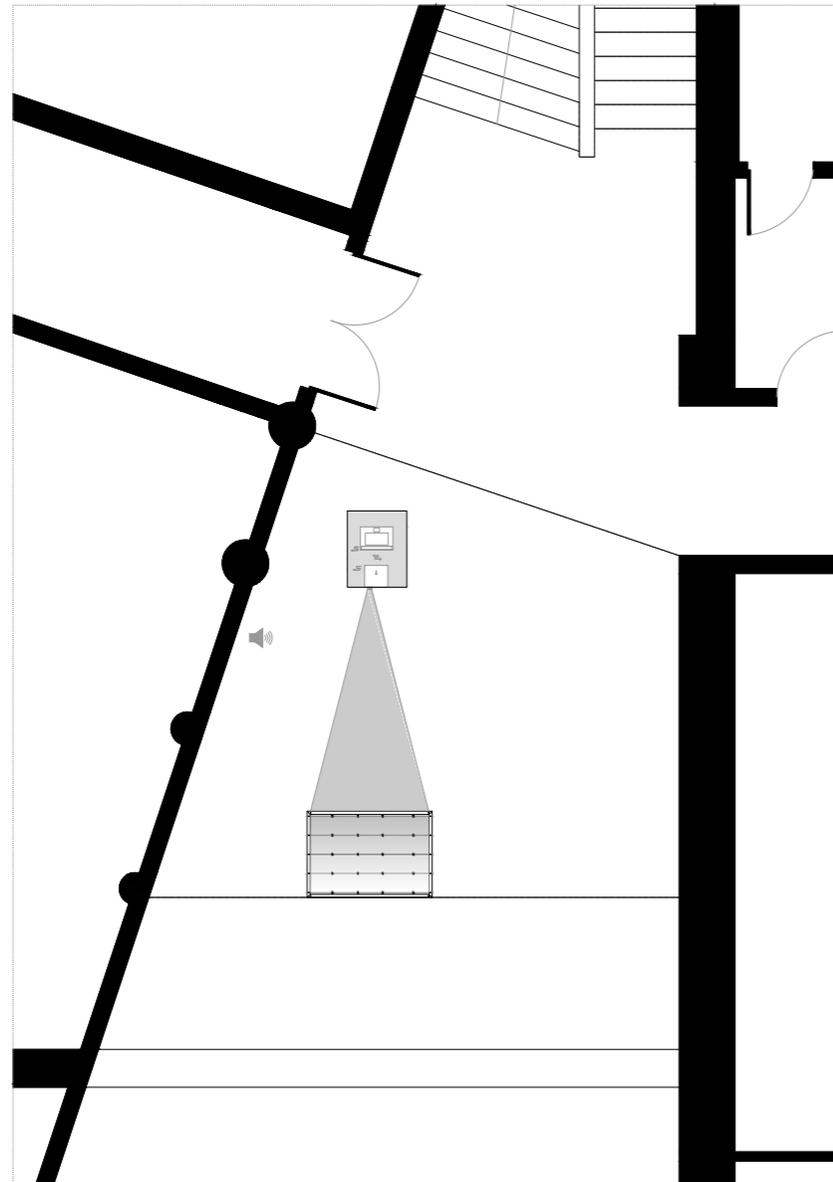
Empurrava para o golfo uma onda única e mole, toda luzidia de lua, como se fora um vestido fora de época.

Antoine de Saint-Exupéry, 1943

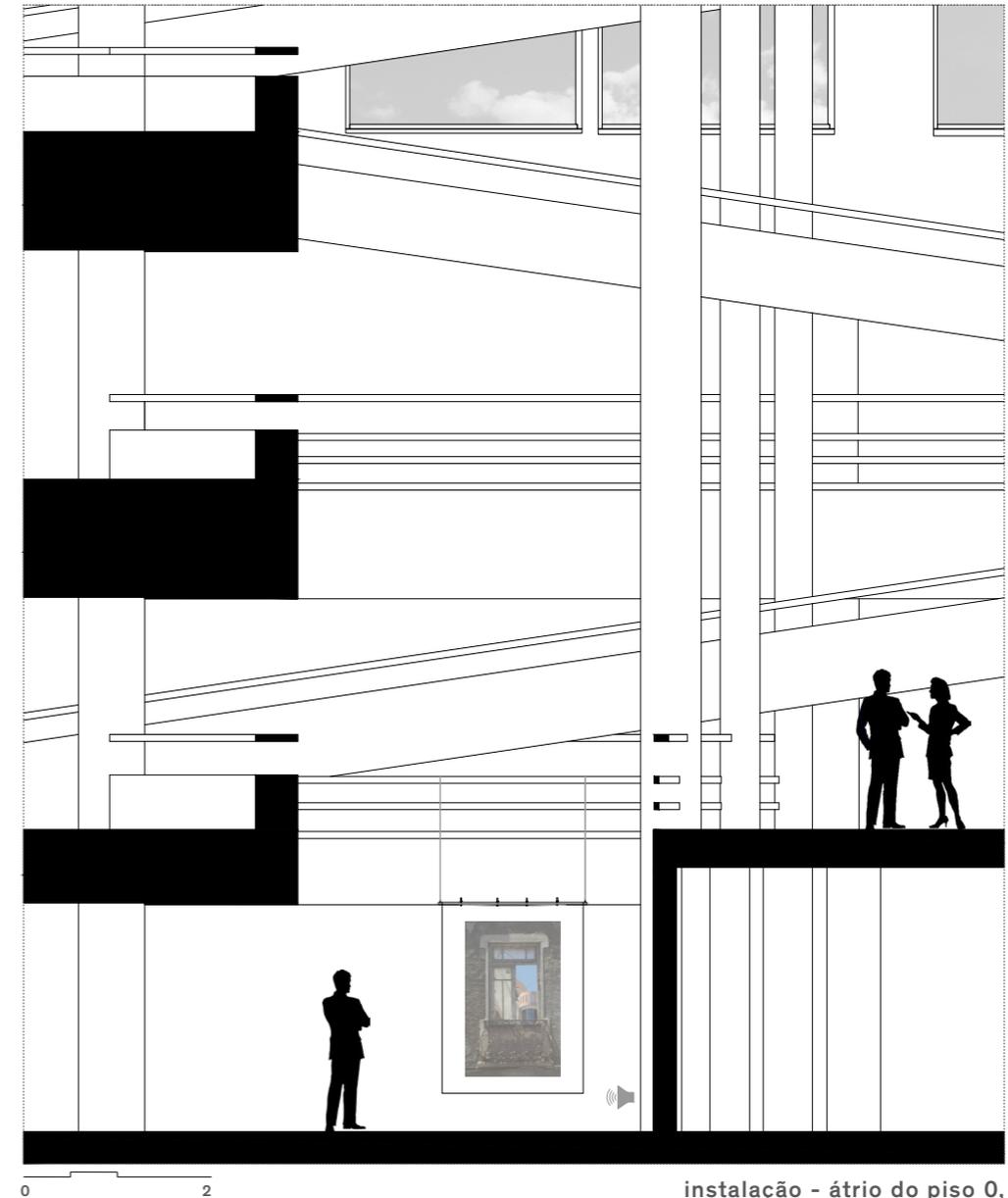




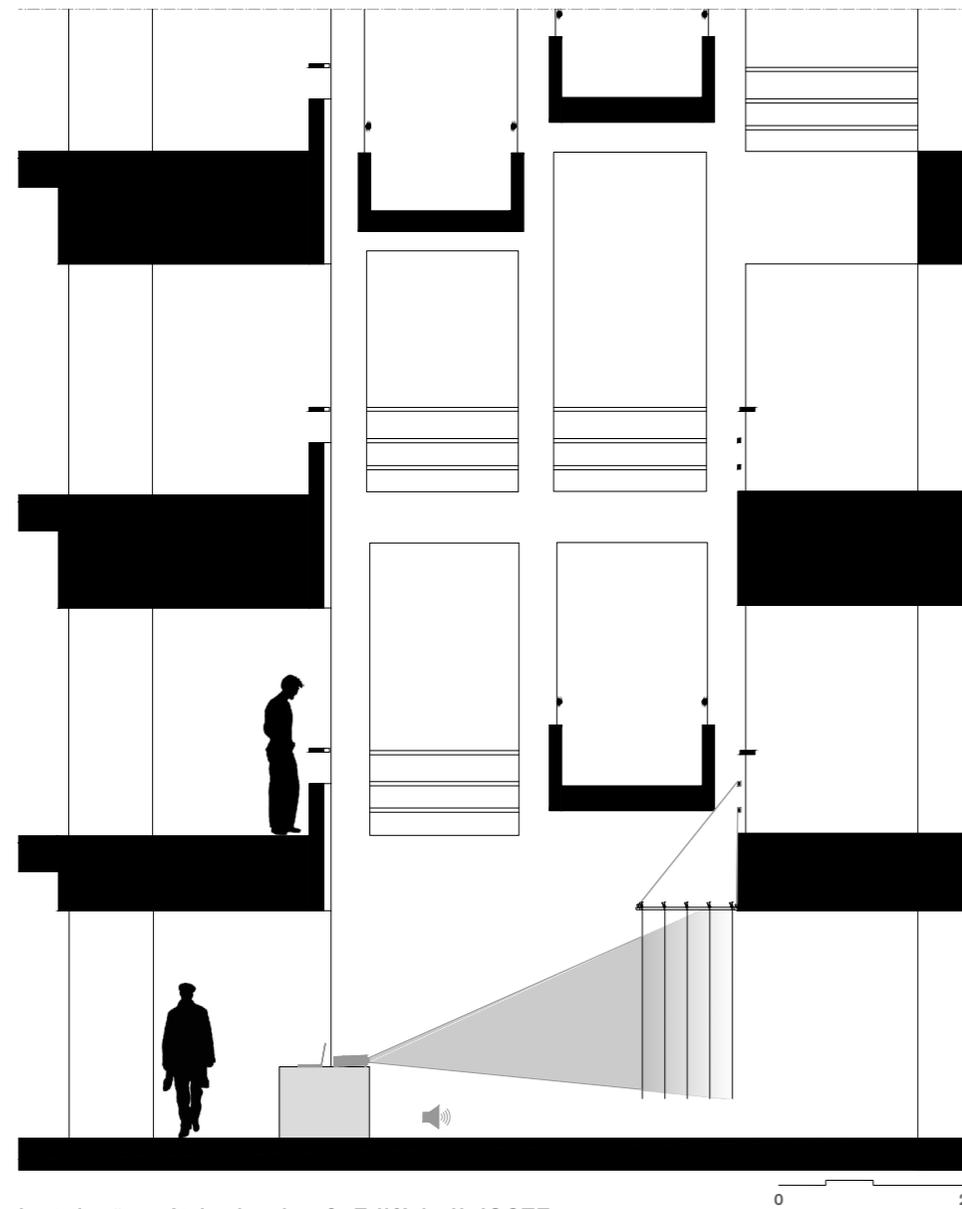




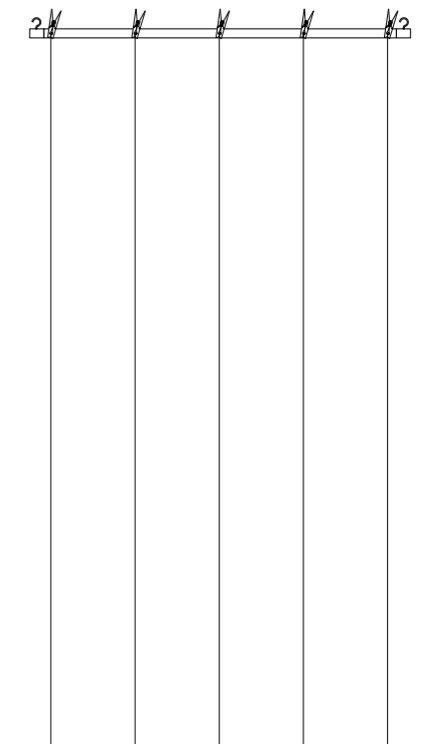
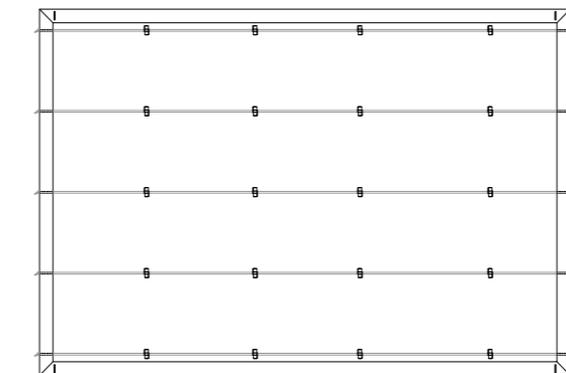
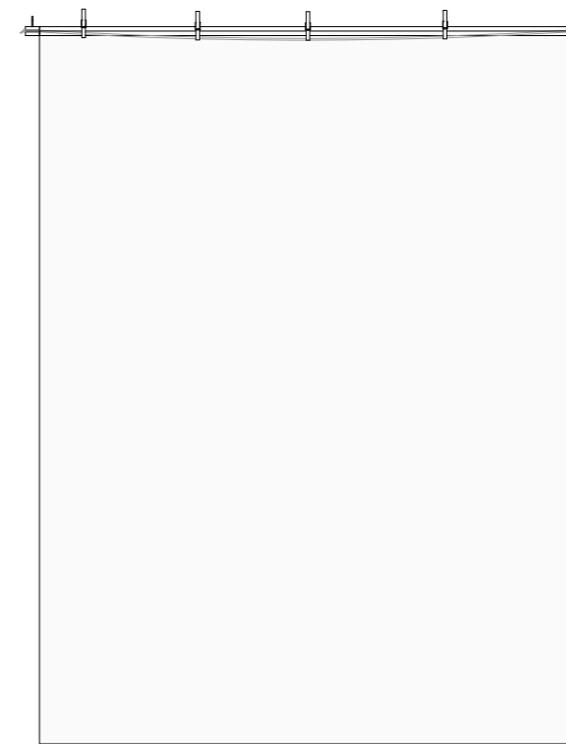
instalação - átrio do piso 0, Edifício II, ISCTE



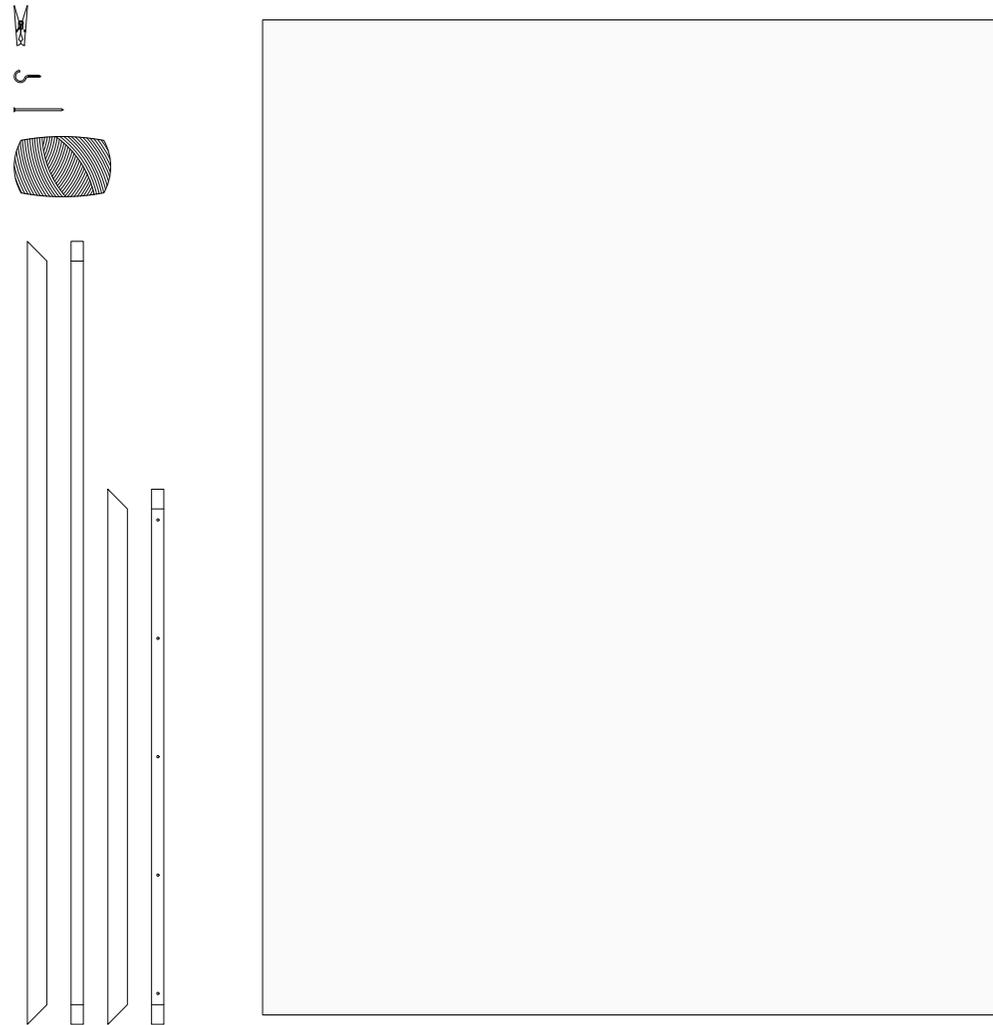
instalação - átrio do piso 0, Edifício II, ISCTE



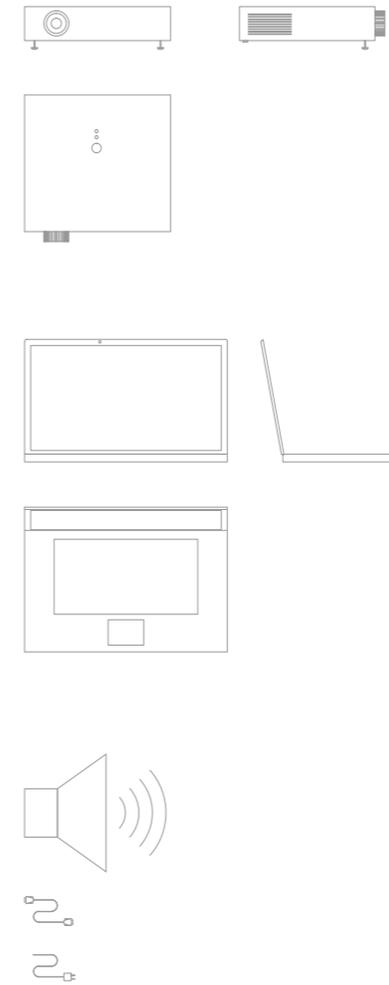
instalação - átrio do piso 0, Edifício II, ISCTE



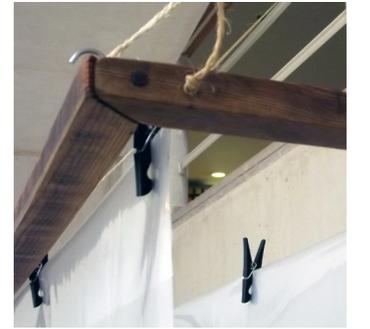
instalação - estrutura para estendal



instalação - material



instalação - material elétrico







**FEMININO TROPICAL**  
**MARIA EMÍLIA CARIA E O URBANISMO NO ULTRAMAR**

*Tudo nos escapa, e todos, e nós mesmos. (...) O que não significa, como se diz exageradamente, que a verdade histórica seja sempre e em tudo inacessível. Sucede com essa verdade o mesmo que com todas as outras: enganamo-nos mais ou menos.*

Marguerite Yourcenar (1995, p. 257)

## RESUMO

O presente trabalho de investigação, realizado no âmbito do Laboratório em Cultura Arquitetónica Contemporânea e do Projeto de Investigação Os Gabinetes Coloniais de Urbanização – Cultura e Prática Arquitetónica [PTDC/AURAQI/104964/2008] Investigadora Responsável: Ana Vaz Milheiro, procura cruzar *Feminismo* e *Arquitetura* fazendo-os convergir na análise da obra da arquiteta e urbanista Maria Emília Marques Caria.

O início do século XX ficou marcado por uma série de conquistas sociais apoiadas nas lutas pelos direitos fundamentais do ser humano, destas, interessa aqui destacar os direitos das mulheres. O feminismo é teorizado em três vagas, desde o seu surgimento. A primeira vaga caracteriza-se pela conquista dos direitos fundamentais como o direito ao voto, à propriedade privada e à escolaridade obrigatória. Nos anos 60 e 70 a ampla disseminação das ideias feministas transforma o paradigma da igualdade no paradigma da diferença - segunda vaga. A terceira vaga constitui um período de consolidação dos movimentos e ações feministas da segunda vaga, caracterizada sobretudo pela palavra diversidade, e onde ao conceito de género são associadas novas perspetivas analíticas (Amâncio, s.d., p. 4).

Estudante e arquiteta numa época em que o número de mulheres na profissão era quase nulo, Maria Emília Caria abdicou daquilo que era imposto pelo Estado como o ideal de felicidade feminina, para se dedicar exclusivamente ao

trabalho no Ministério do Ultramar. Os planos urbanos que coordena, sobretudo para a ex-província de Cabo Verde, demonstram uma visão prospetiva das dinâmicas urbanas, com acento no potencial de desenvolvimento turístico e nas novas áreas de expansão da cidade. A análise da obra da arquiteta e o desenho do perfil e do seu pensamento arquitetónico e urbanístico constituem as metas gerais deste trabalho.

Palavras-chave: estudos de género; Maria Emília Caria; urbanismo ultramarino.

## ABSTRACT

This research work, conducted under the Laboratory of Contemporary Architectonic Culture and the Research Project The Offices for Colonial Urbanization [PTDC/AURAQI/104964/2008] Principal Researcher: Ana Vaz Milheiro, intends to cross *Feminism* and *Architecture*, making them converge in the analysis of the work by architect and urban planner Maria Emília Marques Caria.

The beginning of the 20th century was marked by a series of social achievements, sustained in the fights for the fundamental rights of the human being, from which, it is here important to highlight the fight for women's rights. Feminism is theorized in three waves, since its appearance. The first wave is characterized by the achievement of fundamental rights like the right to vote, to detain private property and to compulsory education. During the 60's and 70's the wide spread of the feminist ideas transforms the equality paradigm in the difference paradigm – second wave. The third wave constitutes a period of consolidation of the second wave feminist movements and actions, particularly characterized by the word “diversity”, and where new analytical perspectives are associated to the concept of gender. (Amâncio, s.d., p.4).

Student and architect during a period when the number of women in the profession was almost null, Maria Emília Caria abdicated of what was imposed by the State as women's happiness ideal, to devote herself exclusively to the work in the Ministry of Overseas. The urban plans she coordinates,

especially to Cape Verde ex-province, show a prospective vision on urban dynamics, with special emphasis on the touristic development potential and the new expansion areas in the city. The analysis of the architect's work, profile tracing and architectural and urban thought are the overall goals of this work.

Keywords: gender studies, Maria Emília Caria, urban planning overseas.

## INTRODUÇÃO

Na sociedade tem-se assistido a um aumento de igualdade de direitos entre homens e mulheres. No entanto, a plena igualdade de direitos jurídicos, mote da primeira vaga do feminismo (Amâncio, s.d., p. 1), estabelece-se ainda hoje, em muitos campos da sociedade portuguesa, como apenas uma miragem.

No campo dos estudos de género e da história da arquitetura contemporânea são ainda escassos os trabalhos de investigação publicados em Portugal.

No contexto dos anos 60, em plena segunda-vaga do feminismo, surge uma mulher na DSUH – DGOPC (Direção de Serviços de Urbanismo e Habitação – Direção Geral de Obras Públicas e Comunicações), do Ministério do Ultramar (MU), responsável por planos urbanos para Cabo Verde e pequenos planos de arranjos pontuais para a cidade de Bissau, na Guiné - Bissau.

Na década em que o mundo viu operarem-se grandes mudanças, nas quais os movimentos pela paz e libertação do conservadorismo geraram uma onda de esperança, em Portugal as mudanças, apesar de numa escala mais reduzida, também aconteciam: havia uma mulher a trabalhar para os países africanos de expressão portuguesa, ao lado de Mário de Oliveira, Luís Possolo, Fernando Schiappa de Campos, António Moreira Veloso, António Saragga Seabra, entre outros. A realidade que este trabalho procura analisar não é hoje fácil de compreender. Quando observado no seu contexto histórico, a presença de uma mulher a projetar no Ministério do Ultramar é algo de inovador. As circunstâncias em que ingressou neste organismo do Estado, como progrediu enquanto funcionária

pública, como se tornou a arquiteta responsável pelos planos para as duas principais cidades de Cabo Verde – Praia e Mindelo -, como desenvolveu o seu pensamento urbanístico e quais foram as consequências da revolução de 25 de abril de 1974 na sua vida profissional, constituem apenas algumas das questões a que esta investigação procura responder. O conhecimento da evolução dos direitos das mulheres e a articulação das evoluções sociais com a “condição feminina” são necessários à compreensão deste trabalho acerca da vida e obra desta arquiteta. Desta forma, inicia-se com um processo de contextualização, esclarecendo de maneira perigosamente breve, a história dos feminismos e movimentos feministas no mundo e em Portugal. Posteriormente, tendo por base o período cronológico da segunda vaga do feminismo, contextualiza-se a vida política e social portuguesa, procurando compreender a dicotomia Estado Novo/Mulher (trabalhadora) nos anos 60. Após todas as apresentações ao tema que envolve este trabalho, procede-se ao estudo da vida e obra da arquiteta Maria Emília Caria, com um levantamento de todos os planos e relatórios da sua autoria, ou em colaboração com outros arquitetos, aos quais se segue a descrição dos que se consideraram mais significativos para o entendimento do seu método e pensamento urbanístico.

O trabalho de investigação que se apresenta surgiu no âmbito do Laboratório em Cultura Arquitetónica Contemporânea, cujo enunciado, lançado no primeiro semestre do ano letivo 2012/2013, associava, no plano simbólico, a relação entre o tema “O Mundo Novo” de Projecto Final em Arquitetura e o exercício da profissão dos arquitetos portugueses em África.

## ESTADO DA ARTE

Em Portugal, os estudos sobre o trabalho de arquitetas durante o período do Estado Novo são escassas, conhecem-se apenas duas publicações em periódicos da especialidade. Poder-se-ia questionar este facto. Será que a escassez no campo da investigação acerca de profissionais da arquitectura em Portugal a partir do início do século XX poderá dever-se à “não-inscrição” induzida na população, no pós 25 de Abril, relativamente a todos os assuntos que envolviam o Estado Novo? (Gil, 2005, p.15-23)

O trabalho desenvolvido nestas publicações constitui um ponto de partida para investigações futuras, eventualmente mais aprofundadas acerca do trabalho das mulheres na arquitectura. Aberta a porta, revelou-se imprescindível acrescentar a estes trabalhos uma investigação acerca de uma outra profissional que trabalhou apenas para o estado português, nos anos 60/70, e sobre a qual não se encontra até à data qualquer publicação ou trabalho de investigação. Desta forma, resta expor nesta secção as pesquisas realizadas no campo do estudo das mulheres na arquitectura no contexto nacional.

Na *Revista de Cultura Arquitectónica: Joelho*, de Março de 2010, dedicada às “Mulheres na Arquitectura”, encontram-se publicadas pequenas biografias e os perfis das arquitetas Maria José Marques da Silva (1914- ?), primeira mulher a formar-se em Arquitectura pela Escola de Belas Artes do Porto no ano de 1938 e Maria Carlota Quintanilha (1923), formada em 1953 pela mesma instituição de ensino. Estas investigações, realizadas por estudantes de Arquitectura da Universidade de

Coimbra, no âmbito do projeto “Mulheres na Arquitectura”, apresentado na XII Semana Cultural de Coimbra, de tema “Causa Pública – o Público e o Mediático”, estabelecem o ponto de partida para o estudo das mulheres portuguesas na arquitectura. Apesar de separadas por nove anos de diferença, enquanto a obra de Maria José Marques da Silva se encontra concentrada na zona norte do país, encontramos a obra de Maria Carlota Quintanilha em Angola e Moçambique. Ambas casaram com arquitetos: David Moreira da Silva e João José Tinoco<sup>1</sup> (1924 - 1983), respectivamente, tendo a sua obra sido sobretudo concretizada em parceria com estes (Figueira, 2010, p. 61-63/69-71).

O Jornal da Ordem dos Arquitectos: J.A., dedica o número 242 de 2011 às mulheres. Nesta publicação, a arquiteta Ana Vaz Milheiro ocupa excepcionalmente o cargo de diretora, assinando o editorial e apresenta um artigo de cariz biográfico na secção *Perfis mais velhos* dedicado à arquiteta Maria Carlota Quintanilha. A informação acerca desta arquiteta, iniciada na revista de cultura arquitetónica *Joelho*, é aqui profundamente complementada com recurso a entrevistas à própria, a António Matos Veloso<sup>2</sup> – arquiteto afeto ao casal – e a José Luís Tinoco - ex- cunhado da arquiteta e também arquiteto. O acesso ao currículo pessoal, processo de funcionária pública e aos mais variados depoimentos acerca das obras do casal Quintanilha-Tinoco permitem descrever com grande precisão a vida e obra de Maria Carlota Quintanilha, tanto enquanto em parceria com João Tinoco, como individualmente no trabalho para o estado português (Milheiro, 2011, p. 23).

No contexto internacional, o estudo das mulheres na arquitectura, para além de vasto, encontra-se substancialmente

1. João José Tinoco (1924 - 1983), arquiteto, delegado da ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos do Porto) ao CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna) de Londres em 1951. Após o casamento com Maria Carlota Quintanilha, vai para África como Arquitecto-Chefe da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento. Em 1956 enquanto a trabalhar em Angola conheceu António Veloso, tendo-se mudado posteriormente para Moçambique. Regressou a Portugal em 1974 onde permaneceu até à sua morte (Fernandes, 2002, p. 16-17).

2. António Matos Veloso, arquiteto formado em 1947 e membro fundador dos ODAM. Participou no CIAM de 1951. Arquitecto da DSUH, parte para África, fixando-se em Luanda em 1951 e trabalha na repartição de arquitectura e urbanismo da câmara até 1957. Após ter sido preso por motivos políticos, regressa a Moçambique em 1966, trabalhando com João José Tinoco “na profissão liberal” até 1976 (Fernandes, 2002, p. 16).

3. A complexidade da matéria e a variedade com que tem sido tratada pelas diversas áreas disciplinares no contexto internacional, obrigam a que nesta secção sejam referenciados apenas os estudos mais relevantes para este trabalho.

desenvolvido. Dentro deste contexto uma série de obras fazem uma abordagem da relação entre arquitetura e género, das quais se pode destacar Beatriz Colomina e a sua obra que articula o campo da História e Teoria da Arquitetura com os estudos de género: *Sexuality and Space* (1992). Jane Rendell, Barbara Penner e Iain Borden (editores) em *Gender, Space, Architecture* de 2003, reúnem uma série de textos e ensaios onde estes três elementos se cruzam e interagem. No entanto, e dada a abrangência do tema no contexto internacional, procura-se neste trabalho concentrar a abordagem nos estudos desenvolvidos acerca da vida e obra das arquitetas cujo exercício da profissão se enquadra no contexto da segunda vaga do feminismo e não é de natureza colaborante – exclui-se desta forma a investigação acerca da vida e obra de arquitetas como Lilly Reich (1885 - 1947), Charlotte Perriand (1903-1999), Jane Drew (1911-1996), Ray Eames (1912 - 1988), Alison Smithson (1928 - 1993), Denise Scott Brown (1931- ), entre outras<sup>3</sup>.

Considerando o tipo de estudo que este trabalho de investigação apresenta, e o universo que se procura abordar nesta secção, não são encontradas grandes variações metodológicas nas investigações. Desta forma, enunciamos aqui a publicação acerca da arquiteta Lina Bo Bardi e das arquitetas Ana Torres e Isabel Martins no *Jornal da Ordem dos Arquitetos*.

A arquiteta Fernanda Bárbara, na secção *Mundo Emergente*, lembra o nome de Lina Bo Bardi (1914-1992) como uma das duas mulheres que considera terem contribuído para a arquitetura brasileira. Discorre seguidamente num processo de breve descrição e comentário das principais obras da

arquiteta – fundação da revista *Habitat* (1950), *Casa de Vidro* (1951), *Museu de Arte de São Paulo (MASP)* (1957), desenho de cenários e figurino para peças de teatro de Bertold Brecht, K. Weill e Albert Camus, *Solar do Unhão* (1962), *Ladeira da Misericórdia*, em parceria com o arquiteto Lélé (1987) e o “SESC – Fábrica Pompéia (São Paulo, 1977)” – associando-as às duas fases em que divide estas obras: “antes e depois da Bahia”. Destaca a sua vasta contribuição para a arquitetura brasileira, interrogando-se acerca da “relevância do carácter feminino em sua obra”. Faz uma breve referência às circunstâncias da vida pessoal da arquiteta, casada, mas sem filhos, encerrando o artigo relembrando que “Lina assegurava que a palavra arquiteto não existia no género feminino e reagia quando era chamada de arquiteta.” (Bárbara, 2011, p. 120).

No artigo de Ângela Branco Lima Mingas sobre o tema *Mulher e Arquitecta em Angola*, é feita uma pequena referência a duas arquitetas cuja “acção de projectar” constitui naquele país “exemplos de raro valor”. Destaca, da obra da arquiteta Ana Torres (já falecida), a reformulação, em 1997, do edifício-sede do Ministério da Energia e Águas em Luanda, que considera “um exemplo magistral de arquitectura moderna”. Apresenta a arquiteta Isabel Martins como uma “referência do Ensino da Arquitectura” e da Investigação em História da Arquitetura, enquanto docente na Universidade Agostinho Neto, destacando como a “sua obra mais expressiva, a recuperação do edifício-sede do Ministério das Telecomunicações, no Bairro do Carmo, em pleno centro histórico da cidade”. Refere ainda a passagem da arquiteta pela função pública, onde integrou a equipa do “projecto de restauro e ampliação do Palácio das Comunicações”.

**A investigação, ao nível internacional, sobre as mulheres arquitetas não encerra metodologias excecionais. No entanto, compreendeu-se a dimensão e volume das investigações que ainda são necessárias realizar no contexto nacional para igualar o nível de conhecimento, compreensão e envolvimento que internacionalmente se conseguiu sobre esta temática.**

## MARIA EMÍLIA CARIA

Ainda antes de entrar no tema desta investigação, reveste-se de extrema importância fazer uma breve resenha historiográfica do tema *Feminismo*.

É uma acção perigosa, o resumo deste alicerce que sustenta o tema principal do presente trabalho, por implicar a compreensão de um vasto universo de estudos, teorias e análises acerca da história das mulheres e da construção do seu futuro enquanto género. Mesmo assim, embarca-se nesta aventura perigosa e limitadora de introduzir neste estudo um breve e incompleto resumo da massa de acontecimentos que envolvem a palavra *feminismo*.

### FEMINISMO E AS TRÊS VAGAS

Segundo Anne Cova (Cova, 2007, p. 29) a palavra *feminismo* surge em França entre os anos 1870 e 1880 e é pela primeira vez utilizada por Alexandre Dumas Filho como adjetivo na sua obra *L'Homme-Femme*. Após tão discreta aparição, em 1871 é aplicada numa tese de medicina com o intuito de descrever a “feminização do sujeito masculino”, significado então atribuído à palavra naquela disciplina. É no virar do século que a palavra *feminismo* se propaga à Grã-Bretanha, Alemanha e já no século XX aos Estados Unidos, quando a reivindicação do direito ao sufrágio se intensifica. Em 1901 surge publicada no *Journal des femmes* a sua finalidade “o melhoramento da condição da mulher do ponto de vista educacional, económico, social, filantrópico ou político” (Tavares, 2011, p. 34). Só em 1933 é que a palavra *feminismo*

passa a ser reconhecida e é incluída no *Oxford English Dictionary* (Cova, 2007, p. 30). Apresenta-se igualmente pertinente acrescentar que no contexto português segundo afirma Maria Regina Tavares da Silva (Silva, 1994, p. 284), “a defesa dos direitos das mulheres começou a manifestar-se em época bem remota”. Tal feito ocorreu pela mão de Doutor Rui Gonçalves da Universidade de Coimbra que em 1557 publicou *Dos Priuilegios & praerogatiuas q ho género feminino te por direito comu & ordenações do Reyno mais que ho género masculino*, considerado pela autora “o primeiro livro «feminista» escrito em Portugal, (...) em defesa e louvor das mulheres e suas virtudes, e compilando os seus privilégios legais.”. Uma série de tantas outras obras a partir de 1752, publicadas em Portugal por portugueses, onde se inclui o que a autora considera o manifesto do movimento feminista português publicado em 1905 por Ana de Castro Osório<sup>4</sup> (Silva, 1994, p. 286), compõem o leque literário da história do *feminismo* e dos movimentos feministas no contexto nacional.

Com a transição para *Movimentos* várias são as definições atribuídas ao *feminismo*, bem como as adjetivações que se lhe associam – desde “burguês”, “socialista”, a “cristão”, “integral”, entre outros – com o intuito de tornar o seu significado preciso. A historiografia do *feminismo* construiu posteriormente as seguintes categorizações, novamente limitadoras, mas necessárias: radical, reformista e moderado. As oscilações entre estas três categorias conduzem finalmente à adopção de uma definição flexível onde existe “a estreita ligação entre as reivindicações igualitárias e as aspirações identitárias” (Cova, 2007, p. 30). Nesta óptica e com uma tamanha diversidade de vertentes, “Escrever *feminismos*

4. Ana de Castro Osório (1872-1935), escritora e fundadora, juntamente com Adelaide Cabete da “Liga Republicana das Mulheres Portuguesas”, colaborou com Dr. Afonso Costa, então ministro da Justiça na elaboração da lei do divórcio, aprovada em Novembro de 1910 (SILVA, s.d.: 77-82).

5. <http://camaraclara.rtp.pt/#/arquivo/228>, minuto 25, peça de Luís Caetano, visionado em 10/11/2012

6. <http://camaraclara.rtp.pt/#/arquivo/228>, minuto 29, visionado em 10/11/2012

no plural é fundamental para sublinhar a pluralidade dos empenhos individuais e colectivos.” (Cova, 2007, p. 33).

*A metáfora da vaga ilustra que existem tempos fortes e refluxos. De facto, a história dos feminismos não é uma história linear de conquistas e progressos: há recuos e avanços.*

Anne Cova (2007, p. 28)

A primeira vaga ou primeira fase do feminismo surge com a Revolução Francesa (Amâncio, s.d., p.1), sendo no entanto também apontado o seu início para o meio do século XIX (Nogueira, s.d., p. 5). Um dos textos considerados fundadores do feminismo, a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* de 1791, por Olympe de Gouges (Cova, 2007, p. 32), no qual as declarações acerca da reivindicação do acesso às funções públicas e a objeção à autoridade masculina, levaram a autora a ser condenada e morta na guilhotina<sup>5</sup>. De forma geral, o direito ao voto e a obtenção dos direitos sociais e jurídicos, o “paradigma da igualdade”<sup>6</sup>, constituem o mote da primeira vaga do feminismo (Cova, 2007, p. 40), encontrando este e os movimentos de mulheres a ele associados o seu fim com a II Guerra Mundial (Cova, 2007, p. 36).

O advento da I Guerra Mundial permite às mulheres a libertação do lar e a conquista, temporária, de postos de trabalho até então considerados apenas concretizáveis por homens (Lagrove, 1991, p. 507), e é no período entre as duas Guerras, nesse “contexto mundial de turbulências conjunturais e estruturais que, nos países industrializados a educação e o trabalho femininos progredem” (Lagrove, 1991, p. 508). No

entanto, a libertação das mulheres para o mercado de trabalho, nas mais variadas áreas, conduz ao fenómeno da segregação sexual do emprego – acontecimento relevante a longo prazo, motivador da opção pelo tema do presente trabalho -, onde as profissões sedentárias são reservadas às mulheres e as mais ativas aos homens, sendo estes instigados a abandonar os postos de trabalho “subordinados” (Lagrove, 1991, p. 513). Em 1949, Simone de Beauvoir publica *Le Deuxième Sexe*, livro seminal onde a autora se dedica à análise da condição feminina, criando uma obra que se transformou numa referência para os movimentos feministas da segunda-vaga e seguintes.

Em Portugal, foi ainda durante a I República que algumas das reivindicações que faziam parte da agenda feminista da primeira vaga foram alcançadas: em 1910 são produzidas as Leis do Divórcio e da Família e em 1911, para além da autorização do acesso ao emprego na administração pública, o ensino torna-se obrigatório para ambos os sexos, entre os 7 e os 11 anos (Vicente, 2007, p. 61). É, no entanto, durante os anos 20 que em Portugal se dá em todos os campos um “florescimento feminino notável” (Guimarães, s.d., p. 12). A instauração da I República não concedeu às mulheres portuguesas o direito ao sufrágio, tendo sido apenas alcançado no contexto do Estado Novo (1933-1974). Foi então permitido “às mulheres detentoras de um curso secundário” (Guimarães, s.d., p.15), “chefes de família” o voto para as juntas de freguesia (Pimentel, 2007, 92) pela Lei n.º 19694 de 1931 (Silva, s.d., p. 289), enquanto aos homens apenas era exigido saber ler e escrever (Vicente, 2007, p. 61).

O feminismo da primeira vaga acarreta, no contexto

7. <http://camaraclara.rtp.pt/#/arquivo/228>, minuto 29, visionado em 10/11/2012.

8. Série televisiva criada por Matthew Weiner, transmitida parcialmente em Portugal pela RTP2.

português, certas *nuances* relativamente aos *timings* dos movimentos e à situação da mulher na sociedade portuguesa, assunto que será abordado na introdução do subtema “A Segunda Vaga em Portugal”.

Nos anos 60 e 70, após a conquista dos direitos fundamentais, a tónica da agenda feminista passa a concentrar-se no “paradigma da diferença”<sup>7</sup>. Esta segunda vaga, associada aos movimentos do pós II Guerra Mundial prolonga-se até meados dos anos 80 (Kaplan in Nogueira, s.d., p. 5). Este período, caracterizado por visíveis melhorias socioeconómicas, uma época de grande crescimento, melhoramento dos padrões de vida e estabelecimento do estado-providência é, no entanto, para as mulheres, um período de crescente segregação sexual do trabalho, as quais “estão aí (...) relegadas para postos cada vez mais feminizados, e portanto desvalorizados” (Lagrange, 1991, p. 519). Tal fenómeno encontra-se retratado na série televisiva *Mad Men*<sup>8</sup>, passada no início dos anos 60 em Nova Iorque, na qual a capacidade de trabalho criativo de uma jovem proveniente da província abala e surpreende o director de criação de uma empresa de publicidade, para quem trabalha como secretária. Contrariamente ao que se passou nos países do Norte da Europa e nos Estados Unidos da América, só entre 1960 e 1970 aumenta do número de mulheres no mundo do trabalho em Portugal e noutros países do Sul da Europa, verificando-se uma aproximação aos números do assalariado feminino da Europa do Norte (Lagrange, 1991, p. 520). É portanto durante a segunda vaga que se verifica o efetivo desenvolvimento do feminismo (quando lida em articulação com as vagas que a antecedem e sucedem), potenciado pela força do movimento estudantil

do fim da década de 60 e pelas inovações tecnológicas. Destaca-se o aparecimento da pílula contraceptiva como a inovação que maior impacto teve e liberdade proporcionou às mulheres (Nogueira, s.d., p. 6). As mulheres passam a viver mais intensamente a dualidade trabalho doméstico/trabalho profissional, este último visto pelos teóricos como um “passo para a sua «libertação»” (Lagrange, 1991, p. 522). O carácter libertador que o trabalho proporcionava à mulher terá certamente sofrido uma transformação após filtrado pelos movimentos feministas e tomado “a forma de uma crítica fundamental à família” (Segall, 1995, por Nogueira, s.d., p. 6). Pelo atrás referido, poder-se-à subscrever Conceição Nogueira, quando afirma que “O que preocupava as feministas de então, era a percepção das mulheres como seres dependentes, subvalorizados e frequentemente isolados” (Nogueira, s.d., p. 6), bem como uma nova perspectiva sobre a sua sexualidade, preocupação que foi claramente politizada e transposta para o espaço público: “o pessoal é político” (Campos, 2007, p. 281).

Nos anos 80, o feminismo caiu em desuso. Os meios de comunicação tornaram-se disseminadores de uma imagem masculinizada da mulher feminista, estimulando à indiferença, face às lutas e movimentos feministas, as novas gerações. Tais ações, são consideradas por Lígia Amâncio, de reação contra as conquistas do passado e claramente anti-feministas (Amâncio, s.d., p. 4). Estas noções, de fácil disseminação pelas massas levaram progressivamente o feminismo a “passar de moda”, que aliadas a outros fatores transformaram o último quartel do século XX no momento do pós-feminismo (Nogueira, s.d., p. 7).

9. I Plano de Fomento (1953-1958), II Plano de Fomento (1959 - 1964), Plano de Fomento Intercalar (1965 - 1967) e o III Plano de Fomento (1968 - 1973) (Nogueira, 1981, p.377). O IV Plano de Fomento (1974-1979) não foi aplicado devido à mudança no regime político em Portugal (Pinto, s.d., p. 5).

10. Resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960.

11. Resolução 1542 (XV) de 15 de Dezembro de 1960.

## O PORTUGAL DA SEGUNDA VAGA

Em Portugal é no pós II Guerra Mundial que se situa a segunda vaga dos movimentos feministas. Neste período o Estado acumulava somas avultadas e encontrava-se numa posição economicamente favorável devido ao conflito ocorrido anos antes na Europa e face ao qual Portugal tinha declarado neutralidade (Telo, 1994, p. 322). Não obstante a capacidade de investimento, o ritmo da industrialização em que Portugal embarcou era lento, tendência que o primeiro Plano de Fomento (1953-1958) vem alterar redireccionando o investimento da indústria ligeira para a modernização de infraestruturas, transportes e primeira fase da eletrificação (Telo, 1994, p. 323). O primeiro Plano de Fomento, acompanhado dos três que lhe sucedem<sup>9</sup>, inseridos no Plano Marshall, programa Americano de ajuda à Europa, permitiu a integração de Portugal no contexto do comércio internacional (Ramos, 2010, p. 685-686) e despoletou um processo de ações estratégicas nos territórios ultramarinos (Pinto, s.d., p. 8). Após as resoluções da ONU (Organização das Nações Unidas) que tornavam ilegal a prática colonial<sup>10</sup> e considerava “colónias” o território africano sob o domínio português<sup>11</sup> (Afonso, 1994, p. 333/336), o Estado Novo dissimula as suas acções de nação exploradora e dominadora com a bandeira de nação “intercontinental e multirracial”, sustentada numa série de medidas tomadas entre 1961 e 1962 pelo então Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, de reforma de algumas das leis aplicadas nas então províncias ultramarinas, das quais se pode referir a título de exemplo a abolição do estatuto do indígena (Ramos, 2010, p.

681-682). As intervenções legislativas do governo central e as alterações realizadas dez anos antes às designações “império colonial” e “colónias” para, respectivamente, “Ultramar” e “províncias”<sup>12</sup> (Ramos, 2010, p. 681), não foram no entanto suficientes para travar as revoltas em Angola, Guiné-Bissau e por último Moçambique, como resposta reivindicativa dos movimentos independentistas, muitos então já formações consolidadas e com grande força de mobilização, à recusa de Portugal em abdicar das colónias pacificamente (Afonso, 1994, p. 337-339). A guerra não alastra para as províncias insulares de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (Milheiro, s.d.(a), p. 2).

Durante o seu mandato enquanto ministro das Colónias, Marcelo Caetano cria, a 6 de dezembro de 1944, o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC). Este organismo do governo dependente daquele Ministério é criado com o intuito de “centralizar num só organismo público, com sede em Lisboa, toda a prática projectual de arquitectura e urbanismo de promoção oficial destinada às “colónias de África”” (Diário do Governo, 1944, p. 1167, in Milheiro, 2009, p. 82). A intenção de intervir de forma significativa no desenvolvimento do território ultramarino, então desconhecido pelos técnicos, era um dos meios para anular a ameaça à soberania portuguesa que então se tinha instalado nas “colónias” (Ramos, 2010, p. 658). Esta e outras medidas de cariz administrativo delineadas no *Acto Colonial* (1930), transformaram as ex-colónias ultramarinas em territórios subjugados a um “Governo Central”, sediado em Lisboa, a “Metrópole” (Ramos, 2010, p. 658). O GUC mantém a sua designação até à revisão constitucional de 1951, sendo então modificado para Gabinete de Urbanização do Ultramar

12. Decreto-Lei n.º 38300, de 15 de Junho de 1951.

13. Sarmiento Rodrigues ocupa o cargo entre 1950 e 1955 (Milheiro, 2009, p. 85).

(GUU) (Milheiro, s.d.(a), p. 85), acompanhando as restantes alterações anteriormente referidas, durante a ocupação do cargo de Ministro do Ultramar por Sarmiento Rodrigues<sup>13</sup>.

É durante a década de 50 que o gabinete conta nos seus quadros técnicos com nomes como João Aguiar, Lucínio Cruz, Eurico Pinto Lopes, Mário de Oliveira, Luís Possolo, Fernando Schiappa de Campos, entre outros, destacando-se os mais jovens que pertencem já a uma “geração mais receptiva aos ideais modernos” (Milheiro, 2009, p. 87). Na aposta do Ministério do Ultramar na formação de técnicos, para além de as missões às províncias se terem tornado mais regulares e passarem a poder ser realizadas pelos vários técnicos autores dos projectos, é proporcionado aos arquitectos a frequência de um curso de arquitetura tropical na Architectural Association em Londres, oportunidade que Luís Possolo, Fernando Schiappa de Campos e António Saragga Seabra (entrevista a Seabra, 2013) aproveitam (Milheiro, 2009, p. 87-88). Em 1957, o GUU é extinto e a produção de planos para as províncias ultramarinas passa para a então criada Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação, sob a tutela da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações (DSUH-DGOPC), designações que se mantêm até 1974. A esta alteração associa-se a criação de delegações locais nas províncias que, por serem mais autónomas, recebem apenas apoio técnico e especializado da DGOPC, fator responsável pela “desaceleração na execução de projectos” na “metrópole” (Milheiro, 2009, p. 89). É no contexto desta última fase do projecto dos Gabinetes de Urbanização Colonial que a arquiteta Maria Emília Caria vai exercer.

A relação do Estado Novo com as mulheres era de

um controle cuidadoso, que através de um discurso astuto de valorização da função social da mulher enquanto pilar moral da família, necessário à pátria (Pimentel, 2007, p. 98), procurava impor suavemente o seu regresso ao lar. Entenda-se aqui o regresso ao trabalho doméstico, à educação dos filhos, concretizações que a mulher portuguesa deveria tomar como o ideal de felicidade a alcançar (Tavares, 2010, p. 59). No entanto, o rendimento salarial do marido empregado não era suficiente para o sustento da maioria das famílias e muitas mulheres necessitavam de manter um trabalho remunerado. A tentativa de reversão desta tendência no pós-guerra verificou-se por toda a Europa como medida de gestão do mercado de trabalho, onde a força laboral de mulheres e crianças, por ser mais barata, concorria diretamente com a dos homens. No contexto português, a proibição do acesso das mulheres às áreas da administração pública, diplomacia e direito e as restrições ao matrimónio de profissionais das áreas então consideradas femininas – educação, enfermagem, entre outras - não foram suficientes para travar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho (Pimentel, 2007, p. 99). Esta tendência sofre um aumento, sobretudo a partir dos anos 60, devido a fatores como a guerra colonial, a necessidade de mão-de-obra pelas novas empresas multinacionais que progressivamente se instalavam em Portugal e a emigração (Tavares, 2010, p. 152). Estas trepidações socioeconómicas transformam o regime portador de um *Discurso da Domesticidade*, repressor da mulher trabalhadora e independente (Tavares, 2010, p. 59), num regime de pequenas fragilidades em que o acesso a postos, até então destinados a homens, se consuma por parte das mulheres (Tavares, 2010, p. 90-94/ 127). A entrada

14. Informação não confirmada por impossibilidade de acesso ao processo de funcionária pública da arquiteta. Contactaram-se os Serviços de Documentação e Arquivo do Ministério da Educação e Ciência, Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Direção Geral da Administração e do Emprego Público, a Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas, sem ter sido encontrado, em nenhum destes organismos, qualquer processo referente ao nome Maria Emília Marques Caria.

15. Alteração de denominação estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 41169 de 29 de Junho de 1957.

das primeiras mulheres para quadros técnicos do Estado poderá eventualmente estar relacionado com esta escassez de trabalhadores do sexo masculino para ocupar postos de trabalho.

#### O ARQUITETO: MARIA EMÍLIA CARIA

O investigador que se interesse por folhear os processos relativos às então denominadas províncias da Guiné e de Cabo Verde encontrará uma série de relatórios, memórias descritivas e planos dos anos 60/70 assinados no campo destinado à rubrica de “o arquitecto” por *Maria Emília Caria*, ou então rubricados *MECaria*. O contexto sociopolítico em que os documentos assinados pela arquiteta se inserem, apesar de caracterizado por um aumento do número de mulheres com acesso a postos de trabalho, não o é pelo número de mulheres no funcionalismo público, sobretudo nas profissões “masculinas”. Tal achado, ligeiramente perturbador, despoleta uma crescente curiosidade: como e em que circunstâncias teria Maria Emília Caria ingressado no Ministério do Ultramar?

Infere-se, que entre o final dos anos 50 e inícios dos anos 60<sup>14</sup> terá dado entrada na Direcção de Serviços de Habitação e Urbanismo da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações<sup>15</sup> (DSUH-DGOPC) uma arquiteta que, por entre projectos de nomes sonantes como Luís Possolo, Fernando Schiappa de Campos, António Saragga Seabra e António Moreira Veloso (Milheiro, 2012 (a), p. 287), imprime a sua assinatura numa série de projectos de planos urbanos. Não é apenas nos dossiers relativos aos planos para estes dois países que vamos encontrar Maria Emília Caria, o seu contributo

distribui-se também pelos vários volumes de relatórios das missões à Guiné-Bissau e a Cabo Verde, realizadas nos anos 60 e 70.

Esta presença feminina poria em andamento um instinto de investigação ao qual não foi possível deixar de responder. Assim deu-se início à demanda.

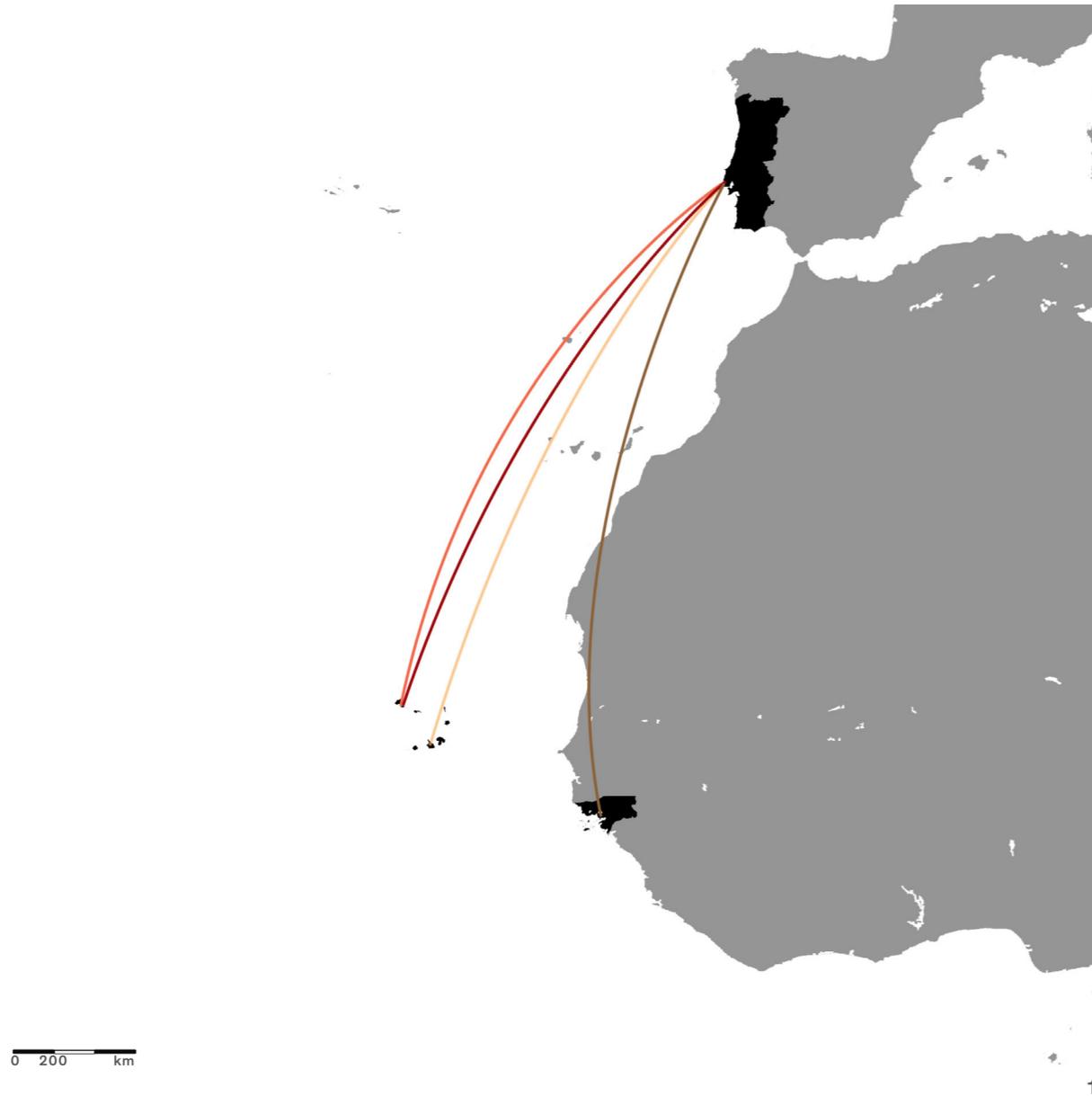
#### BIOGRAFIA

Maria Emília Marques Caria, natural de Santarém, formou-se em Arquitetura pela então Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (entrevista a Seabra, 2013) no final da década de 50<sup>16</sup>. Associada número 296 no Sindicato Nacional dos Arquitectos, requereu inscrição entre 1961 e 1964, nas câmaras municipais de Oeiras (1961), Santarém (1963), Loures (1963) e Sintra (1964), não tendo no entanto obra construída nestes municípios<sup>17</sup>. Ao ingressar na Direcção dos Serviços de Habitação e Urbanismo – Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações, iniciou imediatamente funções ao lado do engenheiro Eurico Machado<sup>18</sup>, na área do Urbanismo, que se prolongaram por um período de aproximadamente vinte anos (entrevista a Seabra, 2013). Em 1962 e 1963, concretizou estudos e elaborou diversos relatórios acerca da localização de vários edifícios, desde o edifício do Comando Naval, projecto do arquiteto António Seabra (Caria, [IPAD 7908], 24/8/1962), e o estudo para a localização da Estação Emissora dos Serviços Rádio-Eléctricos dos CTT (Caria, [IPAD 8215], 23/7/1963), ambas no Mindelo. Em 8 de maio de 1964 partiu juntamente com o arquiteto António Seabra para Cabo Verde, onde ambos permaneceram em missão, juntamente com uma equipa de

16. Informação não confirmada por impossibilidade de acesso ao processo de aluna de Maria Emília Caria.

17. Apenas se confirma, por pesquisa presencial em Arquivo Intermédio, a ausência de projectos de arquitetura assinados por Maria Emília Caria entre 1964 e a primeira metade de 1965, no Município de Sintra. Os restantes municípios recorreram a envio de despacho onde se declara que os processos não se encontram arquivados por nome de autor do projeto, o que inviabiliza a pesquisa pelo nome Maria Emília Caria.

18. Eurico Machado, engenheiro, director de urbanismo em Angola e Moçambique (s.d.) (entrevista a Seabra, 2013).



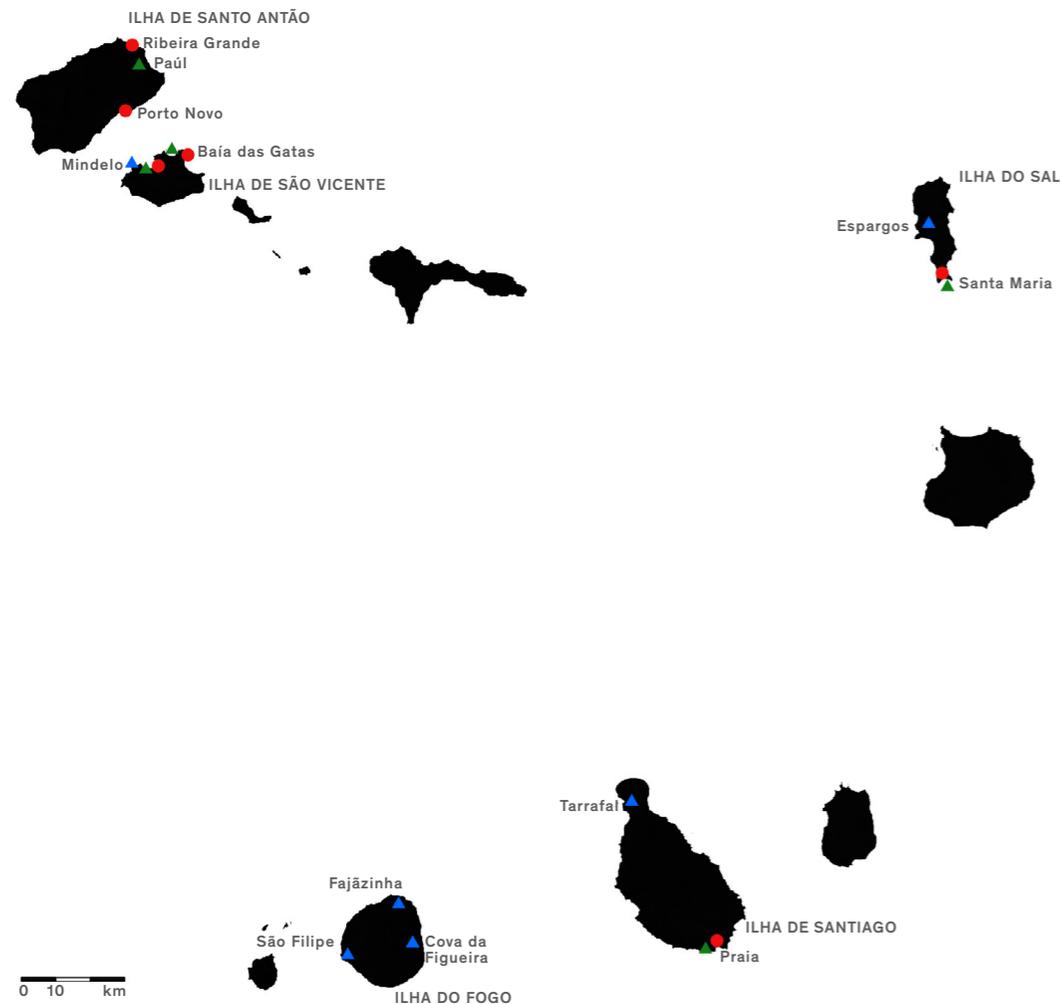
1 Viagens de Maria Emília Caria, pela DSUH/DGOPC.

- 1965, Cabo Verde
- 1966, Bissau, Guiné-Bissau
- 1969, Cabo Verde
- 1973, Cabo Verde

2. Guiné-Bissau

- Planos de Urbanização
- ▲ Levantamentos fotográficos

técnicos (imagem 1). Desta missão resultou posteriormente o *Relatório da Missão do Grupo de Trabalho Urbanismo e Habitação na Província de Cabo Verde* (Caria, [IPAD 7915; 7916; 7203; 7204], 2/1965). Nesse mesmo ano de 1965, elaborou o estudo da urbanização da Vila de Porto Novo, na Ilha de Santo Antão (Caria, [IPAD 7914], 5/8/1965). Entre fevereiro e abril de 1966, deslocou-se a Bissau, no âmbito de uma missão na província da Guiné (imagem 2). Desta missão resultou um processo de documentação fotográfica da cidade, até então inédito (Caria [IPAD 11341; 11342; 11343; 11344; 11345], 1966). Entre 1966 e 1967, elaborou vários planos parcelares para a cidade de Bissau (Caria, [IPAD 860; 992; 993;]), um projecto de arranjo da zona escolar e a implantação do Edifício do Comando Chefe em Bissau (Caria, [IPAD 8297] 30/8/1967). Foi já no final da década de 60 que coordenou a elaboração dos planos para Cabo Verde – Praia, Mindelo e Santa Maria



(Ilha do Sal) – ao abrigo do Fundo de Fomento Nacional, mais concretamente do III Plano de Desenvolvimento (1968-1973) (Pinto, s.d., p. 15) (imagem 3). Coordenou posteriormente a missão de 1973 ao Arquipélago de Cabo Verde e deslocou-se às ilhas de Santiago, Fogo, São Vicente e Ilha do Sal, acompanhada pelo arquiteto António Seabra, com o objectivo de averiguar a exequibilidade dos planos (Caria, [IPAD 7836], 6/1973) (Pinto, s.d., p. 16) (imagem 1). Em junho de 1974 substituiu, juntamente com o arquiteto Fernando Schiappa de Campos o arquiteto António Moreira Veloso nos trabalhos do *Estudo Prévio do Plano Director de Bissau* (Machado, [IPAD 8297], 12/6/1974). Após a extinção do Ministério do Ultramar, Maria Emília Caria terá, eventualmente trabalhado para o Ministério da Educação (entrevista a Seabra, 2013)<sup>19</sup>.

A arquiteta Maria Emília Caria dedicou parte da sua vida ao urbanismo nas ex-províncias do Ultramar, casou aproximadamente aos quarenta anos de idade e não legou descendência direta<sup>20</sup> (entrevista a Seabra, 2013).

Faleceu em Julho de 2000 (Sindicato Nacional dos Arquitectos, s.d.).

19. Não foram encontrados, nos Serviços de Documentação e Arquivo do Ministério da Educação, quaisquer processos referentes a Maria Emília Caria.

20. Por este facto não foi possível recolher informação necessária à construção da biografia da arquiteta.

### 3. Arquipélago de Cabo Verde

- Planos de Urbanização
- ▲ Levantamentos fotográficos
- ▲ Levantamentos, visitas e outros trabalhos

OBRA					
País	Ano/Data	Designação	Local	Observações	Estado
ANGOLA	1963/ out.	Projeto de Unidade de Vizinhança a construir em Luanda	Luanda	Relativo à construção da Unidade de Vizinhança 1 do Bairro Prenda (esclarecimento para reconhecimento da utilidade pública do empreendimento)	Construído
	1962 24 ago.	Localização do edifício do Comando Naval do Mindelo	Mindelo	Projecto do Arq.º António Seabra, com peças desenhadas a enviar para o Governo da Província de Cabo Verde	Construído
CABO VERDE	1963 /1964 23 jul.	Localização da estação emissora do Mindelo e dos Serviços Rádio-Eléctricos	Mindelo	-	-
	1965	fev.	Arquipélago de Cabo Verde: Praia, Mindelo, Porto Novo, Baía das Gatas	Viagem efectuada em cooperação com António Seabra para reconhecimento e discussão no local de estudos prévios elaborados pelos serviços da DSUH/ DGOPC	Missão
		5 ago.	Bases para o estudo da urbanização Vila de Porto Novo	Ilha de Santo Antão	-

CABO VERDE	1966 10 ago.	Urbanização da cidade do Mindelo – Plano Parcelar do Arranjo da zona marginal do Mindelo	Mindelo	-	iniciado, não terminado	
	1967	30 ago.	Urbanização da Vila da Ribeira Grande, na Ilha de Santo Antão e Plano de urbanização da Vila da Ribeira Grande	Ribeira Grande (Ilha de Santo Antão)	-	Não realizado
		nov.	Arranjo urbanístico da Encosta do Morro do Fortim	Mindelo	Apenas peças desenhadas (integrado no Plano do Mindelo)	Não realizado
	1968 out.	Localização do Mercado e Palácio da Justiça	Mindelo	Apenas peças desenhadas (integrado no Plano do Mindelo)	Não realizado	
	1969	s.d.	Urbanização da Cidade da Praia – Plano Director Básico	Praia	Documentos sem data e sem desenhos.	-
			Urbanização da cidade da Praia – Plano Parcial da Achada Principal e Áreas Adjacentes (Nova Zona Central)			Não realizado

CABO VERDE	1969	12 e 13 nov.	Projecto de urbanização do Mindelo	Mindelo	Estudo de uma parcela da zona Sul compreendida entre a Avenida da República (Av. Marginal), Rua Roberto Duarte Silva, Dr. Nunes de Oliveira (Av. Fernando Ferreira Fortes), Governador Barreiros (Rua de Coko), da Moeda e Eduardo Balsemão	Não realizado
		17 nov.	Comissão eventual de serviço do arquitecto da Direcção Geral dos serviços de Urbanismo e Habitação Maria Emília Caria na Província de Cabo Verde	Mindelo	Data correspondente à redacção do documento	Missão
	1970	fev.	Adaptação do plano parcial da Achada Principal e áreas adjacentes resultante da alteração da posição das instalações portuárias e rede viária necessária à renovação urbanística da Achada Principal	Praia	Plano de urbanização da cidade da Praia	-
		9 fev.	Plano parcelar da zona da Prainha	Praia	Inserido no Plano de urbanização da Praia, Ilha de Santiago	-

CABO VERDE	1970	15 jun.	Levantamento da Igreja de Nossa Senhora da Luz e do Fortim d'El Rei	Mindelo	Por requisição do arquitecto Luís Benavente <sup>21</sup>	-
		10 ago.	Plano Parcelar da Cruz João d'Évora	Mindelo	Inserido na Urbanização da Cidade do Mindelo Documento sem desenhos.	-
		10 set.	Urbanização da Vila de Santa Maria - esquema do Plano Director e loteamento parcial (Ilha do Sal)	Santa Maria (Ilha do Sal)	-	Não realizado
		21 out.	Plano Parcelar de Chã de Alecrim Plano Parcelar do Madeiralzinho	Mindelo	Urbanização da Cidade do Mindelo	Não realizado
	1971	30 jan.	Plano Parcial da Zona da Ribeirinha da cidade do Mindelo	Mindelo	-	Não realizado
		26 mai.	Plano parcelar da Achada de Santo António	Praia	Plano de urbanização da Praia, Ilha de Santiago	Não realizado
	1972	15 fev.	Hipótese de acesso ao porto	Praia	Plano de urbanização da Praia, Ilha de Santiago Hipótese de acesso à nova zona portuária da cidade da praia, na Ponta da Mulher Branca e suas implicações	-

CABO VERDE	1972	21 fev.	Urbanização da Baía das Gatas: Esquema do Plano Director e Loteamento	Praia da Baía das Gatas (Ilha de São Vicente)	-	Não realizado
	1973	jun.	Relatório da missão da arquitecta Maria Emília Caria à Província de Cabo Verde	Arquipélago de Cabo Verde: Mindelo, Praia e Ilha do Sal	-	Missão
	1974	10 out.	Plano geral das Portos na Cidade da Praia - Peças Escritas	Praia	Relatório elaborado por Maria Emília Caria, Luciano Lobo, Orlando Moreira de Araújo e José Augusto Boinas (sem peças desenhadas)	-
GUINÉ-BISSAU	1966	fev. a abr.	Documentação fotográfica recolhida durante a missão da arquitecta Maria Emília Caria	Bissau	Volumes I a V	Missão
		10 out.	Urbanização de Bissau - Projecto do arranjo da Praça do Império	Bissau	-	Não realizado
	1967	29 mar.	Plano parcelar da Praça Teixeira Pinto, Mercado de Bandim e áreas adjacentes em Bissau	Bissau	-	Não realizado

GUINÉ-BISSAU	1967	19 abr.	Plano parcelar da zona compreendida entre as avenidas Teixeira Pinto e Governador Vaz Monteiro e a rua Guerra Junqueiro	Bissau	-	Não realizado
		30 ago.	Arranjo da Zona Escolar de Bissau	Bissau	-	Não realizado
			Implantação do Edifício do Comando Chefe em Bissau	Bissau	-	Não realizado

Tabela I - planos urbanos, parcelares, parciais, arranjos e missões da arquiteta Maria Emília Caria, organizados por área geográfica

21. Luís Benavente, arquiteto pela escola de Belas Artes do Porto, “entre finais dos anos 50 e início dos 70 foi destacado do Ministério das Obras Públicas” - para o qual tinha sido convidado na década de 30 pelo Eng.º Duarte Pacheco – “para o Ministério do Ultramar, realizando obras ao nível do património em missões ultramarinas, nomeadamente, igrejas, fortalezas” (PT/TT/LB)

## OS PLANOS (CASOS DE ESTUDO)

O material existente no extinto arquivo IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), referente à obra da arquiteta Maria Emília Caria contempla as áreas da Guiné-Bissau e Cabo Verde. A obra de Maria Emília Caria neste arquipélago, abrange planos para as ilhas de Santo Antão, Ilha do Sal, Santiago e São Vicente, dos quais se destacam, respetivamente, o plano para a vila de Porto Novo e Vila da Ribeira Grande, Vila de Santa Maria, Praia, Mindelo e praia da Baía das Gatas. Deste conjunto foram selecionados, para caso de estudo, os planos e todo o material da autoria da arquiteta sobre a cidade da Praia, a cidade do Mindelo e a praia da Baía das Gatas. Para além de constituírem o maior volume de documentos para os quais a pesquisa pelo nome da arquiteta remete, no caso destas duas cidades são as que mais informação podem fornecer sobre o seu pensamento urbanístico, cujo trabalho se centra sobretudo na reordenação territorial, reordenação dos aglomerados populacionais da periferia e sua integração e ligação às zonas centrais. O plano para a urbanização da praia da Baía das Gatas permite complementar o pensamento urbanístico por se tratar de um estudo para um território francamente desocupado, com um programa destinado a turismo, diferindo desta forma das condições das duas cidades. Optou-se por não incluir nos casos de estudo os planos parciais e arranjos que a arquiteta produziu para Bissau, uma vez que incidem sobretudo sobre pequenas áreas alvo de renovação, que não foi consumada.

A descrição dos planos para as cidades da Praia e Mindelo encontra-se igualmente sustentada no relatório

redigido por Maria Emília Caria, em coautoria com António Seabra sobre a sua missão conjunta a Cabo Verde. Neste documento estão descritas as intenções relativamente à urbanização das duas cidades, praia da Baía das Gatas e vila de Porto Novo. Far-se-á uma breve descrição deste relatório antes de introduzir os vários planos para a Praia e Mindelo (Caria, [IPAD 7915], 2/1965).

O desenvolvimento da secção *O Pensamento Urbanístico*, análise que se seguirá à descrição dos casos de estudo, será estruturado com base no conhecimento dos conteúdos do conjunto de processos da autoria da arquiteta levantados no arquivo.

A toponímia que se encontra entre parênteses corresponde à atual e nos casos em que esta é substituída por um ponto de interrogação deve entender-se como não encontrada, ou inexistente. Os casos em que esta se omite correspondem a designações toponímicas que se mantêm.

22. cotas IPAD 7915, 7916, 7203, 7204.

## MISSÃO A CABO VERDE, 1965

### *RELATÓRIO DA MISSÃO DO GRUPO DE TRABALHO URBANISMO E HABITAÇÃO NA PROVÍNCIA DE CABO VERDE*<sup>22</sup>

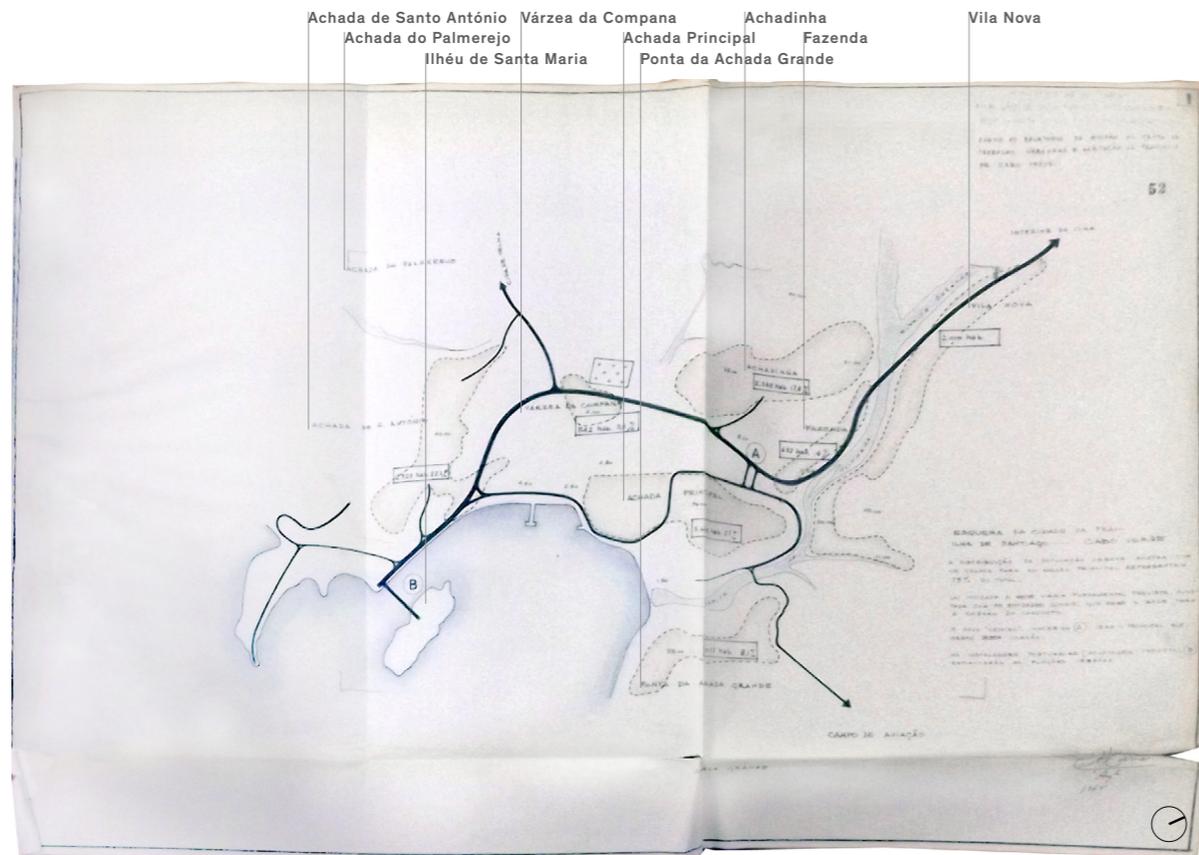
O relatório da missão do “Grupo de Trabalho Urbanismo e Habitação” na ex-província ultramarina de Cabo Verde constitui um documento singular, onde se encontram enunciados os problemas detetados e as intenções do Ministério do Ultramar, através da DSUH-DGOPC, de e para Cabo Verde. O documento, da autoria de Maria Emília Caria e António Seabra, é um trabalho completo onde as áreas da habitação e do urbanismo se cruzam, fazendo transparecer o espírito colaboracionista dos seus redatores (entrevista a Seabra, 2013).

A missão, realizada com base no “programa de actuação enviado ao Governo da Província (...) de 25 de abril de 1964”, onde se descrevem os objetivos da mesma, focou-se sobretudo nos problemas endémicos de urbanização e habitação das cidades da Praia e Mindelo, na recolha de elementos para o “Plano de Urbanização da Baía das Gatas” e “sobre a urbanização de Porto Novo” (Caria, *et al* [IPAD 7916], 1965, p. 8). Este último, apesar de referido no relatório, não será alvo de descrição nesta secção por corresponder a uma área não abrangida pela delimitação espacial dos casos de estudo. O relatório desta missão constitui a base de orientação dos planos posteriores, dos quais se procederá adiante a uma breve descrição.

Dos variados objetivos da missão, interessam para este trabalho destacar o “reconhecimento e discussão” dos

estudos prévios elaborados pela DSUH com as autoridades locais e o “estudo dos padrões habitacionais e de vizinhança recomendáveis para as duas cidades” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965, p. 2). O cumprimento destes dois objetivos sustentará, como se poderá perceber pela leitura das descrições de planos e processos, toda a obra urbanística de Maria Emília Caria.

Os estudos prévios elaborados pela arquiteta contêm análises urbanas, programas iniciais realizados a partir destas análises e soluções e arranjos parciais, estes últimos com a colaboração do arquiteto António Veloso, reunindo um conjunto de dezassete peças desenhadas para o Mindelo, catorze para a cidade da Praia e dezassete relativas a “generalidades (dados geográficos e outros)” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965, p. 3). É ainda referido um inquérito urbano realizado na ex-província, durante a missão do Agente Técnico de Engenharia Neves Ornelas, cujos resultados fundamentaram a “constituição do Grupo e a necessidade de uma estreita correlação dos dois problemas – Urbanismo e Habitação” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965, p. 1). O inquérito foi posteriormente traduzido em elementos gráficos como “cartogramas” e “mapas discriminativos” complementares dos estudos prévios referidos. Os dados recolhidos pelo arquiteto António Seabra, na área de estudos sobre a habitação, variam desde análises gerais das relações entre habitação e aglomerado e características da habitação tradicional, aos processos construtivos, materiais, mão-de-obra e equipamento (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965, p. 4-6). No relatório pode ainda encontrar-se uma descrição detalhada dos trâmites relativos à viagem para Cabo Verde, dos quais



4

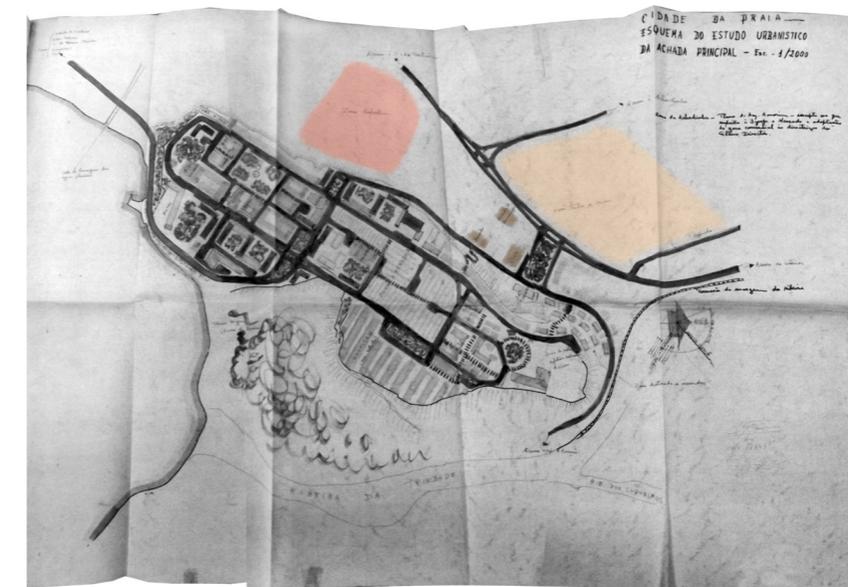
importa destacar o adiamento da partida, prevista para o ano de 1963 e adiada para 8 de maio de 1964, devido à demora na “elaboração de elementos preparatórios, motivada pela falta de desenhadores” (Caria, *et all* [IPAD 7915], 1965,p. 8). Entre 17 de maio e 10 de junho de 1964 o grupo de trabalho permaneceu na Cidade da Praia, onde “estabeleceram a forma de colaboração necessária” com a Câmara Municipal e procederam ao exame das “necessidades locais, as características das diversas zonas habitacionais e a forma de criar uma estrutura adequada para o conjunto.” (Caria, *et all* [IPAD 7915], 1965,p. 9). Durante esta estadia foi ainda possível desenvolver no local e com o auxílio dos estudos prévios, o esboço do arranjo da Achada Principal. A 11 de junho iniciam os trabalhos no Mindelo com o estudo das “Infraestruturas Navais”, que se prolonga até 26 desse mês, data em que António Seabra parte para a “Metrópole”. Maria Emília Caria permanece no Mindelo, ocupando-se dos problemas relativos à urbanização, cujos elementos em falta e a demora em obtê-los, conduz a um prolongamento da estadia até 26 de agosto daquele ano.

No capítulo V do relatório da missão, intitulado “Urbanização da Cidade da Praia”, encontram-se descritos os problemas postos à expansão e à “organização dos espaços de ocupação existente” (Caria, *et all* [IPAD 7915], 1965,p. 24) da cidade e as intenções para a sua resolução. A cidade da Praia “apresenta (...) como especialmente típico, a disposição topográfica.” (Caria, *et all* [IPAD 7915], 1965,p. 24), onde plataformas delimitadas por encostas com grande inclinação condicionam os núcleos populacionais a um isolamento do centro da cidade, “contrariando a desejável continuidade

4 Planta da cidade da Praia com marcação dos núcleos populacionais e respetiva percentagem de ocupação populacional (Caria, *et all* [IPAD 7916], 1965,p. 52).

urbana” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 24) (imagem 4). O trabalho de reconhecimento destes núcleos populacionais circundantes do “núcleo principal” – Achada Principal – e “justificação para a sua integração na cidade”, e o estudo das “aptidões das diversas zonas para a utilização na organização do conjunto urbano e para a expansão deste”, permitiram aos arquitetos constatar a conveniência da integração na cidade dos referidos núcleos. Previa-se igualmente, no seguimento desta integração, a transferência dessa população “em prazo mais ou menos alargado” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 25) para zonas dentro do perímetro urbano – à data ainda por determinar - que oferecessem as infraestruturas e equipamento básicos.

A área da Achada Principal, onde se localizavam os “diversos Serviços Oficiais”, albergava apenas 27% da “população detectada como urbana” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 25) (imagem 4), correspondendo esta população àquela que deteria melhores condições económicas, facto sublinhado nas palavras de Maria Emília Caria “Entre as duas populações existe um desnível muito acentuado das condições económicas e sociais. As populações exteriores à Achada Principal estão praticamente em situação de marginalidade, com graves problemas habitacionais” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 26). A arquiteta encara desta forma o plano urbano como potencial meio para integrar estas populações, para além de este constituir igualmente um instrumento que permitirá resolver os problemas da expansão da cidade e de remodelação das zonas residenciais existentes. A Achada Principal, uma destas zonas, possuía áreas habitacionais muito degradadas sobre as quais se



5 Planta da Achada Principal da cidade da Praia com marcação das novas áreas a criar (Caria, *et al* [IPAD 7916], 1965, p.52a).

- Zona Desportiva
- “Novo Centro”
- Mercado, Estação de Camionagem e “Club”

equacionava a possibilidade de demolição e substituição por edifícios públicos. Esta solução é reprovada pela arquiteta, por causar desertificação naquela área devido à eliminação de uma área habitacional, e de ali estabelecer serviços que não se justificariam sem proximidade populacional. A solução proposta baseia-se na remodelação, no entanto, apresenta-se como situação apenas possível aliada a “uma melhoria das condições económicas da população” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 26). Atendendo a estas questões, a arquiteta propõe a localização dos novos equipamentos urbanos num “novo centro próximo da base da Achada Principal”, solução que se articula por natureza com a intenção de promoção da integração dos núcleos populacionais exteriores a esta zona (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 27). Propõem-se já

neste relatório uma ligação deste novo centro com a “via de ligação entre as instalações portuárias e o interior da Ilha.” e a localização no mesmo “do Mercado, do Instituto Nacional do Trabalho, do Centro de Camionagem, além de outras actividades.” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 27) (imagem 5).

Importante infraestrutura para a integração e continuidade desejada para a cidade da Praia são as vias de comunicação. A este respeito, Maria Emília Caria colabora com o eng<sup>o</sup>. Lima da “Brigada de Estradas” no desenho destas ligações, estabelecendo vias que irão também regularizar a “margem da Ribeira [da Trindade]” e “contribuir para a defesa da zona marginal (Fazenda).”, permitir o acesso adequado à Achada Principal por duas novas vias e incluir a “estrada do aeroporto, já em construção”(Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 27-28) (imagem 4).

Maria Emília Caria elabora, com base nestes dois acessos à Achada Principal, um “esboço do arranjo urbanístico (...), bem como da distribuição que pareceu mais conveniente dos edifícios públicos”, em colaboração com o arquiteto “Pedro Gregório, ao serviço da Câmara Municipal” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 28).

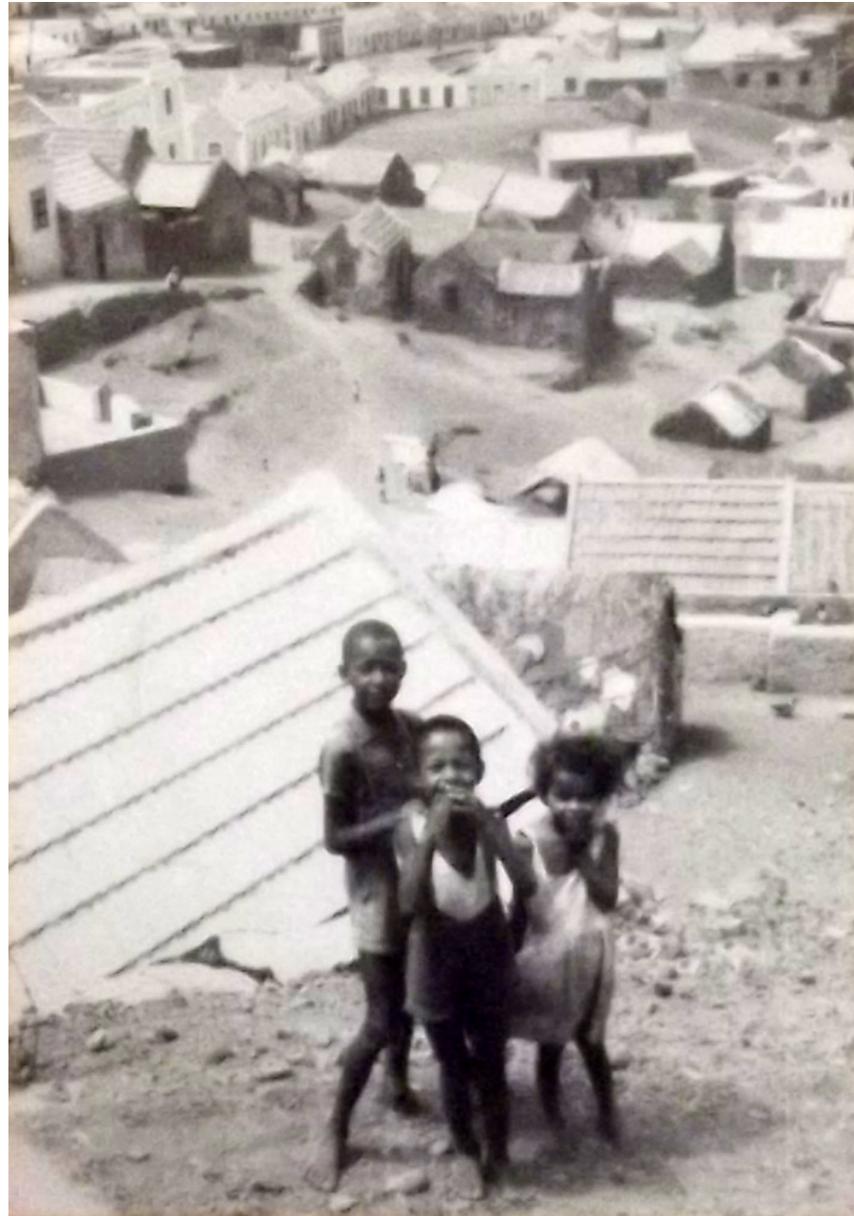
Nas intenções para a Achada de Santo António, sublinham-se as limitações que a sua posição em relação às outras plataformas impõe à continuidade urbana e conseqüentemente a necessidade de a constituir como “uma nova unidade da cidade” dada a possibilidade de expansão que representa. A arquiteta prevê para esta área, com a construção das instalações portuárias e da zona industrial, um aumento da procura por parte da população (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 29).

Relativamente à “Zona Industrial”, dada a sua reduzida dimensão e portanto condicionamento à sua expansão, reservou-se “uma faixa ao longo da estrada de acesso à Cidade Velha, com franca ligação ao porto” para suprir este défice de área (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 29).

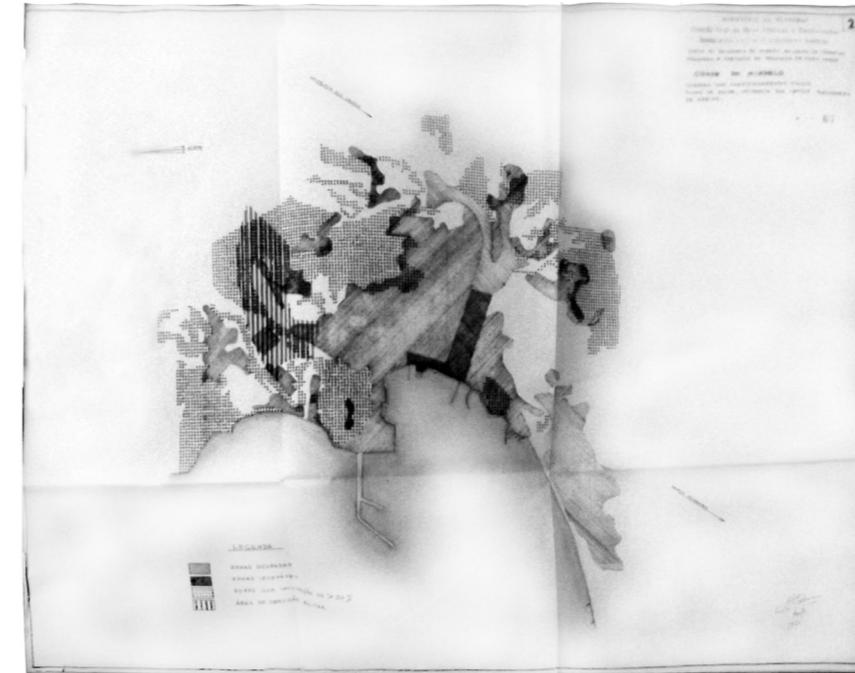
Para além do “reconhecimento das Zonas de Recreio mais ligadas à cidade” com o objetivo de as desenvolver nos planos, foram reunidos “dados gerais relacionados com o estudo de urbanização” que englobam estudo sobre a evolução da cidade, “desenvolvimento económico”, “importação e exportação”, “evolução demográfica” na Ilha de Santiago, “dados climáticos”, “agricultura e veterinária”, “saúde”, “panorama escolar” e “transportes” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 29-30).

Maria Emília Caria encerra o documento com a referência à documentação fotográfica realizada - Cota IPAD 7204 - que permitirá “ter uma ideia panorâmica” e elucidar certos “aspectos locais particulares” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 30).

A “Urbanização da Cidade do Mindelo” é tratada no capítulo VI deste relatório. Sobre esta cidade, apesar de se verificarem os mesmos problemas gerais da Cidade da Praia – “da organização dos seus espaços de ocupação existentes e dos propícios à sua expansão.”, verificam-se “circunstâncias muito particulares que deverão condicionar fortemente o futuro plano” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 31). A partir das análises prévias ao referido inquérito urbano, da autoria do Agente Técnico de Engenharia Neves Ornelas e da posterior observação no local, Maria Emília Caria propõe um processo de renovação urbana que deverá “afectar, em período mais



6



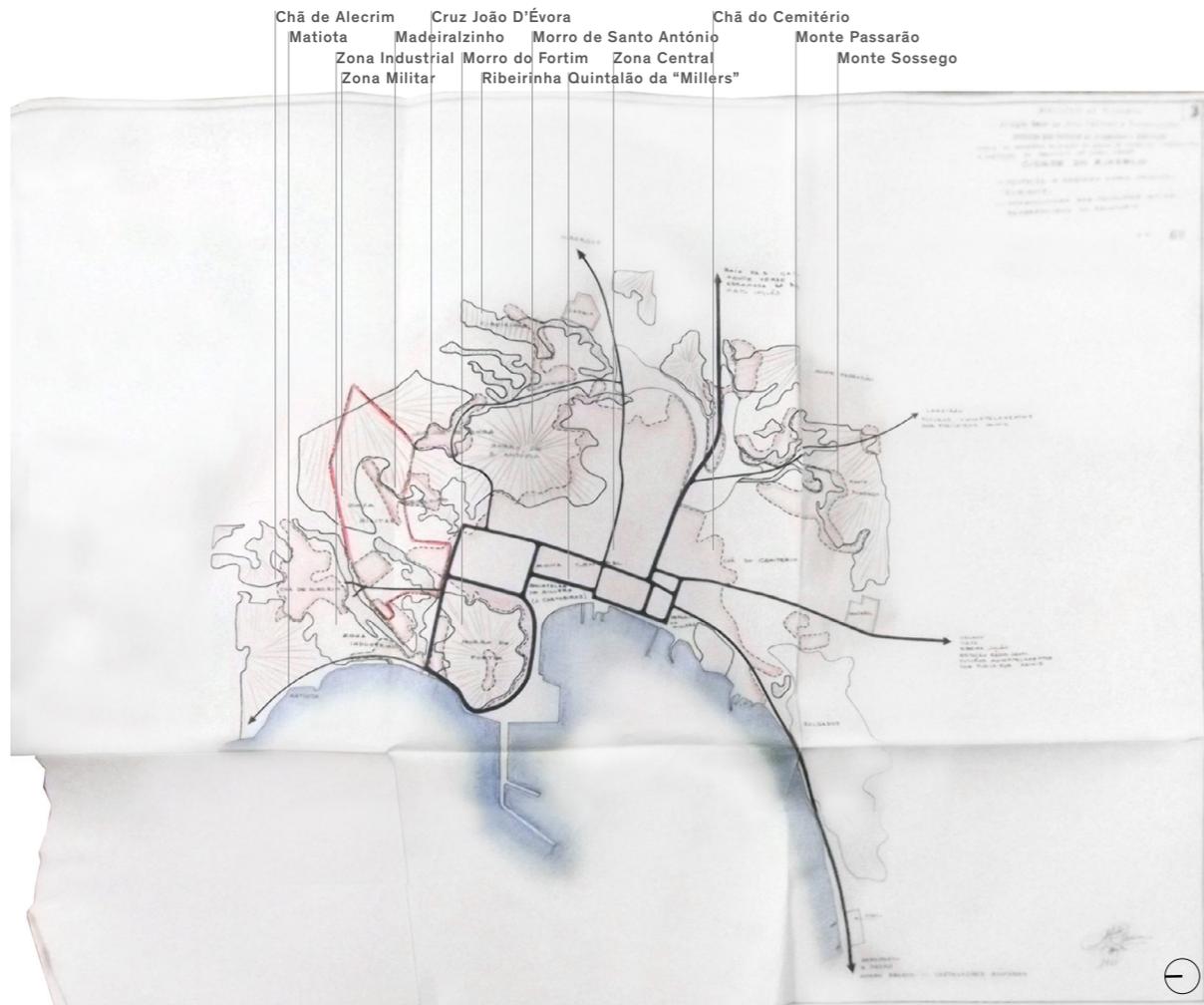
6 Fotografia tirada no aglomerado de Fonte Filipe, no Mindelo, da autoria de Maria Emília Caria (Caria, et all [IPAD 7204], 1965).

7 “Cidade do Mindelo: Esquema dos condicionamentos físicos. Zonas de maior incidência dos ventos portadores de areias” (Caria, et all [IPAD 7916], 1965, p.67)

-  Zonas ocupadas
-  Zonas inundáveis
-  Zonas com inclinação de >20%
-  Área de servidão militar

7

ou menos largo, grande parte da cidade”, com vista à criação de “condições mínimas de habitabilidade”, sobretudo na periferia e nas encostas, locais onde se agrupava uma população de condições económicas e sociais muito baixas (Caria, *et all* [IPAD 7915], 1965, p. 32) (imagem 6). A expansão e renovação pretendidas estão fortemente limitadas nesta cidade, já à data densa, pelos seus limites naturais – a poente o Oceano Atlântico e ao redor “relevos muito pronunciados que a envolvem e penetram” - e factores climáticos que da sua posição geográfica e topografia advém – ventos fortes, “leitos de escoamento de regime torrencial” e “solos lodosos ou salgados” (imagem 7). Estas circunstâncias particulares e o “recente” aumento populacional obrigam o “Grupo de

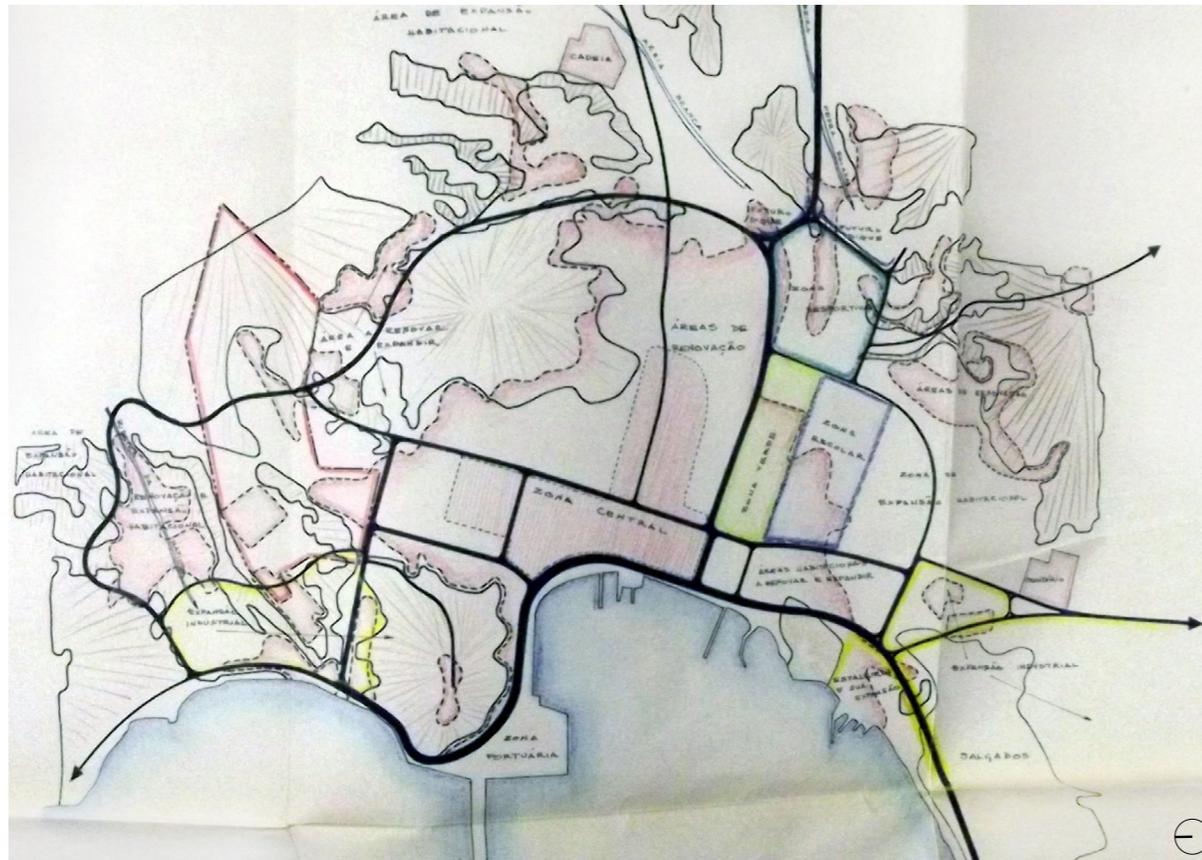


8

Trabalho” a proceder a “reconhecimentos topográficos fora destes limites” e a seleccionar áreas com o intuito de as reservar para determinadas actividades, sobretudo as relacionadas com as estruturas portuárias (Caria, *et all* [IPAD 7915], 1965,p. 33).

Maria Emília Caria define, para o Plano de Urbanização do Mindelo “como diretriz principal, a orientação das novas zonas residenciais e a remodelação das existentes, dando à cidade uma estrutura urbana que vitalize a sua função de cidade-porto” (Caria, *et all* [IPAD 7915], 1965,p. 33). A arquiteta faz referência a estudos existentes, sob a forma de esquemas viários gerais e loteamentos, da autoria do arquiteto Branco Ló dos “Serviços Federativos de Urbanização e Obras de Barlavento”, que apesar de constituir um organismo local, não facilitou ao “Grupo de Trabalho” a sua obtenção, e como tal anulou qualquer possibilidade colaborativa (Caria, *et all* [IPAD 7915], 1965,p. 34). No “esquema prévio” relativo às intervenções topográficas e construção de infraestruturas, foram consideradas as possibilidades de “correção torrencial” para os leitos de escoamento existentes e um traçado de vias que não interferisse diretamente com estes, de modo a que ambas as soluções pudessem ser realizadas independentemente. Para os “estudos parcelares de loteamento”, a arquiteta procedeu ao reconhecimento local nas áreas habitadas por “populações economicamente mais débeis” e à “identificação das condições das áreas interessadas” para instalação de actividades económicas, considerando a habitabilidade, “o tamanho suficiente dos agrupamentos de vizinhança” e uma economia de recursos na construção e manutenção de infraestruturas (Caria, *et all*

8 “Cidade do Mindelo: Ocupação e esquema viário principal existente. Nomenclatura dos principais sítios referenciados no relatório” (Caria, *et all* [IPAD 7916], 1965, p.68)



9

[IPAD 7915], 1965,p. 35). Durante a missão Maria Emília Caria teve a oportunidade de constatar a necessidade da realização de alterações aos “ensaios parcelares”, preparados pela DSUH em Lisboa, relativos às zonas de “Monte Sossego, Fonte Filipe, Chã de Alecrim, etc.”, consideradas áreas “típicas de difícil adaptação”. É ainda referido no relatório desta missão o caso de uma aprovação destes “estudos parcelares de loteamento” pela Câmara, sem o conhecimento ou consentimento do “Grupo de Trabalho”, enquanto ainda ausentes das “condições mínimas para se poderem integrar numa estrutura urbana aceitável.” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 36). A aprovação deu-se por compatibilidade com a legislação então em vigor, a qual é no relatório proposta revogar e alterar.

Como oportunamente referido, em citação, o porto constituía um dos pontos centrais da urbanização na cidade, no entanto, as suas infraestruturas, de antigas, condicionavam a qualificação e continuidade da frente marginal. A este respeito Maria Emília Caria define como objectivos principais a criação de uma frente marítima, que sirva tanto as actividades económicas portuárias como as recreativas, e simultaneamente de um “centro” adjacente a esta – em terreno a libertar, pertencente à “firma Millers” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 37-38). Este eixo marginal é encarado como a espinha dorsal das futuras vias que irão estruturar e conetar todas as zonas da cidade entre si – é especificamente referido neste relatório a ligação à “Estação Rádio Naval, aos futuros aquartelamentos da Marinha” e às áreas agrícolas e de recreio periféricas - englobando os restantes aglomerados da Ilha de São Vicente – Salamanca e Baía das Gatas (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 39). A escassez de terrenos para

9 “Cidade do Mindelo: Esquema viário geral e de zonamento reconhecidos. bases dos estudos a desenvolver” (Caria, *et al* [IPAD 7916], 1965, p.69)

albergar indústria e armazenamento obrigou à sua localização, quando compatíveis, próximo de zonas habitacionais (imagem 9). Esta medida é adotada provisoriamente tendo em vista, num futuro próximo, a descentralização destas atividades industriais, situação apenas concretizável com a conclusão da “rede fundamental das estradas” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 40).

Relativamente aos problemas habitacionais anteriormente referidos, e dados os constrangimentos a uma renovação urbana total, sobretudo devido aos fracos recursos económicos desta ex-província ultramarina, Maria Emília Caria propõe o “congelamento” das áreas a classificar para renovação e a posterior aplicação dos planos urbanos após a sua aprovação. Tal ação pretendia impedir, por lei, qualquer transformação no tecido edificado (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 41). Os condicionamentos à pretendida renovação urbana obrigam à determinação, para o plano de urbanização, de “novos espaços de ocupação”. Estes pretendem-se sob a forma de “preenchimento de alguns espaços centrais, sem prejuízo de utilizações de interesse colectivo” e de “expansão para novas áreas, em continuidade (...) das existentes”. O espaço pertencente à Millers, ocupado com instalações carvoeiras, pretende-se transformado num destes espaços centrais “dotado de edifícios públicos e blocos de comércio e habitação colectiva”, devido à sua “posição junto da Avenida Marginal (imagem 8), intermédia dos espaços de interesse e animação actuais” – Praça Serpa Pinto (?) e Rua Roberto D. Silva (?) –, tornando-se numa área importante para a “vitalização da Cidade”. A arquiteta propõe que tais espaços sejam estudados “com o maior interesse, dentro das modernas

orientações sobre tal tipo de Centros” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 42). Dentro das novas áreas para as quais se pretende orientar a expansão da cidade, encontram-se a este o morro de Santo António e a norte Madeiralzinho e Chã de Alecrim, esta última em situação de segregação em relação à cidade devido à descontinuidade criada pela posição da então “Zona Militar” (imagem 8). A solução proposta para este problema baseia-se na criação de uma mancha residencial na zona militar destinada a oficiais, estabelecendo a continuidade com as áreas habitacionais da cidade. A descontinuidade criada pelo morro de Santo António é solucionada através do “aproveitamento em continuidade dos pequenos núcleos de povoamento existentes (Cruz João d’Évora e Ribeirinha) (...) possivelmente à base de lotes susceptíveis de utilização agrícola (auxílio económico complementar de subsistência).” As zonas de Monte Sossego e Chã do Cemitério eram à data zonas livres de construções, que se apresentavam como “um dos raros espaços onde é possível estabelecer um conjunto ordenado e de razoáveis dimensões” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965,p. 43).

No que diz respeito às “Zonas Verdes” existentes na cidade, associadas aos espaços de recreio e espaços desportivos, é pretendido neste programa de intenções para a Cidade do Mindelo, que estas sejam preservadas e de preferência desenvolvidas (imagem 9). Para contornar o problema da escassez de água, Maria Emília Caria propõe a assimilação dos leitos das linhas de água como “elemento característico do arranjo urbanístico”, transformando-as em corredores de vegetação “alimentada pela humidade do sub-leito”, solucionando assim o problema da “aridez do ambiente”

23. Não consta a referência à localização deste Centro Escolar nos anexos do relatório [Cota IPAD 7916, 1965].

e da erosão do solo (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965, p. 44).

O equipamento público necessário à cidade e o seu posicionamento foram igualmente alvo de estudo neste relatório, onde se determina, acerca deste ponto, a carência de escolas primárias bem como da “escassez de áreas convenientes para o efeito”. Este equipamento colectivo é considerado nesta análise “uma das bases dos núcleos de expansão” e definidor dos “elementos da sua estrutura, através das respectivas áreas de influência” nas zonas antigas a manter ou remodelar (imagem 9). Maria Emília Caria faz referência a um Centro Escolar, composto por Liceu e Escola Técnica, de localização desconhecida<sup>23</sup>, que à data se encontrava parcialmente construído mas com processo interrompido por razões financeiras, o que suscitou um movimento local a favor do abandono dos trabalhos, situação considerada lamentável pela arquiteta (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965, p. 44-45).

Durante a missão foram também analisadas as hipóteses para localização das “instalações receptora e emissora dos C.T.T.”, tendo sido evitadas as áreas pretendidas para a expansão urbana (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965, p. 46).

Num último ponto relativo a considerações finais acerca do Plano Director para a cidade do Mindelo, Maria Emília Caria declara este estudo geral como elemento orientador dos planos parcelares necessários à resolução dos “problemas crescentes das necessidades habitacionais” e faz um apelo para que estas necessidades não tornem a conduzir a “improvisações” comprometedoras do desenvolvimento da cidade. São ainda referidas as sugestões recebidas localmente pelo “Grupo de Trabalho” que este pretende considerar, a importância do plano de urbanização no desenvolvimento

estratégico da Ilha de São Vicente e a urgência relativamente ao abastecimento de água, sem o qual a “instalação de actividades interessando à elevação do nível económico da população” ficarão comprometidas e as “realizações urbanísticas e habitacionais” perderão significado (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965, p. 46 - 48).

No capítulo VII “Estudo sobre os problemas Habitacionais nas Cidades da Praia e do Mindelo”, são explicitados o programa, orientações seguidas e elementos recolhidos, relativos ao inquérito habitacional realizado durante a missão. A realização deste inquérito compreendeu as zonas da Ponta da Achada Grande, Paiol, Fazenda, Achadinha e Achadinha do Meio na cidade da Praia; Fernando Pó, Cabouco Vermelho, Monte Sossego, Monte Francês, Bela Vista, Ribeira Bote, Chã de Alecrim, Madeiralzinho e Cruz João d’Évora na cidade do Mindelo. Para além destas zonas, Maria Emília Caria e António Seabra tiveram oportunidade de fazer breves mas proveitosas visitas, para “uma melhor elucidação e interpretação do habitante e dos problemas habitacionais” (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965, p. 49), a São Domingos e Santa Catarina na Ilha de Santiago, São Pedro na Ilha de São Vicente e Porto Novo na Ilha de Santo Antão. Através do sistema de amostragem, os arquitetos recolheram informações relativas à habitação em articulação com o aglomerado, às “relações entre os moradores”, à relação entre o preço dos terrenos e a existência de logradouros e sobre a “influência do clima na distribuição das construções”. Segue-se uma secção destinada à habitação tradicional e aos tipos identificados pelos arquitetos, ilustrada com plantas dos mesmos, da autoria de António Seabra. Encontram-se posteriormente

discriminadas as observações relativas aos bairros visitados nas zonas anteriormente referidas, “influência do clima na concepção da habitação”, e informação acerca da construção destas habitações (Caria, *et al* [IPAD 7915], 1965, p. 51-64).

No capítulo VIII, relativo à “Urbanização da Praia da Baía das Gatas”, consta informação acerca do motivo da visita a esta área (o despacho de 21/6/1964 do Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino), os estudos já existentes – um esboço elaborado na DSUH, de 1958, e um estudo dos “Serviços Federativos de Urbanização e Obras de Barlavento” datado de 1963 – e os procedimentos do “Grupo de Trabalho” no local para a recolha de elementos destinados a auxiliar o novo estudo.

O capítulo IX “Elementos Urbanísticos sobre Porto Novo” e o capítulo X “Programa de Estudos a elaborar”, que encerra este relatório, não serão alvo de descrição neste trabalho, tanto por não se enquadrarem nos casos de estudo determinados como por parte destes constituírem elementos escritos onde são retomados e detalhados pontos correspondentes aos já descritos para as cidades da Praia e Mindelo e urbanização da praia da Baía das Gatas em estudo.



10



11

PRAIA

O trabalho de Maria Emília Caria para a cidade da Praia é sobretudo um trabalho de “reunificação” urbana. Para compreender o fenómeno que originou esta desunificação, e também os processos pelos quais este problema poderá ser resolvido, é necessário criar uma imagem da topografia particular da cidade e simultaneamente dos processos de aglomeração habitacional periférica, característica dos países em desenvolvimento. A cidade da Praia nasceu e entrou no seu processo de crescimento sobre um tipo de terreno composto por plataformas de formação geológica – Achadas – dispersas no território e elevadas acima do terreno circundante por flancos íngremes (imagens 10 e 11). Esta situação de óbvia limitação física e a afluência populacional à cidade, dentro do contexto dos êxodos rurais, transformaram

10 fotografia da autoria de Maria Emília Caria à Achada Principal, tirada do Cais de São Januário, onde procura mostrar os efeitos da erosão. “A população distribuiu-se por achadas de cotas diferentes e separadas por zonas de cota bastante baixa.” (Caria, *et al* [IPAD 7203], 1965).

11 fotografia da autoria de Maria Emília Caria à encosta sudoeste da Achada Grande. “No vale, na margem da Ribeira da Trindade, as árvores apresentam-se deformadas sob a acção intensa e constante dos ventos alíseos.” (Caria, *et al* [IPAD 7203], 1965).

24. cota IPAD 07898

a imagem daquele território. Maria Emília Caria depara-se com uma cidade polarizada tanto no aspeto físico como economicamente. As duas realidades, plataforma e terreno circundante - classe abastada e classe desfavorecida - não coabitam, causando um desequilíbrio urbano, diferença que a arquiteta irá procurar, através dos planos, minimizar.

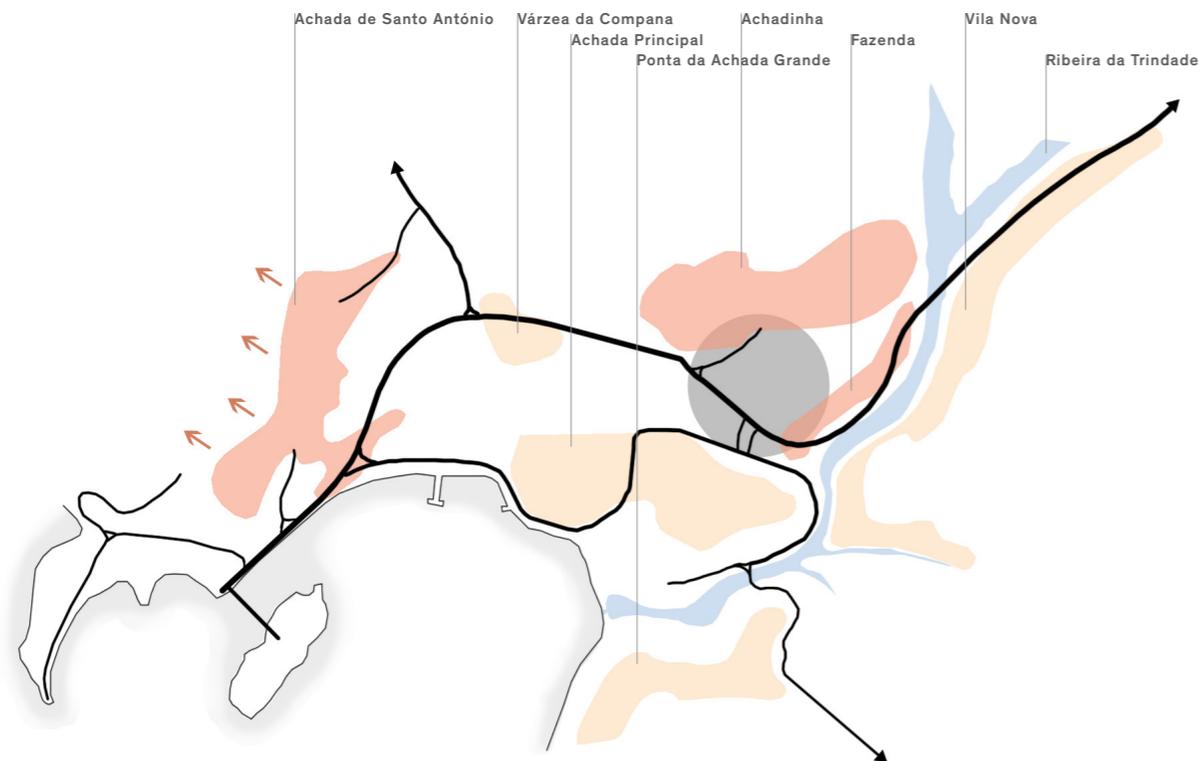
*URBANIZAÇÃO DA CIDADE DA PRAIA – CABO VERDE – PLANO DIRECTOR BÁSICO*<sup>24</sup>

Maria Emília Caria inicia o documento com a caracterização da cidade quanto à sua localização na Ilha, clima, população, evolução e condições do aumento populacional estimado empiricamente. Apesar de ser uma cidade portuária, a Praia não dispunha de um porto equipado para qualquer utilização, situação que “ a construção do porto prevista no actual Plano de Fomento” viria alterar. Segue-se uma caracterização da cidade e da sua organização por núcleos – principal e outros “destacados” (imagem 4). No “núcleo principal”, situado numa pequena plataforma - Achada Principal – e separado do terreno circundante por “escarpas” (imagem 10), situam-se os “edifícios públicos da administração provincial e local, os de carácter religioso e cultural e as habitações qualificadas.” As restantes achadas, situadas ao seu redor, são desordenadamente ocupadas por “grupos de habitações populares” em “condições muito deficientes de habitabilidade.” “A disposição geográfica gerou assim uma compartimentação física que é ao mesmo tempo uma compartimentação social.” (Caria, [IPAD 07898]

s.d.(a), p. 3).

O plano teria como principais finalidades a criação de “receptividade ao desenvolvimento populacional” e atividades da cidade, paralelamente ao desenvolvimento de outros núcleos da ilha, situação que reduziria o fluxo migratório para a cidade. O objetivo principal seria a integração dos núcleos populacionais da cidade da Praia num conjunto, aliado à distribuição de equipamento comum, elo dessa ligação. A reserva de áreas para “actividades ligadas ao desenvolvimento económico (indústrias, armazenamento, etc.)” e a criação de uma rede viária principal estruturante constituíam igualmente objetivos deste plano.

Na secção destinada à “Análise”, Maria Emília Caria faz uma listagem dos elementos caracterizadores, tanto da Ilha de Santiago como da cidade da Praia, que se encontram sob a forma de peças desenhadas (não constantes em nenhum dos processos consultados), eventualmente esclarecedores quanto à “evolução da cidade”, distribuição de “equipamento escolar”, “divisão administrativa, densidades e quantitativos populacionais”, síntese do “inquérito habitacional sobre as características de ocupação”, entre outros. De um destes elementos, a arquiteta pode verificar que apenas 27% da população abrangida pelo inquérito habitacional residia na Achada Principal (imagem 4), dado que corrobora as opções tomadas relativamente à futura expansão e reequilíbrio da cidade. Maria Emília Caria refere ainda que é para esta Achada que são atraídas todas as novas instalações e serviços e iniciativas de “habitação mais qualificada”, consequência das diferenças económico-sociais e do “facto de não existir um plano e uma política urbana que procure definir e criar



12

12 Cidade da Praia: localização do “novo centro” e futuras áreas de expansão.

- “novo centro”
- futuras áreas de expansão
- sentido da expansão

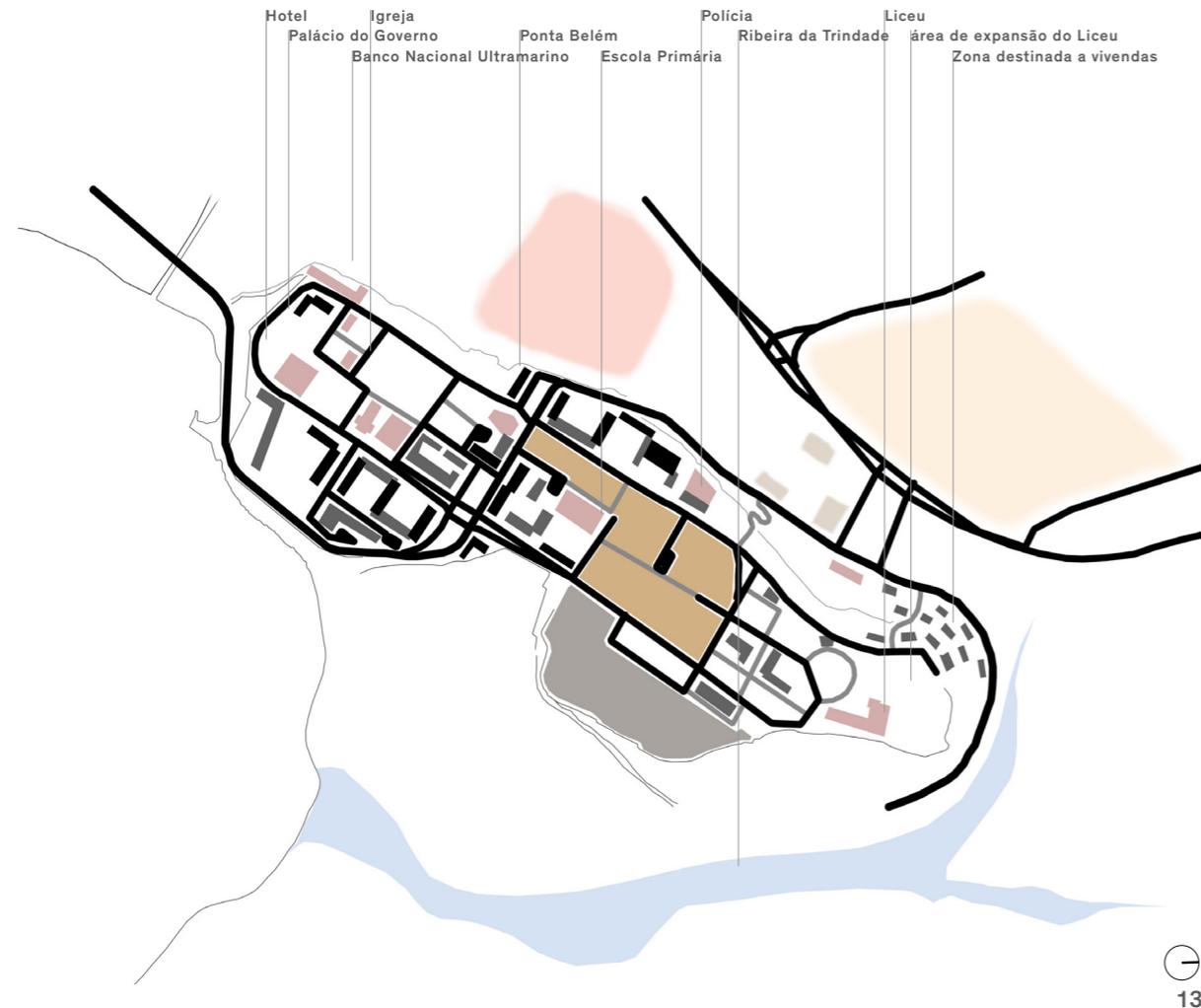
estruturas dirigidas ao conjunto da população e à sua integração.” (Caria, [IPAD 07898] s.d.(a), p. 6). Desta análise sobressai a necessidade de manter uma ocupação continuada na Achada Principal, comunicante com outros núcleos populacionais e a criação de “novas zonas de actividades” acessíveis a toda a população. Maria Emília Caria justifica aqui a opção pelo flanco noroeste da Achada Principal, para a ligação à cidade, com o argumento da viabilidade económica, da menor descontinuidade que este cria por se encontrar próximo dos núcleos populacionais da Fazenda e Achadinha e por coincidir com a “via de ligação do interior da Ilha às instalações portuárias de acostagem previstas” (Caria, [IPAD 07898] s.d.(a), p. 6-7) (imagem 12). Outro ponto focado no documento diz respeito às futuras áreas de expansão da cidade da Praia, para as quais são seleccionadas a Fazenda, Achadinha e Achada de Santo António “pelas suas posições e disponibilidades de espaço” (Caria, [IPAD 07898] s.d.(a), p. 7) (imagem 12).

Relativamente à “Concepção do Plano”, esta expressa-se através dos desenhos relativos ao “esquema base”, “rede viária principal” e “zonamento e equipamento” e apoia-se nos estudos para a “Via do interior da Ilha até às futuras instalações portuárias”, para o “Acesso Noroeste à Achada Principal”, para o “Acesso Sueste à Achada Principal”, para a “Avenida Marginal de ligação ao porto e Achada de Santo António”, para o “Novo centro na base da Achada Principal”, para a “Zona Escolar” – destinada a criar continuidade entre “os estabelecimentos do ensino liceal (existente) e técnico e do ciclo preparatório, (previstos)” (Caria, [IPAD 07898] s.d.(a), p. 9) na vizinhança do “novo centro” - e para a “Criação de uma zona industrial” – próxima da zona portuária.

**URBANIZAÇÃO DA CIDADE DA PRAIA – CABO VERDE – PLANO PARCIAL DA ACHADA PRINCIPAL E ÁREAS ADJACENTES (NOVA ZONA CENTRAL)<sup>25</sup>**

25. cota IPAD 07898

13 Planta da Achada Principal da cidade da Praia com marcação das novas áreas a criar e remodelar, vias e equipamentos públicos.



Neste plano, Maria Emília Caria desenvolve as orientações delineadas pelo Plano Director Básico da cidade da Praia no que respeita à ligação das vias interiores da ilha à nova zona portuária, aos acessos à Achada Principal, ao arranjo da “nova zona central” situada na base desta Achada e o estudo do aproveitamento da secção a noroeste, à definição do “complexo escolar” e da zona “desportiva e de recreio”.

A posição da “nova zona central” (imagem 12) iniciaria o processo desejado de unificação dos diversos núcleos populacionais dispersos em redor da Achada Principal, estabelecendo a continuidade entre os núcleos habitacionais da Achadinha e da Fazenda. O programa contemplaria zonas de blocos mistos de habitação e comércio, estação de camionagem – como recurso para ligação direta do interior da ilha ao centro da cidade –, quartel dos bombeiros e mercado (imagem 13) – próximo da Achada Principal, e com acesso em dois níveis. A partir deste centro criar-se-ia “uma zona de recreio e desportos, com a implantação do Estádio.”. A construção de um “órgão importante de interesse comum”, como um “Centro Cultural” ou “Centro Religioso” seria igualmente desejado para esta zona. Estava ainda previsto para a vizinhança deste centro o “início do complexo escolar, com a localização da Escola Técnica.”.

O acesso à Achada Principal far-se-ia por “prolongamento da artéria-eixo” da “Nova Zona Central” a terminar na zona de Ponta Belém. A continuidade pretendida

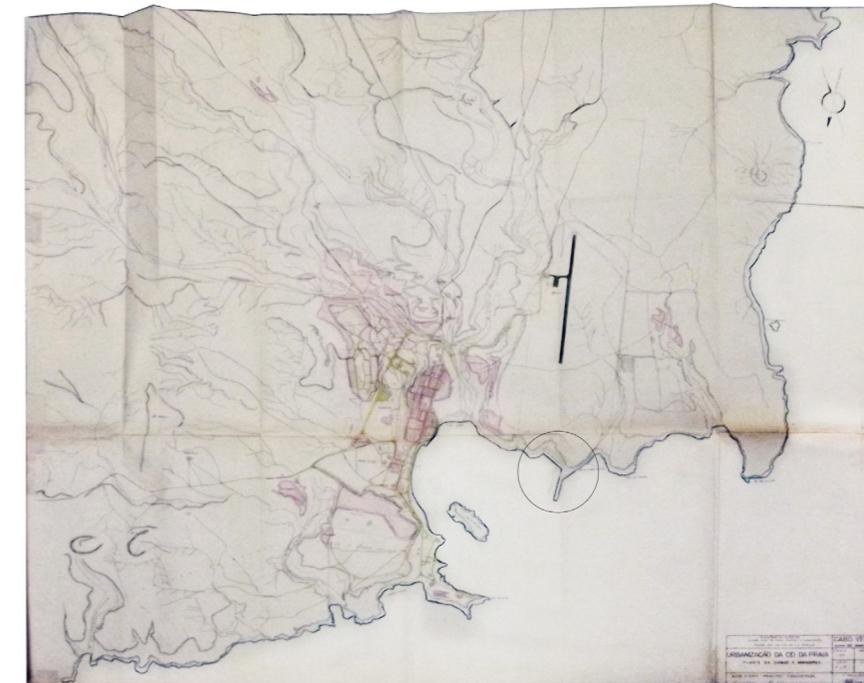
26. cota IPAD 7604

entre esta zona e a Achada Principal seria conseguida pela implantação de “blocos” que após um estudo mais detalhado poderiam “tomar expressão de ocupação mais intensiva”. As intenções para o “arruamento de travessia” previsto para a Achada Principal não são aqui descritas por serem tratadas com maior detalhe no *Plano de urbanização da Cidade da Praia - adaptação do plano parcial da Achada Principal e áreas adjacentes resultante da alteração da posição das instalações portuárias e rede viária necessária à renovação urbanística da Achada Principal*.

Outra intenção descrita neste plano, aquando da localização das futuras instalações portuárias no ilhéu de Santa Maria, seria a da criação de “uma zona de actividades mistas numa faixa de cerca de 400m [Avenida Marginal] que medeia entre a Achada Principal e a Achada de Santo António.” (Caria, [IPAD 07898] s.d.(b), p. 4).

*PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DA PRAIA - ADAPTAÇÃO DO PLANO PARCIAL DA ACHADA PRINCIPAL E ÁREAS ADJACENTES RESULTANTE DA ALTERAÇÃO DA POSIÇÃO DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS E REDE VIÁRIA NECESSÁRIA À RENOVAÇÃO URBANÍSTICA DA ACHADA PRINCIPAL* <sup>26</sup>

O plano Parcial da Achada Principal e áreas adjacentes é alvo de alterações em 1970, devido à modificação da localização das instalações portuárias da cidade da Praia. Estas instalações, inicialmente destinadas ao ilhéu de Santa Maria, com criação de um istmo para ligação à zona da Prainha constituindo o prolongamento da Avenida Marginal



14 “Urbanização da Cidade da Praia - Planta da cidade e arredores” (Caria, [IPAD 7604], 27/2/1970, desenho 1)

- Núcleos populacionais existentes
- Rede viária
- Aeroporto
- Porto - Ponta da Mulher Branca

14

(Avenida Combatentes Liberdade da Pátria) (Caria, [IPAD 7601], 26/05/1971, p. 3), transitam para a Ponta da Mulher Branca, próximo da Achada Principal (imagem 14). A proposta constante no “Plano Geral das Obras Portuárias da Cidade da Praia”, da autoria da firma “Construções Técnicas, Lda”, de 1967 que localizava o porto no ilhéu de Santa Maria, foi revogada por conveniência da sua transferência para a Ponta da Mulher Branca, por despacho de 21 de outubro de 1970 pelo Ministro do Ultramar, Joaquim Moreira da Silva Cunha (Caria, *et all.*, [IPAD 7693], 10/10/1974, p. 2-3).

Esta alteração e os condicionamentos que introduz na zona são alvo de estudo pela arquiteta Maria Emília Caria com

o intuito de estabelecer as devidas ligações viárias.

Na “revisão e adaptação do Plano Parcial da Achada Principal e áreas adjacentes” a principal rede viária de acesso a esta achada, considerada “indispensável à renovação urbanística da Achada Principal” (Caria, [IPAD 7604], 19/02/1970, p. 1), é criada com o intuito de “assegurar a continuidade urbana” e de facilitar o acesso ao “centro de serviços que se localizarão nos seus extremos” (Caria, [IPAD 7604], 19/02/1970, p. 1). Dividido em dois eixos, um sudeste e outro noroeste, o novo acesso requer alargamento de ruas – João Chapuzet e António Nunes – e demolições de construções existentes, incluindo o Mercado, “das quais cerca de 63% estão em mau estado” (imagem 15). De forma a tornar o processo de expropriações económico, Maria Emília Caria propõe à Câmara Municipal da cidade da Praia que esta tome as devidas providências legais que impossibilitem os proprietários de realizar obras de valorização nos terrenos afetados. Para além desta modificação introduzida nas vias de acesso à Achada Principal, consta igualmente do plano um arranjo das zonas contíguas à “Nova zona central” – as “áreas adjacentes” às quais o título do estudo se refere – que se estendem até à “base da Achadinha e sectores da Achada Principal que no Plano Parcial [da Achada Principal] ainda não tinham sido considerados.” (Caria, [IPAD 7604], 28/02/1970, p. 1).

As principais modificações no sistema viário permitem a ligação do então existente acesso ao aeroporto com a zona portuária, matadouro e a zona industrial pretendida para a Achada Grande, constituindo esta a via mais importante. Por ordem decrescente de importância, segue-se a via que

atravessa a zona central, estabelecendo a ligação entre a cidade e o interior da ilha, da qual “divergirão as vias de acesso e coesão dos vários núcleos habitacionais, quer existentes como a criar e a desenvolver.” (Caria, [IPAD 7604], 19/02/1970, p. 1). Para a zona industrial são estabelecidos pela arquiteta condicionamentos relativos “à proximidade de núcleos populacionais”. O programa, constituído por “equipamento e outras construções” (imagem 15), considera igualmente as construções existentes na Achada Principal, guardando no entanto uma ressalva para os casos dos setores que não apresentem condições para evoluir, que necessitarão de “ser profundamente remodelados” (Caria, [IPAD 7604], 28/02/1970, p. 2). Para a zona de moradias situada entre a Rua Dr. Manuel Arriaga e o Liceu (Liceu Domingos Ramos<sup>27</sup>) são destinadas “construções em altura”, correspondendo aos “desejos manifestados por entidades particulares e as da própria administração superior” (Caria, [IPAD 7604], 28/02/1970, p. 2). Na zona localizada entre a “Nova Zona Central” e a base da Achadinha – ocupada com habitação em blocos de moradias – situar-se-iam os equipamentos públicos: Igreja, localizada no topo do acesso à Achada principal; Centro Cultural, integrado num conjunto de blocos em frente da Igreja; Escola Primária e Infantil, lateral à Igreja; e um parque infantil integrado numa zona verde de espaço público junto da Igreja. Segue-se a classificação e posterior descrição das características formais do edificado, estabelecida no plano para as áreas de construção: comércio (C), ocupação mista (M) habitação em blocos, (Hb), habitação em moradias (Hm), instalações de interesse público (EP), espaços livres públicos (LP), áreas de remodelação dependentes de estudo

27. Projeto de Luís Tavares de Melo (Obras Públicas de Cabo Verde), anterior Liceu Adriano Moreira, 1956-1960 (Milheiro, s.d.(a), p. 19).

(AR), áreas a remodelar atendendo a emparcelamento (ARe), zona industrial condicionada (ZI1) e zona industrial transitória (ZI2) (Caria, [IPAD 7604], 28/02/1970) (imagem 15).

15 Área e construções abrangidas pelo plano parcial da Achada Principal e áreas adjacentes (Caria, [IPAD 7604], 28/02/1970, desenho 2).

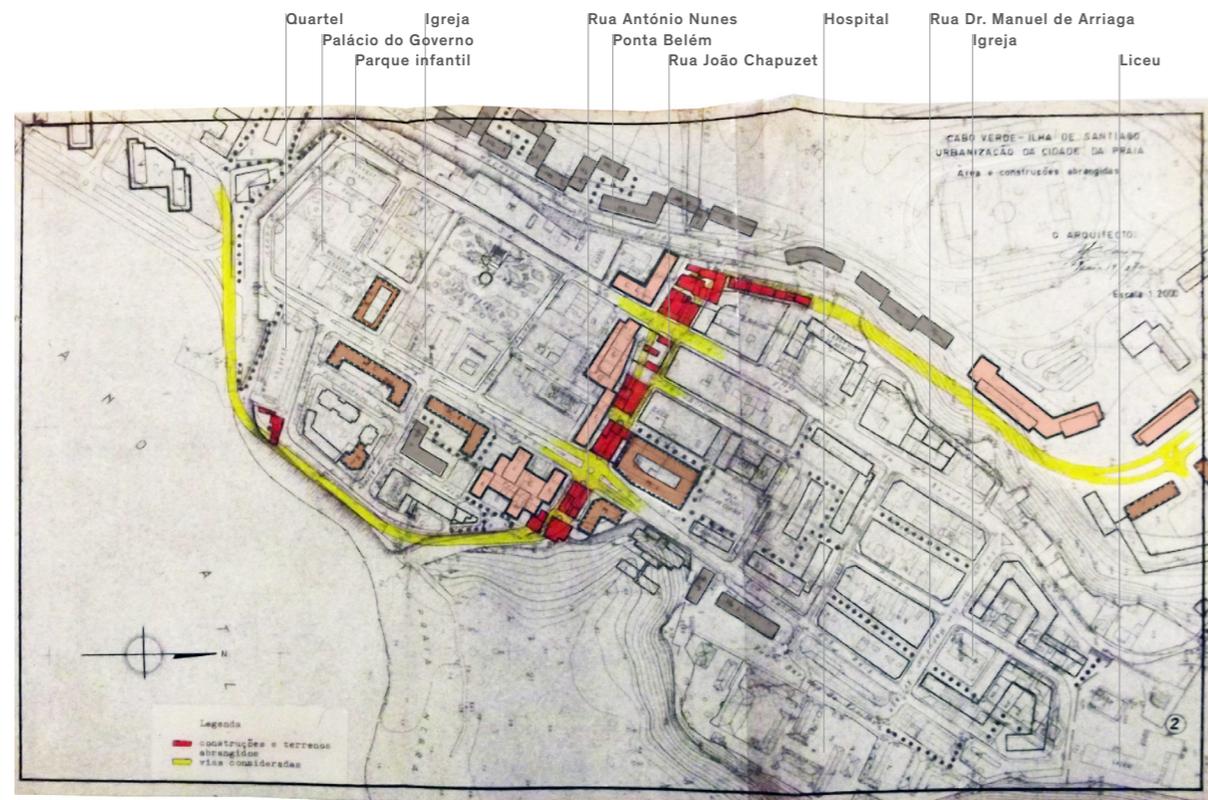
*PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA, ILHA DE SANTIAGO: PLANO PARCELAR DA ZONA DA PRAINHA*<sup>28</sup>

No seguimento da alteração do local destinado ao porto da cidade da Praia, do ilhéu de Santa Maria para a Ponta da Mulher Branca, é estudado o plano parcelar da zona da Prainha. Esta modificação permitiu que os terrenos situados na área da Prainha deixassem de estar vinculados a estruturas portuárias de apoio e pudessem ser alvo de estímulo ao seu potencial turístico. O loteamento existente, da autoria da Câmara Municipal da Praia, parcialmente ocupado, seria incluído neste estudo com o objetivo de o “enquadrar no Plano Geral da Cidade”. As áreas livres deste loteamento seriam igualmente ocupadas com “construções exclusivamente destinadas a moradias (...) isoladas unifamiliares ou bifamiliares de fogos sobrepostos.” (Caria, [IPAD 7605], 09/02/1970, p.2) até dois pisos (imagem 16). Neste documento constam igualmente os condicionamentos à ocupação – índices de ocupação máxima em relação à área do lote e percentagem máxima de ocupação ao nível do rés-do-chão.

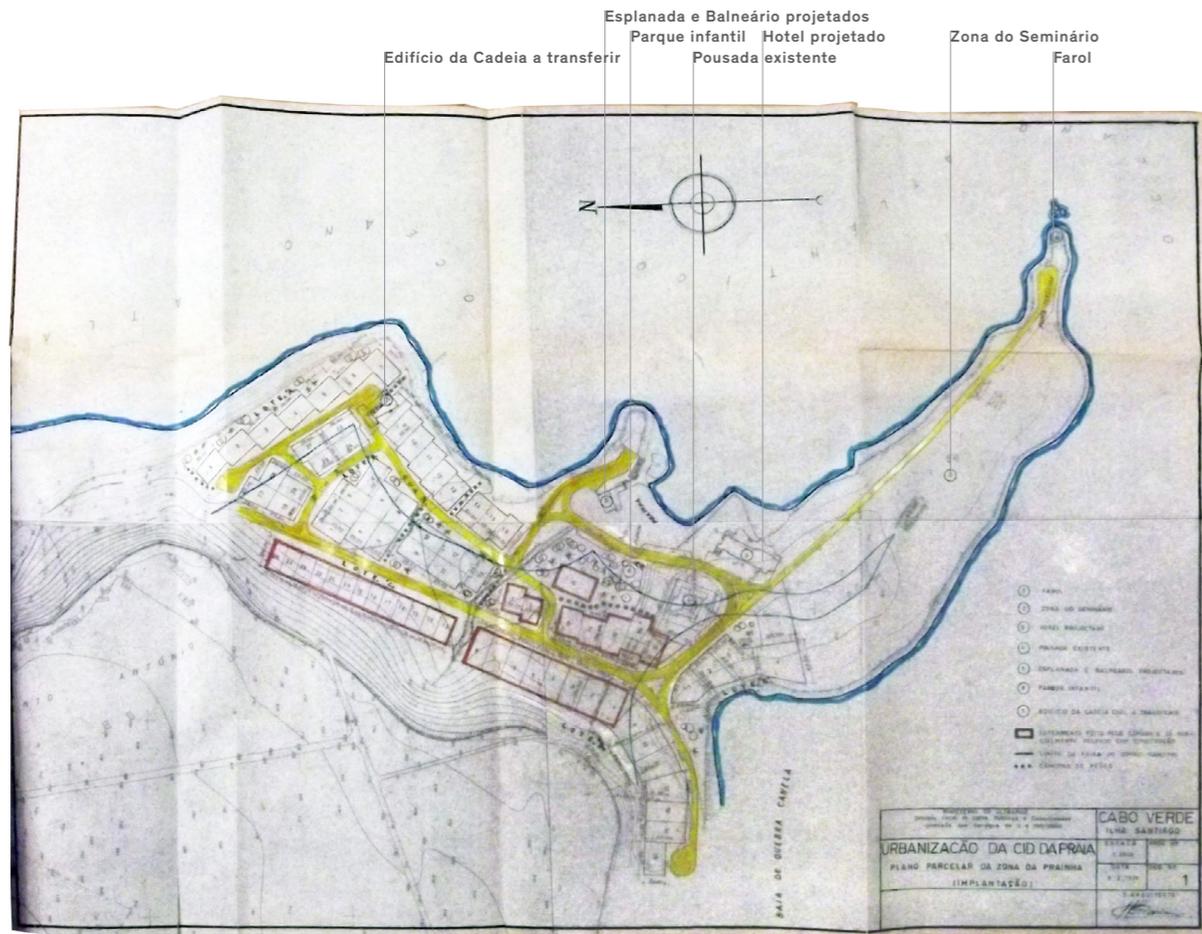
A encerrar, Maria Emília Caria apela à prioridade de execução dos arruamentos e das infraestruturas de águas, justificando com a facilidade de implantação e a correcção de desvios que a sua prévia concretização proporcionaria.

- Comércio
- Ocupação Mista
- Habitação em blocos
- “Vias consideradas”
- “Construções e terrenos abrangidos”
- Vias pedonais

28. cota IPAD 7605



15



16



17  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA, ILHA DE SANTIAGO: PLANO PARCELAR DA ACHADA DE SANTO ANTÓNIO<sup>29</sup>

A área denominada de Achada de Santo António constituía a maior área para expansão de que a cidade dispunha no início dos anos 70 (imagem 17). As pré-existências – ocupação parcial pela C.R.P Marconi e construções “na sua maior parte clandestinas e de implantação desordenada” (Caria, [IPAD 7601], 26/05/1971, p. 1) – e o interesse de privados em construir naquela zona foram os principais impulsionadores deste plano parcelar. Com o objetivo de “salvaguardar uma das melhores zonas da cidade (...) defendendo-a de uma ocupação caótica e sempre de difícil remodelação.” Maria Emília Caria desenvolveu um plano que procura criar “uma

16 “Urbanização da Cidade da Praia - Plano Parcelar da Zona da Prainha - implantação” (Caria, [IPAD 7605], 06/02/1970, desenho 1).

- “Loteamento feito pela Câmara e já parcialmente ocupado com construção”
- “Limite da faixa de domínio marítimo”
- Vias pedonais

29. cota IPAD 7601

17 “Urbanização da Cidade da Praia - Plano Parcelar da Achada de Santo António. Identificação da Achada de Santo António dentro do conjunto - implantação” (Caria, [IPAD 7601], 05/1971, desenho 1).

- Cais acostável a construir
- áreas de expansão
- ocupação existente
- Zona abrangida pelo estudo



continuidade urbana” (Caria, [IPAD 7601], 26/05/1971, p. 2) com as restantes áreas de aglomeração populacional da cidade da Praia. A vasta área disponível na Achada de Santo António adequa-se a um programa habitacional, sustentado por equipamento colectivo “correspondente ao quantitativo populacional em causa,” (Caria, [IPAD 7601], 26/05/1971, p. 2). As áreas de encosta são consideradas no plano como zonas de aproveitamento necessário à salvaguarda da continuidade urbana, que embora condicionada pela sua posição geográfica, é “completada pela ocupação da zona da Praínha e da zona de actividades previstas entre a Achada de Santo António e Achada Principal,” (Caria, [IPAD 7601], 26/05/1971, p. 2-3).

Da implementação do plano perspetivava-se que se tornasse, juntamente com as pré-existências, “um todo organizado e harmónico” (Caria, [IPAD 7601], 26/05/1971, p. 3) através de um processo de ocupação gradual, onde as áreas com bom enquadramento paisagístico e as zonas das praias de Quebra Canela e do Palmerejo Pequeno constituíam pontos de referência. Os acessos contemplados no plano incluíam uma ligação da Achada de Santo António a estas duas praias, a partir da qual se disfrutaria de “uma das mais bonitas panorâmicas da cidade”(Caria, [IPAD 7601], 26/05/1971, p. 3). Maria Emília Caria define no plano, através da malha criada pela rede viária, uma “zona central” destinada às estruturas de comércio e equipamento colectivo destacando o Mercado, a Igreja e o Cinema (imagem 18). É vontade da arquiteta, no que respeita à ação sobre as já referidas pré-existências, que esta se desenrole de forma progressiva, na qual é expectado, em primeiro lugar, que a área ocupada pela Marconi seja deslocalizada como consequência da expansão da cidade

18 “Urbanização da Cidade da Praia - Plano Parcelar da Achada de Santo António - Zonamento básico previsto” (Caria, [IPAD 7601], 05/1971, desenho 3).

- Zona de recreio (praia)
- Miradouro
- Hotel
- Unidade escolar de ensino primário
- Unidade escolar do ciclo preparatório
- Zona habitacional qualificada
- Zona habitacional mista (económica e qualificada)
- Zona central - Equipamento e comércio
- Zona de actividades (industriais ou artesanais e armazenagem)
- Zona a remodelar (ocupação existente)
- Instalações da Companhia Rádio Portuguesa Marconi

30. cota IPAD 7602

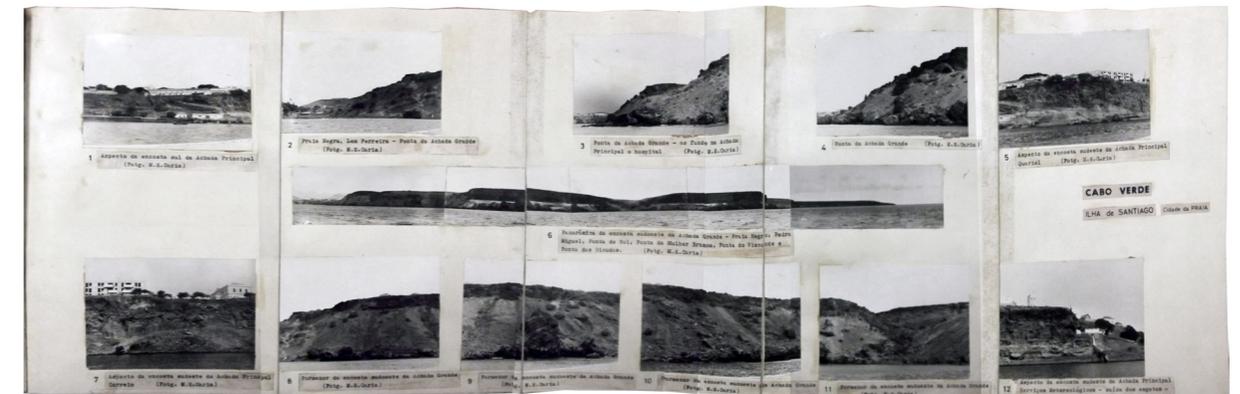
e, em segundo, que o edificado existente seja lentamente remodelado “de modo a integrar-se no conjunto.” (Caria, [IPAD 7601], 26/05/1971, p. 3) (imagem 18).

É determinado um total de 3250 fogos, – valor obtido através dos parâmetros estipulados pelo inquérito habitacional de 1960/1961 – que a arquiteta distribui por habitação individual e coletiva, dispondo a habitação que considera “mais qualificada” ao longo das encostas nascente, sul e na zona central, e as de “tipo económico” na zona poente, não descartando cruzamentos entre as duas categorias. No extremo da “zona que melhor panorâmica oferece a Nascente”, fica programada a localização de um Hotel e de um miradouro.

Para o equipamento escolar os números são determinados pelos “resultados do recenseamento escolar” que prevê “pelo menos cinco unidades escolares com doze salas de aula cada, na sua fase final, distribuídas pelas zonas habitacionais.” (Caria, [IPAD 7601], 26/05/1971, p. 4). É programado a longo prazo “uma unidade para o ciclo preparatório” e proposto para aquela zona a atribuição de uma área à já existente “Escola do Magistério Primário”. Na encosta orientada para a zona de Frouxa Chapéu, a poente, previa-se ainda áreas de atividades industriais e artesanais compatíveis com a proximidade habitacional.

*PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA, ILHA DE SANTIAGO:  
HIPÓTESE DE ACESSO AO PORTO<sup>30</sup>*

O planeamento para o acesso ao porto da Praia é



19

elaborado após a alteração da sua localização do ilhéu de Santa Maria para a Ponta da Mulher Branca ser consumada. O plano para o porto, que abrange a área litoral da Achada Grande (imagem 19), é condicionado a nascente pelo Aeroporto da cidade da Praia (Aeroporto Internacional da Praia) – à data com programa de ampliação previsto – e localizado numa encosta abrupta orientada a poente (imagem 14). Para esta área encontrava-se prevista uma zona industrial definida no plano diretor da cidade da Praia, então já aprovado. Esta zona previa-se funcionar de forma complementar com o porto, criando-se para este efeito uma estrutura viária que permitisse a sua ligação e simultaneamente a ligação do porto ao interior da ilha e ao aeroporto. Maria Emília Caria resume duas possibilidades de disposição da infraestrutura viária para atingir estes objectivos, das quais desenvolve adiante no documento, a segunda. Esta consistia numa ligação a partir da marginal ao topo da Achada Grande, com bifurcação das vias para as áreas a necessitar de servidão. A ligação ao aeroporto far-se-ia pela encosta de Lem Ferreira (imagem

19 Fotografias constantes no documento, da autoria de Maria Emília Caria. Encostas da Achada Principal e Achada Grande (Caria, [IPAD 7602], 15/02/1972).

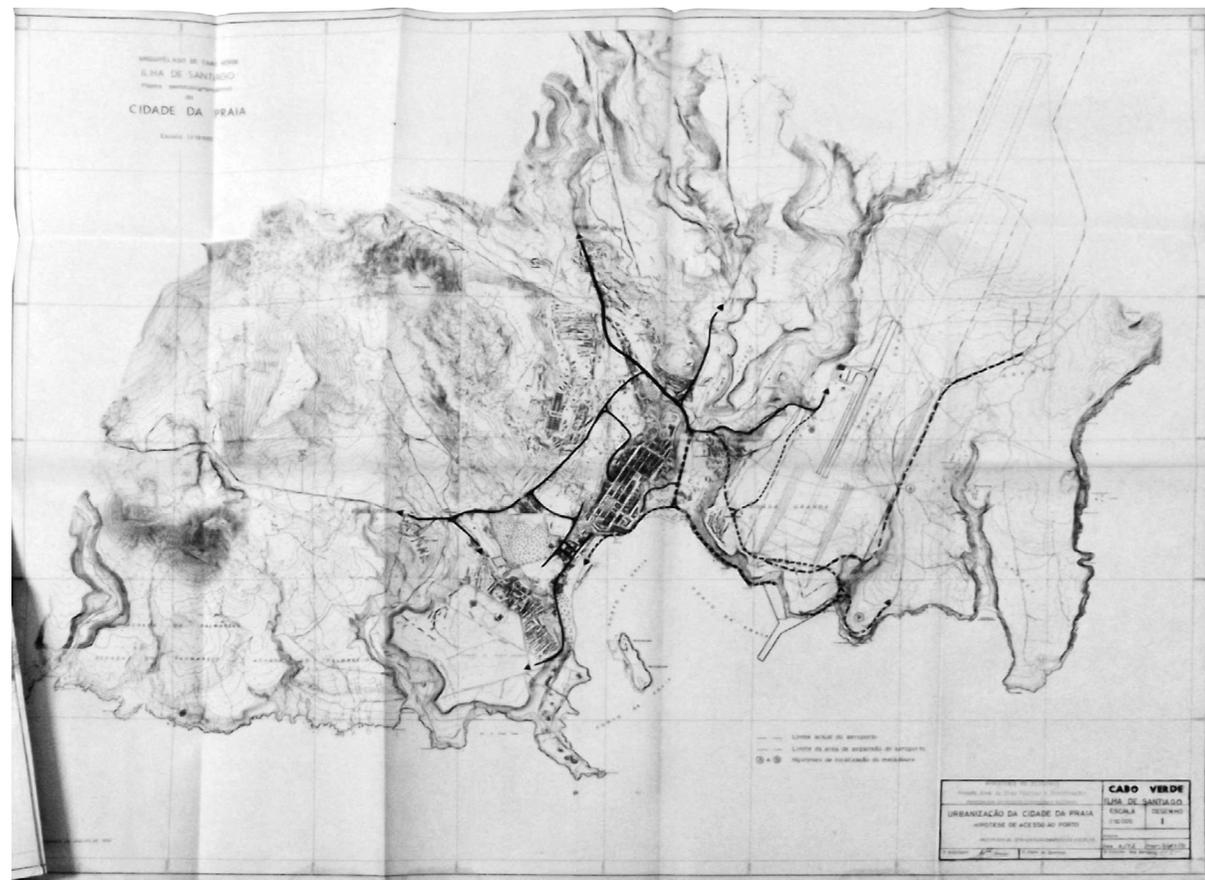
1. Aspeto da encosta sul da Achada Principal.
2. Praia Negra, Lem Ferreira - Ponta da Achada Grande.
3. Ponta da Achada Grande - ao fundo na Achada Principal o hospital.
4. Ponta da Achada Grande.
5. Aspeto da encosta sudeste da Achada Principal, Quartel.
6. Panorâmica da encosta sudoeste da Achada Grande - Praia Negra, Pedra iguel, Ponta do Sol, Ponta da Mulher Branca, Ponta do Visconde e Ponta das Bicudas.
7. Aspeto da encosta sudeste da Achada

20). Tanto a ampliação do aeroporto como a topografia da zona foram condicionantes para o estudo dos acessos. Do estudo elaborado por Maria Emília Caria, fazem também parte a localização de um “Matadouro-Frigorífico” e uma “estação de tratamento de esgotos”. A arquiteta encerra o documento solicitando a análise dos assuntos expostos pelo engenheiro Colunas Ferreira na sua missão a Cabo Verde.

Principal, Correio.  
8. - 11. Pormenor da encosta sudoeste da Achada Grande.  
12. Aspeto da encosta sudeste da Achada principal, Serviços Meteorológicos - saída dos esgotos - ao fundo o hospital.

20. “Urbanização da Cidade da praia - Hipótese de acesso ao porto” (CAria [IPAD 7603], 02/1972, desenho 1)

- Limite atual do aeroporto
- Limite da área de expansão do aeroporto
- Ⓐ Ⓑ Hipoteses de localização do matadouro



20

31. cota IPAD 7631

**MISSÃO A CABO VERDE, 1969**

*COMISSÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DO ARQUITECTO DA DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS DE URBANISMO E HABITAÇÃO MARIA EMÍLIA CARIA NA PROVÍNCIA DE CABO VERDE*<sup>31</sup>

Maria Emília Caria, encarregue dos planos de urbanização de Praia e Mindelo, deslocou-se a Cabo Verde, entre 24 de abril de 1969 e 27 de março do ano seguinte, acompanhada do desenhador Mário Fernando Dias de Deus. O programa da missão consistia numa apresentação dos planos das duas cidades às autoridades interessadas e posterior apreciação e discussão das soluções encontradas e possíveis ajustamentos, recolha de elementos de estudo para as fases de trabalho seguintes, resolução dos problemas locais de urbanização e o reconhecimento de outras povoações para “selecção de áreas a restituir” (Caria, [IPAD 7631], 17/11/1969, p. 1).

Durante as deslocações entre a ilha de São Vicente e Santo Antão, à data da elaboração deste relatório, Maria Emília Caria tinha já apresentado o plano diretor da cidade da Praia às autoridades interessadas e discutido os acessos à Achada Principal e à Achada de Santo António e o seu acesso à praia de Quebra Canela, elaborado o estudo de localização para um monumento comemorativo do centenário do nascimento de Vasco da Gama, estudado os condicionamentos da localização da zona portuária na Ponta da Mulher Branca, entre outros.

Na cidade do Mindelo, a arquiteta deparou-se inicialmente com uma série de entraves e demoras para obter parecer sobre os planos parcelares apresentados referentes

às zonas consideradas no plano diretor, por uma comissão nomeada pela Câmara Municipal de São Vicente, situação à qual se seguiu a orientação de trabalhos topográficos para as áreas a remodelar, o reconhecimento de zonas da cidade destinado a atualizar os levantamentos e apreciação de processos relacionados com a ocupação do solo apresentados à Câmara. Os trabalhos realizados incluíram igualmente o “Estudo de Chã do Alecrim”, o “Estudo Parcial da Cruz João de Évora”, o “Estudo completo da área entre a Avenida Fontoura da Costa (?) e Rua Roberto Duarte Silva (?)”, a “Remodelação do estudo da zona do Madeiralzinho e Fonte Cutu” de adaptação de um estudo dos SUH (Serviços de Urbanismo e Habitação) a um loteamento estudado pela Câmara, a “Remodelação das Chãs de Monte Socego e do Cemitério” na qual foi feito um novo arranjo que libertasse área em redor da zona escolar (“Liceu e Escola Técnica”). Foi igualmente realizado o “Estudo completo da zona compreendida entre a Avenida da República (Avenida Marginal), Ruas Duarte Silva (?), Dr. Nunes de Oliveira (Avenida Fernando Ferreira Fortes), Governador Barreiros (Rua de Coco), Ruas da Moeda e Eduardo Balsemão” em que se considerou a alteração da localização do Palácio da Justiça, a existência de um edifício de quatro pisos na Rua dos Descobrimientos (?) e a supressão da Rua da Luz. Os levantamentos realizados incidiram sobre as zonas da “Avenida Marginal”, Alto do Mira Mar, Ribeirinha e João Cruz d’Évora, “Alto Celerina – Fonte Conego – Fonte Filipe – Monte Socego”, “Monte – Bela Vista e Ribeira Bote” e sobre o acesso ao Morro do Fortim.

Maria Emília Caria estabeleceu contacto com várias entidades, como os serviços da Marinha e a “S.F.O.M.” relativamente a ajustamentos do limite da zona militar,

cuja presença na cidade implicaria o seu envolvimento e fornecimento de dados para a elaboração do “Plano de Urbanização”.

A “montagem da cobertura aérea da cidade” e a existência de uma maquete, da qual se desconhece a origem e os autores, permitiram o estudo de zonas não abrangidas pelas plantas que a arquiteta dispunha no local. Dentro dos trabalhos realizados encontram-se ainda o “Estudo do arranjo do terraplano do porto de S. Vicente”, a “instalação da Sub-estação da Shell na Zona portuária”, a consideração, dentro do “arranjo urbanístico da Zona industrial”, do “pedido de concessão e venda de terrenos feito pela Congel”, o estudo da localização do “Palácio da Justiça”, a localização do “Cineteatro” e dos “blocos de habitações para funcionários”, e a “Apreciação de projectos relacionados com a ocupação do solo apresentados à Câmara”, solicitada pelo presidente da Câmara e durante a qual a arquiteta pode constatar a “forma caótica como a construção se tem vindo a processar.”(Caria, [IPAD 7631], 17/11/1969, p. 7).

Durante a missão, Maria Emília Caria deu ainda continuidade ao estudo para o “arranjo Urbanístico da Baía das Gatas”, processo iniciado pelos “Serviços Federativos de Urbanização e Obras de Barlavento” em 1963 (Caria, [IPAD 8218], 21/2/1972, p. 1), e atendeu ao pedido do arquiteto Luís Benavente, procedendo à “recolha de elementos sobre a Igreja de Nossa Senhora da Luz e Fortim de El Rei com vista ao estudo da sua restauração”. Na ilha de Santo Antão a arquiteta recolheu elementos para os estudos de urbanização das vilas Maria Pia, Ribeira Grande, das Pombas (Caria, *et all*, [IPAD 7224], 1969) e Porto Novo.

## MINDELO

Na descrição do *Relatório da Missão do Grupo de Trabalho Urbanismo e Habitação na Província de Cabo Verde* (Caria, *et all* [IPAD 7915], 1965), constata-se que a cidade do Mindelo padecia de um problema de escassez de terreno livre, encontrando-se densamente e desordenadamente ocupada. Cercada por oceano e terra, as possibilidades de expansão da cidade eram parcas e uma grande área correspondia a terrenos de ocupação irregular e desprovidos de infraestruturas habitacionais adequadas. Maria Emília Caria, apesar de partidária do processo de renovação urbana - constantemente adiado dada a escassez económica da população e da ilha de São Vicente - procura reordenar este caos, criando planos de atuação sobretudo para as áreas mais desfavorecidas da cidade.

O trabalho da arquiteta para o Mindelo é constituído por uma série de planos parcelares para as zonas periféricas da cidade. Considerava estas zonas de ocupação clandestina e desordenada como “áreas a renovar”, nas quais a população, com fraca capacidade económica, tinha o direito às “condições mínimas de habitabilidade” (Caria, [IPAD 7915], 2/1965), (Caria, [IPAD 7922], s.d.). É sobretudo no quadro destes constrangimentos que a arquiteta vai elaborar os planos para a cidade do Mindelo, então sede de Distrito (Caria, [IPAD 7216], 28/5/1973).

Nos seus relatórios, a arquiteta faz referência a dois planos parciais para o Mindelo: *Plano Parcial da Zona Norte* (Caria, [IPAD 7912], 21/10/1970) e *Plano Parcial da Zona Sul* (Caria, [IPAD 7578], 12-13/11/1969), não existindo em arquivo

32. cota IPAD 7578

nenhum documento que para estes diretamente remeta. Desta forma, pode-se apenas supor que estes dois planos parciais estivessem ainda em fase de estudo e a aguardar a consolidação dos vários planos parcelares que os iriam compor. Tendo em conta estas considerações, a descrição que se segue será dividida nas secções Zona Sul e Zona Norte, nas quais estarão incluídos os respetivos planos parcelares. Toma-se esta liberdade, com o intuito de reorganizar e auxiliar a compreensão da tentativa de reordenação urbana de Maria Emília Caria.

#### ZONA SUL

*PROJECTO DE URBANIZAÇÃO DO MINDELO: ESTUDO DE UMA PARCELA DA ZONA SUL COMPREENDIDA ENTRE A AVENIDA DA REPÚBLICA (AVENIDA MARGINAL), RUAS ROBERTO DUARTE SILVA (?), DOUTOR NUNES DE OLIVEIRA (AVENIDA FERNANDO FERREIRA FORTES), GOVERNADOR BARREIROS (RUA DE COCO), DA MOEDA E EDUARDO BALSEMÃO*<sup>32</sup>

Neste estudo, Maria Emília Caria faz uma divisão da área situada dentro dos limites da cidade antiga (imagem 21) em duas zonas. A zona A que se destina a remodelação e a zona B como objecto do estudo (imagem 22). Segue-se uma caracterização de cada zona e das respetivas opções tomadas e sua justificação.

A zona A, caracterizada pela existência de lotes de pouca profundidade e área reduzida, pela abundância de comércio, que constitui cerca de dois terços da ocupação da



21 Localização do estudo na cidade do Mindelo (Caria, [IPAD 7916], 1965).

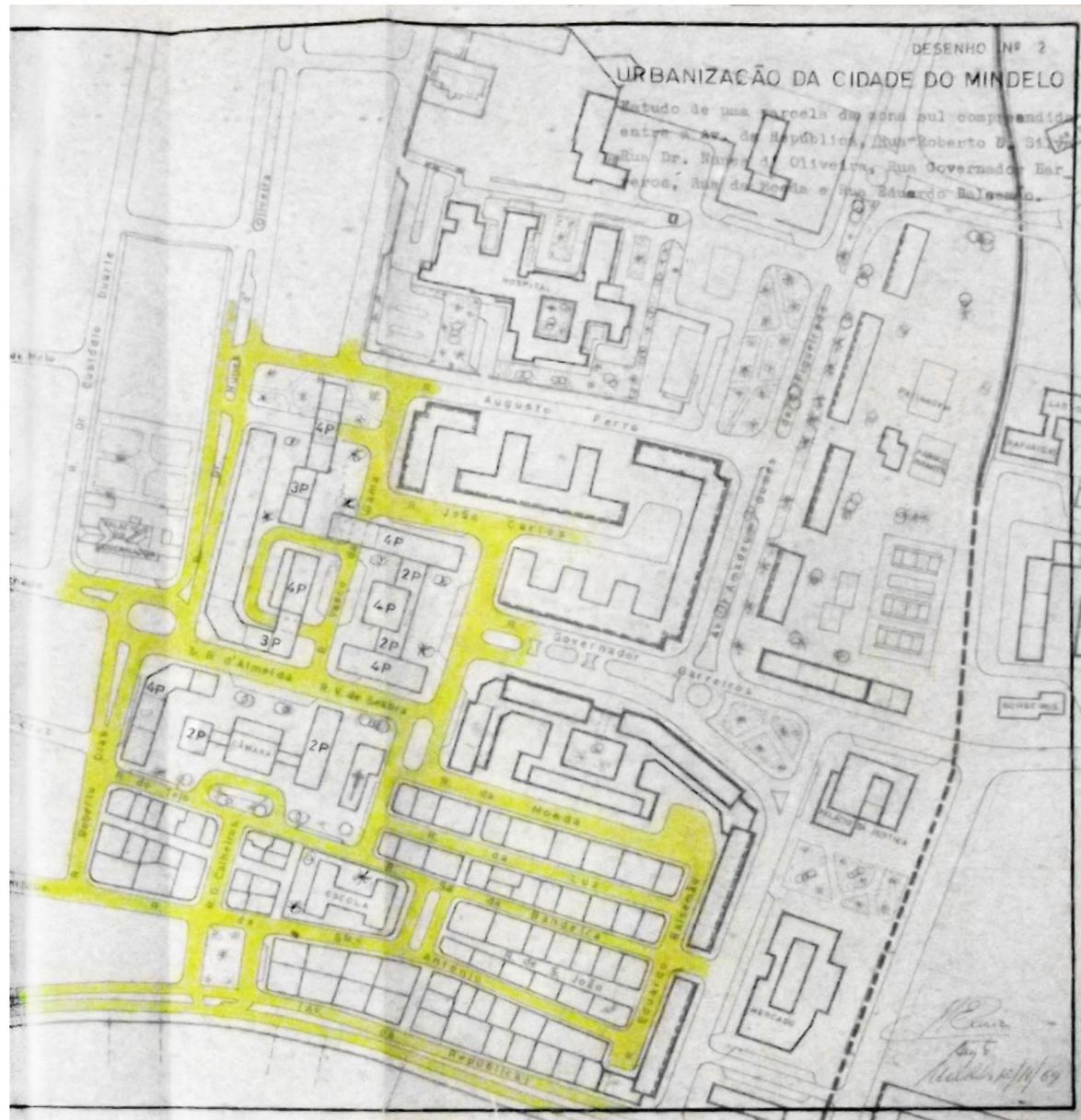
zona, bem como o seu ambiente característico, impossibilitam o agrupamento dos quarteirões e eliminação de parte dos arruamentos, opção considerada pela arquiteta a mais adequada, mas também a mais dispendiosa. A solução que adota passa por manter os quarteirões e tornar a Rua de São João, a Travessa da Igreja (?) e parte da Travessa da Praia (?) exclusivamente pedonais, propõe a renovação das construções e uma uniformização das larguras dos passeios na Avenida da República (Avenida Marginal) e Rua de Santo António e faz referência a uma pequena praça já prevista no plano director que existiria com o intuito de “facilitar o trânsito nas Ruas de Santo António e Sá da Bandeira” (Rua de Mozambique) (imagem 23). Relativamente às ruas de Santo António e Avenida da República (Avenida Marginal), Maria Emília Caria



propõe a remodelação das edificações deste quarteirão com o objetivo de uniformizar a dimensão da rua e dos passeios, opção que implica operações de reparcelamento, alvo de explicitação no documento original, baseadas em regras de dimensionamento dos lotes e das diversas variantes que estes podem tomar. Nesta secção estabelece a obrigação de respeitar o artigo referente à “ventilação e iluminação” e o respeitante a “logradouros particulares, saguões e corredores de iluminação” do RGCUCV. (Regulamento Geral das Construções Urbanas de Cabo Verde) e define igualmente o número de pisos máximo que os edifícios podem atingir. No estudo, Maria Emília Caria propõe também a reserva, para a expansão da zona escolar já existente, “dando assim cumprimento a parte do plano escolar (implantação de escolas)”, da área compreendida entre as Travessas da Igreja (?) e da Praia (?) e as Ruas de Santo António e Sá da Bandeira (Rua de Mozambique) (Caria, [IPAD 7578], 12/11/1969, p. 1-2) (imagem 23).

A zona B, caracterizada como central pela presença dos principais órgãos administrativos e urbanos como o Palácio do Governador, o Mercado e a Câmara, é vista como zona igualmente a remodelar dada a precaridade das instalações em que estes serviços estão alojados. Com o intuito de não tornar a intervenção demasiado onerosa, e dada a necessidade de implantação do Palácio da Justiça no local, é proposta a concentração destes organismos administrativos num reduzido número de edifícios de caráter representativo. Da proposta faz parte também uma expansão do já existente edifício da Câmara. Para estes novos volumes a arquiteta remete os organismos que coexistem com este e dele

22 Zonas em estudo (Caria, [IPAD 7578], 12/11/1969, desenho 1).



23

dependem, dando os exemplos da biblioteca, serviços técnicos e administrativos. Maria Emília Caria propõe ainda que o quarteirão a poente deste, situado entre a rua Governador Barreiros (Rua de Coco) e a Rua Vasco da Gama (Rua William du Bois) se destine aos “organismos oficiais: Serviços Administrativos, Regedoria, Fazenda, Obras Públicas, Arquivo Histórico, Instrução, etc.”. Da proposta para esta zona faz também parte a redução do número de arruamentos para que os lotes possam ter a área suficiente que permita a sua evolução. Há uma preocupação em manter as praças já existentes, consideradas zonas verdes e proporcionar, com as volumetrias propostas, novas zonas verdes no interior dos quarteirões (Caria, [IPAD 7578], 12/11/1969, p. 2-3) (imagem 23).

22 Poposta de remodelação com indicação do número de pisos e dos equipamentos públicos (Caria, [IPAD 7578], 12/11/1969, desenho 2).

#### ZONA NORTE

*URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO MINDELO: PLANO PARCELAR DA CRUZ JOÃO D'ÉVORA*<sup>33</sup>

33. cota IPAD 7376

Maria Emília Caria define este plano como um estudo de readaptação de uma zona periférica da cidade (imagem 24), a qual destina somente a habitação, dada a sua dimensão reduzida, localização e circunstâncias não possibilitarem a instalação de serviços centrais. Faz referência a um estudo anterior, elaborado pelo arquiteto Branco Ló, enquanto funcionário da Câmara, que a arquiteta considera “francamente defeituoso” e ao qual corresponde o loteamento existente à data. De entre as razões justificativas para esta apreciação

negativa, destaca-se a “inadaptação ao terreno” e o mero lançamento de trilhos na maioria dos arruamentos previstos. Alerta desta forma para a necessidade da criação de um plano “embora sujeito a todas as limitações criadas pelos defeitos do estudo anterior e pelas deficientes implantações” (Caria [IPAD 7376], 10/08/1970, p. 3), que desta forma apenas poderá minimizar algumas incorreções. Segue-se a enumeração das finalidades do novo plano e a sua posterior especificação: malha de arruamentos, utilizável por veículos, com larguras variáveis consoante a disponibilidade do terreno e arruamentos exclusivamente pedonais nos quais, onde haja necessidade se procederá à colocação de um troço de escada; relativamente ao loteamento, procura-se manter as construções existentes, com indicação, para algumas, de possibilidades de evolução e ajustamento a nova divisão de lotes. A zona, pelo *Regulamento* definido no documento, destinar-se-ia apenas a habitação em modalidade de moradia, que Maria Emília Caria estipula como sendo “em banda contínua, unifamiliares ou então bi-familiares de fogos sobrepostos” (Caria [IPAD 7376], 10/08/1970, p. 4), e comércio, cujas respetivas especificações são então discriminadas nas seguintes categorias: número de pisos, dimensão do pé direito de cada habitação e atribuição de função exclusiva. A estes dados seguem discriminadas as características da ocupação – área mínima do lote, índice de ocupação, percentagem máxima de ocupação, entre outras – e é feita uma salvaguarda a exceções quanto à existência de logradouro nos casos de inclinações no terreno superiores a trinta por cento (Caria [IPAD 7376], 10/08/1970, p. 5).

O documento não é acompanhado de desenhos.



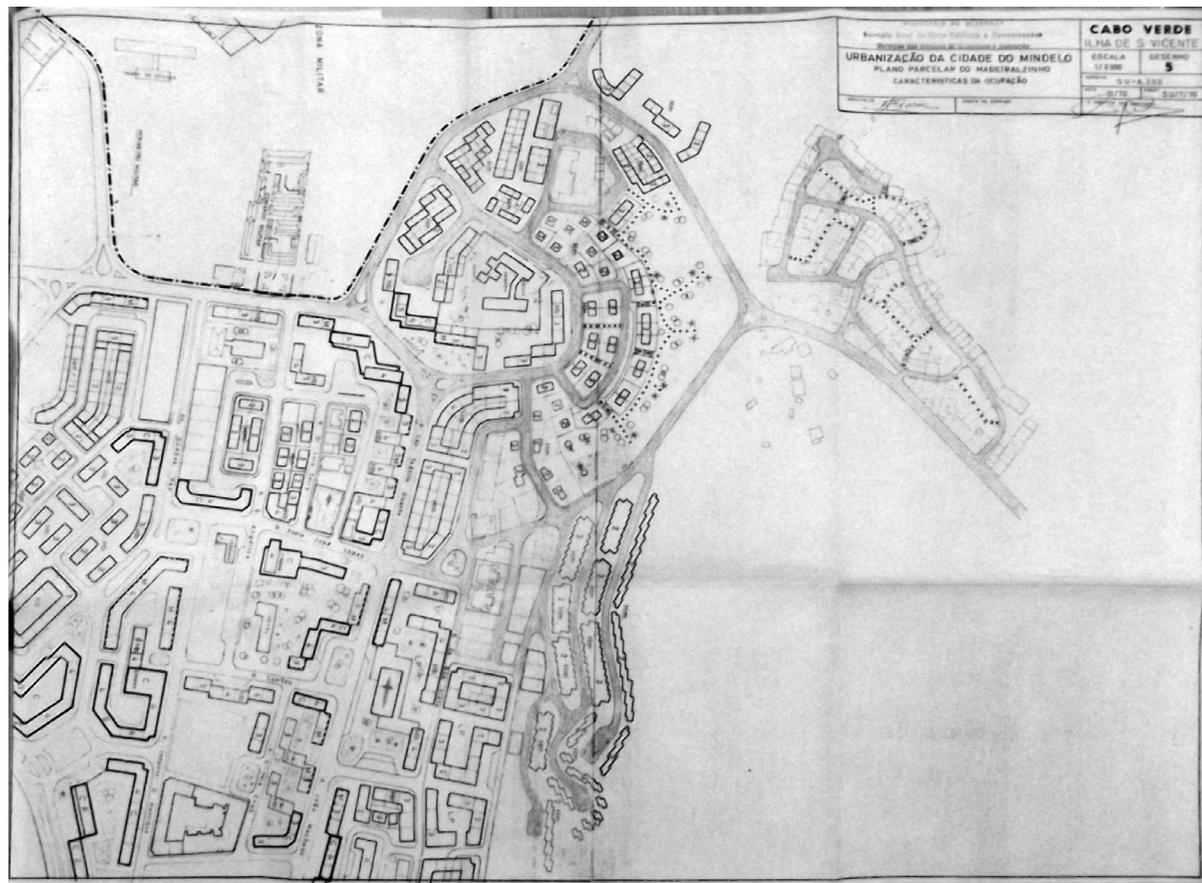
24 Localização do estudo na cidade do Mindelo (Caria, [IPAD 7916], 1965).

*URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO MINDELO: PLANO PARCELAR DE CHÃ DE ALECRIM. PLANO PARCELAR DO MADEIRALZINHO*<sup>34</sup>

34. cota IPAD 7912

No documento de que se dispõe não existe uma memória descritiva do plano parcelar do Madeiralzinho, encontra-se apenas um esclarecimento dado por Maria Emília Caria às solicitações de reparo emitidas num parecer da Comissão responsável pela aprovação dos planos da Câmara de São Vicente. Desta forma o documento que a seguir se descreve retrata a parte das intenções deste plano que foram alvo de revisão e justificação pela arquiteta.

O arranjo previsto para a zona do Madeiralzinho



25



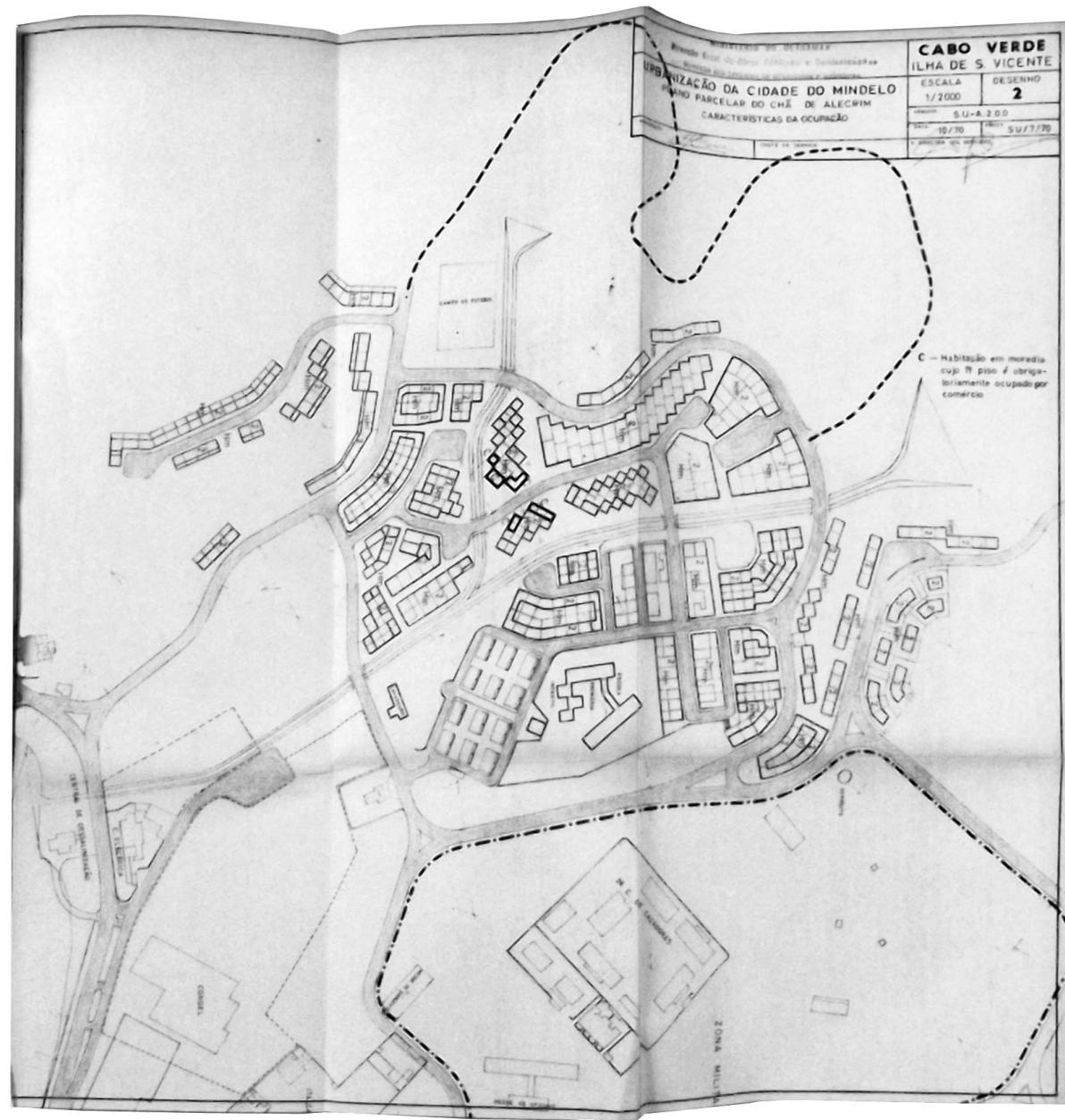
26

25 “Urbanização da Cidade do Mindelo - Plano Parcelar do Madeiralzinho - Características da ocupação” (Caria, [IPAD 7912], 1970, desenho 5).

26 Localização dos estudos na cidade do Mindelo. Madeiralzinho a noroeste e Chã de Alecrim a norte (Caria, [IPAD 7916], 1965).

(imagem 25) foi revisto e adaptado por Maria Emília Caria durante a sua missão naquela província, onde redefiniu o limite da zona militar por forma a englobar nela uma antena que se situava fora, e relativamente à zona de Chã de Alecrim apenas foi considerado o esquema da rede viária (imagem 27). As reservas da referida Comissão, relativamente a estes dois planos, sustentam-se na impossibilidade de ocupação de certos lotes localizados no leito de ribeiras sem antes se realizarem as devidas correções no terreno, trabalhos que consideram “muito caros e morosos”, e na dimensão de certos lotes, que consideram “exagerada” e desadequada à configuração topográfica da zona (Caria, [IPAD 7912], 21/10/1970, p. 2).

Segue-se a justificação das opções tomadas e a



27

refutação dos argumentos da Comissão por parte de Maria Emília Caria, que sustenta a necessidade de “adaptação e correcção dos terrenos de difícil topografia” nas limitações geográficas impostas pelo relevo à expansão da cidade e sugere “o abandono de processos simplistas, aparentemente económicos (...) mas na realidade antieconómicos e mesmo prejudiciais.” (Caria, [IPAD 7912], 21/10/1970, p. 3). A zona considerada pela Comissão como tendo lotes de área excessiva encontrava-se na vizinhança de “habitação mais qualificada”, segundo esclarece Maria Emília Caria. Esta é no entanto revista e corrigida, sendo acrescentado um novo arruamento para permitir o acesso direto a estes lotes, que passam a ter menor área. Maria Emília Caria encerra o documento com considerações acerca do lançamento das infraestruturas de urbanização – arruamentos e outros –, referindo a sua concretização, “ainda que por forma elementar em fase inicial”, como meio de eliminar os obstáculos levantados (Caria, [IPAD 7912], 21/10/1970, p. 4).

27 “Urbanização da Cidade do Mindelo - Plano Parcelar de Chão de Alecrim - Características da ocupação” (Caria, [IPAD 7912], 1970, desenho 2).

*PLANO PARCIAL DA ZONA DA RIBEIRINHA DA CIDADE DO MINDELO*<sup>35</sup>

35. cota IPAD 7913

Por se tratar de um plano parcial, a descrição deste plano não se insere na zona sul e norte, das quais apenas constam planos parcelares.

Maria Emília Caria introduz o documento com o esclarecimento da situação da zona em estudo, a localização em relação à cidade e as suas limitações físicas (imagem 28). Constituem determinantes do estudo a necessidade de



28

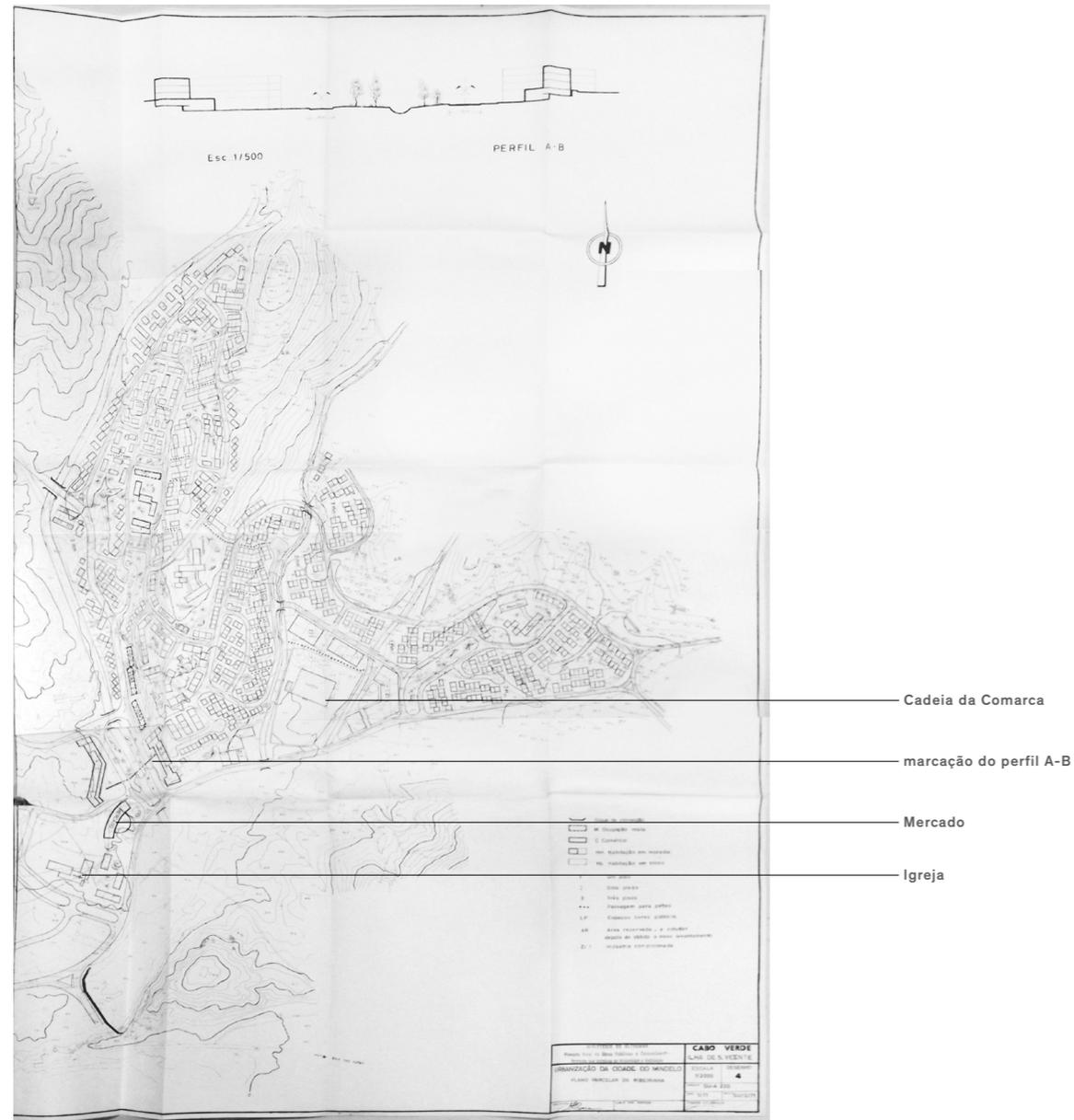
antecipação do plano de urbanização, devido à preferência de privados e da população por aquela zona (elevado número de construções clandestinas), a definição de escalões aceitáveis de aproveitamento de terreno por parte dos estudos gerais e a consequente inclusão da zona da Ribeirinha nos limites do novo levantamento e, por fim, o direcionamento das iniciativas na construção para as áreas livres.

Enquanto os condicionamentos externos como a geomorfologia e clima estabelecem os limites externos da área de estudo, são os condicionamentos internos como o relevo, os leitos das linhas de água e a definição da sua linha de margem, a presença da Cadeia da Comarca<sup>36</sup> e linha de água da Ribeirinha (delimitadora da ocupação da zona da Ribeira Bote) que determinam a forma do arranjo previsto. A linha de água da Ribeirinha é vista neste plano como potencial elemento de convergência das duas zonas – Ribeirinha e Ribeira Bote –, havendo intenção de a sujeitar a arranjo adequado para atingir este fim.

A solução para este plano é então descrita, consistindo na regularização do terreno, com especial atenção à linha de água da Ribeirinha, na criação de zona verde junto a um leito de maior escoamento e criação de pequenos pontões para o atravessamento da Ribeira. A ocupação, no respeitante a zonas residenciais seria feita com as tipologias de moradia “individual ou bi-familiar” (Caria, [IPAD 7913], 30/01/1971, p. 5) e habitação em bloco, esta última sobretudo nas áreas menos acidentadas e na zona central comercial (situada junto à Ribeira Bote) (imagem 29). A ocupação não residencial prevista, seria do tipo comercial e de equipamentos, estes últimos do tipo escolar, dos quais se criariam dois centros

28 “Urbanização da Cidade do Mindelo - Identificação da zona da Ribeirinha dentro do conjunto” (Caria, [IPAD 7913], 1971, desenho 1).

36. Cadeia da Comarca de São Vicente, projeto do arquiteto Julio Naya, DSUH-DGOPC, 1963 (Milheiro, s.d.(a), p. 18).



– número justificado pelo recenseamento escolar - e uma creche. Os restantes equipamentos de apoio seriam aqueles já existentes, situados fora da unidade. Para esta zona estimou-se uma população de oito mil habitantes.

Na secção *Regulamento*, estão discriminadas as características de cada modalidade de ocupação - comércio, mista, habitação em blocos e habitação em moradias – no que diz respeito ao tipo de ocupação por piso, requisitos gerais de articulação do projeto de cada edifício com o conjunto em que se integram e discriminação das dimensões mínimas de frente do edifício, alturas entre pisos e as limitações à profundidade dos blocos (inexistência de compartimentos interiores à exceção de instalações sanitárias e despensas). A encerrar o documento reserva-se ainda uma secção do regulamento para as “Instalações de interesse público”, onde são descritas as características de ocupação para os “Espaços Livres Públicos” e zona industrial.

29 “Urbanização da Cidade do Mindelo - Plano Parcelar da Ribeirinha” (Caria, [IPAD 7913], 01/1971, desenho 4).

- ~ Dique de correção
- M Ocupação mista
- C Comércio
- Hm Habitação em moradia
- Hb Habitação em bloco
- 1 Um piso
- 2 Dois pisos
- 3 Três pisos
- ... Passagem para peões
- LP Miradouro Espaços livres públicos
- AR Área reservada - a estudar depois de obtido o novo levantamento
- Z11 Miradouro

## BAÍA DAS GATAS

36. cota IPAD 8218

### URBANIZAÇÃO DA BAÍA DAS GATAS: ESQUEMA DO PLANO DIRECTOR E LOTEAMENTO<sup>36</sup>

Localizada no litoral nascente da ilha de São Vicente, a cerca de doze quilómetros de distância da cidade do Mindelo, encontra-se a praia da Baía das Gatas. As circunstâncias do local, “excelentes condições para um pequeno centro turístico, constitui já hoje uma zona de recreio complementar da Cidade.” (imagem 30), tornam-no alvo de estudos para atingir este objetivo. Um deles, de 1963, elaborado pelos “Serviços Federativos de Urbanização e Obras de Barlavento”, já extintos à data deste documento, não foi aprovado pela Câmara Municipal de São Vicente. É então solicitado a Maria Emília Caria, “quando da sua última missão em Cabo Verde [1965, Cota IPAD 7915] o estudo de novo arranjo local”, situação despoletada pelo interesse crescente. (Caria, [IPAD 8218], 21/2/1972, p. 1)

Maria Emília Caria destaca duas zonas nesta baía: uma com áreas de coral abundantes “criando uma piscina natural, protegida da rebentação e do tubarão (Gatas) (...) de possível ampliação e melhoria de condições”; outra, “no ponto mais reentrante da Baía (...) zona de abrigo e varadouro dos barcos dos pescadores que habitam em Salamanza.”, onde se encontram construções industriais desativadas num “terreiro” onde os pescadores fazem “uma espécie de lota ou mercado de peixe”. No local existem apenas duas moradias habitadas permanentemente (imagem 31), uma pousada “de dimensões reduzidíssimas” com atividade sazonal e por requisição, e um



7 Aspecto da Baía das Gatas numa manhã de domingo.  
(Fotg. M.E.Carria)

30



4 Baía das Gatas - Praia Grande e moradias particulares.  
(Fotg. M.E.Carria)

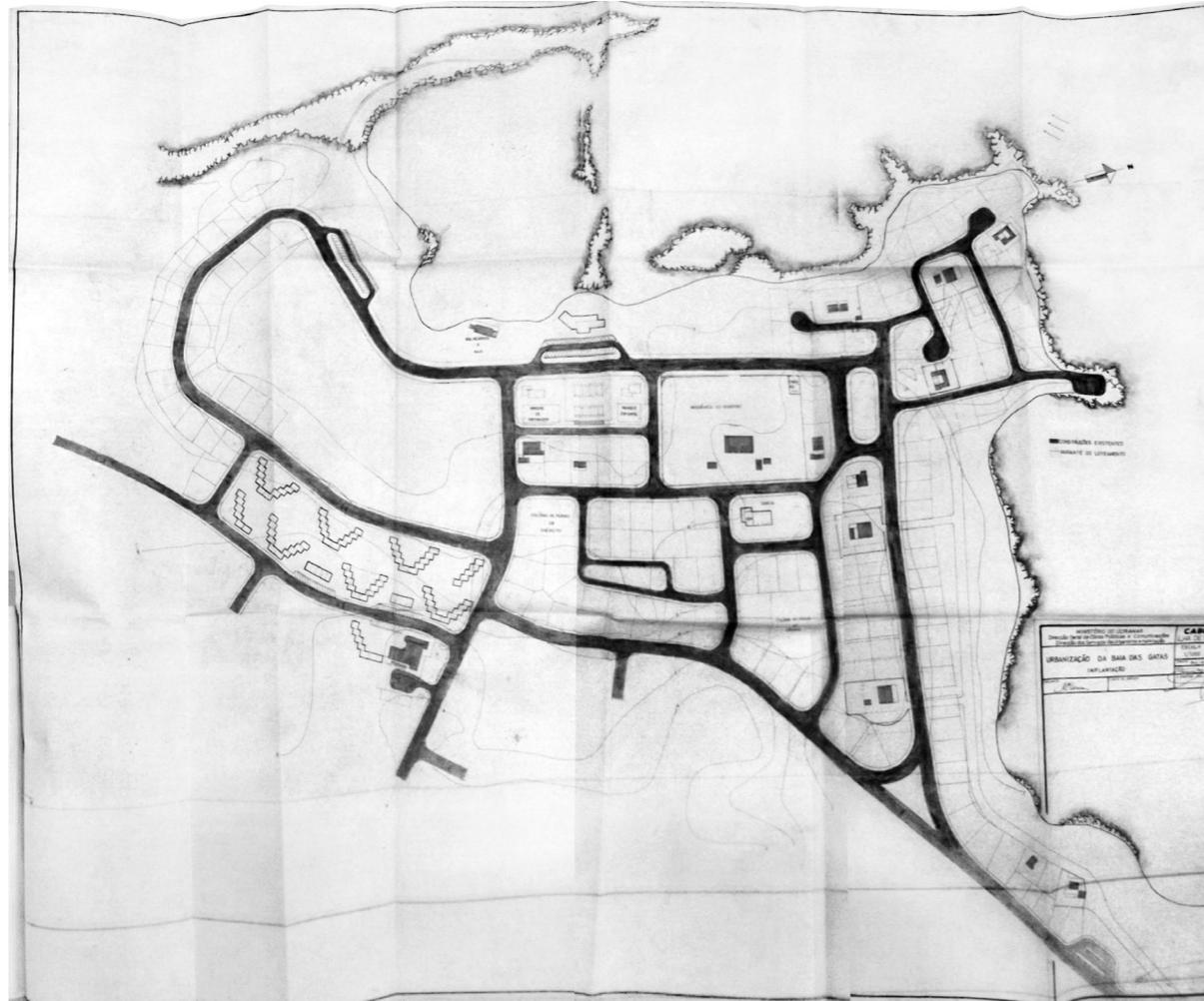
31

“pequeno bar esplanada” que partilha do mesmo princípio de gestão que a pousada. (Caria, [IPAD 8218], 21/2/1972, p. 2)

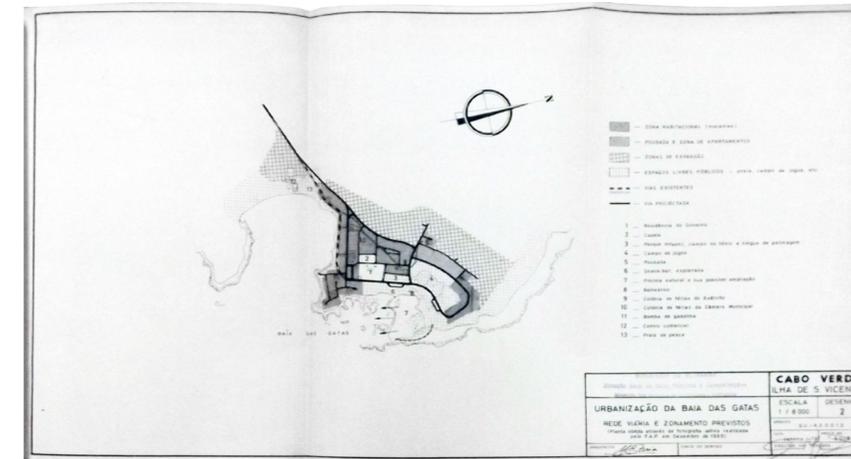
Numa breve análise ao plano elaborado pelos “Serviços Federativos de Urbanização e Obras de Barlavento”, a arquiteta destaca a excessiva dimensão dos lotes e a escassez de equipamentos propostos (Caria, [IPAD 8218], 21/2/1972, p. 2).

No plano procurou criar uma rede viária e zoneamento que melhorasse as condições do local (imagem 32), “numa tentativa de melhorar o aproveitamento do espaço, obviando principalmente aos reparos sobre o dimensionamento dos lotes”. Desta forma, propõe um loteamento de cento e setenta e três lotes destinados a moradias – “isoladas, ou geminadas, unifamiliares de acordo com as características do lote” até dois pisos (Caria, [IPAD 8218], 21/2/1972, p. 4) - e “11 grupos de apartamentos, tipo motel” – em “agrupamentos de r/chão de unidades individualizadas, mas podendo depender de

30/31 Praia da Baía das Gatas, Ilha de São Vicente. Fotografias panorâmicas da autoria de Maria Emília Caria (Caria, [IPAD 7899], 1972).



33



32

instalações comuns de apoio” (Caria, [IPAD 8218], 21/2/1972, p. 5) - perfazendo oitenta e sete unidades em espaço comum, que iriam funcionar como expansão da antiga pousada, então transformada em restaurante e elemento de apoio (imagem 33). A criação de um “snack-bar-esplanada, balneário, uma pequena capela, bomba de gasolina, campos de jogos e zonas livres para recreio”, e um centro comercial, a criar nas antigas instalações industriais, com função de apoio tanto à zona turística como a Salamanca. A escassez de água doce e os meios precários de obtenção de energia elétrica são apontados como problemas a resolver na fase de infraestruturização do local (Caria, [IPAD 8218], 21/2/1972, p. 3-4).

Os espaços verdes a definir neste plano “destinam-se a logradouros comuns e recreio da população” proibindo-se as construções nestas áreas que não sejam apropriadas à natureza do local. Pretende-se a arborização destas zonas, atendendo às condições do meio, com o intuito de “amenizar o

32 “Urbanização da Baía das Gatas - Rede viária e zonamento previstos” (Caria, [IPAD 7903], 01/1972, desenho 2).

- Zona Habitacional (moradias)
- Pousada e zona de apartamentos
- Zonas de expansão
- Espaços livres públicos - praia, campo de jogos, etc.

- Vias existentes
- Via projetada

- 1 Residência do Governo
- 2 Capela
- 3 Parque infantil, campode ténis e ringue de patinagem
- 4 Campo de jogos
- 5 Pousada
- 6 Snack-bar, esplanada
- 7 Piscina natural e sua possível ampliação
- 8 Balneários
- 9 Colónia de férias do Exército
- 10 Colónia de férias da Câmara Municipal
- 11 Bomba de gasolina
- 12 Centro comercial
- 13 Praia de pesca

33 “Urbanização da Baía das Gatas - Implantação” (Caria, [IPAD 7903], 01/1972, desenho 3).

local, criando zonas agradáveis, quer pelos elementos vegetais possíveis, quer por disposição de elementos de matéria inerte de formas harmónicas.” (Caria, [IPAD 8218], 21/2/1972, p. 6).

### MISSÃO A CABO VERDE, 1973

*RELATÓRIO DA MISSÃO DA ARQUITECTA MARIA EMÍLIA CARIA À PROVÍNCIA DE CABO VERDE EM JUNHO DE 1973*<sup>37</sup>

Em junho de 1973, a arquiteta desloca-se ao Arquipélago de Cabo Verde com o objetivo de reconhecimento dos fatores evolutivos influentes no plano definitivo da Achada de Santo António, na cidade da Praia, e a sua articulação harmoniosa com um programa de instalações “turístico-hoteleiras” para aquela zona; reconhecimento das circunstâncias do “Porto da Praia” e “suas incidências fundamentais na urbanização da Cidade”<sup>25</sup>. Dos objetivos fazia igualmente parte a recolha de elementos para a preparação de um esquema orientador para o plano director da ilha do Sal.

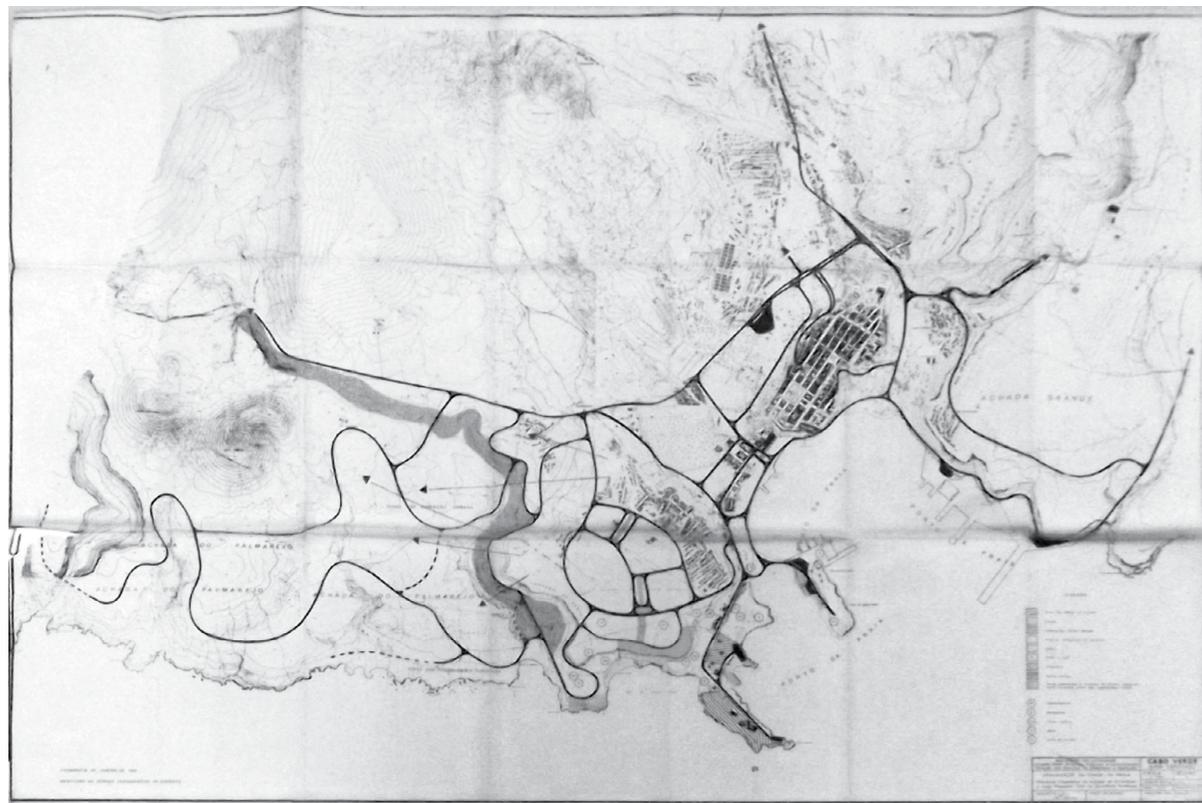
O período que Maria Emília Caria permaneceu no arquipélago de Cabo Verde possibilitou-lhe a deslocação à cidade do Mindelo, por pedido de ampliação da missão, para “reconhecimentos e actualização de dados relativos a estudos para aquela Cidade”.

Segue-se uma descrição das deslocações e locais visitados durante a missão e respetivas datas.

Relativamente à “Zona Turística da Prainha e Achada de Santo António”, o esquema elaborado na DSUH com as perspetivas de expansão da Cidade da Praia cumpria com os objectivos turísticos para esta zona. Pretendia-se que o programa de turismo se integrasse nesta área de expansão da cidade mas isolando-se devido à “ocupação qualificada” das áreas “já ocupadas caoticamente” de remodelação futura programada (imagem 34). A expansão seguinte é impelida para

37. cota IPAD 7835

38. À data, Maria Emília Caria já integrava a “comissão inter-serviços” responsável pelo Plano Geral do Porto da Praia.



34

a Achada do Palmerejo, de condições também favoráveis ao turismo, embora já parcialmente ocupada clandestinamente nas zonas de Frouxa Chapéu e Monte Vermelho. Para as zonas turísticas da Prainha e Achada de Santo António estimavam-se inicialmente 4000 turistas (não há referência à unidade temporal), número considerado excessivo pela arquiteta, sugerindo considerar-se apenas 2500. Pretendia-se que a área central da Achada de Santo António fosse de reserva até à conclusão do programa de ocupação turística, que passaria posteriormente a “zona habitacional qualificada” caso não fosse destinada a este fim.

Em referência ao plano parcelar para a Prainha, elaborado pela arquiteta em 1970, no qual foram definidas duas parcelas destinadas a atividade turística, é proposto neste documento que estas se mantenham e que à área turística seja adicionada uma parcela já existente, sem construções, para acesso à Prainha, com conservação da vegetação existente. Maria Emília Caria faz referência ao plano para esta Achada, da autoria dos arquitetos Mário de Oliveira e Luís Possolo, especificamente da área que estes destinaram a *bungalows*, a qual considera reduzida devido à erosão marítima, e na qual se localizariam, juntamente com estas construções, as futuras instalações da Rádio Naval. Para mitigar a erosão a arquiteta propõe a fixação desta encosta com vegetação.

Salvo algumas reservas relativas aos pontos de contacto com as instalações da Marconi, a arquiteta considerava o plano para a Achada de Santo António realizável na sua totalidade. Dentro das especificações relativas aos arruamentos propostos, é traçada uma nova via “na crista N e NE (...) que permitirá uma nova e bonita perspectivas da

34 “Urbanização da cidade da Praia - Esquema Urbanístico da Achada de Santo António e suas Relações com os Objetivos Turísticos” (Caria, [IPAD 7835], 07/1973, desenho 1).

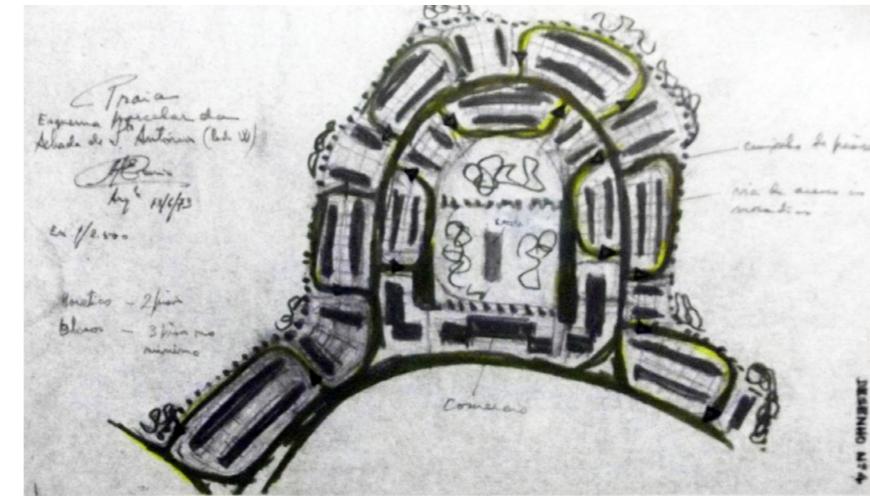
-  Área afeta ao turismo
-  Dunas
-  Instalações Rádio Navais
-  Piscinas integradas na natureza
-  Praia
-  Praia a criar
-  Seminário
-  Zonas verdes
-  Zonas destinadas a funções de recreio especiais, tanto turísticas como das populações locais
-  Apartamentos
-  Bungalows
-  Clube Náutico
-  Hotel
-  Porto de recreio

cidade.” (Caria, [IPAD 7835], 20/07/1973, p. 6). Maria Emília Caria faz a apreciação e correção de um arranjo elaborado na “Repartição Provincial de Obras Públicas e Transportes” que previa uma zona habitacional envolvendo uma área verde com uma “escola de promoção profissional acelerada” no centro. O novo esboço elaborado mantinha a posição da escola, então já em construção (imagem 35).

Na secção designada “Plano Director da Cidade da Praia já aprovado superiormente – sua concretização”, a arquiteta faz um “relatório” onde constam as concretizações do Plano Director da Cidade da Praia. A rede viária associada ao “novo centro” previsto entre a Achada Principal e Achadinha encontra-se “em vias de concretização” e na zona da Fazenda encontrava-se uma construção já em execução. No topo lateral sul do acesso à Achada Principal encontrava-se construído e ocupado “um grande imóvel” previsto para aquela área e o acesso a esta Achada pela Ponta Belém estava ainda dependente de expropriações e realojamento das famílias.

O Plano Parcelar da Achadinha, elaborado pela arquiteta Maria do Céu Barracas Trocado, sob orientação de Maria Emília Caria, enquanto tirocinante na DSUH, é examinado com as entidades locais. Apesar de neste plano a rede viária ser viável, a ocupação existente, de maiores dimensões à data da missão, obriga à revisão para aproveitamento das construções existentes. São no entanto dadas orientações para “ocupação imediata das áreas ainda livres e integradas no estudo” (Caria, [IPAD 7835], 20/07/1973, p. 8).

A Achada Eugénio Lima, contígua à Achadinha, encontrava-se ocupada na sua totalidade por construções clandestinas, pelo que a arquiteta considera urgente o estudo



35 “Praia - Esquema Parcelar da Achada de Santo António” (Caria, [IPAD 7835], 18/06/1973, desenho 4).

35

de um arranjo “para que se disponha de um loteamento em condições de permitir uma ocupação com auto-construção orientada e por fases.” (Caria, [IPAD 7835], 20/07/1973, p. 8).

Relativamente ao “Planeamento geral do porto da Praia e seus Acessos – Zona Industrial – Matadouro Frigorífico”, a primeira fase da construção do cais acostável em curso, observada durante a visita ao local, seria alvo de relatório a realizar com o engenheiro José A. Boinas. A hipótese de criação de um parque industrial na zona industrial, na qual se integraria o matadouro-frigorífico, foi aceite.

Segue-se uma secção relativa à Urbanização da cidade do Mindelo na qual Maria Emília Caria descreve a situação em que se encontra a cidade no que respeita ao planeamento urbano e aprovação e aplicação dos planos parcelares realizados.

Durante a visita com o Presidente da Câmara

Municipal, a arquiteta pode constatar a gravidade do “surto de construções”, na sua maioria clandestinas, que ocupavam grande área na zona da Ribeirinha, “dificultando a concretização do plano parcelar. Ao longo da via de acesso à Baía das Gatas “espalham-se” construções legais e clandestinas. O plano diretor e os planos parcelares da cidade foram respeitados nas zonas de Chã de Alecrim, Alto de São Nicolau, Avenida Amadeu Gomes de Figueiredo e Chã do Cemitério.

Surge a necessidade de revisão do Plano Parcelar do Madeiralzinho devido a alterações no limite da Zona Militar.

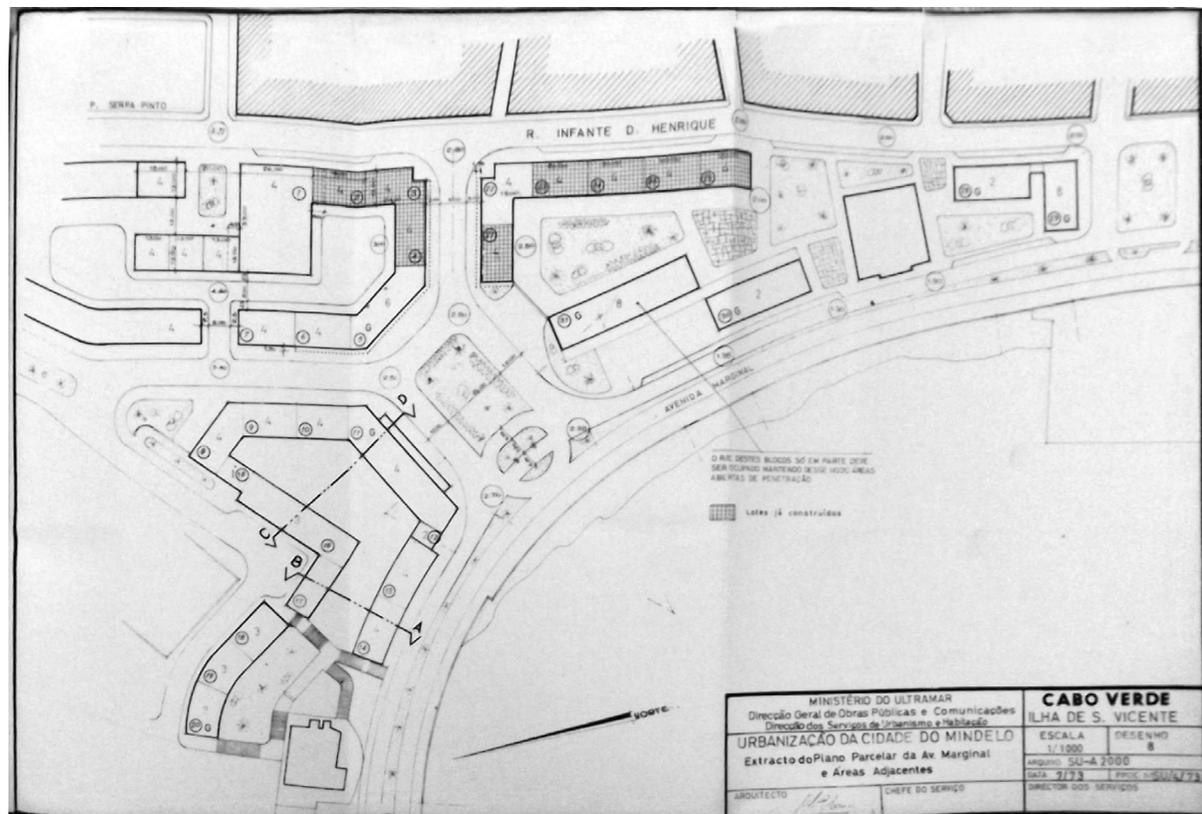
Relativamente ao plano para a Avenida Marginal, referente ao terreno da Millers, a área compreendida entre a zona Portuária e a “Alfândega”, constituindo grande parte da Avenida Marginal, encontrava-se já realizada (imagem 36), “com alguns desajustamentos”, tal como a maioria dos lotes previstos. O plano para aquela zona “obedeceu a um estudo muito cuidado de valorização da frente marginal do Mindelo” (Caria, [IPAD 7835], 20/07/1973, p. 10), onde se procurou manter uma relação harmoniosa entre os volumes propostos e o Edifício da Alfândega, que se pretendia propor a classificar como monumento de interesse público.

Os problemas das instalações dos edifícios públicos na cidade foram alvo de análise, tendo sido identificados locais adequados para estes, de possível construção em vários núcleos polivalentes, contribuindo para a “valorização da cidade e para a comodidade do público.” (Caria, [IPAD 7835], 20/07/1973, p. 11).

É referido no relatório a impossibilidade da Câmara Municipal de São Vicente controlar e orientar a “evolução explosiva da cidade.”, devido a uma provável debilidade

36 “Urbanização da cidade do Mindelo - Extrato do Plano Parcelar da Avenida Marginal e Áreas Adjacentes” (Caria, [IPAD 7835], 07/1973, desenho 8).

■ Lotes já construídos



36

na composição do “Gabinete Técnico” (Caria, [IPAD 7835], 20/07/1973, p. 12). No entanto são referidos no relatório os diversos estudos realizados por este gabinete, um para a proximidade da Ribeirinha e outro de cinquenta casas para funcionários da Câmara “economicamente débeis” na Ribeira da Craquinha.

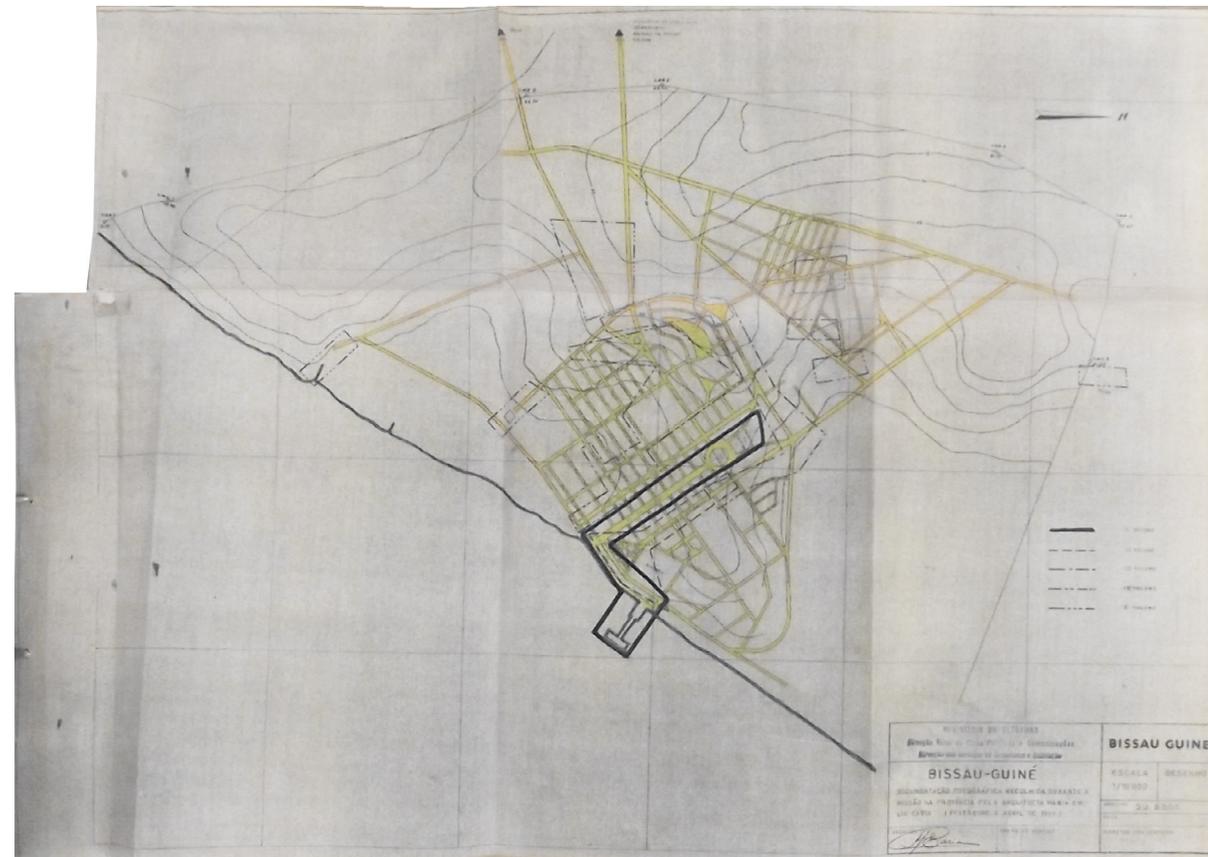
Maria Emília Caria teve ainda a oportunidade de prestar esclarecimentos acerca da interpretação do Plano de Urbanização e a construção “imediata” do Mercado. Após estes esclarecimentos procederam a visitas aos locais abrangidos pelo plano. Destas visitas resultou o acordo para a realização de um loteamento “a ser ocupado por construções precárias, mas que permitisse a evolução das mesmas para casas definitivas” (Caria, [IPAD 7835], 20/07/1973, p. 12) na Ribeira da Craquinha. O estudo prévio necessário, a realizar pelo Gabinete Técnico da Câmara Municipal de São Vicente, seria posteriormente enviado e ajustado na DSUH.

No âmbito dos “estudos a realizar pela Comissão Inter-Serviços do Plano Geral do Porto de S. Vicente”, a arquiteta procedeu à “recolha de dados estatísticos relativos ao assunto” com a colaboração dos engenheiros A. Nascimento e José A. Boínas.

Seguem-se as secções destinadas à ilha do Sal, à estatística, “Rápidas visitas, pela Ilha de Santiago e à Ilha do Fogo” e as “Conclusões”, que não serão aqui descritas pelas razões enunciadas na introdução a este capítulo.

## O MÉTODO

A arquiteta Maria Emília Caria, enquanto urbanista (entrevista a Seabra, 2013), dispunha de uma série de métodos de análise do território e levantamento de informação necessária à concretização dos planos que elaborava. Analisava e cruzava a informação dos estudos realizados por técnicos especializados sobre o território nas áreas respeitantes às características geomorfológicas e físicas, com as necessidades de expansão territorial das cidades. São frequentes nos relatórios e memórias descritivas da arquiteta a salvaguarda à ausência de plantas topográficas atualizadas das cidades em estudo. Tal atualização constituía material de grande importância, uma vez que no período em questão, anos 60 e 70, se assiste a uma acumulação de povoações em crescimento exponencial ao redor das principais cidades de cada ilha do Arquipélago de Cabo Verde. A centralização dos serviços nas grandes cidades e uma acentuada segregação económico-social estão na base dos problemas que Maria Emília Caria procurava analisar e resolver através dos planos urbanos que elaborava. Num texto de sua autoria, apesar de truncado, elucida sobre as dificuldades topográficas, climáticas e geológicas e fornece uma caracterização da população e das possibilidades de subsistência no território de Cabo Verde (Caria, [IPAD 7922], s.d.). Da análise dos documentos consultados infere-se que a arquiteta foi adquirindo um conhecimento acerca daquele território que lhe permitia, apesar de em circunstâncias desfavoráveis, por falta dos devidos documentos base e informação atualizada, desenvolver planos para a reordenação de um território



37

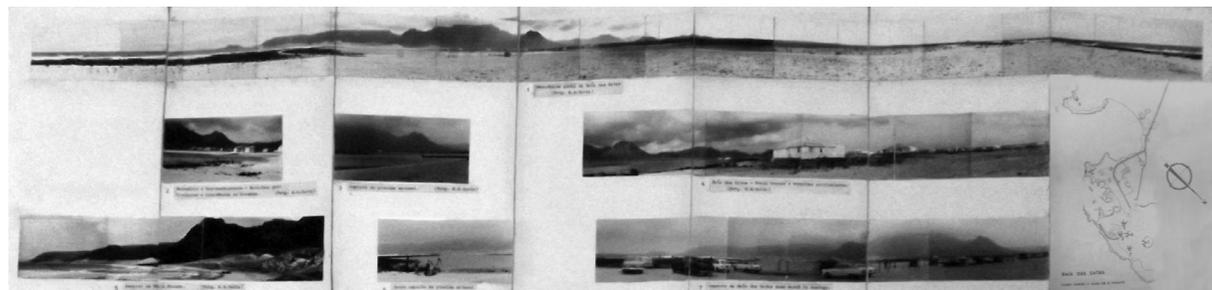
em crescimento deficiente e na sua maioria desprovido de infraestruturas e de habitação condigna.

Desde a constituição da DSUH em 1944 por Marcelo Caetano (Milheiro, 2009, p.82) fazia parte do método de trabalho utilizado a realização de missões às províncias do Ultramar (Milheiro, 2009, p. 87), nas quais os arquitetos se deslocavam aos territórios com vista a adquirir conhecimento, prestar esclarecimentos e completar ou complementar estudos em curso. Destas visitas, Maria Emília Caria elabora diversos relatórios, alguns em coautoria com o arquiteto António Seabra, nos quais trabalham como dupla, articulando o urbanismo de Caria com a experiência em arquitetura de Seabra. É nestes documentos que Maria Emília Caria vai publicar o seu trabalho de levantamento fotográfico das cidades por onde passa nestas missões. Nos cinco volumes que prepara após a Missão na Guiné-Bissau, entre fevereiro e abril de 1966 (Caria, [IPAD 11341; 11342; 11343; 11344; 11345], 1966), aparece pela primeira vez o recurso a um método de registo fotográfico até então considerado inédito. Cada volume é acompanhado, na primeira página, de uma planta da cidade de Bissau, sobre a qual estão marcadas as vias principais da cidade e vias de ligação ao interior do território e a delimitação de uma área, em destaque relativamente às marcações das outras, correspondente à zona do levantamento fotográfico que aquele volume abrange (imagem 37). Segue-se uma listagem das fotografias, página, número, rolo e fotografias que o compõem assim como a respetiva designação. Cada página do relatório é composta por uma série de fotografias, algumas panorâmicas, devidamente numeradas e legendadas, uma pequena planta da área com a marcação dos pontos

37 Bissau - Planta de marcação das áreas alvo de levantamento fotográfico (Caria, [IPAD 11342], 02-04/1967).



38



39



40

38 Bissau, Giné-Bissau. Fotografias da autoria de Maria Emília Caria (Caria, [IPAD 11342], 02-04/1967).

39. Praia da Baía das Gatas, Ilha de São Vicente. Fotografias da autoria de Maria Emília Caria (Caria, [IPAD 7899], 1972)

38 Bissau, Giné-Bissau. Fotografias da autoria de Maria Emília Caria (Caria, [IPAD 11345], 02-04/1967).

e respetivos ângulos correspondentes ao campo de visão captado (imagens 38, 39 e 40). Cada página é forrada com folha transparente. Sobre cada fotografia, há anotações com indicação de pontos de referência na paisagem – edifícios, arruamentos, avenidas e formações geológicas (imagens 38 e 40).

Este levantamento minucioso, semelhante no seu conceito mais básico, aos atuais Sistemas de Informação Geográfica, constitui um testemunho precioso da cidade de Bissau durante os anos 60.

No *Relatório da Missão do Grupo de Trabalho Urbanismo e Habitação na Província de Cabo Verde*, de 1965, no segundo *dossier* do terceiro volume, este método de levantamento fotográfico já teria sido iniciado, no entanto, as

fotografias não são acompanhadas da marcação em planta do local da fotografia e do respetivo ângulo (Caria, [IPAD 7204], 2/1965). A constatação atrás referida poderia dever-se ao facto de Maria Emília Caria se encontrar a iniciar esta forma de trabalho, aperfeiçoada um ano mais tarde durante a missão à cidade de Bissau, ou eventualmente à inexistência de plantas atualizadas das cidades com a devida marcação dos povoamentos periféricos, uma vez que no relatório desta missão a Cabo Verde o levantamento fotográfico se cinge apenas a estas zonas. Maria Emília Caria recorre ao mesmo método no documento relativo à Urbanização da Vila de Santa Maria, na ilha do Sal, *Esquema do Plano e Loteamento Parcial* (Caria, [IPAD 7902], 10/09/1970) e mais tarde no *Plano de Urbanização da Baía das Gatas*, elaborado em 1972 (imagem 39). É possível encontrar, num dos *dossiers* relativos ao plano, este método de levantamento fotográfico, cujas fotografias terão certamente sido feitas, juntamente com o levantamento fotográfico em Pombas, Paúl (Caria, [IPAD 7224], 1969) durante a estadia da arquiteta no Mindelo, entre abril de 1969 e março de 1970.

O tipo de levantamento fotográfico realizado por Maria Emília Caria na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, para além de se poder considerar um método inédito na época, é também um documento histórico pelo registo de uma pequena parte da Guiné-Bissau e de uma vasta área de Cabo Verde dos anos 60. O congelamento em película de um outro Mindelo, uma outra Praia, uma outra Bissau, hoje irreconhecíveis.

## O PENSAMENTO URBANÍSTICO

A análise da obra de Maria Emília Caria a que se teve acesso, revelou que o seu trabalho se baseou sobretudo no ordenamento territorial das periferias das maiores cidades do Arquipélago de Cabo Verde. Esta circunstância particular, do reordenamento territorial durante os anos 60, terá certamente contribuído para a construção do pensamento urbanístico de Maria Emília Caria, embora sempre orientada por Eurico Machado (entrevista a Seabra, 2013). Este engenheiro, Diretor dos Serviços da DSUH durante a passagem de Maria Emília Caria por este organismo do Estado, do qual não foi possível obter mais informação que a prestada em entrevista pelo arquiteto António Seabra, dedicava-se ao urbanismo e a sua experiência em Angola e Moçambique enquanto “diretor de urbanismo” ter-lhe-ia permitido adquirir um conhecimento aprofundado desta disciplina, embora apenas teórico (entrevista a Seabra, 2013). Desta forma, o contacto constante e orientação dada por Eurico Machado a Maria Emília Caria terá contribuído para a construção do seu pensamento enquanto urbanista. No livro da autoria do arquiteto Mário de Oliveira, *Problemas Essenciais do Urbanismo no Ultramar: Estruturas Urbanas de Integração e Conveniência*, há uma referência ao engenheiro Eurico Machado e aquilo que se poderiam considerar as bases do seu pensamento urbanístico. Foi em 1961, durante um colóquio sobre urbanismo, que Eurico Machado sintetizou as duas modalidades desta disciplina para as então Províncias Ultramarinas:

*“quando já existe o apoio dum estrutura de povoamento suficientemente evoluída e factos de uma ocupação densa e estável, como nalgumas regiões sucede, o planeamento físico comportará normalmente, em face dos dados económicos, apenas o reforço ou o reajustamento orgânico da estrutura existente, possivelmente com uma redistribuição de polarizações.”* (Oliveira, 1961, p.16)

*“No caso contrário, a finalidade do planeamento físico incluirá a criação dessa estrutura, o que comportará, a partir da definição das formas elementares de povoamento adequadas à exploração das actividades primárias, como a agricultura, o estabelecimento, em função da capacidade de instalação de actividades de outra natureza e da conveniente relação entre população e serviços, da distribuição dos centros populacionais de diversa hierarquia (aldeias, vilas, cidades) pela região. Essa distribuição deverá ter em conta o interesse de localizações industriais relacionadas, quer com a exploração dos recursos regionais, quer com as favoráveis condições de posição que a região ofereça dentro do conjunto territorial, através da rede de comunicações.”*  
(Oliveira, 1961, p.16 -17)

Estas duas modalidades são visíveis nos diversos planos de Maria Emília Caria. Na primeira modalidade, que se poderá renomear de “processo de reordenação”, seria possível incluir a maioria dos planos para as cidades do Mindelo e da Praia – salvo algumas exceções para esta última. Dos planos analisados, poder-se-ia apenas, e com algumas reservas, associar à segunda modalidade, ou “processo de ordenação”,

o plano para a urbanização da praia da Baía das Gatas, construído de raiz, estimulado por um potencial da região - o turismo – e agente ativo na política da dispersão populacional no território.

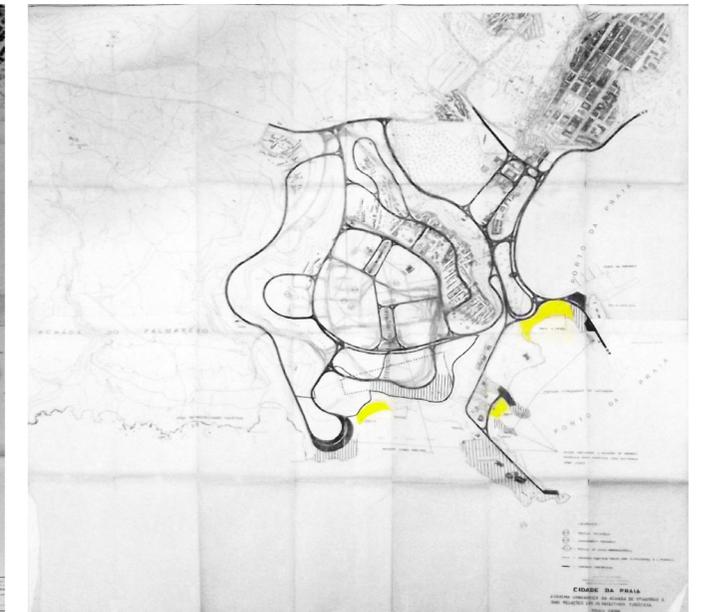
Nesta aceção, pode-se afirmar que o pensamento urbanístico de Maria Emília Caria se centrava no reordenamento, reestruturação, renovação e reaproveitamento. Condicionada por um território economicamente débil, desordenado e socialmente polarizado, Maria Emília Caria estaria à partida excluída da “Geração Africana” que via nas colónias uma folha de papel em branco, pronta a ser riscada pelos traços do movimento moderno. Assim, perante cidades invadidas por construções clandestinas, carentes de infraestruturas e de estruturas públicas de apoio, a arquiteta pega no papel rasgado e cola-o, reúne-o e reordena-o.

Nos seus planos sobressaem as intenções, expressas nas memórias descritivas, da criação de continuidade entre a malha resultante dos primeiros assentamentos, apesar de antigos, consolidados e valorizados devido à concentração de serviços públicos próximos, e os assentamentos populacionais que se iam clandestinamente e desordenadamente acumulando em seu redor. A presença de equipamento público, concentrado no centro de uma cidade, constituía para a arquiteta uma forma a alterar. A dispersão de vários equipamentos na cidade, abrangendo todos os aglomerados ou núcleos, é um sistema organizativo recorrente nos planos de Maria Emília Caria que para além de construir uma rede conectando as várias zonas, evita a segregação da população e a imposição, por impossibilidade económica e afastamento físico, da desigualdade. O estabelecimento das vias na

cidade obedecia igualmente a condicionamentos claros das pré-existências, embora altamente condicionado pelo fator económico que nestes casos particulares de topografias acidentadas em territórios com poucos recursos, via a sua importância acentuada. Num território densamente ocupado e simultaneamente limitado por questões topográficas e económicas, as áreas de que as cidades dispunham para a sua expansão apresentavam-se igualmente escassas. O modo que Maria Emília Caria adota nos seus planos para contornar este problema corresponde a uma abordagem específica para cada cidade. É no Mindelo que a arquiteta recorre à reserva de áreas para habitação na periferia da cidade - sempre em continuidade com os núcleos vizinhos - e ao “preenchimento de alguns espaços centrais” – como é o exemplo do quarteirão da “Millers” (Caria, *et al*, [IPAD 7915], 1965, p. 40-42), para a criação dos “centros” destinados a edifícios públicos, comércio e habitação (imagem 36). Na Praia, a existência de áreas parcialmente livres em algumas achadas localizadas na periferia – Achada de Santo António e Achada do Palmerejo (Caria, *et al*, [IPAD 7916], 1965, p. 52) – permitem à arquiteta assinalá-las como espaços de expansão e projectar planos de carácter mais livre. No caso particular da Achada de Santo António, é possível verificar o cariz orgânico da distribuição viária que envolve o aglomerado pré-existente, ligando-o ao centro da cidade através da “Avenida Marginal” (Caria, [IPAD 7601], 16/05/1971, desenho 2) (imagem 41). Este carácter é também mantido noutra desenho relativo às relações do esquema urbanístico da Achada de Santo António com os “objectivos turísticos”, sem data e sem documento escrito anexo, apesar de a organização das vias diferir da anterior



41



42

(imagem 42). No plano de urbanização da praia da Baía das Gatas, local com algumas construções dispersas na área que a arquiteta assimila e integra no plano para a nova urbanização, é possível verificar o mesmo tipo de desenho de expressão orgânica (imagem 33). A proximidade deste *desenho* com os *desenhos* de Mário de Oliveira, particularmente, dos planos que elaborou para Bissau, para os “bairros populares” – local onde a arquiteta poderia ter contactado com este tipo de urbanismo de regularização dos “assentamentos nativos a partir de esquemas mais orgânicos e menos geométricos” (Milheiro, s.d.(b), p. 7) – é um facto que deve ser salientado. A análise às peças desenhadas destes planos, permite incluir o urbanismo de Maria Emília Caria, num dos três “partidos urbanísticos” definidos por Ana Vaz Milheiro (s.d.(a), p. 5). A

41 “Urbanização da cidade da Praia - Plano Parcelar da Achada de Santo António - Rede viária prevista” (Caria, [IPAD 7601], 05/1971, desenho 2).

42. “Cidade da Praia - Esquema urbanístico da Achada de Santo António e suas relações com os objectivos turísticos” (Caria, [IPAD 7908], s.d.)

“inclusão da cidade informal”, verificada sobretudo nos planos para a cidade da Praia – *Plano Parcial da Achada Principal e Áreas Adjacentes* e *Plano Parcelar da Achada de Santo António* – e para a cidade do Mindelo – planos parcelares da Cruz João d’Évora, Chã de Alecrim, Madeiralzinho e Ribeirinha – permite imediatamente associar Maria Emília Caria ao “segundo momento”, caracterizado por “esquemas mais orgânicos, designadamente quando se trata de alojar populações africanas e/ou desfavorecidas.” (Milheiro, s.d.(a), p. 5). Nos planos referidos, a arquiteta assinala como áreas a remodelar – e a equipar com escolas e outro tipo de equipamentos públicos - os aglomerados periféricos onde se concentrava população africana em condições precárias, estruturando, para tal, planos de cariz orgânica e de baixa densidade – a habitação geralmente não ultrapassa os dois pisos, sendo maioritariamente do tipo moradia. Verifica-se desta forma, que Maria Emília Caria procede a uma renovação dos aglomerados, processo que “tem como conteúdo e finalidade a modificação progressiva das formas de utilização do solo e da estrutura urbana, assim como a renovação do tráfego.” (Mausbach, 1974, p. 95). Encontram-se referências a estas intenções no *Relatório da Missão do Grupo de Trabalho Urbanismo e Habitação na Província de Cabo Verde* (Caria, et al, [IPAD 7915], 1965, p. 40), no qual a arquiteta expõe, para a cidade do Mindelo, as intenções de descentralização de actividades industriais, possível com a construção da “rede fundamental de estradas”, libertando desta forma o solo e área adequados à construção de habitação tão escassos na cidade.

No entanto Maria Emília Caria exerce atividade durante

o período a que corresponde na DSUH, segundo Ana Vaz Milheiro, um “urbanismo técnico” (Milheiro, 2012 (b), p. 231), onde se adotam “métodos quantitativos de análise (...) que determinam zonamentos e acções de intervenção.” (Milheiro, 2012 (b), p. 217). Dentro destes métodos encontram-se os inquéritos às populações, como meio de compreensão dos problemas habitacionais, recenseamentos escolares (Caria, [IPAD 7601], 26/05/1971, p. 5), e os dados relativos às actividades económicas das cidades (Milheiro, 2012 (b), p. 217). No *Relatório da Missão do Grupo de Trabalho Urbanismo e Habitação na Província de Cabo Verde* (Caria, et al, [IPAD 7915], 1965), Maria Emília Caria e António Seabra destinam um capítulo ao esclarecimento deste método de análise, discriminando o processo e as observações efetuadas durante o período da missão. O método de levantamento fotográfico da arquiteta, quase georreferenciado e portanto rigoroso, constitui por si, também, um processo de análise do território, embora ao nível da rua, na experiência direta da cidade e das periferias.

Maria Emília Caria corroborava os planos urbanos em análises quantitativas do território, no entanto, o desenho que propõe é possivelmente herdado do urbanismo orgânico de Mário de Oliveira.

Encontram-se no pensamento urbanístico de Maria Emília Caria dois métodos que se informam: um processo de análise, que quantifica programas e dita as linhas orientadoras para que o planeamento do momento acompanhe e seja preparado para a evolução das cidades; e uma aplicação de cariz orgânica, onde o “desenho de chão” demonstra um reconhecimento do que é autóctone, herdado dos estudos

das comunidades locais – processo iniciado com o estudo *Arquitectura Popular em Portugal* de 1961 e que encontra repercussões também nos territórios africanos de influência portuguesa (Milheiro, 2012 (b), p. 217).

Estaria Maria Emília Caria num período evolutivo do seu pensamento urbanístico?

## CONCLUSÃO

Maria Emília Caria, eventualmente uma das primeiras arquitetas a exercer a profissão num organismo público português, não é aqui tratada como “diferente” por ser mulher e por trabalhar rodeada de outros arquitetos, homens. Pretendeu-se tratar a obra da arquiteta sem que diferenças de género implicassem uma diferença de pensamento, uma maior ou menor capacidade de responder a problemas de urbanização ou uma melhor ou menor eficácia na sua concretização, apesar do risco que se pode correr quando se interpreta um trabalho no feminino.

Maria Emília Caria terá sido, eventualmente, um caso excecional que abriu as portas, do funcionalismo público na área da arquitetura, a muitas mulheres que após a sua entrada ingressaram também nestes organismos do Estado. A opção pelo urbanismo em detrimento de uma vida dedicada à família, ideal de felicidade feminina à época, no quadro dos valores do Estado Novo, integra Maria Emília Caria na vanguarda da segunda vaga do feminismo, enquanto mulher que teve acesso a um posto de trabalho até então destinado a homens, contrariando o Discurso da Domesticidade repressor da mulher trabalhadora e independente (Tavares, 2010, p.59).

Na área do funcionalismo público, Maria Emília Caria poderá ser incluída agora no grupo das primeiras arquitetas portuguesas, em algumas publicações da especialidade apenas constituído por Maria José Marques da Silva e Maria Carlota Quintanilha. Apesar de contemporâneas e atuantes em território africano, entre a arquiteta Maria Carlota Quintanilha e Maria Emília Caria existia a barreira da obra privada e

pública, respetivamente, e o acesso destas duas mulheres ao exercício da profissão de arquiteta teria tido, nestes dois casos, origens distintas. Enquanto em Angola e Moçambique, o trabalho de Maria Carlota Quintanilha contribuía para suprir a falta de arquitetos, solicitados devido a uma certa autonomia económica destes dois territórios ultramarinos, a presença de Maria Emília Caria no Ministério do Ultramar, de onde projetava para África, dever-se-ia possivelmente à abertura, por parte do estado português, à presença de mulheres nos seus quadros.

A obra de Maria Emília Caria, apesar de não ter sido concretizada em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, por corresponder com o período da independência destes países relativamente a Portugal, centra-se essencialmente no processo de renovação urbana e expansão das cidades, sustentadas por dados quantitativos, e influenciada por um urbanismo orgânico, provavelmente devido ao contacto com antecessores no Ministério do Ultramar, mais particularmente com o urbanismo para os “bairros populares” de Mário de Oliveira. Da leitura dos relatórios e memórias descritivas dos planos da arquiteta, sobressai uma preocupação social com as populações mais isoladas e com carências económicas, de forma a integrá-las na vida urbana, conectando-as com o centro da cidade. Nos processos onde a oportunidade se apresentava, Maria Emília Caria propunha planos que conciliassem diferentes níveis de capacidade económica, não marginalizando as populações com menores recursos. A caracterização da obra da arquiteta ficaria incompleta sem a referência ao método de registo fotográfico referenciado em planta que desenvolveu e que aparece pela primeira vez

nos volumes relativos à *Documentação Fotográfica recolhida durante a missão na Província da architecta Maria Emília Caria*, de 1966.

Apesar de não se conseguir responder à pergunta “quais as razões e em que circunstâncias, ingressou Maria Emília Caria no Ministério do Ultramar?”, novas dúvidas e questões surgiram no decorrer desta investigação: Porque motivos teria o Estado português iniciado um processo de “abertura” ao ingresso de mulheres nos seus quadros? Ter-se-ia devido à escassez de técnicos, consequência da emigração e da guerra colonial nos territórios africanos de expressão portuguesa? Resultaria de um processo político, despoletado com a sucessão de Marcelo Caetano a Salazar, de abertura de Portugal ao mundo?

O trabalho iniciado no Laboratório de Cultura Arquitetónica Contemporânea sob a orientação da professora e investigadora responsável Ana Vaz Milheiro, permitiu traçar caminhos de investigação e delinear objetivos, que ficaram truncados, impossibilitando parte do trabalho de pesquisa necessário para atingir os objetivos propostos. As dificuldades manifestaram-se no acesso à informação pretendida, por razões meramente burocráticas e de pouca abertura ao trabalho de investigação. Acresce a impossibilidade de aceder livremente aos processos da arquiteta, devido ao encerramento do arquivo IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento) onde estes processos se encontravam, o que foi apenas possível pela disponibilidade pessoal de antigos funcionários daquele organismo. O facto de não ter sido possível aceder ao processo de aluna da Escola de Belas Artes de Lisboa de Maria Emília Caria, comprometeu o

desenho do perfil da arquiteta e da sua obra.

Ter chegado a mais informação sobre a vida e obra de Maria Emília Caria poderia ter aberto outros caminhos que diminuiriam a distância entre nós e a verdade. Na impossibilidade de o conseguir, é deixado ainda em aberto no final deste trabalho, a possibilidade de se completar o estudo sobre esta arquiteta, e assim completar e complementar o conhecimento sobre os nomes que contribuíram para a construção da história da arquitetura e urbanismo luso-africanos nos territórios africanos de expressão portuguesa.



## Monografias

FERNANDES, José Manuel. **Geração Africana: arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975**, s.l.: Livros Horizonte, 2002.

GIL, José. **Portugal, Hoje. O Medo de Existir**, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2005.

GUIMARÃES, Elina. **Sete Décadas de Feminismo**. Ditos & escritos n.º2 (Comissão para a igualdade e direitos das mulheres – presidência do concelho de ministros) Lisboa, s.d..

MILHEIRO, Ana Vaz. **Nos Trópicos sem Le Corbusier: Arquitectura luso-africana no Estado Novo**, Lisboa. Relógio d'Água Editores, 2012 (a).

OLIVEIRA, Mário de. **Urbanismo no Ultramar**, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1962.

RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História de Portugal**, 6.ª edição, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

SILVA, Maria Regina Tavares da. **Mulheres Portuguesas: vidas e obras celebradas – vidas e obras ignoradas**. Ditos & escritos n.º1 (Comissão para a igualdade e direitos das mulheres – presidência do concelho de ministros) Lisboa, s.d..

TAVARES, Manuela. **Feminismos: percursos e desafios (1947-2007)**, Alfragide: Texto

Editores, 2011.

YOURCENAR, Marguerite. **Memórias de Adriano**, 9ª edição, s.l., Editora Ulisseia, 1995.

## Artigos

AFONSO, Aniceto. **A guerra colonial**, in João Medina, **História de Portugal**. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias, vol XIII, Lisboa, Ediclube, 1994, p. 333-356.

AMÂNCIO, Lígia. **Feminismo**, Instituto de Filosofia da linguagem, Dicionário de Filosofia Moral e Política, s.l., s.d. Acedido em 21 de Janeiro de 2013, em: <http://www.ifl.pt/private/admin/ficheiros/uploads/7ffec70b3601475f2559ae21979b1faa.pdf>.

BÁRBARA, Fernanda. **Ser Mulher no Brasil**, in "Jornal Arquitectos: Ser Mulher", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, n.º 242, Julho, Agosto e Setembro de 2011, p. 116 - 120.

CAMPOS, Ana. **Sexualidades e feminismo** in AMÂNCIO, Lígia (coord.); TAVARES, Manuela; JOAQUIM, Teresa; ALMEIDA, Teresa Sousa de, "O longo caminho das mulheres: feminismos - 80 anos depois", Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007, 2ª ed, p. 281-291.

COVA, Anne. **O primeiro congresso feminista e da educação em Portugal numa perspectiva comparada**, in AMÂNCIO, Lígia (coord.); TAVARES, Manuela; JOAQUIM,

Teresa; ALMEIDA, Teresa Sousa de, "O longo caminho das mulheres: feminismos - 80 anos depois", Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007, 2ª ed, p. 27-43.

FIGUEIRA, Jorge (coord.). **Maria José Marques da Silva: Memória, continuidade, intervenção**, in "Joelho, revista de cultura arquitectónica", Coimbra: Coimbra Editora, n.º 1, Março de 2010, p.61-63.

FIGUEIRA, Jorge (coord.). **Maria Carlota Quintanilha: uma arquitecta portuguesa na África moderna**, in "Joelho, revista de cultura arquitectónica", Coimbra: Coimbra Editora, n.º 1, Março de 2010, p.69-71.

LAGRAVE, Rose-Marie. **Uma Emancipação sob Tutela. Educação e Trabalho das Mulheres no século XX**, in G. Dubby & M. Perrot (eds.), "História das Mulheres. O século XX", Porto: Edições Afrontamento, vol. V, 1991, p. 505-543.

MAUSBACH, Hans. **Urbanismo Contemporâneo**, Lisboa: Editorial Presença, 1974, p. 95-116.

MCLEOD, Mary. **Um Sonho Adiado: História Feminista da Arquitectura**, in "Jornal Arquitectos: Ser Mulher", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, n.º 242, Julho, Agosto e Setembro de 2011, p. 98-105.

MILHEIRO, Ana Vaz; DIAS, Eduardo Costa. **Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização Colonial (1944-1974)**, s.l., 2009. Acedido em 4 de Janeiro de 2013,

em: [http://www.usjt.br/arb/numero\\_02/artigo\\_ana.pdf](http://www.usjt.br/arb/numero_02/artigo_ana.pdf).

MILHEIRO, Ana Vaz. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: itinerários pela arquitectura moderna luso-africana (1944-1974)**, Lisboa, s.d.(a).

MILHEIRO, Ana Vaz. **Construindo África: vida e morte das cidades guineenses**, s.l., s.d. (b).

MILHEIRO, Ana Vaz. **Maria Carlota Quintanilha: Uma Arquitecta em África**, in "Jornal Arquitectos: Ser Mulher", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, n.º 242, Julho, Agosto e Setembro de 2011, p. 20-25.

MILHEIRO, Ana Vaz. **O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português**, in "urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana", s.l., v.4, n.º 2, julho/dezembro de 2012 (b), p. 215-232.

MINGAS, Ângela Branco Lima. **Mulher e Arquitecta em Angola**, in "Jornal Arquitectos: Ser Mulher", Lisboa: Ordem dos Arquitectos, n.º 242, julho, agosto e setembro de 2011, p. 121-123.

NOGUEIRA, Conceição. **Feminino e Discurso de Género na Psicologia Social**, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, s.d., Acedido em 21 de Janeiro de 2013, em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo%20e%20discurso%20do%20>

g%25C3%25A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf.

NOGUEIRA, Franco. **Renovação e Desenvolvimento**, in Damião Peres, História de Portugal – 1933: 1974, II suplemento, Porto: Livraria Civilização, 1981, p. 367 – 420.

PIMENTEL, Irene Flunser. **O Estado Novo, as Mulheres e o Feminismo**, in Coord: Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim, Teresa Sousa de Almeida – O longo caminho das mulheres: feminismos - 80 anos depois. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2007, 2ª ed, p. 90 – 106.

PINTO, Paulo Tormenta. **The influence of the Six-year National Development Plans in the Territory of the Cape Verde Archipelago (1953-1974)**, s.l., s.d..

SILVA, Maria Regina Tavares da. **História no feminino: os movimentos feministas em Portugal** in João Medina, História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias, vol XV, Lisboa, Ediclube, 1994, p. 283-297.

TELO, António José. **Portugal, 1958-1974: sociedade em mudança**, in João Medina, História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias, vol XIII, Lisboa, Ediclube, 1994, p. 317-330.

VICENTE, Teresa. **O Pensamento Feminista na Primeira Metade do Século XX e os Obstáculos à sua Afirmação**, In Coord: Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joa-

quim, Teresa Sousa de Almeida – O longo caminho das mulheres: feminismos - 80 anos depois. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2007, 2ª ed, p. 59- 73.

#### Documentos administrativos e outras fontes primárias

Sindicato Nacional dos Arquitectos [ORDEM DOS ARQUITECTOS]. **Maria Emília Marques Caria**, Lisboa, s.d.

CARIA, Maria Emília; SEABRA, António. **Localização Da Estação Emissora do Mindelo e dos Serviços Rádio-Eléctricos**, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 26/07/1963. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1561/08215].

CARIA, Maria Emília. **Os Problemas de Urbanização de duas cidades de Cabo Verde: Praia e Mindelo**, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, s.d.. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/1700/07922].

CARIA, Maria Emília; SEABRA, António. **Relatório da Missão do Grupo de Trabalho Urbanismo e Habitação na Província de Cabo Verde (vol. 3 – 1º dossier)**, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, s.d.. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2057/07203].

CARIA, Maria Emília. **Comissão eventual**

de serviço do arquitecto da Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação Maria Emília Caria na Província de Cabo Verde, Mindelo, 17/11/1969. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2057/07631].

CARIA, Maria Emília. **Relatório da Missão da Architecta Maria Emília Caria à Província de Cabo Verde em Junho de 1973**, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 20/07/1973. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2057/07835].

CARIA, Maria Emília; SEABRA, António. **Relatório da Missão da Architecta Maria Emília Caria a Cabo Verde em Junho de 1973**, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 07/1973. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2057/07836].

CARIA, Maria Emília. **Urbanização da Cidade da Praia – Cabo Verde – Plano Director Básico**, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, s.d. (a). Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2057/07898].

CARIA, Maria Emília. **Urbanização da Cidade da Praia – Cabo Verde – Plano Parcial da Achada Principal e Areas Adjacentes (Nova Zona Central)**, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, s.d. (b). Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2057/07898].

CARIA, Maria Emília. **Urbanização da Baía das Gatas – Esquema do Plano Director e Loteamento**, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 21/2/1972. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2058/08218].

CARIA, Maria Emília. **Urbanização da Cidade do Mindelo: Plano Parcelar da Cruz João d'Évora**, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 10/08/1970. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2060/07376].

CARIA, Maria Emília. **Projecto de Urbanização do Mindelo**, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 12-13/11/1969. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2060/07578].

CARIA, Maria Emília. **Plano parcelar de urbanização de Chã de Alecrim e Madeiralzinho, no Mindelo, na Ilha de S. Vicente**, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 21/10/1970. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2060/07912].

CARIA, Maria Emília. **Plano Parcial da zona da Ribeirinha da Cidade do Mindelo**, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 30/01/1971. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2060/07913].

CARIA, Maria Emília. **Plano de urbanização da Praia, Ilha de Santiago: plano parcelar da**

Achada de Santo António, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 26/05/1971. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2062/07601].

CARIA, Maria Emília. Plano de urbanização da Praia, Ilha de Santiago: Hipótese de acesso ao porto, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 15/02/1972. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2062/07601].

CARIA, Maria Emília. Plano de urbanização da Cidade da Praia - adaptação do plano parcial da Achada Principal e áreas adjacentes resultante da alteração da posição das instalações portuárias e rede viária necessária à renovação urbanística da Achada Principal, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 20/02/1970. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2062/07604].

CARIA, Maria Emília. Plano de urbanização da Praia, Ilha de Santiago: Plano parcelar da zona da Prainha, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 09/02/1970. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2062/07605].

CARIA, Maria Emília. Fotografias de ambientes urbanos e paisagísticos de Ribeira do Paúl, s.l., 1969. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2063/07224].

CARIA, Maria Emília. Bases para o Estudo da Urbanização da Vila de Porto Novo

– Ilha de Santo Antão: Cabo Verde, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 05/08/1965. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2067/07914].

CARIA, Maria Emília; SEABRA, António. Relatório da Missão do Grupo de Trabalho Urbanismo e Habitação na Província de Cabo Verde (vol. 1), Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 02/1965. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2067/07915].

CARIA, Maria Emília; SEABRA, António. Relatório da Missão do Grupo de Trabalho Urbanismo e Habitação na Província de Cabo Verde (vol. 2), Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 02/1965. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2067/07916].

CARIA, Maria Emília. Urbanização da Vila de Santa Maria. Esquema do Plano Director e Loteamento Parcial, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 10/09/1970. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2068/07902].

CARIA, Maria Emília. Documentação fotográfica recolhida durante a missão da arq. Maria Emília Caria (Fevereiro e Abril de 1966), Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 02-04/1967. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2070/11341].

CARIA, Maria Emília. Documentação fotográfica recolhida durante a missão da arq. Maria Emília Caria (Fevereiro e Abril de 1966), Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 02-04/1967. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2070/11342].

CARIA, Maria Emília. Documentação fotográfica recolhida durante a missão da arq. Maria Emília Caria (Fevereiro e Abril de 1966), Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 02-04/1967. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2070/11343].

CARIA, Maria Emília. Documentação fotográfica recolhida durante a missão da arq. Maria Emília Caria (Fevereiro e Abril de 1966), Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 02-04/1967. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2070/11344].

CARIA, Maria Emília. Documentação fotográfica recolhida durante a missão da arq. Maria Emília Caria (Fevereiro e Abril de 1966), Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 02-04/1967. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2070/11345].

CARIA, Maria Emília. Urbanização da Cidade de Bissau – Arranjo da Praça do Império, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação,

10/10/1966. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2073/00860].

CARIA, Maria Emília. Urbanização da Cidade de Bissau - Plano Parcelar da Praça Teixeira Pinto, Mercado do Bandim e Áreas Adjacentes, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 29/03/1967. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2073/00992].

CARIA, Maria Emília. Urbanização de Bissau - Plano Parcelar da Zona Compreendida entre as Avenidas Teixeira Pinto e Governador Vaz Monteiro e a Rua Guerra Junqueiro, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 19/04/1967. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2073/00993].

CARIA, Maria Emília. Urbanização da Cidade de Bissau – Arranjo da Zona Escolar, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 24/08/1967. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2073/08297].

CARIA, Maria Emília. Relatório da Missão do Grupo de Trabalho Urbanismo e Habitação na Província de Cabo Verde (vol. 3 – 2º dossier), Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, s.d.. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2130/07204].

CARIA, Maria Emília. Localização do edifício do Comando Naval do Mindelo, Lis-

boa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 24/08/1962. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2141/07908].

MACHADO, Eurico. **Despacho**, 12/6/1974 – Assunto: Urbanização de Bissau, Lisboa: DGOPC – Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, 12/6/1974. Cota IPAD: [PT/IPAD/MU/DGOPC/DSUH/2073/08297].

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Luís Benavente**, Código de referência: [PT/TT/LB ]. Acedido em 18 de Julho de 2013 em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4222690>

## ENTREVISTA A ANTÓNIO SARAGGA SEABRA, A 26 DE ABRIL DE 2013, LISBOA

António Seabra: estive com ela em Cabo Verde.

Entrevistador 1: E na Guiné também?

AS: Na Guiné, não sei. Na Guiné, se estive, foi por acaso, de passagem. Eu lembro-me que estive numas missões com a Maria Emília Caria. Nem sei se ela já morreu...

E1: Já, sim. Vou ver se vou ao registo civil para tentar saber quando é que a arquiteta nasceu, morreu... Porque não há muita informação sobre estas arquitetas. Há sobre a Maria Carlota Quintanilha.

AS: Sim, porque é anterior. Bem, mas eram pessoas completamente diferentes. A Quintanilha era uma pessoa que andava pelo mundo. Era uma pessoa muito conhecida, enquanto a Maria Emília Caria é uma pessoa que se dedicou completamente ao Ministério do Ultramar (MU) e foi a vida dela. E quando veio a casar-se (...) Casou-se com o Engenheiro Melo.

E1: Ele ainda é vivo?

AS: Ele era da idade do meu pai, ora eu tenho oitenta e quatro. Ele era muito mais velho que eu.

E1: Então, o que é que me pode dizer acerca da família da Maria Emília Caria?

AS: O pai dela foi secretário... ela tinha umas irmãs, mas eu dava-me era com ela, era colega dela. E quando estivemos, quando fui a Cabo Verde, fui lá três vezes. Mas ela dedicava-se mais não era à arquitetura, era ao urbanismo. Eu não. Mas ia com ela, em parte porque por vezes as críticas eram muito agressivas aos projectos dela, sabe que naquele tempo não havia urbanistas.

E1: O que ela fazia era um bocado pioneiro...

AS: Era, mas era, quer dizer, era diferente. Porque havia outro colega que era o Leopoldo de Almeida, que tinha tirado o curso em Milão, o curso de Urbanismo, e portanto vinha já apetrechado de um sistema de estudo, de um sistema de inquérito, com tudo o que há, bibliograficamente, acerca de urbanismo e não só, teve uns professores muito

## ENTREVISTA

experientes em grandes urbanizações em todo o mundo. Eu era para ir também para lá, mas eu já estava farto de estar fora do país. Eu tirei com o Schiappa, a Arquitetura Tropical, na Architectural Association. Eu tenho muitas saudades daquele tempo. Porque Londres é um sítio fantástico, é um sítio ótimo, desde espetáculos a exposições, tem tudo. E acessível, na ocasião. O que tinha de pior, era o arranjar uma casa num sítio bom, nós arranjámos, eu o Schiappa e Gidanju das ilhas Maurícias, arranjámos em Albert Hall num sítio ao pé do Hide Park. Saíamos de casa e entrávamos nos parques, onde se estava tão bem. Era um sítio caro mas era a dividir por três, de modo que era mais em conta. Depois, a segunda parte, eu já era casado. A minha mulher foi para lá e arranjei uma outra casa próximo, para estar ao pé de amigos. Mas já era diferente. Que a primeira estávamos em república, e ali não.

E1: O arquiteto teve a oportunidade de trabalhar em conjunto com a arquiteta Maria Emília Caria? Projectar com ela?

AS: Não. Quanto muito, tratávamos do assunto por conselhos, porque eu não tinha grande experiência, embora tivesse feito urbanizações, mas um bocado contranatura. [as suas ou as dela?/as minhas. As dela seriam, mas, enfim, era por outras razões.] E às vezes, como me dava bem com ela, íamos e fazíamos sempre uma defesa conjunta contra, sobretudo contra os interesses instalados.

E1: E que interesses eram esses?

AS: Os interesses, o terreno vale cá em Lisboa, vale na cidade da Praia, vale em todo o sítio. Pessoas que eram donas do terreno e queria valorizá-lo.

E1: O investimento privado?

AS: Exato. De modo que tivemos problemas e eu fui metido neles, por via da amizade que tinha à Maria Emília Caria. Porque nunca fui urbanista. Nunca fui, era o que toda a gente fazia. No fim de tanto fazer urbanismo, uma pessoa vai aprendendo certos princípios, mas sempre como amador. E ela não tinha curso de urbanista. Nem sei se cá em Portugal ainda há. Antigamente havia um simulacro no [Instituto Superior] Técnico. Em Milão e em Londres havia locais especializados nisso.

E1: Sabe onde é que a Maria Emília Caria estudou, onde fez o seu percurso académico?

AS: Ela estudou no próprio Ministério do Ultramar. Havia um colega nosso que era o Veloso, que foi chamado de repente para a Guiné-Bissau para fazer pequenas povoações, e fez logo à volta de quinze ou vinte em que as regras, pode-se dizer que eram estudadas no local e orientadas pelo Spínola, do exército. Que era a defesa das populações, em que a regra principal era haver uma rua de festo, abrangível pela metralhadora. O que é que isso tem a ver com urbanismo? Não tem nada. Nem escolha do local, nem quais as condições do terreno, insolação, aquilo tudo que se usa antes de se fazer uma estrada, antes de se por qualquer coisa. Tem inclinação do terreno, tem enfim, tanta coisa, que eu fui aprendendo aos poucos mas sem escola. Por isso é que eu nunca gostei muito de urbanismo, porque não me sentia senhor dos condicionamentos, de poder jogar com os condicionamentos.

E1: Então vocês, mais concretamente a arquiteta Maria Emília Caria, fizeram urbanismo nestas circunstâncias, em circunstâncias de guerra?

AS: Sim. Contudo, como lhe disse, o Leopoldo de Almeida já era uma pessoa que tinha muita experiência até por causa dos estudos que fez por Milão. Eu tinha estado com o Schiappa a aprender arquitetura tropical, com aquele professor alemão que não era alemão, era indiano. Depois fui para a Guiné, depois vim da Guiné e o director-geral queria que eu fosse com o Leopoldo de Almeida para Itália, dois anos, e eu tinha acabado de casar. Na Guiné, sozinho, depois isto, quer dizer, não dava, e desisti, não quero. Além disso, não sei porquê, o urbanismo sempre me assustou. Porque é demasiadamente especializado para se poder brincar com isso. Contudo fiz, por exemplo em Massingir, o plano de Massingir, mas que era um plano muito primitivo. Massingir é a rua dos elefantes onde há a barragem de Massingir, em Moçambique. Era uma barragem de terra, muito extensa. De modo que os caranguejos iam entrando na barragem, faziam furos e faziam a água sair. Mas uma coisa é certa, ainda bem que eu lá estava, mesmo não sendo urbanista. Porque havia a tendência lá de fazer a povoação a seguir à barragem. Vejam a loucura. E eu, prevendo fazer em locais mais ou menos altos, longe de possíveis rebentamentos de uma barragem e sítios arejados. Mas era preciso andar para ir da barragem à povoação, andar uns 300 metros, que já consideravam uma grande distância, que não é. E felizmente disso safei-os. Porque mais tarde houve

realmente caranguejos e outros bichos que furaram tanto a barragem que teve que ser protegida com uma parte de cimento, senão a água atravessava a barragem e seguia calmamente por ali fora, até um dia rebentar. Era uma povoação muito primitiva, por lá só havia a administração, lembro-me que havia umas lojas, habitação e havia a parte de escola. Era mesmo o embrião de uma povoação. Nisso safei-me porque não errei muito, não podia ser noutra sítio.

E1: O arquiteto não me sabe dizer onde é que a arquiteta Maria Emília Caria estudou antes de ir para o MU, onde estudou arquitetura?

AS: Arquitetura foi em Lisboa, na Faculdade de Belas Artes, como eu.

E1: Era sua colega na Universidade?

AS: Não, ela era mais velha que eu, julgo eu.

E1: Era mais velha quantos anos?

AS: Não sei, mas se fosse não era muitos.

E1: Conheceu-a na Universidade?

AS: Não, conheci-a no MU.

E1: Entraram os dois mais ou menos na mesma altura?

AS: Eu entrei primeiro.

E1: Em que ano é que entrou?

Entrevistador 2: tem aí o currículo?

AS: Olhe, eu comecei, não foi como arquiteto. Eu entrei na Comissão Administrativa para as Novas Administrações para a Marinha. E entrei como desenhador, porque ainda estava a estudar. E havia uma grande luta, nós éramos arquitetos, mas os engenheiros lá tinham uma proteção muito grande. Porque eram engenheiros, e nós tivemos que lutar um bocado para ter as mesmas possibilidades que eles de fazer da vida, poder faltar, até no pagamento.

E1: Voltando à arquiteta Maria Emília Caria.

AS: A Maria Emília Caria era urbanista.

E1: Mas ela não teve formação fora, ela formou-se no MU?

AS: Sabe uma coisa engraçada. Há formações que às vezes não se dão por elas mas são muito boas. Nós tínhamos um director que era o Eurico Machado, que sempre

se dedicou ao urbanismo. Era por exemplo muito amigo do professor de urbanismo do [Instituto Superior] Técnico, o engenheiro Lobo. Ele ainda é professor lá, parece-me, não me lembro do primeiro nome. Que era formado em urbanismo por Lausanne, na Suíça. E este engenheiro, Eurico Machado, que sempre foi um amador, e foi diretor em Angola e Moçambique, de urbanismo, foi ganhando sobretudo teoria, não prática. Porque ele sabia como se devia fazer mas nunca fez nada, mas dava conselhos, era um autêntico professor. Conselhos mas com muita categoria, não eram conselhos tolos, eram de uma pessoa que conhecia bem a matéria do que estava a falar porque tinha lido. Porque ele era um filósofo quase, ele era um autêntico filósofo. E portanto ia muito longe dentro das matérias, ao pormenor, ao inquérito à população, para saber o que fazer. De modo que era uma pessoa, que o próprio engenheiro Lobo ali no Técnico tinha por ele uma grande consideração e pedia-lhe muitos conselhos, assim como muitos outros urbanistas como o Leopoldo de Almeida muitas vezes pediam-lhe conselhos embora esses sim tinham cursos específicos. A Maria Emília trabalhou com ele durante uns vinte anos talvez. Ela teve o curso de urbanismo através do engenheiro Machado.

E1: Porque trabalhava com ele?

AS: Trabalhava directamente com ele, era quase afilhada dele.

E1: Então quando entrou para os gabinetes, entrou directamente para a alçada do engenheiro Eurico Machado? Não passou primeiro por desenhadora?

AS: Entrou logo. Não, ela teve mais sorte que eu. Ela [Maria Emília Caria] era extraordinariamente trabalhadora, vivia para aquilo.

AS: [o assunto] é relativo ao MU e *gabinetes*? Quando eu fui já não era *gabinetes*, já tínhamos ultrapassado isso. Até trouxe uma coisa que era para saber como é que aquilo se chamava. DSUH-DGOPC. Eu tenho muitos cartões desses. Eu depois também tive que sair lá do Ministério, e acabou o Ultramar, fui para as Obras Públicas.

E1: Em que ano é que o arquiteto saiu dos Gabinetes, do MU?

E2: E em que ano é que entrou?

AS: Entrei como investigador. Eu fui investigador da Junta de Investigações do Ultramar, onde estive dez anos, desde 1958 até 1968. Junta de Investigações Científicas

do Ultramar. Foi quando fui à Guiné, etc., e dei pareceres.

E2: Então projetava cá em Portugal mas de vez em quando ia a África.

AS: Pois nós íamos muito a África. O engenheiro Girão, que foi Diretor-Geral, depois foi ministro das Obras Públicas depois do 25 de abril. Gostava muito que nós andássemos sempre de um lado para o outro. De modo que alguns dos meus colegas iam para França, Paris, eu fui para Londres e o Schiappa, depois íamos para a Suécia e África do Sul. Andávamos assim em viagens de estudo.

E2: Mas foi para a Suécia, de forma particular?

AS: Não, tinha que ver com uma ligação que existia, com o auxílio sueco para as províncias ultramarinas. Sobretudo em equipamento urbano, que nós tínhamos pouco, e eles tinham equipamento urbano extraordinário. Pelo menos abria-nos muito as expectativas de poder um dia utilizar sistemas muito adiantados em relação ao que se usava cá em Portugal. E ficávamos pelo menos com o conhecimento todo sobre isso. E realmente tinha duas coisas boas. Primeiro: era sabermos que era possível fazer avançar tecnicamente os sistemas existentes. Segundo: éramos atacados pelas pessoas mais velhas que não queriam que esses sistemas fossem aplicados até para não lhes tirar a preponderância que tinham. Havia uma luta muito grande nisso. Nós sabíamos que isso existia mas propúnhamos que fosse executado determinado trabalho, mas nunca era por “ah isso nem vale a pena, isso é deitar dinheiro à rua”. E geralmente não era aplicado. Por uma questão de hierarquias, penso eu.

E1: Voltando à arquiteta, ela sempre trabalhou para o Estado? Não há obra privada que ela tenha feito? Sempre trabalhou como urbanista?

AS: Eu conheci-a muito bem. Ela, o pai, a família.

E1: Ela não tinha filhos?

AS: Não. Eu julgo que quando casou já não podia ter há muito tempo. Eu sei que quando estávamos em Cabo Verde assisti ao namoro, que nasceu em Cabo Verde. Ela ficou com um nome muito giro, Caria de Melo, o marido era Melo, era engenheiro e foi colega do meu pai, era muito mais velho que ela. Naquele tempo os homens primeiro que casassem e tivessem filhos, tinham passado já quarenta anos ou mais. E portanto quando soube que tinham casado, por um lado fiquei satisfeito, porque ela precisava de

viver com alguém, só a família não chega. Por outro lado achei que a diferença de idades era aí de trinta e tal, quarenta anos. O que para uma mulher como ela, que tinha naquela ocasião, ela quando casou já teria quarenta e o marido aí setenta, não é um casamento muito próspero em relação ao número de filhos.

E1: A arquiteta Maria Emília Caria era de Lisboa? A família dela era de onde?

AS: Isso não sei.

E1: Falou de três irmãs.

AS: Creio que eram duas irmãs. Não estou certo que houvesse uma terceira. Mas a segunda havia, ela tinha uma segunda irmã. E essa tinha muitos filhos.

E1: O arquiteto saiu dos *gabinetes* ainda antes do 25 de abril?

AS: Não, foi depois do 25 de abril.

E1: Como é que aquilo continuou, depois do 25 de abril? Gostava também que me dissesse se a arquiteta estava lá nessa altura.

AS: Estava. Os que lá estiveram como eu até expirar o MU, aquilo depois começou a ter vários nomes. Chamou-se extensão ex-territorial, ou qualquer coisa territorial. Enfim, teve uma série de nomes. Mas deixou de funcionar, evidente, logo. E foi pena, porque eu sempre pensei que se pudesse constituir um agrupamento qualquer, ainda que fosse particularmente, que pudesse dar informações ou conselhos a pessoas que fossem para determinados pontos, para a Guiné. Porque eram zonas absolutamente diferentes do resto das outras zonas africanas. E quem pudesse encaminhar as pessoas. Uma espécie de agência. Mas realmente nada disso veio a acontecer. E logo a seguir, deram-me a escolher vários sítios. Um deles foi na área do urbanismo, para ser diretor, eu que não gosto de urbanismo, era aqui no Campo Grande. E então fui falar com um grande amigo, que era o Diretor-Geral lá, o José Castro Freire, um bom amigo. E estive lá muito bem. E além disso só dar pareceres, e também estudávamos muito concursos, tínhamos que preparar concursos. Preparei o da Torre do Tombo, fiz o programa e o estudo prévio. Depois do estudo prévio é que deu origem ao concurso. Aquilo foi uma comissão que se fez, chefieei a comissão e depois assisti à fiscalização do edifício, como arquiteto.

E1: E nessa altura sabe qual era o papel que a arquiteta desempenhava depois

de sair do MU.

AS: A Maria Emília Caria, sei que foi para qualquer coisa escolar. Mas sei que não se dava bem. Ela vivia muito só. Era uma pessoa muito enérgica, estudiosa, trabalhadora. Ela tinha muita coisa boa, mas tinha a sua ideia, e quem fosse contra aquela ideia, para ela estava tramado. Ela arranjava inimigos com muita facilidade. Eu fui a reuniões lá em Cabo Verde, do pior e só servi para excitar aquela gente toda, porque todos queriam bater na Maria Emília Caria. Porque ela era uma pessoa intransigente, incapaz de ser comprada. Se alguém se lembrasse de dar dinheiro para qualquer coisa, para a comprar, ela era capaz de “matar” essa pessoa. De modo que era muito de ideias fixas. Sabe que em urbanismo é o local onde pode haver, com mais facilidade, grandes alterações da utilização e do preço da terra, nos planos de urbanização. E ela fazia segundo o que achava que era melhor. Eu muitas vezes é que tive que andar lá em reuniões com o governador que era o árbitro, porque eles atacaram a Maria Emília de tal ordem, os possuidores dos terrenos, quase para dar cabo dela como arquiteta. E no fim ainda consegui expulsar de lá um deles que era o tipo que mais propriedades tinha no Mindelo. Eu perguntei: ó senhor governador, posso saber o seu vogal, em que função é que está?” “A função, é só de vogal. Está a defender os interesses do estado.” “ele está a defender os interesses do estado, ou dele?” eram mesmo os dele. Ele disse: “bem, às vezes coincide.” “não, se coincide é melhor pô-lo fora. Porque enquanto ele estiver aqui eu não assisto mais a...” isto não tinha muito a ver com o assunto. Isto era para safar a Maria Emília porque senão com aquela gente, até eram capazes de lhe dar um tiro. Chegou a esse ponto. Mas ela era intransigente.

E1: Chegaram a persegui-la lá, a ameaçá-la?

AS: Sim, falavam mais alto como que a avisar. Isto lá no hotel do Mindelo.

E1: A arquiteta fazia visitas regulares lá ao Mindelo?

AS: Muitas. E com uma mala cheia de estudos.

E1: E os arquitetos produziam relatórios dessas visitas, isso está registado?

AS: Dessas coisas há algumas que não se podem registar. Eles punham a monte essas coisas, quando expirou o MU foi tudo posto em camionetas, cá em Portugal, a base primeiro era no Restelo e depois passámos a não ter local, passávamos de uns

sítios para os outros. Então iam lá buscar à pazada, projetos e tudo, em camionetas descobertas. E conforme as camionetes andavam aquilo desaparecia tudo. Aquilo estava tudo alterado, com muita gente a vir do ultramar, as coisas a saírem de lá. E gozaram até muito com isso. O que é informação é informação mesmo. E façam o que fizerem a informação é aquela, não muda. É próprio da época que se vive. Mas cá era mesmo para ver se esvaziavam tudo. Perdeu-se muita coisa.

E1: Há pouco perguntei-lhe acerca da obra privada de Maria Emília Caria, mas interrompi-o.

AS: Eu não conheço. Ela sempre que tinha um projecto fora, ela dedicava-se aquilo, ao Estado. E quando aparecia ficava muito atrapalhada, não sabia o que fazer, até porque não vinha nada de acordo com o pensamento dela, que era já rígido em relação ao Estado, tinha regras rígidas. E as vezes vinha falar comigo “ó Seabra, você não se importa de tomar conta deste trabalho?” e eu “ó Caria, você vai fazendo que eu dou-lhe apoio nisso” mas ela não era pessoa de clientes.

E1: Como era, na altura do Estado Novo, um regime altamente repressivo da mulher emancipada, trabalhadora, como era ter uma mulher no *atelier*? Ela era a única? Como eram as relações?

AS: Não, havia muitas.

E1: Mas não arquitetas, ou arquitetas?

AS: Arquitetas também.

E1: Lembra-se do nome delas? Eu tenho o nome de uma arquiteta que estagiou com Maria Emília Caria.

AS: Conheci sim, lembro-me de uma que esteve lá no ministério, que o marido também era arquiteto.

E1: Maria do Céu Barracas Trocado?

AS: Não. Mas havia mais engenheiras que arquitetas. Arquitetas, era a Maria Emília e uma outra que esteve lá muito pouco tempo, julguei que fosse essa, cujo marido era até meu amigo. Tinha um nome muito conhecido, mas eu esqueci.

E1: Portanto não era uma coisa estranha ter mulheres ali?

AS: O meu diretor, o Cunha Bruto. Esse tinha um azar às raparigas como

arquitetas, uma coisa horrível, que não se entende. E chumbava a maior parte delas. Em parte porque dizia: “agora numa obra, por exemplo” isto era um exemplo que ele dava “vai uma arquiteta com a sua saia, sobe por ali e então é os empregados todos a espreitá-la por causa da saia e das cuecas e disto e daquilo”. É preciso ser muito burro para fazer disso o chumbar uma pessoa. Chumbava.

E1: Mas a arquiteta Maria Emília Caria passou.

AS: Ela tinha um aspecto masculino, muita energia. Ela era toda cheia de ordens. Eu lembro-me de uma vez, chegámos a Cabo Verde, e eu levava uma malinha pequenina com o mínimo possível, e ela levava um baú. E eu disse “ó Maria Emília, não leve. Olhe que eu não a ajudo. Porque eu levo isto para não fazer força.” “eu hei-de arranjar”. Não calcula, para levar o baú de uns sítios para os outros, o que era. Foi sempre um problema, teve que arranjar táxis de propósito, depois não cabia no táxi, tinha que ir outro táxi. Porque eram coisas grandes, onde trazia livros pesadíssimos, os estudos todos feitos no Ministério. Tinha a informação toda ali. Uma vez entrei no hotel e fomos para o quarto dela. Então a parede estava com o plano do Mindelo, tudo. Depois o outro tinha um pormenor daqui, o outro um pormenor dali. Aquilo parecia que tinha entrado num museu. E ela então deitava-se, ia olhando, depois levantava-se e escrevia umas coisas. No quarto do hotel. Está a ver até que ponto ela ia?

E1: Não há mais nada que queira acrescentar sobre a arquiteta?

AS: Só que lhe tinha muita amizade, porque tinha muita consideração por ela, pelo modo como ela trabalhava, como trabalhava e pelo que trabalhava. Era de mais. Mas tive sempre com ela uma belíssima relação porque era uma pessoa muito leal, muito excecional. Ainda hoje penso muitas vezes nela. Ela fez muitos planos, sobretudo para Cabo Verde, Praia e Mindelo. O do Mindelo foi o que deu mais trabalho. Onde havia os grandes problemas era no Mindelo. Onde a vida estava mais efervescente, e isso faz com que se queira construir mais, onde os terrenos têm outro preço. Coitada dela. E o próprio governador, o último que la estava, não me lembra do nome dele, tinha por ela uma amizade muito grande, pelo modo como ela defendia os interesses verdadeiros da comunidade e não o interesse de uma ou outra pessoa.

E1: Maria Emília Caria foi à ilha de Santiago, à vila do Tarrafal, em 1964.

AS: Foi, estive lá com ela. Era muito giro, o Tarrafal, exceto a prisão. Era uma praia tão gira. Uma vez eu tentei atravessar a prisão do Tarrafal, porque eu ia nesses jipes do Estado. Porque poupava aí uns dez quilómetros se atravessasse e entrasse pela prisão do Tarrafal, que as estradas lá não eram grande coisa. E apareceu-me um tipo de metralhadora, eu estava a ver que levava um tiro. Ele a chamar aos gritos “Comandante! Comandante!”. Mesmo sendo num carro do Estado com um *chauffeur* do Estado. Eu disse, desisto, prefiro dar a volta. E isto era um disparate porque o Tarrafal fica mesmo em frente ao mar. Qualquer submersível que aparecesse ali, dava dois tiros e acabava com o Tarrafal, porque aquilo era uma brincadeira. Coitados dos que lá estavam. Mas era um local muito bonito. Fazerem uma prisão num local tão bonito é que me desiludiu.

**ISCTE - IUL**

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura  
Projecto Final 2012-13

**TEMA I - Trabalho Individual, 1º Semestre.**

Tendo por base a área de intervenção estipulada na ficha de unidade curricular, localizada em Lisboa, no eixo entre o Largo do Rato e a colina das Amoreiras, propõe-se a elaboração de um exercício que permita o estabelecimento da relação entre a macro escala (análise estratégica do território) e a micro escala (intervenção arquitectónica detalhada).

Pretende-se que este exercício possa desencadear um debate centrado em leituras prospectivas em relação à sociedade. Como tal, em paralelo com a elaboração dos projectos de arquitectura deverá realizar-se, no contexto de cada grupo de trabalho, a definição de um perfil social que se preveja possível num futuro a médio prazo (2 décadas). Para tal algumas perguntas poderão colocadas, como por exemplo:

- como a organização económica e política poderá influenciar os modos de vida e a relação do individuo com a sua comunidade;
- em que medida a tecnologia poderá influenciar a organização social;
- de que modo os recursos naturais poderão influenciar as acções sobre o território e localização e organização do espaço doméstico;

O objectivo final do exercício consiste na elaboração de projectos para quatro habitações. Estas habitações serão encaradas como tipologia associadas ao universo social definido pelo debate atrás mencionado.

Caberá a cada estudante a decisão de onde implantar as habitações e de que modo estas se organizam, não só em função do espaço doméstico, mas também na sua relação como a envolvente urbana que suporta o exercício. Neste sentido, deverá o estudante ser capaz de estabelecer um discurso que lhe permita relacionar a proposta tipológica e habitacional com o trecho urbano que caracteriza a sua envolvente próxima.

**ENUNCIADOS**

**Área de Intervenção:**

Percurso urbano entre o Largo do Rato e a Colina das Amoreiras

**Metodologia:**

1. Num primeiro momento, serão constituídos grupos de aproximadamente 5 estudantes;
2. A área de intervenção será parcelada, pela docência da Unidade Curricular, de acordo com planta anexa, tendo como critério os diversos extractos temporais referidos na FUC;
3. Cada um dos elementos, de cada grupo, ficará individualmente afecto a uma das parcelas, anteriormente designadas.
4. Os projectos das habitações serão desenvolvidos individualmente dando seguimento ao âmbito do exercício;
5. Ao mesmo tempo que são desenvolvidas as propostas individuais, deverá ser mantido um debate, no seio de cada um dos grupos, que permita desenvolver uma estratégia de harmonização das várias intervenções.

**Entregas e Avaliação:**

1ª Entrega intermédia: 25 de Outubro 2012 (caderno em formato A3) + maqueta esc. 1:5000/1:2000 da área de intervenção e sua relação com as habitações;

2ª Entrega intermédia: 13 de Dezembro 2012 (caderno em formato A3)

Entrega Final: 28 de Janeiro de 2013 (desenhos e maquetas de escala a determinar pelo aluno, sugerindo-se a 1/1000 e 1/200 ou 1/50; simulações gráficas da proposta; e caderno síntese em formato 21 x 21 cm)

Apresentação e Avaliação: de 29 Janeiro a 1 de Fevereiro de 2013

**Modelo de Apresentação**

As apresentações finais das propostas individuais de cada um dos alunos serão realizadas por Grupo, sendo que, deverá apresentar-se a definição do perfil social pedido, associando-se uma a estratégia geral para a área de intervenção.

Lisboa, 18 de Setembro 2012

**ISCTE - IUL**

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura  
Projecto Final 2012-13

**TEMA IV – Trabalho Individual, 2º Semestre.**

Como conclusão do ano lectivo será realizado um trabalho individual que visa o estabelecimento de uma síntese em relação ao percurso de cada um dos estudantes. Este trabalho, pensado para ser desenvolvido no espaço do último mês de aulas, pressupõe a realização de um tema livre a enquadrar pelo próprio estudante. Condiciona-se apenas o desenvolvimento deste último Tema ao estabelecimento de uma relação em torno dos exercícios elaborados no curso do ano lectivo.

Como linhas orientadoras são lançadas algumas pistas:

1. Aplicação directa de um ensaio extraído a partir do trabalho desenvolvido nos laboratórios;
2. Elaboração de projectos de extensão em relação ao programa lançados ao longo escolar;
3. Exercício específico de representação ou performativo em torno do projecto das habitações.

Os objectivos do Tema IV passam pelos seguintes pontos:

1. Desenvolvimento de competências ao nível da problematização em torno da arquitectura produzida por cada estudante. Este exercício será uma oportunidade para construir um enredo discursivo em torno do trabalho de projecto, enriquecendo os pressupostos de base com que cada proposta foi realizada
2. Consolidação da autonomia dos estudantes em relação aos temas desenvolvidos durante o ano lectivo. Ao solicitar-se que cada estudante construa o seu próprio enunciado, procura estimular-se a autonomia em relação ao acompanhamento e orientação dos docentes da UC de PFA.

3. Melhoria e credibilização das propostas individuais iniciadas no 1º semestre. Este exercício deve ser visto como oportunidade para retomar e solidificar as decisões de projecto inicialmente lançadas no âmbito dos exercícios anteriores, nomeadamente do exercício do Tema I.

**Área de Intervenção:**

Área de intervenção atribuída em contexto de grupo a cada um dos estudantes;

**Metodologia:**

1. O trabalho deverá ser realizado individualmente;
2. Cada estudante deverá socorrer-se dos meios que julgar conveniente para o desenvolvimento deste exercício;
3. O trabalho deverá evidenciar quer a autonomia, quer a capacidade de problematização de cada estudante.

**Entregas e Avaliação:**

O resultado deste exercício deverá ser integrado no contexto da entrega final de PFA

**Modelo de Apresentação**

A decisão do suporte em que o exercício é desenvolvido fica a cargo de cada estudante, devendo contudo ser realizado relatório a integrar o caderno de formato 21x21 cm

Lisboa, 2 de Maio de 2013

**LABORATÓRIO DE CULTURA ARQUITECTÓNICA CONTEMPORÂNEA**

Docente: Ana Vaz Milheiro

Ano lectivo: 2012/2013

**Tema:**

Mundos Ficcionalados

Seis cidades africanas – planos urbanos entre 1940 e 1974

**Apresentação:**

O Estado Novo “inventou” um território urbano capaz de homogeneizar algumas paisagens construídas. É esse território que vamos analisar a partir de seis cidades, uma no continente europeu e as restantes em África. Os desenhos – ou os planos directores – funcionam como um “guião” que se vai transformando à medida que princípios deterministas começam a apresentar lacunas. Os desenhos mais geométricos e positivistas, de uma primeira fase, dão progressivamente lugar a esquemas mais adaptáveis e moldáveis, de uma segunda e terceira investida estado-novista, e à medida que os arquitectos descobrem as culturas locais. Paradoxalmente, também são os “planos amáveis”, aqueles que menos sobrevivem ao tempo, enquanto as geometrias rígidas prevalecem. Com o tema deste ano pretende-se promover leituras sobre a construção do território como um lugar ficcionado e por isso expressão de diversas narrativas que se sobrepõem, completam ou anulam.

**Metodologia:**

Os trabalhos decorrem em duas fases.

1º semestre: os alunos organizam-se em três grupos de trabalho, distribuindo entre si as seis cidades. Fase de pesquisa em arquivos (Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Documentação do IPAD, etc.), bibliográfica e entrevistas. Abordagem inicial aos casos de estudo. São produzidos um relatório e três recensões de grupo. A primeira recensão parte da análise comparativa dos filmes A Costa dos Murmúrios, de Margarida Cardoso (2004) e 20, 13, de Joaquim Leitão (2006) numa tentativa em identificar esquemas

de representação do território africano, através do cinema, no imaginário português recente. Pretende-se que cada grupo produza não um documento escrito, mas ilustrado, a partir do visionamento sugerido pelos dois filmes. As recensões seguintes inscrevem-se numa metodologia mais convencional, analisando os livros dos arquitectos Francisco Castro Rodrigues, *Um Cesto de Cerejas, Conversas, Memórias, uma vida* (organização e introdução de Eduarda Dionísio, Lisboa: Casa da Achada, 2009); e Pancho Guedes, *Manifestos Ensaios Falas Publicações* (Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007).

2º semestre: cada aluno encontra a sua linha individual de pesquisa dentro do tema geral. A pesquisa bibliográfica torna-se mas específica. A análise é individual e pretende-se original.

É produzido um trabalho final com cerca de 26 páginas dactilografadas. Documentação fotográfica, imagens, entrevistas, etc., são incluídos em anexo e não são contabilizados nas 26 páginas finais.

Cada aluno deverá juntar ao trabalho de projecto final o relatório produzido em grupo (facultativo) e o trabalho final individual.

#### CIDADES

1. Lisboa;
2. Praia;
3. Bissau;
4. São Tomé;
5. Luanda;
6. Maputo.

